

POLÍTICA & TRABALHO

13

1997

TRABALHO, CULTURA E SOCIEDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE "CULTURA OPERÁRIA".

Nadya Araújo Castro

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O RENASCIMENTO DA RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NOS ANOS 90.

Maria Carmela Buonfiglio

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DAS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ.

Maria Vilma Coelho Moreira

CIUDAD Y TERRITORIALIDAD: MODOS DE ABORDAR LA CUESTIÓN

Alberto Cignoli

PERDAS E DESENRAIZAMENTOS NUM UNIVERSO DE EXCLUSÃO SOCIAL: O COTIDIANO DOS SUJEITOS EM SITUAÇÕES DE RISCO

Eliana M. Moreira, M^a de Fátima S. de Araújo, M^a do Socorro de S. Vieira

ESPAÇO URBANO E MEDICINA SOCIAL NO NORDESTE DO SÉCULO XIX

Maria de Fátima Santos de Araújo

FOTOGRAFIA: O REAL E A ILUSÃO

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

VESTÍGIOS DO PASSADO: FONTES PARA O ESTUDO DO BARROCO PARAIBANO

Carla Mary S. Oliveira

A ANTROPOLOGIA E OS NOVOS DESAFIOS NOS ESTUDOS DE CULTURA E POLÍTICA

Guita Grin Debert

ÉTICA SOCIOLÓGICA NOS TEMPOS DA CÓLERA "NEOLIBERAL"-

Rolando Lazarte

PERCURSO POLÍTICO DAS IDÉIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA LATINO - AMERICANO E DO CARIBE: DE CALL, COLÓMBIA (1081) A CARTAGENA, CHILE (1996)

Lilian Leterlier

O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL

Gustavo F. da Costa Lima

A HISTÓRIA SOMOS NÓS: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA, AUTOBIOGRAFIA, CULTURA POPULAR, NARRADORES E PESQUISADORES.

Andrea Ciacchi

A UNIÃO
EDITORA

PPGS/UFPb

ISSN 0104-8015

POLÍTICA & TRABALHO

13

Setembro de 1997

TRABALHO, CULTURA E SOCIEDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE "CULTURA OPERÁRIA".

Nadya Araújo Castro

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O RENASCIMENTO DA RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NOS ANOS 90.

Maria Carmela Buonfiglio

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: O CASO DAS COOPERATIVAS DE CONFECÇÕES DO MACIÇO DE BATURITÉ, CEARÁ.

Maria Vilma Coelho Moreira

CIUDAD Y TERRITORIALIDAD: MODOS DE ABORDAR LA CUESTIÓN

Alberto Cignoli

PERDAS E DESENRAIZAMENTOS NUM UNIVERSO DE EXCLUSÃO SOCIAL: O COTIDIANO DOS SUJEITOS EM SITUAÇÕES DE RISCO

Eliana M. Moreira, M^a de Fátima S. de Araújo, M^a do Socorro de S. Vieira

ESPAÇO URBANO E MEDICINA SOCIAL NO NORDESTE DO SÉCULO XIX

Maria de Fátima Santos de Araújo

FOTOGRAFIA: O REAL E A ILUSÃO

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

VESTÍGIOS DO PASSADO: FONTES PARA O ESTUDO DO BARROCO PARAIBANO

Carla Mary S. Oliveira

A ANTROPOLOGIA E OS NOVOS DESAFIOS NOS ESTUDOS DE CULTURA E POLÍTICA

Guita Grin Debert

ÉTICA SOCIOLÓGICA NOS TEMPOS DA CÓLERA "NEOLIBERAL"-

Rolando Lazarte

PERCURSO POLÍTICO DAS IDÉIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO

Lilian Letelier

O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL

Gustavo F. da Costa Lima

A HISTÓRIA SOMOS NÓS: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA, AUTOBIOGRAFIA, CULTURA POPULAR, NARRADORES E PESQUISADORES.

ISSN 0104-8015

REVISTA POLÍTICA E TRABALHO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Coordenação 96/98
José Arlindo Soares

Publicação anual do PPGS/UFpb
Nº 13 - setembro de 1997
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

Anthony Hall (London School) - Brasília
Carlos Ferreira (UFRn) - César Barreira (UFCE) - Cláudia
Fonseca (UFRS) - Eliana Monteiro Moreira (UFpb) -
Elisa Cabral (UFpb) - Gilvando Sá Leitão Rios
(UFpb) - Inaiá de Carvalho (UFBA) - Jacob Carlos
Lima (UFpb) - José Arlindo Soares (UFpb) - Maria
Antonia Alonso de Andrade (UFpb) - Maria Carmela
Buonfiglio (UFpb) - Maria de Nazareth Baudel
Wanderley (Unicamp) - Maria Ozanira da Silva e
Silva (UFMA) - Marion Aubrée (EHESS-Fr.) - Maristela
de Oliveira Andrade (UFpb) - Mauro Guilherme
Pinheiro Koury (UFpb) - Neide Miele (UFpb) -
Orlando Miranda (USP) - Paulo Henrique Martins
(UFPE) - Regina Novais (UFRJ) - Rubens P. Lira
(UFpb) - Silvia Ostrowestsky (U. Amiens - Fr.) -
Simone Carneiro Maldonado (UFpb) - Vera da Silva
Telles (USP)

Editor:

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Editora assistente:

Maria Valéria Vasconcelos Rezende

A apresentação de colaborações e pedidos de compra
devem ser encaminhados ao PPGS/UFpb:

Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Campus I - Cidade Universitária
CEP 58051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil
Tel/fax. (083) 216 7204
e-mail: ppgsufpb@netwaybbs.com.br

Impressão: A União Editora
Brasil - setembro de 1997

SUMÁRIO

Trabalho, cultura e sociedade: reflexões a partir do conceito de "cultura operária".	1
Nadya Araújo Castro	
Reestruturação produtiva e o renascimento da resistência dos trabalhadores nos anos 90	19
Maria Carmela Buonfiglio	
Cooperativismo e Desenvolvimento: O caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité, Ceará.	55
Maria Vilma Coelho Moreira	
Ciudad y territorialidad: Modos de abordar la cuestión	77
Alberto Cignoli	
Perdas e desenraizamentos num universo de exclusão social: o cotidiano dos sujeitos em situações de risco	101
Eliana M. Moreira, M ^a de Fátima S. de Araújo, M ^a do Socorro de S. Vieira	
Espaço urbano e medicina social no Nordeste do séculoXIX.	117
Maria de Fátima Santos de Araújo	
Fotografia: o real e a ilusão	145
Mauro Guilherme Pinheiro Koury	
Vestígios do Passado: fontes para o estudo do barroco paraibano	155
Carla Mary S. Oliveira	
A antropologia e os novos desafios nos estudos de cultura e política.	165
Guita Grin Debert	
Ética sociológica nos tempos da cólera "neoliberal"	179
Rolando Lazarte	
Percurso Político das idéias do movimento feminista latino-americano e do Caribe: de Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996)	191
Lilian Letelier	
O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável	201
Gustavo F. da Costa Lima	
A história somos nós: reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores	223
Andrea Ciacchi	
Resenhas	237

A avaliação dos limites do ser sujeito no mundo	237
Stéfano G. Régis Toscano	
Ciência e valores	240
Giovanni Boaes	
Trabalho, mercado e formação de classe	242
Laís M. Cardia	
Trabalho, sociedade e meio ambiente	248
Cleto B. Barbosa	
Reflexões sobre o uso da imagem	252
Bertrand Lira	
Identidade e política cultural em João Pessoa	256
Rossana Honorato	
Resumos, abstracts, resums.	265

TRABALHO, CULTURA E SOCIEDADE: reflexões a partir do conceito de "cultura operária"¹

Nadya Araújo Castro²

A Sociologia é, sem dúvida, devedora de uma elaboração conceitual mais sistemática sobre o nexos entre trabalho e cultura. E isto não deixa de ser curioso, por várias razões. Em primeiro lugar, porque o debate sobre as relações entre cultura e sociedade esteve no centro de todos os nossos grandes paradigmas. Em segundo lugar, porque o âmbito do trabalho (vale dizer, das relações sociais que nele se estabelecem) foi, por longo tempo, uma instância explicativa privilegiada nos estudos sociológicos sobre a dinâmica social. Em terceiro lugar, porque a ausência de uma teorização sistemática não deve nos levar a crer que inexistem teorizações implícitas, em estado prático, informando a construção das interpretações; ao contrário, elas estão presentes e refletem o debate teórico mais amplo que se trava a cada momento no campo das Ciências Sociais.

Por isso mesmo, procurei organizar a minha exposição em duas partes principais. Na primeira, retomo o tema da relação entre cultura e sociedade refletindo sobre alguns dos pontos de partida disponíveis nas nossas teorizações de maior fôlego analítico; procuro, desse modo, relativizar, a partir de balizamentos disciplinares, a centralidade do nexos trabalho, cultura e dinâmica social. Na segunda, retomo especificamente a discussão sobre "cultura operária" para salientar como nela se refletem as tensões e impasses presentes na teorização mais geral e concluir refletindo sobre algumas das suas possibilidades e limites em face aos desafios teórico-metodológicos atuais no campo da Sociologia.

¹ Comunicação apresentada à Mesa Redonda sobre "Cultura, Política e Trabalho", no VII Encontro de Ciências Sociais do Norte/Nordeste (João Pessoa, 25.05.95). Essa é uma versão revista do texto originalmente preparado para o Seminário sobre "Cultura Operária em Análise", realizado na Cidade do México, a 3.12.1993, como parte das minhas atividades como Pesquisadora Visitante da CAPES/Fulbright Commission no Massachusetts Institute of Technology (MIT)/Special Program for Urban and Regional Studies of Developing Areas (SPURS).

² Professora do Departamento e do Mestrado em Sociologia da UFBA. Pesquisadora Associada do CEBRAP.

Cultura e sociedade: pontos de partida e impasses de chegada

Formular uma teoria da cultura tem sido um desafio para a Sociologia na medida em que remete a reflexão para debates constitutivos da sua própria identidade científica, em especial para aquele que se pergunta pela natureza da **ação** e pela produção da **ordem**.

De fato, uma teoria **sociológica** da cultura apenas se tornou um imperativo analítico quando a Sociologia assumiu, como ponto de partida, a existência de uma ordem subjetiva e sua centralidade para a compreensão do mundo das relações sociais. Isto representou muito mais que o reconhecimento de que a ação é dotada de um sentido subjetivo. Importou em assumir que a **subjetividade dos agentes era um dos elementos estruturantes das relações sociais e que operava simultaneamente como causa e efeito de uma pluralidade de interações interpretativas**, sendo, por isso mesmo, irreduzível a qualquer ato interpretativo, sempre simples e único (Alexander, 1990). Daí porque, a compreensão da realidade social impunha que se teorizasse sobre os processos de construção de experiências e de significados. Uma concepção sociológica da cultura tornou-se, a partir daí, ferramenta analítica de primeira hora.

Mas, uma teoria sociológica da cultura sustenta-se em um outro requerimento de partida: supõe que à cultura seja conferida alguma **possibilidade de autonomia**. Vale dizer, que as relações sociais possam - repito, em alguma medida - ser investigadas a partir da estrutura e significados **internos a própria cultura**.

Nesse sentido, a possibilidade de uma teoria sociológica da cultura desafia, a um só tempo, duas abordagens-limite. Por um lado, aquela que absolutiza essa autonomia e que, por isso mesmo, priva de sentido o estudo dos fenômenos sociais *per se*. Nessa abordagem, interpretar os fenômenos da vida social é compreender a "experiência, através da qual o indivíduo constrói a sua vida interior e se capacita a interpretar a de outrem" (Dilthey, 1976:192). Esta se resolve na descoberta dos significados, na interpretação do sentido - interno e subjetivo - das estruturas culturais. Desse modo, a análise sociológica se dissolve num partido exclusivo pelo ponto de vista cultural.

Por outro lado, uma teoria sociológica da cultura desafia naturalmente toda espécie de abordagem mecanicista, que torne a

dimensão subjetiva da realidade social um mero epifenômeno de determinantes externos ao mundo que resulta das construções simbólicas dos agentes sociais. Nesse caso, não há sociologia da cultura pela simples razão de que se priva a cultura de um estatuto analítico significativo.

Mas, um outro aspecto importante desafiou o pensamento sociológico nas suas reflexões pioneiras sobre o tema: **a questão da coerência cultural**. De fato, a herança da filosofia social do século XIX valorizara a compreensão da cultura enquanto *Geist*, terreno privilegiado a partir do qual se poderia caracterizar a especificidade que particularizaria cada sociedade.

A aceitação de um princípio de coerência cultural prevaleceu, de alguma maneira, no pensamento da Antropologia Social nascente, ainda que num sentido mais complexo e inclusivo. Conquanto idéias e valores fossem apenas parte da ampla matéria-prima de que se formava a cultura, esta seguia sendo coerente e partilhada de modo consensual, cortando transversalmente todas as linhas de heterogeneidade e divisão social (Morgan, 1987; Taylor, 1920; Lowie, 1934).

O dissenso ao interior da Antropologia clássica (Benedict, 1934), legou à Sociologia do século XX duas interrogantes chaves (Smelser, 1992): em primeiro lugar, **quão unificadas e coerentes são as culturas?** em segundo lugar, **quão partilhados e consensuados são os ingredientes culturais?** A esses interrogantes, Smelser agrega um outro que se constituiria na pedra de toque para as formulações da teoria sociológica da primeira metade do século: **até que ponto a cultura reproduz-se no indivíduo e na estrutura social?**

Parsons e Shils (1951) produziram a respeito uma das respostas mais bem elaboradas da teoria sociológica. Concebendo a ação como simultaneamente simbólica, social e motivacional, eles equacionaram a relação entre cultura e sociedade de modo a tentar escapar ao dilema "experiência subjetiva versus determinação externa". Para tanto, propuseram a existência de três níveis articulados que comporiam um só mundo empírico, só separáveis para fins analíticos: cultura, sociedade e personalidade. Dessa forma, a sua teoria geral da ação procura escapar ao determinismo mecanicista ao propugnar que o ato-unidade tem sempre um referente cultural, isto é, que toda ação social é sempre a especificação de um padrão cultural mais amplo. Entretanto, procuraram escapar também ao culturalismo mais extremado ao afirmar que a ação humana é sempre parte de um sistema social (e não apenas de um sistema cultural).

Mas, retomando a questão posta por Smelser, como a cultura ganha existência, realizando-se no indivíduo e na sociedade? Para Parsons, uma análise sociológica da cultura seria, em primeira instância, uma reflexão sobre a sua **institucionalização** - processo pelo qual a cultura torna-se parte das estruturas reais em que se organiza a sociedade. Nesse sentido, a cultura não nos interessaria enquanto tal, vale dizer, como sistema simbólico. Antes, caberia esclarecer quais os mecanismos (socialização, dentre outros) pelos quais elementos desse sistema cultural reproduzem-se ao interior do sistema social; através deles, constituem-se as pautas valorativas que estruturam as expectativas de comportamento socialmente padronizadas. Dito nos mais rigorosos termos da sociologia da cultura subjacente ao pensamento parsoniano: o desafio da análise sociológica seria, então, o de explicar como os elementos simbólicos do sistema cultural convertem-se em valores, tornando-se componentes intrínsecos aos papéis sociais.

Alexander (1990) sugere que, ao deslocar a atenção analítica para os mecanismos pelos quais os padrões se institucionalizam e conformam a estrutura valorativa da sociedade, a teoria funcionalista abandonou o interesse pela origem e processos internos ao sistema cultural; com isso, chegou ao paradoxo de que a sua abordagem sobre os significados passou a por em cheque a idéia de autonomia cultural que estivera no ponto de partida da sua formulação. Alguns outros clássicos da abordagem funcionalista da cultura em Sociologia (como Merton, 1942 ou Lipset, 1967) tampouco escaparam a esse paradoxo: os valores acabaram concebidos como generalizações de comportamentos atuais, antes que derivações dos processos de simbolismo e significação que deveriam estar na raiz desses mesmos comportamentos (Alexander, 1990).

O impasse analítico em que se viram colocadas as abordagens de inspiração parsoniana ficou ainda mais evidente com a irrupção do enfoque semiótico e sua incorporação às Ciências Sociais, notadamente pela Antropologia. Retomava-se a linha interpretativa que tinha na autonomia dos sistemas simbólicos frente às instituições sociais a sua pedra de toque. A ação dos sujeitos só poderia ser entendida se remetida - e de modo imediato - ao sistema de signos no qual está embebida. Este, por sua vez, operaria de modo análogo ao que Saussure (1964) havia teorizado por referência à linguagem: ele seria um resultado independente de infinitos atos sociais, cuja estrutura estaria conformada por leis internas e não por determinantes imediatos de um meio-ambiente social.

Assim sendo, o nexa entre sistema simbólico e relações deixa de ser o foco central. Ao contrário, sublinha-se a urgência de analisar a integridade interna da organização da cultura, cujo entendimento supõe a separação analítica entre o momento inicial de reconstrução da estrutura simbólica dos códigos sociais e o momento subseqüente de correlacionar atos sociais e códigos culturais (Sahlins, 1976).

A força que as abordagens semióticas e estruturalistas aparecem na cena intelectual eclipsa o encanto interpretativo que tivera a teoria sociológica da cultura de corte funcionalista. Alguns sociólogos (como Alexander, 1990) reagem a isto desqualificando o antagonista: tratar-se-ia, para ele, de uma análise unilateral porque concernente apenas os interesses de signos e não ao entendimento das sociedades, o que requereria abandonar qualquer referência às exigências interacionais e situacionais, dando um passo atrás em direção a uma visão de completa autonomia da cultura.

Certamente, a esse argumento extremado poderia se contrapor a própria formulação de Saussure (1964: 76) pela qual, "diferentemente da linguagem, outras instituições sociais (como costumes, leis, etc.) baseiam-se, em graus variados, na relação natural entre coisas, devendo, por isso mesmo, adaptar meios empregados aos fins perseguidos". Nesse sentido, se a teoria da linguagem estava no ponto de partida de uma teoria mais geral dos signos, esta não se constituiria reduzindo todos os tipos de sistemas de signos de modo meramente analógico; se esta analogia foi um ponto de partida, dificilmente ela poderia estar também no ponto de chegada. Do mesmo modo, reflexões como a de Sahlins deixam claro que o entendimento das lógicas internas aos sistemas simbólicos antes que um fim em si mesmo, seria um meio para correlacionar-lhes práticas sociais efetivas, dando-lhes significado.

De qualquer sorte, a herança da Semiótica, notadamente pelas mãos da Antropologia, influenciou fortemente o curso da reflexão sociológica sobre o nexa entre cultura e dinâmica social, restabelecendo a importância de um estudo dos sistemas simbólicos *per se*. Este viés ganhou maior importância com o fortalecimento das correntes chamadas "micro-sociológicas", particularmente o interacionismo simbólico e a dramaturgia (Blumer, 1965; Goffman, 1975).

Um último veio teórico imprescindível para contextualizar a nossa discussão resulta da convergência entre duas vias aparentadas: a reflexão do moderno marxismo, notadamente enraizado em Gramsci, e a tematização com respeito a cultura como expressão (ou instrumento) de dominação.

De fato, a recusa ao materialismo histórico talvez tenha sido o principal animador do debate teórico da Sociologia sobre a autonomia da cultura. A formulação do marxismo mais ortodoxo era particularmente desafiadora em dois aspectos principais. No plano epistemológico, a recusa frontal ao idealismo subsumirá a relação entre cultura e reprodução social na relação entre base e superestrutura. No plano teórico, uma lógica analítica de corte funcional interpretava a cultura como expressão de dominação de classe. Em verdade, essas duas dimensões eram faces de uma mesma moeda.

Acredito que a formulação de Gramsci acerca da questão foi um dos passaportes para trazer para o debate acadêmico aquilo que por muito tempo não fora mais que uma "interlocução surda", porque fundada na desqualificação recíproca: nem o materialismo histórico, como "ciência do proletariado", reconhecia legitimidade nas "formulações burguesas", nem a Sociologia lhe conferia mais que o estatuto de um discurso político-ideológico.

Gramsci encontra um terreno comum ao formular uma teoria da ação na qual a cultura é um elemento analítico de primeiro relevo, e não um epifenômeno da estrutura econômica. Três elementos da sua formulação foram decisivos para a criação desse solo comum: (i) a idéia de que atores são intelectuais; (ii) a percepção de que o significado é uma dimensão constitutiva de toda ação humana e de toda forma histórica assumida pela ordem social; (iii) o entendimento de que entre os significados culturais e as forças sociais há uma relação complexa que, se bem não faz da cultura uma resultante imediata da dinâmica das forças sociais reais, tampouco lhe confere completa autonomia: as forças sociais constituem antes o principal referente para se entender as configurações culturais. Nesse sentido, numa sociedade de classes, a cultura torna-se parte do processo de dominação, emergindo daí a sua grande problemática, qual seja a da hegemonia cultural (Gramsci, 1971).

A vitalidade da formulação gramsciana colocou-a, de modo muito natural, na raiz de alguns dos mais importantes desenvolvimentos do marxismo acadêmico contemporâneo: como a tensão criadora que com ela mantém a concepção althusseriana de ideologia; ou o seu papel decisivo no surgimento da moderna história social inglesa; ou a força com que sustenta algumas das formulações do chamado marxismo analítico, ao interior da Sociologia norte-americana.

Mas, até aí nada de muito extraordinário. Curioso é verificar que o seu pensamento tenha se tornado um interlocutor acadêmico legítimo mesmo entre teóricos bastante distanciados da tradição marxista, como

os chamados “neo-funcionalistas” (que refletem sobre uma teoria sociológica da cultura). Para Alexander, por exemplo, a abordagem culturalista gramsciana partilharia com o esforço teórico parsoniano tanto a recusa ao idealismo radical (sem resvalar para a recusa à importância analítica das simbolizações), quanto o reconhecimento da importância das formas (e limites) sociais em que se realizam as estruturas simbólicas da cultura.

Todavia, conquanto, como Parsons, Gramsci tenha aceito o desafio de pensar um lugar analítico autônomo para a cultura, sua reflexão leva-o ao mesmo paradoxal impasse que reconhece entre os funcionalistas: ela esbarra no que Alexander denomina uma nova teoria da cultura institucionalizada, apenas traduzida aqui para os termos conceituais do marxismo. A saber: a hegemonia cultural, enquanto dominação ideológica das massas e requisito da reprodução da dominação de classe, se sustenta numa adesão voluntária às idéias dominantes, que se transformam assim - tanto quanto os valores, no modelo parsoniano - em componentes intrínsecos ao comportamento dos atores (Alexander, 1990). A força normativa desses componentes é tal, para Gramsci, que só a ação sistemática de intelectuais orgânicos da classe operária poderia transformar em comportamentos confrontacionais manifestos aquilo que nada mais é que uma latente (e intelectualmente ainda impotente) consciência operária.

Que elementos centrais parecem introduzidos aqui. Em primeiro lugar, a articulação entre sistemas de significados, por um lado, e hierarquias e divisão social do prestígio e do poder, por outro; uma análise sociológica da cultura parece, então, requerer necessariamente as suas contrafaces com a reprodução das estruturas de poder e dominação. A categoria “cultura” passa a carecer de uma adjetivação que qualificaria o caráter de classe das expressões simbólicas: **o velho paradigma da consensualidade da cultura é abandonado e a autonomia dos significados está necessariamente relativizada pela posição social dos agentes.**

Em segundo lugar, valoriza-se a problemática das lutas simbólicas: as lutas concernentes à produção e reprodução de signos passam a ser elementos decisivos na construção identitária dos sujeitos enquanto atores sociais. Isto será central no desenvolvimento subsequente das formulações da Sociologia. Entretanto, em terceiro lugar, preserva-se o caráter explicitamente normativo da abordagem: a interpretação da cultura vem entremeada com a atribuição de um sentido finalístico às expressões culturais, que passam a ser positiva ou negativamente avaliadas por sua capacidade de produzir uma contra-

hegemonia que realize o papel histórico e libertário do proletariado, tornando-o consciente dos seus "verdadeiros [e, acrescentaria, a-priorísticos] interesses de classe". Finalmente, e em quarto lugar, se a cultura deixa de ser consensual, por estar atravessada pelas lutas políticas de classe, esse pluralismo cultural não chega a por em cheque, creio, a idéia de uma coerência cultural: os ingredientes da cultura (como denominara Smelser), vale dizer os componentes simbólicos que conformam cada uma das culturas em luta encontram na determinação social dos atores e na dimensão normativa do intérprete as garantias para a coerência interna a cada um dos sistemas de símbolos em luta pela hegemonia.

Esses pontos de partida, creio, informaram vários desenvolvimentos ulteriores que são centrais para o debate atual sobre uma teoria sociológica da cultura, em geral, e sobre a cultura operária, em particular. O mais conhecido deles talvez seja a contribuição de E. P. Thompson (1963). A teoria cultural subjacente à sua formulação dista bastante do determinismo economicista ou da normatividade teleologista presentes em muitas abordagens de inspiração marxista. Em sua interpretação da formação da classe operária inglesa a dimensão simbólica jogará um papel decisivo. Para ele, a construção de uma identidade subjetiva, fundada na partilha de códigos e de valores, depende menos de determinantes imediatos, oriundos das contradições econômicas de classe e mais do processo de criação de uma comunidade.

Este processo tem a sua raiz na forma como as fortes tradições locais (de auto-estima, decência, cumprimento e solidariedade mútua que caracterizaram os grupos sociais de artesãos) foram re-elaborados no meio cultural que constituiu a nova ordem industrial, mesclando-se as linguagens da tradição artesanal, da afiliação religiosa e do ideário socialista. Tanto quanto para Hobsbawn (1963), ganha centralidade a análise dos movimentos de massa enquanto rituais e cerimônias de incorporação e revitalização de um mundo simbólico que, por sua autonomia, constitui-se numa dimensão central à interpretação do processo de formação de classe. Experiência e significação tornam-se, por isso mesmo, categorias de análise fundadoras.

Por outro lado, a interpretação thompsoniana recusa o sentido finalístico e normativo que o marxismo mais ortodoxo conferiu ao processo de formação histórica das classes. Com isso, a sua análise sobre a construção da classe operária inglesa como ator social liberta-se, por um lado, das amarras que sujeitavam a interpretação da cultura operária a ilações sobre "sua natureza", vale dizer, até onde

expressavam uma "verdadeira" ou uma "falsa" consciência. Ademais, a construção simbólica dessa identidade subjetiva, coletivamente partilhada, uma vez livre do a-priorismo subjacente à compreensão mecanicista da formação de interesses, nos aparece representada como um processo social, em toda a extensão do conceito: livre da linearidade que a necessidade econômica lhe imporia; múltiplo em seus âmbitos de constituição (vida fabril e vida extra-fabril tornam-se equivalentes na análise da construção das identidades); múltiplo em termos das práticas que a observação necessita contemplar (práticas econômicas, simbólicas, político-institucionais, etc.).

É interessante observar que, apesar de tudo, ainda subsiste algo do essencialmente que caracteriza a teoria marxista da dinâmica social e sua análise dos sujeitos. A classe operária parece ainda ser tomada como um sujeito transcendental, possuidora de uma virtualidade histórica que instiga a investigação acadêmica para o estudo da sua constituição como sujeito. Certamente o estudo resulta, agora, muito mais enriquecido que nas abordagens tradicionais. Entretanto, a persistência da atenção à cultura operária reflete, em grande medida, a crença em algum tipo de centralidade que distinguiria as identidades forjadas a partir não só da experiência do trabalho como, em especial, daquele trabalho diretamente ligado à produção material de bens.

No trabalho de Paul Willis (1979), por exemplo, persiste a idéia da centralidade política (isto é, para o entendimento da dinâmica social) da alienação e exploração a que estão sujeitos os operários. Entretanto, se a construção identitária desses passa pela experiência direta da produção, essa experiência é (ela mesma) construída por meio de diferentes discursos de natureza cultural. Em sua formulação reaparece, assim, aquela que fora a pedra de toque da reflexão do interacionismo e da etnometodologia: o desafio de buscar nos comportamentos e atitudes "naturalizados", porque aparentemente automáticos e irrefletidos, os significados simbólicos a eles subjacentes, significados que são os responsáveis por transformar meros indivíduos em seres sociais e coletivos.

Willis vai ainda mais longe e conclui, daí, que não apenas a experiência no âmbito do trabalho pode ser analisada de um ponto de vista cultural, mas que ela deve ocupar um papel central - sempre que se confira à idéia de cultura um sentido amplo (1979: 185). **Dessa forma, o nexó entre cultura e sociedade passa a ter no trabalho uma instância mediadora de primeira grandeza.** Nesse sentido, recusa o que denomina a "banalização" da noção de cultura operária, especialmente

do que considera o seu domínio central: o das relações/lutas/formas culturais que se expressam no âmbito da produção.

Não vou aqui me deter nas suas formulações sobre nexos entre processo de trabalho e produção simbólica; privilegiarei, antes, aquelas de sentido mais amplo, que apontam para o nosso tema da relação entre cultura e sociedade ou, mais especificamente, da relação entre cultura operária e dinâmica social. Para Willis, desse ponto de vista, a cultura operária não pode ser entendida como uma simples resposta a imposições que embotam a compreensão "verdadeira" das relações sociais, nem tampouco pode ser um modelo discursivo simplesmente reativo, de mera compensação diante da impotência da condição de explorado. Ao contrário, cultura no trabalho ocupa os mesmos espaços e demanda o exercício das mesmas potencialidades humanas por cuja apropriação também luta o capital em seu processo de valorização e acumulação. Onde estaria então a diferença? Para ele, no fato de que **distintas lógicas culturais informam a interação dos agentes no trabalho**. Nesse ponto, a formulação de Willis parece recusar simultaneamente os supostos tradicionais da consensualidade e, também, de coerência. É como se, além de ver no trabalho um âmbito pluri-cultural, simultaneamente livrasse a cultura operária, que nele se produz, da coerência interna dada por um imperativo funcional que a levava a ser mera resposta à dominação. Mais ainda, a noção singular de cultura operária é, de fato, ampliada pela compreensão de que (i) as experiências da produção são informadas por diferentes discursos e práticas culturais, (ii) os quais desenvolvem-se a partir (ou em articulação com) outras instituições ou forças sociais externas à produção, como a família, o estado, o sindicato...

Poderíamos dizer que esse argumento "joga fora a criança com a água do banho"? Para Willis não. Prevalece a noção de cultura operária - conquanto ampliada e complexificada - posto que persiste a precedência analítica conferida à **experiência da produção**. Para ele a produção é o *locus* privilegiado, tanto pela presença massiva de trabalhadores, quanto porque as lutas que ali se desenvolvem organizam os discursos e influências externas, combinando-os de um modo particular.

Mas nem sempre a produção é o âmbito central para entendermos o processo de reprodução social enquanto reprodução de uma dominação cultural. Para autores como Marcuse (1964) ou Habermas (1975), por exemplo, na medida em que tanto as classes quanto a consciência de classe tornaram-se fragmentadas e difusas no capitalismo contemporâneo, outros espaços e outras formas, que não o trabalho, tornam-se privilegiados para entender como a sociedade

moderna se reproduz através da dominação cultural burguesa sobre o proletariado.

Habermas vai por em questão as formas tradicionais de dominação de classe, remetendo-nos à capacidade do estado, enquanto aparato administrativo, de impor uma forma de racionalidade às massas, penetrando-lhes o "mundo da vida". Também na perspectiva analítica da cultura como meio de dominação, autores como Horkheimer e Adorno (1972) deslocaram o foco da atenção para a *media*, como indústria cultural; nesse sentido, as práticas culturais passam a ser analisadas da perspectiva da cultura enquanto instituição econômica, dotada de processos particulares de produção, distribuição e consumo. O abandono da abordagem de dominação cultural de classe, que levava a privilegiar o âmbito do trabalho, não leva, todavia, a que se desconsidere as categorias de dominação e hegemonia, que seguem centrais.

Mais recentemente, os estudos de Foucault (1977) e Bourdieu (1977 e 1984) elaboraram analiticamente sobre os mecanismos pelos quais reprodução social e dominação cultural se interligavam. Para os estudos sociológicos sobre os nexos entre trabalho e cultura esses autores abriram um fértil campo de indagações: se a noção de poder joga um papel decisivo na construção da análise, esta está longe de ser redutível às formas ortodoxas pretéritas.

Assim, a teorização foucaultiana em torno de uma "microfísica do poder", lança o desafio de que, apesar das assimetrias, o poder se caracteriza pela propriedade de circular, de plasmar toda e qualquer relação social, não importando o pólo pelo qual ela seja visualizada. Nesse sentido, a sua microfísica recusa as concepções do tipo "soma zero" que informaram quase toda a teorização sobre os antagonismos e dominação de classe. Bem assim, múltiplos são os recursos de poder, sendo, por isso mesmo, variados os espaços sociais através dos quais se fundam e as práticas das quais se expressam.

As noções bourdieusianas de *habitus*, campo e capital (em suas várias formas), remetem igualmente para a complexidade do processo de produção cultural e de luta simbólica pela dominação. Em sua análise das formas de dominação de classe, Bourdieu desloca o interesse analítico para o plano da representação dos agentes, tomada ela mesma como um elemento central de definição do campo, da natureza do capital em disputa e das formas ou rituais de legitimação e confrontação que se desenvolvem (1987). Nessa sua abordagem, as classes sociais são especialmente importantes enquanto classificações socialmente

construídas pelos agentes sociais; com isso, abandona-se de vez o realismo que marcara os estudos sobre cultura e dominação de classe. A classe torna-se uma realidade na exata medida em que é resultado de um processo de luta simbólica, de luta pela definição e pela classificação do mundo social pelos agentes que nele se reconhecem. Os *habitus* de classe, ao tempo em que constituem as atitudes, aspirações e conhecimento dos agentes num campo determinado, são também constituídos e re-constituídos permanentemente nas lutas simbólicas pela nomeação.

Chegando a esse ponto, parece claro que a preocupação teórica inicial sobre o conteúdo da cultura e seu nexos com a dinâmica social (de onde decorriam as idéias de coerência e consenso cultural), cedem lugar à preocupação com os processos e mecanismos a partir dos quais produção, circulação e disputa no campo simbólico podem produzir formas de sociabilidade e dar lugar ao surgimento de identidades subjetivas, coletivamente partilhadas.

Cultura operária e reprodução social: velhas categorias em busca de novos autores ou novos conteúdos que reelaboram antigos invólucros?

Posto esse quadro mais geral, concluo com algumas considerações provocativas sobre as noções de "cultura operária" e "reprodução social".

Inicialmente, parece plausível afirmar que essas noções (e a relação entre elas) ganham tanto mais importância analítica quanto mais claramente remetidas ao campo teórico que as informa: o dos estudos sobre trabalho e dominação de classe no capitalismo, campo fortemente devedor dos *insights* analíticos da teoria marxista. Isto é, o valor heurístico dessas categorias resulta de sua capacidade de exprimir uma certa forma de representação da realidade social que foi central à teoria social contemporânea durante um longo tempo. Nesse sentido, estou recusando um realismo exacerbado que muitas vezes impregna as nossas avaliações e que esquece que as interpretações da Ciência Social são, elas mesmas, construções simbólicas, formas de representar a realidade. Precisamente nisso residem suas grandezas e misérias, suas possibilidades e limites.

Assim sendo, as formulações sobre a produção simbólica e as práticas culturais dos grupos de operários e seu nexos com a reprodução

social refletem, elas mesmas, um modo de organizar e hierarquizar os fenômenos da vida social fundado na idéia de que:

(i) era no trabalho - vale dizer, na produção da sua sobrevivência - que os homens estabeleciam as relações sociais mais decisivas;

(ii) dessa centralidade decorria a importância do que nele se passava para o entendimento da reprodução social num sentido mais amplo; aí se jogavam as cartas mais decisivas;

(iii) nesse âmbito, era possível encontrar os atores sociais mais decisivos pela virtualidade com que as suas ações contaminavam o mundo das relações sociais; um deles era o conjunto dos trabalhadores manuais, diretamente ligados à produção. Nesse momento, mesclavam-se teoria e teleologia, conferindo-se a um agente social o sentido libertário, a capacidade de, na defesa dos seus interesses particulares, representar interesses sociais de muito maior amplitude. A dinâmica social passaria, por isso mesmo, a requerer do conhecimento sobre as práticas e representações que informavam atitudes e comportamentos desses agentes cruciais ao processo de reprodução das relações sociais.

Como se situa, nesse campo, o conceito de "cultura operária"? A meu juízo, ele incorpora uma das mais importantes tensões criadoras vividas pela Sociologia, em geral, e pela teoria marxista, em particular: a de introduzir em seus esquemas analíticos uma variável definitivamente perturbadora, qual seja a da subjetividade dos agentes sociais, expressa na sua capacidade de interpretar, de conferir significado e de produzir representações partilhadas a respeito dessas significações. Nesse sentido, ela assume o desafio de pensar os sujeitos na sua dupla dimensão (que se expressa até na ambivalência das palavras): **sujeitos a**, porque assujeitados, submetidos a formas de dominação, mas também **sujeitos de**, porque capazes de assenhorar-se do processo de construção das suas existências.

Ao fazê-lo, produz-se um efeito de conhecimento que considero fundamental: desloca-se a discussão sobre consciência e falsa-consciência e tudo o que nela se continha enquanto imputação de interesses para o campo das práticas e representações, da construção e partilha de significados e interpretações sobre a experiência.

É certo que a primeira e mais embrionária forma de encarar esse desafio (visto sempre do plano do nexó entre cultura e reprodução social) foi ainda claramente funcional. A produção acadêmica reduzia "sujeito de" a "sujeitos a": como bem critica Willis, interpretava-se as práticas simbólicas como paliativos à dominação (vide Burawoy, 1979),

como estratégias de ajuste dos indivíduos que transpunham para o âmbito do trabalho formas culturais de sujeição que (a) definiam a identidade não-operária e que (b) eram apropriadas pelo capital, para usar o tom da época (veja-se, por exemplo, os primeiros estudos feministas sobre estratégias de dominação de mulheres no processo de trabalho).

Esse estilo interpretativo colocava-nos diante de questões desconcertantes, na medida em que o funcionalismo que lhe era imanente privava o sujeito transcendental (a classe operária) dos mecanismos que lhe dariam a virtualidade da transformação. Outra vez os estudos sobre cultura operária mostraram-se sensíveis ao debate. Eles voltaram-se para pensar o impacto das representações e simbolizações não apenas na reprodução da dominação, mas na produção da transformação, na criação de práticas de resistência, na construção de uma identidade fundada no reconhecimento da alteridade.

Ainda sem perder o estilo funcional de pensar as relações no mundo social (apenas se substituía uma funcionalidade positiva por outra negativa), os estudos sobre cultura operária fizeram avançar as análises sociológicas de viés marxista ao desbravarem um campo bastante criador: o dos espaços sociais de construção dessa identidade. Vale dizer, se "o âmbito recôndito da produção" (tal como o denominara Marx) era ainda o espaço crítico onde se jogava o horizonte da reprodução social, a teoria avançava ao perceber que a construção identitária dos sujeitos que ali confrontavam era tributária de experiências que provinham de **outras** esferas. A identidade operária transmutava-se em identidade **de operários**, remetendo a análise empírica para espaços sociais cada vez mais longínquos da produção: o sindicato, a política, o estado; mas também, a família, o bairro, as comunidades religiosas, as diversas formas associativas. Todos eles tornavam-se provedores dessa cultura de operários, da constituição subjetiva desses atores coletivos.

Para a teoria, isso significou por em discussão as hipóteses mais antigas sobre a formação de interesses e indagar-se acerca do próprio processo de formação de classe. Mais importante ainda, a experiência do trabalho, bem como as representações e práticas que dela decorriam, passavam a ser vistas como apenas um, dentre muitos outros âmbitos de formação das classes.

Curiosamente, quanto mais a investigação empírica se mostrava capaz de enfrentar outros domínios, e mais o conceito parecia estender-se em seu conteúdo, mais se evidenciava o incômodo da sobrevida de

uma categoria que perdera o referente analítico inicial e denotava essa perda na desconexão entre a forma precisa como a nomeação recortava o seu objeto - "cultura operária" - a forma cada vez mais inclusiva pela qual as análises pareciam insistir em ultrapassá-la, dando conteúdos cada vez mais diversos ao invólucro.

O debate contemporâneo, a meu juízo, leva ao limite essa tensão. Se já ultrapassáramos o âmbito do trabalho em busca de outros espaços identitários para o sujeito trabalhador, se deixáramos para trás a precedência analítica dos interesses econômicos (imediatamente derivados das tensões no âmbito produtivo), quebrava-se, contemporaneamente, com o próprio referente unificador - a condição operária.

Pensado do ponto de vista dos sujeitos coletivos em formação, cada vez menos a identidade operária funcionava como a luz na qual se banhavam as demais identidades, integrando-as. Essas se fragmentavam e novas identidades ganhavam força: operário sim, mas mulher; ou negro; ou jovem; ou migrante. Todas essas eram formas não só igualmente importantes de auto-reconhecimento e de construção de práticas coletivas que impactavam sobre a dinâmica social, como podiam ser até mais significativas para a construção identitária dos indivíduos. A identidade operária que se transmutara em identidade de operários parecia agora querer transmutar-se em identidade feminina, negra, jovem, etc., coletivos que apenas circunstancialmente se reconheciam como operários. E isso revelava-se tanto mais grave quanto mais avançavam a flexibilidade e precarização das relações no mercado chamado formal de trabalho.

Por outro lado, a pesquisa empírica passou a chamar a atenção para a existência de formas de representação que cortavam transversalmente diferentes grupos sociais ao interior do trabalho, levando ao surgimento de conceitos competidores como os de "cultura do trabalho", "cultura de empresa", "cultura técnica", etc. Ou seja, elementos culturais provenientes desses outros mundos simbólicos, igualmente referidos ao trabalho, perpassavam e informavam a maneira pela qual os operários representavam o seu lugar social e construíam valores e atitudes que impactavam na reprodução da sociedade. Nesse sentido, a reflexão remetia para a existência de **múltiplas linguagens, múltiplos sistemas de códigos e signos que se entrecruzavam**, mesmo considerando o ponto de vista do trabalho e da experiência da produção.

Finalmente, todo o debate contemporâneo sobre o assim chamado "fim da sociedade do trabalho" dá aos críticos da centralidade

da cultura operária para a reprodução social a pá de cal que lhes poderia faltar. Não somente os contingentes operários são cada vez mais quantitativamente insignificantes, não somente a indústria é, ela mesma, um âmbito deslocado pelo crescimento avassalador dos modernos serviços e da produção e circulação da informação. Mais que isso, a própria ética do trabalho como valor, decisivo na construção da sociedade capitalista e central para todos os nossos pais fundadores da teoria sociológica, estaria posta em cheque.

Nesse sentido, a dinâmica social estaria **cada vez menos comprometida** com a reprodução de valores e representações que extraem a sua matéria-prima da experiência e das expectativas referidas ao trabalho. A identidade operária, mesmo ali onde ela ainda parece sobreviver, seria de muito pouco impacto para a dinâmica social mais ampla.

Esses são, a meu ver, alguns dos elementos centrais que gostaria de destacar porque desafiam, hoje, a discussão dos estudiosos das relações sociais no trabalho e do seu significado para a sociedade e a cultura contemporâneas.



BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, J. C. (1990). "Analytic debates: Understanding the relative autonomy of culture". In: J. C. Alexander; S. Seidman (eds.). **Culture and Society: Contemporary Debates**, London: Cambridge University Press, pp. 1-31.
- BENEDICT, R. (1934). **Patterns of Culture**, Boston: Houghton Mifflin.
- BLUMER, H. (1965). **Symbolic Interactionism**. New Jersey: Prentice-Hall Inc.
- BOURDIEU, P. (1977). **Outline of a Theory of Practice**, Cambridge: Harvard University Press.
- BOURDIEU, P. (1984). **Distinction**, Cambridge, Harvard University Press.
- BOURDIEU, P. (1987). "What makes a social class?", **Berkeley Journal of Sociology**, vol. LVI.
- BURAWOY, M. (1979). **Manufacturing Consent**. Chicago: The University of Chicago Press.
- DILTHEY, W. (1976). **Selected Writings**, London: Cambridge University Press.
- FOUCAULT, M. (1977). **The Birth of the Prison**, New York: Pantheon Books.
- GOFFMAN, E. (1975). **Frame Analysis**, London: Penguin Books.
- GRAMSCI, A. (1971). **Selection from the Prison Notebooks**, New York: International Publ.
- HABERMAS, J. (1975). **Legitimation Crisis**, Boston: Beacon Press.
- HORKHEIMER, M; ADORNO, T. (1972). **Dialectics of Enlightenment**, New York: Herder & Herder.
- LIPSET, S. M. (1967). **The First New Nation**, New York: Doubleday.
- LOWIE, R. H. (1934). **An Introduction to Cultural Anthropology**, Londres: George Harrap.
- MARCUSE, H. (1964). **One-Dimensional Man**, Boston, Beacon Press.
- MERTON, R. K. (1942). "Science and Technology in a Democratic Order", **Journal of Legal and Political Sociology**, n. 1, pp. 115-126.
- MORGAN, L. H. (1963) [1877]. **Ancient Society**, New York: World Publishing.
- PARSONS, T.; SHILLS, E. (1951). **Toward a General Theory of Action**, Cambridge: Harvard University Press.

- SAHLINS, M. (1976). *Culture and Practical Reason*, Chicago: University of Chicago Press.
- SAUSSURE, F. (1964) [1916]. *Course of General Linguistic*, New York: McGraw-Hill.
- SMELSER, N. J. (1992). "Culture: Coherent or Incoherent". In R. Munch; N. J. Smelser (eds.). *Theory of Culture*, Berkeley: University of California Press.
- THOMPSON, E. P. (1963). *The Making of the English Working Class*, New York: Vintage.
- TYLOR, E. B. (1920). *Primitive Culture*, Boston: Estes & Lauriat.
- WILLIS, P. (1979). "Masculinith and factory labor". In: J. Cklarke et al. *Working Class Culture*, London: Hutchinson.



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O RENASCIMENTO DA RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NOS ANOS 90¹

Maria Carmela Buonfiglio²

"Resistindo, existimos."

(Metalúrgicos italianos durante
a greve geral de 27/9/96)

"Quem vai à luta? Viva! Nossa união? Viva!"

"Quem são vocês? O povo unido outra vez!"

"Quem são vocês? O povo unido outra vez!"

(refrão em manifestação, em J. Pessoa, 11/09/96, em
repúdio à violência policial contra os trabalhadores
sem terra, da fazenda Gomes, na madrugada de 7/8 de
setembro/96.)

1. Introdução.

Talvez o resultado mais visível desses anos de atuação da atual reestruturação produtiva seja o golpe dado ao movimento sindical, em todo o mundo. A adoção de políticas neoliberais e a aceitação das novas regras do jogo, resultou na solidão e abandono dos trabalhadores, e na perda de rumos do movimento sindical. Este foi o resultado da aceitação do canto de sereias da política de negociação: um sindicalismo que perdeu sua essência, seu significado de proteção e defesa dos trabalhadores, mero figurante do falso jogo democrático. Desmoralizados, não só pelas perdas sofridas, inerentes a qualquer luta, mas sim pelo caminho adotado que mais que a negociação, significou cooptação, e que fez de muitos deles apenas "parceiros" para referendar as perdas dos trabalhadores.

1 Trabalho apresentado no II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho, realizado em dezembro de 1996; este texto inclui o levantamento de resistências até outubro/96.

2 Professora do DCS/PPGS/UFPB.

Entretanto, os últimos anos parecem indicar mudança nessa trajetória suicida. Um tanto tardia, é verdade, talvez demasiadamente. Particularmente em '96, o movimento sindical, em vários países, vem despertando do seu letárgico sono, impulsionado pela queda da máscara do discurso da participação nas empresas, e por formas de resistências e lutas, geralmente à margem da política das grandes centrais, que envolvem dissidências e outros atores sociais. Um despertar doloroso, porque nesse meio tempo, de um lado, a obra da reestruturação neoliberalizante avançou e são muitos os estragos provocados (destruição de milhões de empregos, milhões de subempregados, redução da participação dos salários na renda gerada em média de um terço, precarização do emprego) e, por outro, coloca a necessidade de se reconstruir o próprio sindicato, retomando seu papel de defesa dos trabalhadores, o caminho do sindicato classista (Malabarba, 1995) para reconquistar a confiança dessa classe abandonada e sem esperanças.

Ainda, nesses anos, essa massa de deserdados, encontrou no renascimento dos movimentos populares, principalmente ligados aos camponeses, aos trabalhadores rurais, excluídos mais fortemente das benesses da modernidade capitalista, o lume ausente no movimento sindical urbano. E foram eles, por sua firmeza, a apontar um caminho e de novo dar um horizonte, uma esperança através da única alternativa possível: a velha resistência.

2. Um novo "outono quente" ?

Contrariando os muitos adeptos do pensamento único, do fim da História e da pressa em ceder aos poderosos, assegurando seu quinhão, em vários países, o noticiário é cheio daquilo que decretaram morto e ultrapassado: manifestações em massa, greves gerais, ocupação de fábrica, protestos. Nos EUA, o IWW renasceu! Sindicalistas que antes eram bem comportados "negociadores", agora ameaçam com resistências e ações conjuntas, às vezes internacionais. As ocupações dos Sem-Terra, além do Brasil aparecem também no Paraguai, na Bolívia, na Colômbia. Os zapatistas organizaram um congresso internacional contra o neoliberalismo no meio da selva, reunindo três mil participantes de todo o mundo. O presidente do Uruguai organizou um Seminário Internacional contra o neoliberalismo. A CIOSL, central mundial criada exatamente para combater os comunistas e esquerdistas no movimento sindical, em seu último congresso de junho 96, declarou que é hora de combater o neoliberalismo e seus efeitos nefastos.

O que dizer dessa realidade tão negada, que o noticiário frequentemente oculta, esquece, nega? Não estaríamos vivendo um novo "outono quente"?

Registramos, pois, algumas das resistências que hoje vem ocorrendo para quem sabe, no futuro, não se atribua à generosidade dos economistas do FMI ou do Consenso de Washington o fim dos estragos desse modelo perverso, como hoje ocorre com relação ao fordismo. ³

2.1 Um breve olhar sobre alguns fatos: a aurora de um novo "outono quente".

A segunda metade de 1996 já (no momento em que escrevemos) aponta para a retomada de um novo "outono quente", outono que na verdade se iniciou no final do verão europeu. Várias manifestações e greves gerais ocorreram em vários países e outras estão previstas. Em sua maioria, foram convocadas pelas grandes centrais, até pouco antes, conciliadoras, mostrando uma mudança de rumo. Vamos aqui retomar algumas delas, por países.

ALEMANHA:

2/10/96: cem mil metalúrgicos em manifestações de protesto, em toda a Alemanha, contra redução do auxílio-doença, e ameaças de revisão do contrato de férias e do 13º. salário. Apesar de negociações e ameaças de greve - e da própria quebra do dito "modelo alemão - (já bastante trincado), várias empresas, capitaneadas pela Daimler-Benz, maior empregadora (1.300.000 empregados), e seguida pela Hoescht, Schering, Deutsche Bank, Commerzbank, Siemens, Philips, Mannesmann, entre outras, decidiram reduzir o auxílio-doença a 80% do salário (seu pagamento integral foi conquistado após violentos distúrbios, em '56). Já no sábado (28/09) interromperam os turnos extraordinários 20.000 operários da Mercedes, das plantas de Bremen, Sindelfingen e Untertuerkheim. Algumas empresas -Volks, BMW e Porsche não seguiram a Daimler-Benz. Após a greve, Siemens, primeira a segui-la e a

³ É frequente encontrar, mesmo entre os melhores autores, referências ao fordismo que, esquecendo-se das lutas dos trabalhadores, atribuem a Mr. Ford a conquista dos altos salários norte-americanos e até mesmo da redução da jornada de trabalho (exemplo, o belíssimo livro de David Harvey, *A Condição Pós-Moderna*, Loyola, São Paulo, 1993).

Basf, voltaram atrás. O IG-Metall (três milhões de sindicalizados) prometeu agir judicialmente e lutar duramente para impedir essa volta ao passado. (*Il Manifesto*, 1 e 12/X/96; *Gazeta Mercantil* 2 e 3/X/96; *Clarín*, 14/10/96)

23/outubro: esgotado o prazo dado às empresas, sem recuassem na questão do corte no auxílio-doença, nova manifestação dos metalúrgicos alemães, nas ruas das principais cidades industriais do país, que dessa vez contou com mais de 400.000 grevistas. Uma manifestação muito mais forte que a anterior, pois à raiva pelo contrato rompido, juntava-se a ameaça sobre uma conquista obtida na mais dura luta dos trabalhadores alemães, iniciada em 27 de outubro de 1956 e que durou dezesseis semanas. E sem sinais de acordo, pois empresas como a Daimler-Benz, aceitavam manter o pagamento integral do auxílio-doença até o final do contrato (próximo inverno) para então, implementarem os cortes com a nova negociação. (*Il Manifesto*, 24 e 25/10/96)

ITÁLIA:

30/08/96 (ainda final do verão): greve e manifestação de 150.000 trabalhadoras temporárias, de todas as faixas etárias, das numerosas pequenas empresas da região da Campânia, da indústria de tomates, em Scafati. Lutavam contra a precariedade, as longas jornadas sem remuneração de horas-extras, os baixos salários, os contratos temporários sem indenização e ainda sem direito à aposentadoria, devido a mudança na legislação trabalhista. As três grandes centrais convocaram a greve, a partir de uma plataforma de reivindicações relativas à requalificação do setor, garantia de trabalho e desenvolvimento, apostando numa negociação que facilitasse aos empresários incentivos fiscais já previstos na lei dos distritos industriais. E, em último lugar, a questão das trabalhadoras temporárias. Esperavam que da greve participassem operários das grandes indústrias. E, no entanto, a maioria dos grevistas era composta dessas trabalhadoras sem contrato fixo, e outros tantos que, apesar de contratos por tempo indeterminado, estavam ameaçados pela reestruturação. Ou seja, participaram os mais afetados pelas novas relações da modernidade capitalista. E pediam dignidade, respeito - "*Luta dura, sem medo*" - por estarem no limite, por nada terem a perder (ou muito pouco) reivindicando coisas que se pensava enterradas no passado e que revelam a verdadeira face da modernidade - ou pós-modernidade - capitalista. Deve-se lembrar que a situação na região deve-se aos últimos anos de políticas neoliberalizantes. Políticos da

região deram seu apoio - ou mostraram-se sensíveis às denúncias e reclamos (inclusive o Ministro da Agricultura, que é de Salerno). Os sindicatos receberam a lição de que é preciso estar mais atentos à situação dos trabalhadores e que devem recuperar sua confiança.. (*II Manifesto*, 4/08/96)

27/09/96: greve nacional dos metalúrgicos contra a quebra do contrato de 23 de julho último (a empresa se recusava a pagar o reajuste acordado entre a CGIL, Cisl e UIL e a Cofindustria e a Federmeccanica - L\$ 76.000,00 - pouco mais de US\$ 50,00). Vale lembrar que o acordo firmado em julho, refletia ainda a linha do sindicalismo de negociação e mesmo assim foi quebrado.

A CGIL, em seu último congresso, em julho 96, reafirmou a linha do sindicalismo de negociação, o que levou o PRD a declarações que apontavam para um caminho em que o partido ocupasse a vanguarda política que a central teimava em não assumir, colocando um fim na separação entre partido e sindicato. (*II Manifesto*, 22/7/96)

Tratava-se então de um contrato já muito favorável à empresa, que mesmo assim resolveu rompê-lo. O modelo da negociação, das "parcerias", parece esgotado pelo menos em sua face ideológica. No dia anterior à greve, o presidente da Federmeccanica, sindicato patronal, lançou aos 1.700.000 metalúrgicos do país: "Façam greve, tanto vocês nada contam". Esse é o novo discurso do capital em tempos de flexibilizações. Parece que os tempos do discurso vazio da qualidade e da participação chegaram ao fim, apesar dos elevados lucros registrados em 94, '95 e em '96. A Fiat, por sua vez na fábrica de Melfi, ameaçou os trabalhadores, principalmente aqueles com "contrato de formação" que a adesão à greve implicaria na não renovação dos contratos de trabalho.

Ainda, como agravante, havia a questão da previdência, e que provocara uma quase ruptura com Prodi, embora, no dia anterior à greve, o governo voltasse atrás, devido a pressões de Bertinotti, do PRC. Em jogo, uma redução salarial nos chamados aposentados-baby (com 15 a 20 anos de serviço), geralmente do serviço público. O corte era até pequeno (L\$ 7.000,00 ou US\$ 5,00), entretanto perigoso, porque implicava em mexer em direitos adquiridos. A CISL, forte nos sindicatos do serviço público, posicionou-se contra. Também deixado de lado o "ticket diária hospitalar" (também de pequeno valor- L\$ 20.000,00) a ser aplicado para as altas rendas, uma vez que também feria o princípio de direito universal à saúde. E, depois de se aprovar uma limitação como essa, simpática para muitos, estaria aberta a porta para passar outras, com implicações bem maiores.

É nesse clima que a greve, convocada pelas três grandes centrais - CGIL, CISL e UIL - e, apesar de seu tímido e fraco apoio - constituiu-se na grande manifestação desde a derrota do movimento operário italiano em 78, quando 300.000 metalúrgicos tomaram as ruas das principais cidades italianas (em '90 houve uma retomada, mas muito menor que esta; em 94 também fizeram greve em defesa da previdência). Uma manifestação de muitos jovens entusiasmados, uma nova geração operária, que apesar dos mitos do pós-fordismo, vive hoje no cotidiano da fábrica a mesma realidade dos que viveram o outro "outono quente". E estão sós, porque o sindicato de agora os abandonou desde muito.

Em Turim, foram 50.000 manifestantes que usavam o adesivo "eu amo os macacões azuis", slogan criado pela FIOM, FIM e UILM. A greve que recebeu adesão de estudantes e aposentados, não era apenas pelo contrato de trabalho, mas pela defesa dos contratos de trabalho e contra a insegurança com relação ao emprego.

Em Pádua, cidade do Vêneto, de industrialização difusa e sem tradição de mobilizações, a manifestação contou com um número entre 20 e 30 mil pessoas; todos jovens operários; (estudantes, ausentes). Operários de pequenas empresas, politicamente próximos aos separatistas da Liga; mulheres, da grande indústria, que sobre a flexibilidade do trabalho que experimentam, diziam "trabalhamos menos, mas em piores condições".

Em Milão, na Lombardia, grandes fábricas de antanho, como a Alfa Romeo, desapareceram; restou uma miríade de pequenas e médias empresas. Os metalúrgicos ainda existem, embora já não desfilassem de macacão. Com relação aos efeitos do pós-fordismo, dizem que desarticulou e reconfigurou a classe operária, mas que isso se sabia há pelo menos seis anos atrás, na última greve da categoria. Mas que era obrigação naquela ocasião, o confronto, que não houve. Nessa greve, com 50.000 manifestantes, operários jovens, novos atores.

Em Bolonha (Emília Romana), também manifestação com 50.000 participantes e todos jovens empregados em pequenas empresas, em sua primeira greve. As representações sindicais unitárias (RSU) de outras categorias - têxteis, ceramistas, construção civil, além de aposentados - participaram, principalmente porque os problemas enfrentados, e que vão além do respeito ao contrato de trabalho, são comuns. Nas faixas dos manifestantes, agradecimentos a Bertinotti por salvar as aposentadorias; nos discursos, as declarações foram no sentido

de "não aceitar mais nenhum falso compromisso em nome do desenvolvimento e da competitividade".

A greve chegou pela primeira vez ao sul: em Potenza (Basilicata), pequena cidade do sul, operários da FIAT Melfi se uniram a outras categorias que organizaram a "greve do despertar", slogan adotado para a plataforma de lutas na região. A manifestação reuniu 7.000 pessoas entre metalúrgicos, outras categorias, desempregados e aposentados, mostrando que é possível superar as barreiras entre essas distintas situações que fragmentaram a classe operária, principalmente a dicotomia empregados- desempregados. Mas a greve teve um significado ainda maior por se tratar de Melfi, a mais toyotizada empresa do grupo FIAT, aquela onde a palavra "greve" nunca deveria entrar, o símbolo da "paz social". A Fiat ameaçou com demissão aos que participassem da greve. (Um operário Fiat participou encapuçado, representando os que dela, por medo, não puderam participar.) (A participação em Melfi ficou entre 60% - segundo o sindicato- e 30% - segundo a empresa, enquanto que em Mirafiori, Turim alcançou índices, entre 80 a 95%.) Em Melfi, portanto, os métodos da modernidade (ou pós) da Fiat em tempos de reestruturação produtiva, de qualidade total, foram desvelados: retorno aos anos 50, como denunciaram os sindicalistas.

Em Nápoles, os 20.000 metalúrgicos grevistas manifestantes evocaram os fantasmas das tantas indústrias fechadas, outra região de desindustrialização e de desastre econômico. Cansados de tanto "pacto pelo trabalho" que, aos patrões, assegurou a "flexibilidade" com suas maravilhas, como salário reduzido e aos trabalhadores, nada, sequer o emprego. O clima era pesado, pois além do desemprego, os problemas apareciam em várias frentes: na ex-Alfalancia o trabalho reduzira-se a apenas duas semana por mês; no dia anterior à greve, a FIAT despedira um operário dos COBAS, da oficina 99, por um motivo tolo; outra ex-empresa estatal, agora privatizada, ameaçava fechar as portas, além de estarem há seis meses sem receber os salários; uma fábrica coreana acabara de demitir duzentos empregados ("A fábrica do sorriso morre, resta o pranto dos 200 demitidos").

5/10/96: Manifestação em Nápoles do "terceiro setor em nome da solidariedade" que reuniu um número entre 20 e 30.000 participantes, jovens e velhos; representantes das centrais, sindicatos e ONGs. (*II Manifesto*, 6/10/96)

6 a 12/10/96: "marcha pelo trabalho", da região da Basilicata e que se estendeu por sete dias com uma programação de debates e encontros

com trabalhadores, tendo como objetivo principal o protesto contra o desemprego na região, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários ou perdas contratuais. (*Il Manifesto*, 6/10/96)

12/10/96: manifestação nacional, em Roma, como programação dos participantes na Conferência Internacional contra o neoliberalismo e pela Humanidade, realizada em Chiapas.

18/10/96: greve nacional dos trabalhadores da Olivetti, com passeata em Roma, que reuniu cinco mil participantes, vindos de Ivrea e de Nápoles, em protesto contra a "liquidação" do setor de informática da empresa. Além da defesa do emprego, trata-se de uma questão de modelo de desenvolvimento. E, por mais surpreendente que possa parecer, esse setor e esses trabalhadores que eram considerados os "trabalhadores do futuro, do século XXI", hoje são descartados como "obsoletos". A questão gira em torno do problema das telecomunicações e mais precisamente da telefonia móvel. O celular, mania dos italianos, movimentou um mercado fabuloso (como em todo o mundo); a Olivetti nos últimos anos vem se interessando por esse mercado, tendo deixado a informática sem investimentos, portanto sem pesquisa e desenvolvimento. E agora quer se desfazer da produção do PC, embora mantenha por enquanto a produção dos grandes sistemas. "Telefonia é o negócio do futuro, microcomputadores e informática é coisa de Terceiro Mundo!" - a lógica do capital parece beirar a insensatez. Os trabalhadores pedem a intervenção do governo, medidas que garantissem o futuro da informática e de seus postos. Mas, neste setor, declarado agora pouco atrativo, vendido desmembradamente e a qualquer preço, sem garantia para os trabalhadores, as demissões virão e a região que se desenvolveu à luz de Tecnocity apagar-se-á juntamente a seu ocaso. (*Il Manifesto*, 18 e 19/10/96)

17/ 10/96: manifestações, passeatas e assembléias em várias cidades - Milão, Florença, Roma, Veneza, Cagliari, Turim, Bolonha e outras - de estudantes secundaristas e universitários, convocada pela Coordenação Nacional das Listas Universitárias de Esquerda, abrindo o "outono quente dos estudantes". Protestaram contra ameaça de reforma universitária que introduz o "número fechado", limitando o acesso ao ensino superior, além de taxas. (*Il Manifesto*, 12 e 18/10/96)

25/10/96: manifestação nacional dos estudantes em Roma, além de uma jornada de mobilizações em sessenta cidades (Milão, Turim, Nápoles, Gênova, Perúgia, Taranto, região da Toscana, de Reggio Calabria, Reggio Emilia, etc) colocaram 200.000 estudantes nas ruas. Além da Coordenação, a UDS e a UDU (democráticas) também convocaram a

manifestação contra a reforma do ensino e por maior democracia. Com os estudantes, voltaram também os velhos slogans e as velhas canções de protesto ("Bandiera Rossa", "Bella Ciao") em meio a algum rap. (*Il Manifesto*, 26/10/96).

26/10/96: manifestação nacional convocada pela oposição sindical - COBAS, CUB, RdB, COMU - contra a reforma financeira/plano econômico do governo (previdência incluída) . Antes disso, invadiram no dia 18/10 a RAI para protestar contra a falta de espaço em seu noticiário, garantida por lei, a sua manifestação. Reivindicam o retorno da "scala mobile" (reajustes salariais de acordo com a inflação), semana laboral de 32 horas sem cortes salariais, pleno emprego, direito à habitação, saúde, educação, aposentadoria e democracia no local de trabalho. Acusam as três grandes centrais de conluio com o governo Prodi, na questão da reforma orçamentária. (*Il Manifesto*, 19- 24 e 26/10/96)

15/10/96: anunciada manifestação nacional em Roma dos metalúrgicos, a maior categoria dos trabalhadores industriais italianos, de novo à frente do movimento. Outras categorias que adeririam à greve, adiaram o encontro. A incapacidade do movimento sindical de ver que o problema da quebra de contrato dos metalúrgicos interessa a todos e não só a essa categoria, porque assinala os limites da "via da negociação". Entretanto, muitos ainda estão presos a esse tipo de sindicalismo e se não tiveram ainda quebra de contrato é porque inclusive só negociam o que a patronal quer. E nesse meio ainda, a disputa entre as três grandes centrais com a CISL, porque forte entre funcionários públicos, querendo uma manifestação contra a reforma do governo e a CGIL, querendo limitá-la a um confronto com a Cofindustria. (*Il Manifesto*, 18/10/96)

outubro/96: Julgamento de processo que incrimina dirigentes da Fiat por doença ocupacional:

O modelo de saúde ocupacional italiano desenvolvido nos anos 70 foi um marco, referência para muitos -até hoje - fora da Itália. Entretanto, a nova administração da qualidade, com o modelo japonês, com as "ilhas" de montagem deixou longe no tempo as conquistas que protegiam os trabalhadores da intensidade do ritmo da produção, inclusive com a acusação desse modelo que seria responsável pela perda de competitividade da indústria italiana. E, no caso da Fiat Mirafiori, no período 85 até '93, as trabalhadoras da montagem de câmbios, depois substituídas por homens, e depois também eles, adoeciam de tendinites e outras doenças do grupo LER. A empresa refutava aos sindicalistas que isso se devia a prática de tênis ou manuseio de ferro de passar! O

processo iniciado em 93, finalmente levou ao tribunal, em outubro '96, nove dirigentes da Fiat responsabilizados pelas lesões a vinte e nove trabalhadores. Os peritos concluíram que as doenças se deviam ao excessivo ritmo imposto na nova organização do trabalho, muito superior ao da linha de montagem. Antes, tinham ao longo da jornada quarenta minutos de pausa; nas ilhas, a pausa foi reduzida a vinte - teoricamente. De fato, como deveriam montar sessenta e seis câmbios e cada um levava sete minutos, e alguns mais sofisticados, até mais, só conseguiam realizá-los eliminando as pausas, inclusive parte do intervalo de almoço. Os técnicos recomendaram que se limite a trinta e dois a trinta e oito câmbios/dia a produção de cada trabalhador. (*Il Manifesto*, 18/10/96)

FRANÇA:

30/09/96: greve nacional dos professores em protesto contra ameaça de eliminação de 5 mil postos de trabalho.

17/10/96: com o slogan "*uma sociedade que põe o lucro antes do homem, é uma sociedade à beira da morte*", ocorreu a greve geral dos funcionários públicos de todos os setores, em defesa do "emprego, do serviço público e do poder de aquisição", com grandes manifestações em Paris, Marselha, Lion, Estrasburgo, Toulouse, Rennes, Nantes, Bordeaux e outras. Esta greve foi convocada por sete federações sindicais, incluindo a reformista CFDT, muito próxima ao governo, que recebeu vaias. É de se lembrar que a grande greve de novembro-dezembro 95 começou de fato a partir de uma manifestação dos funcionários em outubro. Agora, o plano de Juppé ameaça cortar 6 a 7 mil empregos públicos cinco mil na Educação), além de redução ou extinção do programa de renda mínima. Além disso, continuam as ameaças de privatizações, estando prevista, para '97, a TELECOM. Os grevistas continuam contando, como em '95, com a aprovação da população, ferida pelo alto índice de desemprego, aumento do trabalho temporário (75% dos empregos criados em 95), piores condições na prestação do serviço público, seja educação, saúde, transportes, comunicações. Como lembraram, "*Privatização é bom para os ávidos, não para os usuários*". Foi marcada nova paralisação em 10 de novembro próximo; prevê-se ainda diante da insatisfação popular uma repetição das jornadas de 95, com maior força.. (*Il Manifesto*, 18/10/96; *Folha de S. Paulo*, 18/10/96 1-12 e 20/10/06 1-19)

ESPANHA:

30/09/96: protesto dos 2 milhões de funcionários públicos pelo congelamento salarial imposto pelo governo, na forma de "greve de consumo" (restringir compras estritamente ao essencial).

15/ 10/96 : greve com grande marcha em Madri de funcionários públicos, convocada por oito centrais sindicais. (*Clarín*, 28/09/96)

ARGENTINA:

26 de julho : manifestação de 15.000 pessoas, em Buenos Aires, contra o plano neoliberal de Menem e por mudanças na política governamental, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Argentinos (MTA), sindicalismo de oposição, que pedia a queda de Cavallo. Ele saiu, mas o plano - e o presidente- continuam. O MTA prometeu continuar com as lutas até a mudança de política econômica. (*Clarín*, 27/7/96)

08/ agosto/96: greve geral em protesto contra a política econômica.

12/agosto /96 : manifestação popular com o "apagón" contra a política neoliberal de Menem, com ampla participação da população.

19/ setembro/96: ocupação da fábrica da Fiat em Córdoba, também em protesto contra a flexibilização imposta através de subterfúgios. Os 1.700 trabalhadores eram empregados da CORMEC e filiados à UOM. A venda da planta à Fiat , num acordo obscuro, implicava também que deixariam o sindicato metalúrgico e passariam ao SMATA, sindicato dos mecânicos , cujo convênio era mais "flexível" (redução salarial de 50%, redução à metade do número de cargos e "condições de trabalho flexíveis"). Embora esse contrato irregular incomodasse aos sindicalistas, os trabalhadores aceitaram a situação - sempre a questão da manutenção do emprego. Foi-lhes informado que o novo contrato implicaria uma redução salarial de 12%; porém, descobriram depois que de fato era de 50%. O que levou à ocupação. (*Clarín*, 20 e 23/09/96).

26 e 27/09/96: CGT e MTA realizaram greve geral conjunta de trinta e seis horas, contra a flexibilização do governo Menem; a greve teve adesão plena, chegando até a províncias menos desenvolvidas , como La Rioja de Menem. Em Buenos Aires, a manifestação reuniu 100.000 pessoas. Essa greve marcou o rompimento da CGT com o governo, porque o fato imediato era a reforma trabalhista, com propostas acintosas, como eliminação de repouso semanal. O porta-voz da central declarou que "*Direitos não se negociam*" (*Folha de S. Paulo*, 28/9/96). A greve conjunta, foi decidida após conflitos entre militantes de ambas as centrais, que culminaram com a renúncia de Gerardo Martinez,

secretário-geral da CGT e um dos principais responsáveis pela postura da Central, nos últimos anos "parceira" do governo na ação neoliberalizante. Sua substituição, sinal de uma mudança, uma ruptura com o perverso passado recente da central, facilitou a ação conjunta das centrais. (F.S. Paulo, 6/9/96; 2-4). (O novo secretário-geral da CGT é Rodolfo Daer, antes presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação, ironizado por Menem por ter, durante sua gestão naquele sindicato, assinado acordo de flexibilização trabalhista.) Prometem novos protestos, da mesma forma que o governo ameaça em não ceder. Os presidentes das três grandes centrais brasileiras - Vicentinho, da CUT, Medeiros, da Força Sindical e Enir S. da Silva, da CGT participaram da manifestação em Buenos Aires, em solidariedade com os argentinos. Em artigo publicado em conjunto pelos três líderes sindicais (F.S. Paulo, 29/9/96), informavam de que preparam ações conjuntas com os colegas do mercosul contra o "desemprego, a precarização dos direitos trabalhistas e das condições de trabalho". Vale lembrar ainda que, em 7/10/96, Menem assinou decreto que implica num golpe aos sindicatos argentinos e deve aprofundar a distância entre seu governo e a CGT. Por esse decreto, os serviços de saúde e assistência social ("*obras sociales*") até agora controlados pelos sindicatos e que lhes permite o controle de recursos no montante de US\$ 2,5 milhões anuais, deverão passar, em '97, para a iniciativa privada. (Folha de S. Paulo, 9/X/96)

CHILE:

15 a 27/10/96: greve de funcionários públicos municipais, em todo o país, por reajuste salarial de US\$ 120 para todos; registraram-se atos de violência. A greve continuava e até essa data não havia perspectiva de solução do conflito. (Clarín, 27/10/96)

23/10/96: manifestação dos funcionários públicos contra a política do governo e o congelamento dos salários; fortemente reprimida, deixou um saldo de vinte feridos. Anunciaram greve nacional até o final do ano. (Folha de S. Paulo, 24/10/96)

PARAGUAI:

7/08/96: O país também assistiu à retomada das greves gerais: de maio de 1994 até agosto último, a quarta greve geral, convocada pelas três centrais sindicais e pelas organizações camponesas - CUT (esquerda), CNT (cristã) e a CPT (oficialista) e a Federação Nacional Camponesa

(FNC, esquerda) - reuniu operários e camponeses contra o plano de ajuste neoliberal de Wasmosy, contra a privatização da represa hidrelétrica binacional Yecyretá e pela legalização das ocupações de terra, por aumentos salariais de 30% e pelo cumprimento das leis trabalhistas. Pediam a renúncia ao "plano neoliberal selvagem". Mas, além dos pontos específicos, os protestos visavam rechaçar a política de ajuste do governo, que levou ao crescimento da miséria e do desemprego. Dentro do extenso plano de lutas sindicais, mais uma greve geral, de 72 horas, em novembro próximo. As três greves gerais anteriores, tiveram enfrentamentos violentos, e já contabilizavam um saldo de cinco mortos; a greve de agosto, fortemente reprimida, deixou mais de vinte feridos. (*Clarín*, 8/8/96)

MÉXICO:

2/09/96: manifestação de trabalhadores da previdência, com 5.000 participantes, no centro da capital, contra sua reforma. Imagens pungentes (noticiário televisivo - jornal noturno do SBT; a imprensa nacional não o noticiou) em que vertiam o próprio sangue dos braços, em protesto ao governo que os vampiriza.

2/10/96: manifestação com mais de cem mil pessoas, comemorando o aniversário do massacre de 1968, no centro da capital; pediam o livre trânsito aos zapatistas para participar na reunião de 8 a 12 de outubro no D.F., proibida pelo governo de Zedillo. (*Il Manifesto*, 5/10/96).

2.2. Outono anterior, outra mudança: novos rumos no sindicalismo norte americano.

Se não incluímos os EUA na retomada do "outono quente" de 96, isso não significa que tenham ficado alheios aos ventos de mudanças. E com antecipação, pois ela se deu em outubro de '95, trazendo uma transformação sem precedentes na poderosa AFL-CIO. E a novidade do congresso da central nas eleições convocadas pelos rebeldes foi que se tratou de eleições de fato, concorridas, uma disputa verdadeira e não o ritual da farsa democrática com cartas marcadas, que culminaram com a derrota do candidato apoiado pelo ex-presidente todo poderoso que a dirigia desde 1979 até ser obrigado a pedir demissão, em agosto '95. Em sua gestão, em termos de política externa, teve como preocupação maior estabelecer um sindicalismo moderado e centrista, no mundo, tendo como objetivo fundamental o combate ao comunismo. E isso, mesmo quando esse combate passava por ações como a de organismos

representantes de seu IADESIL - Instituto Americano para o desenvolvimento do Sindicalismo Livre, como o ICT, no Brasil - Instituto Cultural do Trabalho - que teve participação na preparação do golpe de 64 e, nos anos '80 apoiou a CGT de Magri, contra a CUT. A nova diretoria, que tem na presidência John Sweeney, do Sindicato dos Empregados no Serviço Público - SEIU (1,1 milhão de afiliados), sindicato agressivo e forte mesmo nos anos '80; na vice, Linda Chávez-Lopes, primeira hispânica (e segunda mulher) na direção da Central, também do SEIU; e, como secretário-tesoureiro, o líder do Sindicato dos Mineiros, também agressivo. Ou seja, não se trata de apenas uma troca de diretoria, mas uma mudança na direção, nos rumos da AFL-CIO. Em termos de política externa, declaram como único objetivo "a estruturação de uma solidariedade sindical mundial, necessária para enfrentar a espoliação dos trabalhadores pelas multinacionais" (Moberg, 1996: 44). Essa questão toca diretamente o NAFTA e implica numa ação que eleve o nível de vida dos trabalhadores no México, por exemplo. E também em ações, como aquela desenvolvida no outono de 95, como o ataque à rede de lojas GAP, especializada em vestuário, porque usava trabalhadoras subcontratadas e explorava jovens em El Salvador. Enfim, a luta pela "cláusula social", ou pela "globalização do sindicalismo", resposta imprescindível à globalização econômica. (Frente à publicidade negativa, a empresa cedeu, exigindo de seus fornecedores respeito à legislação trabalhista e readmitiu aqueles que demitira).

No plano interno, representa o fim da política de conciliações e negociações, o retorno à defesa dos trabalhadores, reorganização sindical, desenvolvendo campanhas em todos os sindicatos para novas filiações (30% do orçamento destinado a isso, o mesmo índice que o SEIU vem dedicando desde os anos '80) e novas estratégias de mobilização. Como exemplo dessas mudanças, ainda no outono de 95, a ação do Sindicato do Vestuário contra as chamadas "oficinas de suor" - fabriquetas de baixo salário, péssimas condições de trabalho, trabalhadoras sem registro (aqui nós as chamamos de "pronta entrega", ah! a ilusão das palavras e da sedução da "modernidade"). As grandes redes de loja foram obrigadas, sempre pela publicidade negativa, a exigir de seus fornecedores no país. padrões mínimos, em termos de direitos trabalhistas.

Na campanha pelas eleições presidenciais de 1996, aplicaram US\$ 35 milhões para a reeleição do democrata Clinton, com os qual têm certas pendências, para manter afastados do poder os conservadores. Também realizaram em 96 um "verão sindical", com forte campanha pela sindicalização (*Gazeta Mercantil*, 9/X/96 -A-3).

Vale lembrar ainda que "La Marcha", passeata realizada em 12/10/96, em Washington, a primeira dos hispânicos que, a exemplo dos negros, começam a se organizar; reuniu milhares de manifestantes e contou com o apoio da AFL-CIO renovada. Mais um exemplo da concretização da linha de apoio aos movimentos sociais das chamadas "minorias". (A comunidade que, nos EUA já representa quase 10% da população, pediu a continuidade dos programas de ação afirmativa, anistia para os ilegais e fim da política contra a imigração.) (*Folha de S. Paulo*, 11/X/96; *Clarín* 13/X/96).

2.3 Outro despertar: outono/inverno 95, manifestações contra a reforma da previdência na França.

Quando em dezembro de '95, as ruas de várias cidades francesas foram tomadas por milhares de manifestantes em greve, em protesto contra ameaças de cortes na previdência que atingiam fundamentalmente o funcionalismo, muitos quiseram minimizar o impacto do fato. Afinal de contas, decretou-se o fim dos movimentos sociais, o fim do sindicalismo de combate, junto com o fim da história e a vitória do pensamento único. Um protesto forte, mas - gostariam - isolado, apesar de quase um quarto da população ativa francesa ser constituída por funcionários públicos.

Foram os mais fortes protestos em dez anos que, além da adesão do funcionalismo e dos estudantes, contou com a participação de alguns sindicatos do setor privado e também com o apoio e simpatia da população. As jornadas de luta, iniciadas na greve de 10 de outubro, culminaram com a terceira manifestação nacional contra as reformas de Juppé, em dezembro, convocadas conjuntamente pela CGT, de há muito imobilizada, e pela Força Operária, mais radical, rivais há quarenta e oito anos.

Com um movimento sindical enfraquecido, partidos políticos alternativos, idem, para muitos, tratava-se apenas um espasmo de agonizante. Espasmos ou não, conseguiram sacudir o movimento sindical, quase ausente, além de bloquear até o momento as más intenções de Juppé, embora não a direção geral do governo (anunciaram recentemente a privatização do TELECOM para o início de 1997). Além do mais, essas manifestações vem se sucedendo em vários países. E, na própria França, como vimos, repetiram-se neste ano. (*Folha de S. Paulo*, 1, 2,3,7/12/95 e 14/01/96; *Le Monde Diplomatique* - dezembro/95)

3. Resistências e fracassos em meio à derrocada:

Se '96 aponta para um novo hiato na história do sindicalismo, com a retomada das resistências e o surgimento de um "*segundo outono quente*", em termos heurísticos vale lembrar a questão da emergência dos fenômenos (Bunge, 1980). De qualquer forma, seria pelo menos falso e imperdoável deixar de registrar que mesmo nos piores momentos, quando grandes e importantes centrais e sindicatos cediam à voragem do capitalismo neoliberal, buscando ser seus parceiros, houve resistências de alguns. E, novamente, devido a nossas limitações, resgataremos apenas alguns desses casos, limitando-nos a alguns países (Argentina, Brasil, EUA, Itália e México). Por outro lado, também vale a pena retrocedermos ao início desses processos, lembrando como se golpeou duramente a resistência dos trabalhadores, para impor a estupidez neoliberal. No Chile, um golpe militar; na Inglaterra thatcheriana, entre outras, a greve dos mineiros, entre 84-85 e que durou cinquenta semanas. Sem dúvida, uma resistência - inútil, é certo - contra a reestruturação produtiva, mas corajosa. ⁴

Por sua vez, na Itália, a derrocada que marcou também a inflexão nas centrais italianas, inclusive da própria CGIL, liga-se à derrota dos metalúrgicos italianos da Fiat, na greve de 1978. Depois disso, amargaram doze anos sem voltar às ruas e, mesmo quando o fizeram (em 1990), estava muito longe das grandes manifestações de outrora. E até a CGIL aderiu ao malfadado modelo do "sindicalismo de negociação". E essa história se repetiu em vários países, Brasil, México, Argentina, Paraguai

Restou algo em meio às trevas, enquanto se fingiu que se vivia no melhor dos mundos possíveis? Felizmente, a realidade é mais complexa.

⁴ Em dezembro de 84, num Seminário Internacional sobre Globalização/ Novas Tecnologias, no México, num GT, discutíamos a questão. O representante da FIOM/CGIL e também deputado do Parlamento Europeu, Alberto Tridenti, criticava o modelo imposto, embora apontasse também para o fato de que certas resistências operárias também fossem conservadoras, como no caso dos mineiros ingleses que se aferravam a seus empregos, os quais eram verdadeiros infernos em termos de condições de trabalho. Do outro lado, um representante da CISL italiana, em plena euforia pela adesão a ela. Bem, mas além da séria questão de que trocamos a saúde e, portanto a vida, sem falar nos sonhos, nas possibilidades, pelo emprego - ou pela sobrevivência básica, mas mutilada - o resultado da modernização thatcheriana praticamente aniquilou os empregos e os próprios mineiros. (Beynon, 1995)

ARGENTINA:

Na Argentina, a experiência suicida neoliberalizante levou à desindustrialização, ao desemprego espantoso, como estamos cansados de saber; no plano sindical e dos direitos trabalhistas, antes da batalha que quebraria/ou quebrará os direitos constitucionais dos trabalhadores, ou o próprio direito trabalhista, as "flexibilizações" avançaram e contaram com o apoio, muitas vezes, dos próprios sindicatos (Paulón, 95). Um trabalhador argentino, da Zona Industrial de Villa Constitución, província de Santa Fé) disse-nos, em novembro de '95, que eram agora os próprios sindicalistas a assumirem o papel de algozes dos trabalhadores, dirigindo o processo de "terceirização" e colocando-se como os "novos pequenos patrões". Nesse período de concessões tão fortes, realizadas pelas grandes centrais, registra-se também o trabalho do sindicalismo de oposição, como a oposição sindical dos metalúrgicos San Nicolás (província de Buenos Aires) que, como os COBAS italianos, colocaram em prática a reconstrução do sindicalismo com o retorno às bases, um sindicalismo identificado com os trabalhadores e que se coloca em sua defesa. (Paulón, 95)

BRASIL:

No Brasil, a sedução ou o imobilismo dos sindicalistas pelo modelo neoliberal vem se dando principalmente a partir do governo Collor, que inclusive financiou a criação da Força Sindical, desestruturando a CUT com um sindicalismo que "dizia sim", colaborador e nada crítico (Comin, 1994). No atual governo FHC, de clara opção neoliberal e investida contra os trabalhadores e seus direitos, temos poucos exemplos de tentativas de resistências, ainda que fracassadas, e dificultadas inclusive pela linha de sindicalismo adotada pela própria CUT em sua última gestão e que a aproximou também do "*sindicalismo de negociação*".

A mais importante delas foi a greve dos petroleiros, em maio de 95. Uma greve em defesa do monopólio do petróleo, ameaçado pelo atual governo e, principalmente, pelo cumprimento do acordo de trabalho, firmado em novembro de '94, entre a Petrobrás e a Federação Unitária dos Petroleiros - FUP - (vinte e uma entidades sindicais, em catorze estados). Assistimos então à novela rocambolesca da justiça do trabalho, que, numa situação onde não havia possibilidade objetiva de recusar o recurso dos petroleiros, deu ganho de causa à empresa. Por

outro lado, o lock-out do gás de cozinha, escondido pela distribuidora para facilitar a propaganda - intensa - nos meios de comunicação que vociferavam "contra o corporativismo" dos petroleiros. Como diria Colletti, apenas a subreptícia inversão da realidade ou a velha e perniciosa hipóstase. E, como se isso já não bastasse, a CUT, central à qual a FUP é filiada, foi imperdoavelmente omissa. Abandonados, os petroleiros resistiram durante trinta dias o duro braço de ferro com o governo que, assessorado pela ex-dama de aço, já desprestigiada em seu país, mas que veio ao Brasil a preço de ouro, queria "quebrar a espinha dorsal do movimento sindical brasileiro". Como sempre, os petroleiros foram castigados com demissões (inclusive Spis, presidente da FUP), desconto dos dias parados e não cumprimento do contrato. (O absurdo era tamanho que, ao mesmo tempo, foi-lhes pago um benefício qualquer que, de certa forma, compensava o desconto). De novo, a solidão dos trabalhadores em tempos de neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que registramos aqui essa resistência, devemos alertar para o que se seguiu. A Petrobrás continua ameaçada pela privatização; a automação dos processos só fez aumentar, preparando para um desfecho em breve; muitos foram levados, como em toda esfera do serviço público, a se aposentar; a terceirização avançou enormemente (em alguns setores de algumas refinarias, podem se contabilizar 1 petroleiro para 3 "terceirizados"). Quando em 26 de setembro 96, os bancários entravam em greve (data da mobilização na Argentina) inicialmente pensavam fazê-lo com os metalúrgicos e os petroleiros, unificando a campanha pelas datas-base, só os bancários o fizeram. Os metalúrgicos desistiram; os petroleiros optaram por uma paralisação no início dos turnos. Só. (*Folha de S. Paulo*, vários números de maio 95 e setembro 96)

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT, firmou uma série de contratos com a Volks (células, março/94; terceirização, abril/94; trabalho em grupo, março/ 95; participação nos resultados, junho/95). Acreditavam-se os construtores do "modelo alemão", do novo padrão de produção e de sindicalismo. Porém, em setembro/95 foram surpreendidos com o anúncio de 1.200 demissões e rompimento dos contratos. Durou pouco o modelo no Brasil. Em fevereiro/96, um novo contrato de flexibilização da jornada e redução a 40 horas, "criou" 470 empregos.

Outro caso - infeliz - que resgataremos é o da grande mobilização que não houve, e que se preparava para o final de janeiro de '96. No Brasil, o exemplo francês, num momento de perseguição inusitada pela duração, constância e força ao funcionalismo público, em particular e ameaça para todos, golpeando duramente os desprotegidos do setor

informal e todos os ameaçados pela reestruturação e "flexibilizações" que significam apenas perda de direitos, incluindo reformas inconstitucionais, impulsionava um evento semelhante e inflamado em janeiro último. O "acordo" do presidente da CUT com o senhor presidente, depois desfeito, cortou qualquer possibilidade de protesto, que prometia a mesma força do protesto francês. Valia ainda o sindicalismo de negociação e a preocupação em se colocar como a interlocutora do governo, mesmo ao preço do desgaste entre seus representados.

Depois, em junho, com outras centrais, houve a greve geral contra o desemprego, mas sem a força e o impacto que a anterior prometia.

No Brasil, então, não se pode falar de outono ou qualquer outra estação quente, apesar do calor tropical, ainda que haja alguma mobilização, preparando iniciativas conjuntas com centrais do mercosul, com manifestações marcadas os três países, e centralizadas em Fortaleza, no final de novembro. Ou, também nessa direção, a participação de sindicalistas brasileiros na greve da Argentina e, posteriormente, o Seminário realizado em S. Paulo, em 10-11 de outubro. Apesar da importância dessas iniciativas, o contraste com a inação frente a medidas do governo, como o pacote de 10 de outubro último contra o funcionalismo público, salvo alguma reação em Brasília, deixa a sensação de um longo inverno.

Entretanto, ainda que com receio de cairmos em algum otimismo perigoso, assinalaremos uma mudança na CUT que, esperemos, se reflita cada vez mais em sua atuação. Trata-se de uma guinada entre as teses sobre reestruturação produtiva preparadas para o 7º. e o 8º. Congresso da central (agosto 1995 e agosto 1996, respectivamente). A tese do 7º. Congresso era um exemplo acabado do "sindicalismo de negociação" e, no afã de salvar a indústria nacional, esqueciam os trabalhadores (Buonfiglio, 1995). As teses do 8º vão numa linha radicalmente oposta, particularmente o texto 3 (Almeida; Travassos e Gouveia, 1996). A prevalecer essa posição, teríamos um forte instrumento de luta e de defesa dos trabalhadores. Mas, na ausência de fatos, é cedo para avaliar essa possibilidade.

Ainda vale lembrar que apesar do sindicalismo de negociação, dos contratos com a Volks, que se não eram desvantajosos num primeiro momento, representavam uma negociação no terreno da empresa, a CUT não endossou a flexibilização dos contratos de trabalho, como a

Força Sindical. E, por outro lado, há ações que apontam para a resistência, para respostas. Assim, podemos lembrar:

a) campanha pela 30 horas dos químicos filiados à CUT; o protesto de mulheres dos químicos de turno da UNIPAR, em greve desde 19 de agosto, com panelaço das 8 às 11:30 na manhã de 5/9/96, contra decisão da empresa em não negociar (FSP 6/9/96 2-8).

b) o 7 de setembro, dia da independência, comemorado com "o grito dos excluídos", convocado pela Igreja, pelo MST e pela da CUT, tendo manifestações em vinte e cinco cidades; em algumas, participação dos indígenas, dos sem teto. (*Folha de S. Paulo*, 7 e 8/9/96)

c) 10 e 11/ outubro: em S. Paulo, reunião das centrais sindicais do Cone Sul, organizado pela CCSCS (Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul), presidida atualmente pela CUT brasileira e da qual participam Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Na pauta, a discussão de medidas contra o desemprego e ações conjuntas na região, iniciando o processo de "globalização" do sindicalismo para enfrentar a globalização econômica. A idéia dessa reunião surgiu durante a manifestação em Buenos Aires, que contou com a solidariedade dos demais sindicatos da América do sul. Participaram as seguintes centrais: CGT, da Argentina; ; CUT, CGT e Força Sindical, do Brasil, CUT, do Chile; CUT, do Paraguai; PIT/CNT (Plenário Intersindical de Trabalhadores/Confederação Nacional de Trabalhadores, do Uruguai. Na pauta, a unificação do salário-mínimo na região (Argentina, US\$200; Brasil US\$ 112,00; Uruguai US\$120,00; Paraguai US\$300,00), o nivelamento das condições de trabalho, combate ao desemprego, proteção à produção nacional; a discussão da cláusula social que prevê a vinculação de acordos comerciais ao respeito da legislação trabalhista). A proposta da CUT brasileira incluía ainda menor tributação para a pequena e média empresa, reciclagem profissional e jornada de 40 horas semanais (proposta algo retórica, porque de um lado, a maioria formalmente é de 40 horas, embora por outro lado, tem sido constatado aumento nas jornadas - em todo o mundo, Brasil inclusive; enfim, de um lado ótimo porque alerta ao problema e necessidade de defendê-la e, de outro, tímida porque é preciso muito mais.) Do encontro, resultará a primeira manifestação conjunta nesses países e centralizada em Fortaleza. (*Folha de São Paulo*, 5/X/96 -1-4 e 10/10/96 2-8; *Gazeta Mercantil*, 9/X/96 -A-6)

d) a greve dos bancários, deflagrada em 26/9/96, por reajuste salarial na data-base e com nove dias de duração; ficou restrita a alguns centros urbanos (S. Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e mais algumas

capitais), a algumas instituições (Unibanco, Real e Mercantil de S. Paulo) e, sempre, apenas a algumas agências. Caracterizou-se pela baixa adesão da categoria, atemorizada e castigada por um desemprego massivo (desde o início da década, 35% dos postos eliminados). Uma greve, no dizer do presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo, Ricardo Berzoini, "*ousada, levada mais pela direção*" e, tanto que utilizaram piqueteiros de outras categorias. O acordo firmado, assim mesmo, trouxe algum ganho: reajuste de 10,6%, muito inferior ao pretendido, mas superior ao proposto pela FENABAN. (*Folha de S. Paulo*, 8/10/96; 2-11).⁵ É de se notar ainda que alguns sindicatos dos bancários, entre eles o de S. Paulo, tem tido uma postura de não adesão à reestruturação, tem-se preocupado pelo menos desde o início dos anos '80 com as novas tecnologias e se não tem podido barrá-las, não é por terem optado pela política de "negociação". Ao contrário, tem até, em alguns momentos, logrado algum êxito na defesa dos bancários, como no caso dos contratos de interpolação de mão de obra (Blanco, 1994). Apesar disso, o sindicato não tem força de barrar a avalanche que os aplasta com a automação bancária. E agora, menos ainda com os programas de enxugamento ou reengenharia, com seus "programas de demissão voluntária". Isso porque, a questão extrapola os limites do espaço produtivo e pede uma solução que passa pela interferência de toda a sociedade. Ou logramos o controle social da tecnologia, isto é, realizar os avanços sociais compatíveis com os avanços tecnológicos, ou estaremos definitivamente perdidos.

e) Ainda se deve assinalar o caminho alternativo de sindicatos que, por desconhecimento e incapacidade nossa, deixamos de registrar, mas que serão lembrados pela referência ao SINTRICOM, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, de João Pessoa, que desde os anos '80, quando a oposição sindical "Zé Pião" foi eleita, vem construindo, através do contínuo e constante trabalho de base - muito antes da discussão atual sobre a necessidade do retorno a elas - e num setor caracterizado pela dispersão espacial e pela rotatividade dos

⁵ Reportagem na revista *VEJA*, de 9/outubro/96, tentava ridicularizá-la e desmerecê-la, muito pela questão dos piqueteiros - contratados - segundo ela e, além disso, lembrando que "as greves atuais na Europa seriam apenas em defesa de antigas conquistas". Reajustes salariais, em período de desemprego em massa, quando "*todos devem fazer sacrifícios*" são extemporâneos. Curioso que a revista não tenha noticiado essas greves antes e nem nesse número lhes tenha dedicado um espaço à altura. E mais: se a informação é correta, no caso dos metalúrgicos alemães, é falsa com relação à greve dos metalúrgicos da Itália. Nela estava em jogo a questão salarial, o contrato de trabalho. E no caso dos funcionários públicos espanhóis também.

contratos por tempo determinado, um sindicalismo vivo e respeitado, porque junto do trabalhador. Ainda na construção civil, lembrar a declaração do sindicato de S. Paulo, contra a legalização dos contratos de trabalho flexíveis, propostos pela sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo ou de Belo Horizonte, ambos ligados à Força Sindical, por conhecerem bem seus efeitos perniciosos. E, ainda, o trabalho da direção do SINTESPB, não só por sua influência nacional, através de sua liderança na FASUBRA, mas também por ter implementado ações, no último ano, que visam seu fortalecimento e credibilidade na categoria e junto à sociedade (como o curso pré-vestibular, aberto inclusive à população).

E.U.A. :

Nos EUA, a derrocada do movimento sindical se deu nos anos '83-'84 (governo Reagan) quando, frente à crise e à competitividade com o Japão, empresas desenvolveram a estratégia do fechamento e transferência - ou ameaças de - para outras áreas - no México ou no próprio país - conseguindo baratear enormemente o valor dos salários e contratos desfavoráveis para os trabalhadores, porque implicavam na perda de conquistas anteriores (dias de férias, prêmios). Desde então, e principalmente com a reengenharia, a toyotização e o avanço contínuo da automação, o sindicalismo norte-americano entrou em declínio e perda do poder de luta, mesmo em sindicatos antes forte, como o UAW. Entretanto, mesmo quando no geral podemos concordar com Elder (1994), ao afirmar (no caso dos telefônicos) que "a reação foi fraca e tardia", alguns fatos merecem ser destacados. São eles:

a) O retorno do I.W.W.:

Entre o final do século passado e o início deste, a força do anarco-sindicalismo era bem representada em organizações como os "Cavaleiros do Trabalho" ("The Knights of the Work) -de origem inglesa e com forte enraizamento no Canadá e nos Estados Unidos - e o IWW - Industrial Workers of the World, cujos associados eram conhecidos por "wobblies". O I.W.W. foi esmagado pelo seu pacifismo, acusado de pró-alemães, ainda no final da Primeira Guerra Mundial. Sem dúvida, entre os vários fatores da destruição do anarco-sindicalismo estava a ascensão dos comunistas, aparentemente mais eficazes. Hoje sabemos o preço da eficiência! Mas a questão é que ao olharmos o quadro do devastado movimento sindical, nas luzes de esperança vemos o renascer não só

das velhas formas de luta, mas também das velhas organizações. E entre elas, a volta do IWW, recriado em janeiro de 1995. (Home-page IWW)

O IWW do passado, com marcante presença entre lenhadores, mineiros e trabalhadores de agroindústrias (setores econômicos críticos na Primeira Guerra Mundial) conseguiu aglutinar também os inumeráveis desempregados de então, que se valiam da tecnologia de ponta da época, as ferrovias, e cruzavam o país, agitando-o com mobilizações massivas. Propõe-se agora a aglutinar assalariados de todos os setores, desempregados, aposentados, empregadas domésticas, prisioneiros.

b) Sindicalistas criam o "Labor Party":

Em Cleveland, Ohio, em convenção realizada entre 6 a 9 de junho 95, da qual participaram 1.400 delegados de quarenta e quatro estados, representando mais de dois milhões de sindicalizados, foi criado o Partido Trabalhista "para lutar por justiça econômica". Maiores responsáveis por sua criação são os sindicatos Oil, Chemical and Atomic Workers (OCAW) e United Electrical workers (EU). A convenção contou com a presença de nove sindicatos internacionais (ou seja, com atuação nos EUA e no Canadá), 117 locais (subseções), além de políticos da Califórnia e do Texas, do candidato presidencial do Partido Verde, de organizações de trabalhadores - como o Black Workers for Justice (BWFJ) e outras organizações de esquerda. Apesar da ausência de apoio tanto do UAW, o maior sindicato, envolvido na campanha pela reeleição de Clinton, como do SEIU, o agressivo sindicato dos funcionários públicos, contou com a presença de muitos membros do SEIU e algumas representações locais do UAW; foi pequena a participação dos Teamsters, sindicato dos transportadores, envolvidos em eleições internas (de novo a disputa com o candidato de Jimmy Hoffa Jr). Porque ainda se estruturam e precisam crescer, não apresentaram candidato para essas eleições presidenciais. Querem se tornar a voz e a opção para os trabalhadores da América, lutando por trabalho para todos, com salário digno. Pedem mínimo de US\$ 10,00 por hora, com reajuste automático da inflação, semana laboral de 32 horas, programa de saúde universal, proteção e ações afirmativas para minorias e trabalhadores imigrantes. (La Botz, 1995) Apesar de nossa descrença ou cansaço de reformas dentro das velhas regras já estabelecidas (vide o PT, no Brasil, os trabalhistas, na Inglaterra ou até mesmo o PRC, na Itália) deve-se, pelo menos, acompanhar o desenvolvimento da proposta norte-americana.

c) A guerra dos trabalhadores de jornais de Detroit

Verdadeira guerra, com greve iniciada em 13/07/95 e que durou oitenta e cinco dias, contra o anúncio da empresa em não cumprir até o fim o contrato vigente, implementando mudanças reestruturativas que implicavam na substituição do pagamento por mérito por aumentos salariais contratuais (levariam a favoritismo), subcontratação ilimitada de pessoal de manutenção de salários mais baixos; forçar membros sindicatos a pagar prêmios de seguridade e saúde, eliminação de mais da metade dos 3.000 cargos, que seriam convertidos em empregos para não sindicalizados; substituição de oitenta cargos por empregados de tempo parcial, com metade do salário e sem benefícios; eliminação das regras trabalhistas para impressores e gravadores, sem pagamento de benefícios para compensar cortes dos operadores de prensa. Esse conflito levou à união de seis sindicatos (jornalistas, tipógrafos, artistas gráficos, entregadores, motoristas de caminhão e repartidores) e, também o apoio da comunidade (a "Labor Community Religious Coaligation in Support of Striking Newspaper Workers, a "Readers United" e a WILD - Women Involved in Labor Disputes"). Até o entorpecido líder do UAW sinalizou a seções locais para ajudar nos piquetes semanais. Assim mesmo, em 1º. de outubro deu-se uma ofensiva paramilitar contra os trabalhadores. E, assim, mas só assim, a empresa implantou seu terrorífico plano. (*Against the Current* 63)

d) Resistência de automotriz de seções locais do UAW e do canadense CAW à "produção enxuta":

O toyotismo ou "lean-production", que para deixarmos os eufemismos de lado merece o nome sugerido pelo Labor Notes - "administração por estresse" - teve na indústria automotriz, talvez o melhor exemplo de sua aplicação. Trabalhadores norte-americanos (e também canadenses) de montadoras como a NUMMI, a MAZDA e a CAMI, a ela submetidos, desenvolveram um conjunto de pequenas resistências que não só aliviaram o cotidiano desses trabalhadores, como também mostraram que o sistema não é invencível. Embora cada uma dessas experiências tenha suas particularidades, elas passam pela reconstituição do sindicato de base com eleições de coordenadores sindicais que trabalham em tempo integral na linha (ou "célula"), negociando convênios favoráveis, ressaltando a diferença de interesses entre a empresa e os trabalhadores, defendendo tempos de produção razoáveis, usando a legislação para defender condições de trabalho,

reduzindo o trabalho temporário, mantendo a independência sindical. Associaram os trabalhadores de quatro fornecedoras, impedindo a subcontratação na Mazda e elevando os salários desses trabalhadores que contaram com o apoio do pessoal da empresa. Estes, em seus cartazes proclamavam: "*Não tenha medo. Somos um sindicato com mais de 3.000 membros. Venha unir-se a nós*". Enfim, mostraram que a única arma é o sindicato forte e corajoso. (Slaugther, 1994).

ITÁLIA:

Se nos anos 70, ou mais precisamente desde o "outono quente" de '68, o sindicalismo italiano representou a vanguarda, servindo de modelo e inspiração para outros em suas lutas e conquistas na organização do trabalho e na saúde, nos anos '80, a via do acordo, da participação, primeiramente lançada pela CISL, mas depois também seguida pelas demais, incluindo-se aí a CGIL, levou à descaracterização do sindicalismo, à solidão e abandono dos trabalhadores e, posteriormente, também a reações (Codal, 1996). Hoje, embora de um lado se coloque a necessidade de unificação das lutas, de união das forças, as resistências da burocracia das três maiores centrais, particularmente a CGIL, poderiam levar ao nascimento de outra central ou mesmo de que, ao invés da necessária separação partido-sindicato, este espaço em aberto que a CGIL teima em não ocupar, porque continua encantada com sua linha de "concertação", , reafirmada no último congresso e que a torna sócia da reestruturação produtiva, poderá ser ocupado pelo partido, no caso o PRC (*Il Manifesto*, 22/7/96).

Os excessos levados pela linha da concertação, podem ser exemplificados com:

a. Acordo de Melfi, de 1990 no qual as Centrais assinaram o acordo sobre a futura fábrica Fiat, instalada em 1993, totalmente toyotista, com redução de custos de 25% (menor custo do trabalho em 15%, porque sul do país; 3 turnos de 8 horas: intensificação do trabalho e da jornada; trabalho noturno para mulheres, apesar de legalmente proibido, exclusão dos trabalhadores de Melfi de qualquer benefício obtido por acordo nacional .

b. Prêmios sindicais para sugestões em produtividade: não contentes com a iniciativa patronal, primeiro a CISL depois a CGIL, inicialmente na fábrica de Rivalta também decidem instituir prêmios. Como diz Gigi Malabarba uma proposta para participar "*no interior do curso do 'rio' da estratégia da empresa, com a própria estrutura dos sindicatos, para manter uma*

relação com os operários no mesmo curso em que foram colocados pela empresa". (Codas, 1996:7)

c. A CGIL reafirmou, no Congresso de julho/96, sua opção pela "via da negociação". (*Il manifesto*, 22/7/96)

d. Em setembro, as três grandes centrais acertaram com o governo o "pacto do trabalho", que em nome da retórica e falsa salvação de empregos, introduz a flexibilização dos contratos de trabalho, ou seja legalizou a precariedade (contratos de aprendizagem, trabalho temporário sem direito a aposentadoria).

Essas questões exemplificam o beco sem saídas que o enfraquecimento sindical frente à reestruturação produtiva tem deixado os trabalhadores. E ela é necessária ao sistema toyotista a, mais vulnerável a greves, porque facilmente se interrompe a produção (exemplo: greve Alfa Romeo Arese: luta do pessoal de limpeza, pequeno grupo terceirizado - uns 50 trabalhadores - que impede a entrada de caminhões e, com isso, fábrica inteira paralisada por dois dias. (Codas, op. cit) Por outro lado, foram as centrais a abandonar os trabalhadores, ao aceitar a via da negociação e, mesmo com o renascimento da oposição sindical - os Cobas - prefere manter a linha desses anos de declínio.

A oposição sindical hoje, embora se apresente em várias siglas, tem seu melhor representante nos COBAS (Comitês de Base); que hoje se referem a um movimento nascido na indústria e que guardou o nome de um forte movimento de oposição de '86-'87.

Os primeiros COBAS surgiram como movimento de massa dos professores, fora da estrutura das centrais, embora a maioria viesse da CGIL. Nasceu como movimento, nunca se tornou sindicato e lutou por reajustes salariais e em defesa da escola pública; contavam com a antipatia das centrais, que os acusava de "corporativistas". Diluíram-se depois de ter deixado uma lição de mobilização, lutas e de democracia nos feios anos 80.

Nos anos 90, os COBAS renasceram, como experiência de mobilização e de democratização no espaço fabril. A primeira experiência se deu na Alfa Romeo - Arese, atualmente também do Grupo Fiat e ligada à questão dos "Conselhos de Fábrica", experiência do passado autonomista e pré-taylorista dos trabalhadores, que as lutas de '68 resgataram. Assim, de '69 até '84, os conselhos de fábrica eram eleitos democraticamente, com a participação de todos, sindicalizados ou não. Contrariando essa tradição, as centrais passaram a nomeá-los.

Recorrendo a uma lei de '69, que permitia a votação da comissão interna, o movimento conseguiu que voltassem a ser eleitos. As centrais manipularam, determinando que um terço das vagas fosse a elas reservado, sem votação e, ainda, organizaram cédula onde constava os nomes de seus candidatos e só uma linha em branco para qualquer outro nome. Os delegados COBAS venceram as eleições apenas com essa linha. (Malabarba, 1995).

As centrais fizeram acordo nacional com a patronal, criando a RSU (Representação Sindical Unitária) garantindo sua hegemonia. Em '92, assinaram o acordo que selou o fim da escala móvel, que reajustava automaticamente os salários, gerando greve, em outubro e novembro, contra esse acordo. Renasceram então os conselhos de fábrica. O movimento cresceu e se expandiu para outras fábricas, com eleições generalizadas, mas sempre com o controle sobre a RSU. Em 92 (nov.), os COBAS se organizam como sindicato intercategoriaal: o SLAI-Cobas (Sindicato Intercategoriaal dos Trabalhadores Auto-organizados), inicialmente no ramo metalúrgico, depois em toda a indústria e ainda em setores de trabalhadores do Estado (também abandonados pelas centrais frente a ameaças de privatizações). Outros sindicatos de oposição surgiram, como o COMU (Comitê de Maquinistas Unidos) dos ferroviários.

O Slai-Cobas não quer derrubar as centrais, quer reconstruir o sindicato classista abandonado por elas; querem a unidade sindical, calcada na democracia verdadeira e não em sua encenação, a democracia-espetáculo feita com cartas marcadas e mera e bufa atuação. (Codas, 1996: 11) Questionaram a reserva de 1/3 vagas no RSU pelas centrais e conseguiram que se realizasse um plebiscito (para isso obtiveram um milhão de assinaturas), que por implicar na modificação de lei, foi votado por toda a população e, apesar das manobras e da propaganda que os acusava de anarquistas, venceram.

MÉXICO:

A "flexibilização" neoliberal no México se deu no governo de Salinas de Gortari que, para impô-la, empreendeu forte ataque aos sindicatos, com prisões, ocupações e eliminações. Prendeu o líder dos petroleiros, ocupou mina em Sonora, cooptou líderes sindicais, preparou e reescreveu o contrato para a flexibilização na Volks, congelou salários. Sua modernização, que passava pela privatização e pelo fechamento de fábricas, eliminou 400.000 empregos.

No caso da Volks (Puebla), para quebrar o sindicato combativo nesta fábrica que já nos anos '80 funcionava dentro da moderna administração toyotista, com subcontratação e "polivalência", cooptou-se o secretário geral do sindicato. Num encontro secreto com a empresa, Gaspar Bueno assinou contrato que garantia a flexibilização total e 5% de aumento por produtividade. Quando os trabalhadores souberam, houve greve e intervenção policial. A oposição sindical, com Jesús Valencia, desafiou Bueno e em assembléia votaram em favor de sua deposição. A Volks não aceitou e queria o cumprimento do novo contrato. Houve manifestação de cinco mil trabalhadores no D.F., toda a via judicial que, naturalmente deu ganho de causa à empresa. A greve foi declarada ilegal e todos os 14.289 trabalhadores demitidos e impedidos, por algum tempo, de nela voltar a trabalhar. O cooptado Gaspar Bueno ficou como secretário geral e o contrato, referendado também pelo secretário do Trabalho, foi imposto, garantindo toda a flexibilização patronal: número ilimitado de trabalhadores temporários, polivalência, isto é, trabalhadores totalmente responsáveis pela qualidade, pelo controle de materiais, pela limpeza; ainda, salário determinado pelo chefe e não por tempo de serviço e treinamento fora do horário de trabalho. Ao final, concordou em readmitir trabalhadores (afinal, precisava deles) mas recusou dois mil deles, identificados com a oposição sindical. Enfim, em setembro de '92, o governo e a Volks quebraram o movimento sindical dos metalúrgicos mexicanos.

No capítulo das privatizações, Salinas em '89 privatizou a Telmex, Telecomunicações de México, mas antes disso, acabou com o combativo sindicato de seus trabalhadores, o STRM, através da cooptação e iniciando o "neosindicalismo". O cooptado Hernández Juárez assinou em abril '89, com a Telmex o "Acordo de Cooperação", pelo qual já não se opunham a sua privatização, ao tempo que a empresa prometia que não haveria demissões. Mas havia mais: o acordo permitia a redução dos cargos, transferências e alocações de trabalho e a substituição de cinquenta e sete níveis salariais por uma única escala de pagamentos. E ainda, redução de pessoal por aposentadorias antecipadas, sem reposição e fim dos trabalhadores temporários. Ou seja, garantiu a flexibilidade total e abriu as portas às demissões ("voluntárias" ou não). Na privatização entraram a South Western Bell, a France Cable and Radio, um grupo mexicano e o STRM ficou com 4,4% das ações.

As mudanças no sindicalismo atingiram também as centrais. A CTM de Fidel Velázquez, controlada pelo PRI, foi considerada um dinossauro, porque impregnada de populismo, de velhas relações. Para

os novos tempos, Salinas ajudou a criar uma nova central, a FESEBES, tendo à frente o cooptado Hernández Juárez, que se juntou ao Eletrical Workers Union (sindicato dos pilotos) e outros três pequenos sindicatos. E foi Juárez quem depois "ajudou" na implantação da flexibilização na Volks.

Depois da privatização de Telmex, as transferências arbitrárias de trabalhadores para diferentes cidades e as reduções salariais se sucederam, ao mesmo tempo em que se elevou a produtividade, as tarifas telefônicas e os lucros. Parecia o melhor dos mundos possíveis para o capital, até a rebelião de Chiapas, em janeiro '94. (La Botz, 1994)

O descontentamento da população, o fortalecimento dos movimentos guerrilheiros e a retomada dos movimentos sociais, provocados por essa década de política neoliberal, trazem de volta os "dinossauros" ou velhos caciques do PRI, preocupados com o comprometimento de seu largo domínio. Propõem uma pausa, uma volta ao velho populismo, adiando ou esquecendo inclusive a privatização de PEMEX. (*Gazeta Mercantil*, 18, 19 e 20/10/06)

4. Quando sopra o vento do sul: o renascimento dos movimentos sociais.

"Não espere nada do centro, se a periferia está morta..."

(Mundo Livre S.A.- CD "*Guentando a Ôia*")

E, sem querer cair em qualquer tipo de terceiromundismo, podemos afirmar que a periferia está bem viva; e mais: ela agora está em toda parte.

Nesses tempos de escuridão, uma luz se acendeu e se fez fonte de esperança para milhões de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas. E se deu fora das cidades, fora dos sindicatos, e foi a primeira e a mais firme expressão de resistência, de construção de alternativas. Evidentemente, referimo-nos aos dois mais significativos movimentos da atualidade nascidos no Brasil e no México: o MST e o EZLN. Movimentos de massa, que além de sinalizarem alternativas à lógica de poder vigente, ao poder do pensamento único, lograram uma estrutura altamente democrática e em todo diferente daquelas que hoje constituem as piores amarras do sindicalismo. Resistência. Construção. Rapidez. Firmeza. Objetividade. Democracia. Marcas de sua atuação, que por serem tão fortes e diferenciadas geram tamanha oposição na imprensa e da mídia que, subserviente, procura desacreditar essa força que desafia sem se render às manobras do poder central. Como afirma o sub-comandante Marcos, seu radicalismo reside não em armas e sim na

"nova prática política: a construção de uma prática política que não busca a toma do poder, mas sim a organização da sociedade". (II Manifesto, 4/9/96)

Diferenças entre ambos, são muitas, a começar do âmbito da atuação - O MST, nacional; o EZLN, restrito à região de Chiapas, sul do país, diferença imposta por características geo-econômicas e sociais - e também pelas referências históricas: no México, a força da tradição de um país rebelde, do líder máximo; no Brasil, um certo vazio. Ainda, no Brasil, frequentes assassinatos e massacres, como o de Corumbiara ou de Eldorado dos Carajás (abril/96); no México, o apoio da população tem até agora impedido o massacre do EZLN. ⁶

A coincidência entre os dois movimentos se mostra na firmeza dos objetivos, na ausência de ânsia pelo poder: quer-se uma alternativa social para os milhões de excluídos e massacrados pelo sistema, uma solução democrática e oposta à lógica do capital. O avanço dessas lutas não sinalizam apenas os limites daquilo que se apresentou como única via possível, não mostram apenas um caminho de resgate da dignidade humana para os trabalhadores do campo, porque com isso, assinalam possibilidades para todos os demais. Contrastando com o oportunismo autofágico da maior parte do sindicalismo, nesses tempos de recuo, perdas e traições, mostram que só quando se reconhece quem é e de que lado se está, abrem-se as possibilidades. ⁷

⁶ Este apoio é organizado pela Frente Zapatista, organização nacional; a solidariedade popular que tem impedido o massacre dos zapatistas até o momento, vem do descontentamento com a situação do país e com a confiança na lição moral dada por eles, num país envolvido em escândalos e corrupções. Manifestações de apoio aos zapatistas reuniram mais de cem mil pessoas no DF. Outros movimentos sociais tem surgido, entre eles a guerrilha do ERP, um dos mais violentos e "El Barzón", o mais pacífico. Este último, essencialmente de classe média e preocupado em reduzir o endividamento das pequenas empresas, promove agitações pacíficas, como os elefantes desfilando pelo centro do DF e que culminou com um caminhão de tomates podres despejados frente à Associação Mexicana de Bancos.

⁷ O EZLN realizou a 1ª Conferência Internacional Contra o Neoliberalismo na última semana de julho/96, em La Realidad, Chiapas, reunindo representantes de vários países, partidos, ONGs, interessados, num total de mais de três mil pessoas de vários continentes (a maioria, da Europa). Nessa reunião, foi escolhido o dia 20 de novembro, data do início da revolução mexicana de 1910, como data da luta intercontinental contra o neoliberalismo. Ainda, de 8 a 12/ outubro, realizou-se o Congresso Nacional Indígena, na cidade do México, com a presença de milhares de delegados das 56 etnias indígenas. Representando o EZLN, a comandante Ramona, solução encontrada pelos zapatistas na disputa com Zedillo sobre a participação de seus líderes.

5. Conclusões

Ainda sem um caráter definitivo - os fatos ainda estão acontecendo - pode-se afirmar a volta da resistência através da oposição popular, dos condenados à exclusão social e dos trabalhadores ao modelo que veio se impondo. O "outono quente" de 96, que já é forte em vários países, deixará marcas. O exemplo mais politicamente avançado dos movimentos sociais aponta para a reconstrução da solidariedade. Teremos força e sabedoria para avançar nessa direção?

A retomada das lutas, no caso do sindicalismo urbano, é ainda eminentemente defensiva, apesar dos movimentos de oposição sindical. Uma resposta forçada à quebra de compromissos assumidos pelas empresas dentro das regras estabelecidas das flexibilizações. Mas, diante de um sindicalismo acostumado a dizer sim, sentiram-se à vontade para retirar a máscara do discurso da parceria, da qualidade. A resposta vem se dando não pela força das grandes centrais e sim pelo cansaço por acordos negativos, festejados como vantagens. Terão elas condições de mudarem tanto e passar a liderar a reação, dando um novo rumo ao sindicalismo? Com exceção dos EUA, onde a mudança de rota passou primeiro pela substituição não só de dirigentes, mas do que representavam, no caso das grandes centrais, responsáveis pela direção geral do movimento, é difícil prever a profundidade dessas mudanças. Foram empurradas ao protesto ou pela atitude das empresas - foram elas a romper o contrato e abrir o confronto - ou pelos trabalhadores, até por aqueles que não são prioritários para elas. Na italiana CGIL, que em julho reafirmou sua linha de negociação, não houve mudança mais substancial de seus dirigentes, nem maior espaço à oposição. E o mesmo vale para a CISL ou a UIL. E também para o IG-Mettal na Alemanha. E ainda para a CGT argentina, embora tenha havido a mudança forçada de seu secretário geral. (O novo, Rodolfo Daer, solução para uma ação conjunta com o MTA, foi desqualificado por Menen, que lembrou ter sido ele a assinar o contrato de flexibilização do Sindicato dos Trabalhadores em Alimentação). E o mesmo para o secretário geral da CIOSL, Bill Jordan (antes, assinou o contrato de flexibilização dos metalúrgicos ingleses). Podem os trabalhadores brasileiros confiar em suas lideranças da CGT ou da Força Sindical? E mesmo a CUT, com pecados bem menores, saberá voltar a seu caminho original nesta conjuntura, enterrando seu passado recente de negociação? Ou ainda, conseguirá se colocar como Central Única de todos os trabalhadores e deixar o viés que a tem dominado até hoje, e que a leva a avaliar os

problemas exclusivamente segundo a ótica dos metalúrgicos de S. Bernardo? Conseguirá democratizar suas instâncias de poder, fundamental para um sindicato ou central dos e para os trabalhadores?

Deve-se notar também que metalúrgicos constituem ainda uma categoria muito significativa - numericamente expressiva - apesar da automação. Entretanto, o modelo de administração por estresse ou "lean production" minou seu orgulho de outrora. Significativo o "botton" adotado em Turim - "eu amo os macacões azuis", enquanto na manifestação em Milão já não usassem esses mesmos macacões. Não há mais orgulho em ser metalúrgico (aliás a destruição do orgulho profissional, passo para a destruição moral e depois até total, vem atingindo várias categorias - bancários, professores - estes, particularmente no Brasil - funcionários públicos e até profissionais da indústria de informática - Itália). Mas se a importância numérica parece inquestionável, continuam a ser a vanguarda? Na Alemanha, na Itália foram à frente dos movimentos, mas numa reação a quebras contratuais e, de contratos dentro da linha de concessões, de negociações. Daí o repúdio. Será este o suficiente para romper com a política das grandes centrais? Ou colocá-los - agora que o modelo despe a cara do "todos ganham", "somos parceiros" - no difícil caminho inverso? Por outro lado, é de se notar que categorias de trabalhadores submetidos a trabalho precário, mesmo na ausência de tradição de lutas, tem se mobilizado, porque quase nada têm a perder. E também os funcionários públicos, categoria que levou a maior parte das mobilizações nos anos '80, agora se destacam tanto pelos acontecimentos na França, como na condução da AFL-CIO e de sua nova política.

A mudança geracional se completou e hoje temos novos atores, muitos em sua primeira greve. Entraram nas fábricas já sob o signo das novas gestões ditas modernas e padecem tanto ou mais que os de antigamente. Assistiremos à gestação de um novo caminho crítico?

E disso tudo se pode esperar que se esse caminho se fizer sob a luz emanada dos novos movimentos sociais, da estrada que busca a construção de uma nova sociedade e não da busca pelo poder, ou simplesmente, garantir a permanência de estruturas estabelecidas, há esperança, há um futuro para a humanidade.

Quanto ao pensamento único, ao neoliberalismo, vemos que seu domínio está cada vez mais trincado, porque esqueceu duas grandes verdades. A primeira, como nos lembra Rifkin (1996) de que "*Não existe mercado sem sociedade organizada... A sociedade antecede o mercado.*" A segunda, na afirmação de Paulo Freire, nos lembra que "*para a história*

morrer é preciso que morramos primeiro, homens e mulheres. (Folha de S. Paulo, 13/10/96)

E, para finalizarmos, numa homenagem aos que ousam sonhar, recorrendo ainda a citações, lembramos que "*bondade é ter coragem*" (Renato Russo) e como Chico César, dedicamos este trabalho AOS VIVOS.

João Pessoa, outubro de 1996.



Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, J.M.; Travesso, D. ; Gouveia, J. (1996): "*Enfrentar a reestruturação produtiva: um desafio para a classe trabalhadora*"- Texto 3. 8ª. Plenária da CUT.
- ANTUNES, Ricardo (1995): *Adeus ao Trabalho?* S. Paulo, Cortez Editora.
- BEYNON, Huw (1995) : "O fim da classe operária inglesa?", Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 27, ANPOCS.
- BICALHO, Luís (1996): "*Reestruturação Produtiva*", Texto 4 . 8ª. Plenária da CUT.
- BLANCO, Manuel Castaño (1994): "O processo de terceirização nos bancos", in Martins, Heloisa e Ramalho, J. R. (org.) *Terceirização. Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo, Hucitec/CEDI/ETS.
- BUNGE, Mario (1980): *Materialismo y Ciencia*, Ariel Ed. , México.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela: "Sindicalismo e Reestruturação Produtiva: entre as ilusões, os desafios e a realidade", IV Encontro da ABET, out. 95 (no prelo) (também publicado em *Textos de Discussão - SINTESPB*, João Pessoa, 1995)
- CASTAÑEDA, Jorge. (1993). *Utopia Desarmada*, S. Paulo, Companhia das Letras.
- CODAS, Gustavo (1996): "Reestruturação Produtiva, resposta dos trabalhadores e os COBAS na Itália. (Entrevista com Gigi Malabarba, membro do SLAI-COBAS, em 18/08/95 ; texto final revisado pelo entrevistado em 11/10/95) agosto-set. 96. -CUT - textos de discussão.
- CODAS, Gustavo (1996): "Desemprego, ultra-fordismo e alternativas da esquerda na França anos 90. Entrevista com Thomas Coutrot. 20/6/96.
- COMIN, Álvaro A (1994): "A experiência de organização das centrais sindicais no Brasil", in Mattoso, J. et alii (org.), *O mundo do trabalho. Crise e Mudança no final do século*. S. Paulo, CESIT/Scritta.
- CUT/ GT sobre Reestruturação Produtiva (1996): "*Ação Sindical frente às mudanças tecnológicas e organizacionais*". Texto 1. 8ª. Plenária da CUT - julho/ag.

- CUT (1995): "Reestruturação Produtiva". *Resoluções para a 7ª. Plenária da CUT - julho/ag.*
- ELDER, Madelyn: "US West Telephone Workers: Roadkill on the Information Superhighway", in Parker, M. e Slaughter, J., *Working Smart*, Detroit, Labor Notes.
- FINKEL, David: "The Detroit Newspapers' Labor War", *Against the Current*, 63.
- LA BOTZ, Dan (1994): "The Team in Mexico", in Parker, M. e Slaughter, J., *Working Smart*, Detroit, Labor Notes.
- "A Labor Party to Fight for Justice: An Historic New Beginning?", *Against the Current*, 60
- MALABARBA, G. (1995): *Dai Cobas al Sindacato. Un percorso per ricostruire un'organizzazione di classe dei lavoratori.* . Roma. Datanews Editrice,.
- MOBERG, David: (1996). "O Novo Sindicalismo Americano vai à Luta", *Atenção* n. 3.
- PARKER, Mike. e Slaughter, Jane. (1994) : *Working Smart. A Union Guide to Participation Programs and Reengineering.* Detroit, Labor Notes (Labor Education and Research Project).
- PAULÓN, Victorio: (1995) "El Sindicalismo Argentino: Crisis y Desafíos", paper apresentado no II Seminário Internacional El Nuevo Orden Mundial a Fines del Siglo XX. Socialismo como Pensamiento y Perspectiva. Universidade de Rosário, Argentina, nov.1995. (Publicado no Caderno - *Textos de Discussão: A função dos Sindicatos e os Desafios Atuais do Movimento Sindical* . 1º. Seminário de Formação Sindical UNTRABALHO/UFPB-SINTESPB -dez. 95.
- RIFKIN, Jeremy. (1995). *O Fim dos Empregos.* S. Paulo, Makron Books.
- (1996): "Bill Gates é um engenheiro ingênuo", *Exame*, 25/setembro/96 (entrevista; por Ivan Martins).
- SLAUGHTER, Jane (1994): "Surviving Lean Production", in in Parker, M. e Slaughter, J., *Working Smart*, Detroit, Labor Notes.
- (1995): "The New Workplace and Labor", *Against the Current* 63, sept./oct/95
- SGRECCIA, Alex (1995): "EUA: Reestruturação produtiva, mudança nas relações de trabalho e exclusão social"- mimeo.
- URIARTE, Oscar Ermida (1996): "Flexibilização e reforma trabalhista na América Latina", *Papéis de Trabalho do GT - RP CUT* - n. 1; set.

JORNAIS:

Clarín, Buenos Aires:

- 27/7/96: "La CGT ratificó el paro del 8 de agosto"
 "Masiva protesta de gremios opositores en Plaza de Mayo"
- 8/8/96 : "El programa económico de Wasmosy"
- 01/9/96: "Rechazo a la flexibilización laboral. CGT: sólo nos queda la huelga"
- 20/9/96: "Rechazan flexibilización y el pase de la UOM al SMATA"
- "UIA: mejor que flexibilizar es producir"
- 23/9/96: "Sigue ocupada la planta de la Fiat"

- 24/9/96: "Los empresarios piden una amplia flexibilización laboral"
25/9/96: "El radicalismo le pone límites al presidente Menem"
29/8/96: "El plan de ajuste gubernamental. Huelga com represión y heridos en Paraguay"
28/9/96: "Protestas en España por el congelamiento salarial. Se movilizan dos millones de empleados públicos"
27/10/96: "Una Prueba para Eduardo Frei"

Gazeta Mercantil:

- 2 e 3 de outubro 96: "Cem mil protestam contra redução do auxílio-doença"(A-10)
9/10/96: "O sindicalismo é bom para os EUA", de Robert Kuttner
"Cone Sul : sindicatos unificam agenda"
18, 19 e 20/10/96: "México. O dia dos dinossauros", por Geri Smith, *Business Week*

Il Manifesto, Roma:

- 04/9/96: "Marcos scrive 'alla società': resteremo soli?"
18/7/96: "Israele,sciopero generale contro i tagli al welfare"
20/7/95: "CGIL lombarda: la salute non si privatizza"
20/7/96 - "Cgil lombarda: la salute non si privatizza"
22/7/96 - "Rifondazione rilancia la componente comunista"
4/9/96 - "Il ritorno dei metalmeccanici Sciopero il 26 settembre"
"Lavoratori in rosso"
25/9/96: "Metalmeccanici: la rincorsa del sud"
"Francia. Autunno in piazza. La protesta vem tagliando"
27/9/96 - "All'último respiro"
"Il taglio va in pensione"
"Una flessibilità sempre piú povera"
"Sei anni di fatiche in un giorno solo", de Gabriele Polo
28/9/96: "Nuova Generazione", de Gabriele Polo
"Il cuore blu della val Padana , de Paolo Griseri
"Manifestazione metalmeccanici a Padova"
"Manifestazione metalmeccanici a Milano", de Manuela Cartosio
"Manifestazione metalmeccanici a Bologna"
"Sciopero metalmeccanici di Melfi", de Michele Fumagallo
"Sciopero com crisi", de Antonio Pastore
"La forbice del lavoro taglia in due l'Italia"
"Il Sindacato: Adesso tocca a Prodi parlare"
01/10/96:
"Germania. Il governo fa rompere i contratti"- Sandra Orlando
"Contro i tagli in piazza i prof francesi"- Anna Maria Merlo
"Meccanici. In arrivo nuovi scioperi"-
05/10/96:
"Gli zapatisti escono dal Chiapas"- Pino Cacucci
"Pochi giorni" - Gabriele Polo
"Metalmeccanici. Figurati pepara gli scioperi"
"Il crepuscolo di 'Tecnocity'. Scioperi e assemblee a Ivrea contro la vendita del settore informatico". Paolo Griseri

- 06/10/96: "Colpevole sinistra" - Giorgio Gremaschi
 "Basilicata in marcia per il lavoro"- M. Fumagallo
 "La 'terza via' percorre Napoli - Marco Calabria e A. Pastore
 "Zapatisti. Sabato 12 corteo a Roma per il Chiapas"
- 11/10/96: "I tagliarendite"- Gabriele Polo
 "La comandante Ramona rappresenterà gli zapatisti"
- 12/10/96: "I metalmeccanici tedeschi riscaldano l'autunno" - Sandra Orlando
 "Settimana 'agitata, tornano gli studenti"
- 18/10/96: "Quando l'Olivetti finisce in piazza"
 "Tanti cortei per il libero acesso all'università", L. F. C. Rossi
 Les travailleurs - Anna Maria Merlo
 "L'industria insegue i meccanici" , G. Polo
 "Dirigenti Fiat a giudizio per le tendiniti a Mirafiori"
- 19/10/96: "Cinquemila a Roma contro i tagli Olivetti"
 "Per il bene di tutti", G. Cremaschi
 "I Cobas: 'La Rai ci discrimina"

Folha de S. Paulo:

- 6/9/96; 2-4; 7 e 8/9/96; 7 e 8/9/96. 27/9/96; 28/9/96; 29/9/96
- 09/10/96: "A novidade que vem do campo"- Rudá Ricci - (2-2)
- 09/10/96: "Argentina: Fim do controle das entidades sobre serviços de saúde, a partir de 97, vai gerar perdas de US\$ 2,5 mi por ano. Decreto indispõe Menem com sindicatos" - Roberto Bertolotto (2-4)
- 10/10/96: "Mercosul: "Sindicalismo sul-americano inicia em SP seu próprio projeto de globalização; proposta eleva salário no Brasil. Centrais querem unificação do mínimo."- Clóvis Rossi - (2-8)
- 13/19/96: "Freire e Axé ensinam crianças a sonhar". Paulo Freire: entrevista a Fernando Rossetti. - 3-8
- 18/10/96: "Começa 'temporada de greves' na França", de Betina Bernardes; 1-12.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ano XV, no. 161, agosto 1996.

"Le Monde Diplomatique -Il Manifesto":

dezembro/95: "La chispa francesa"

Revistas: *Against the Current*, 60 e 63

Home-page IWW



**COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO:
caso das Cooperativas de Confecções
do Maciço de Baturité, Ceará**

Maria Vilma Coelho Moreira¹

1. Introdução

Nos últimos três anos, várias cooperativas têm sido estabelecidas no interior do Ceará. Estas cooperativas têm como atividade principal a montagem de confecções, especialmente calças jeans, para uma única firma, que vende o produto final para empresas locais e compradores estrangeiros. A grande maioria dos membros das cooperativas de confecções é formada por mulheres de pequenas cidades da região do Maciço de Baturité, área escolhida pelo governo do estado do Ceará para sediar um pólo industrial de confecções.

O presente estudo tem como objetivo analisar o estabelecimento e o funcionamento de cooperativas de produção de confecções na região do Maciço de Baturité como parte da estratégia do governo do Ceará para gerar emprego e renda no estado. Pretende-se, através deste trabalho, perguntar se o sistema de cooperativa para organização do trabalho, que tem lugar na referida região cearense, atende aos princípios de autonomia e liberdade, sobre os quais se pauta a idéia de cooperativismo. Além disso, o estudo também contempla as condições de vida e trabalho dos membros das cooperativas. Até que ponto as novas ocupações criadas pela industrialização do interior do Ceará representam, de fato, uma mudança nas condições de vida da classe trabalhadora, em especial da força de trabalho feminina? Ou seja, até que ponto pode-se sustentar a idéia de que a interiorização do desenvolvimento tem como princípio norteador a preocupação com a humanização do homem?

¹ A autora é doutora em sociologia pela "University of Tennessee, Knoxville" e professora bolsista do CNPq no DCSS-UFCE.

Nas próximas seções deste trabalho serão apresentados dados referentes ao estabelecimento das cooperativas de confecções na região do Maciço de Baturité, no interior do estado do Ceará. Estes dados foram levantados através de entrevistas (45 entrevistas com membros das cooperativas, e 15 com outras pessoas envolvidas no projeto de industrialização estudado), pesquisa bibliográfica, (livros, artigos de jornais e revistas especializadas) e documentos durante a pesquisa de campo realizada em dezembro de 1994, de maio a agosto de 1995, e agosto de 1996.

2. O estado do Ceará e a globalização da produção

A industrialização no Brasil tem se concentrado tradicionalmente nos centros urbanos. O Estado do Ceará também seguiu a mesma tendência de outros estados brasileiros ao concentrar o desenvolvimento industrial em sua capital ou em sua região metropolitana. De fato, em 1973 Fortaleza e municípios vizinhos tinham 63,35% de todas as indústrias cadastradas no Estado do Ceará. Até o final dos anos 70, o governo do Ceará ainda dava prioridade à industrialização localizada na capital do estado. Àquela época tentava consolidar o distrito industrial de Fortaleza. Contudo, desde a década de 80, o governo do Estado tem redirecionado sua política industrial para o interior do Estado (Oliveira Jr, 1992).

Neste sentido, o governo do Estado do Ceará tem formulado um pacote de benefícios para que as indústrias se estabeleçam no interior, como, por exemplo, infra-estrutura física (água, luz e esgoto), terrenos a preços simbólicos e vários incentivos fiscais. Esta nova política de desenvolvimento tem atraído várias empresas para o Estado, a ponto de se registrar, nesses últimos 3 anos, a presença de 200 empresas instaladas no Ceará e o governo pretende trazer mais 200 nos próximos quatro anos (O Povo 16.07.95, P.24A). Dentre essas empresas, uma fábrica de confecção, que faz parte de um complexo empresarial de um grupo de investidores de Taiwan, encontra-se em funcionamento no município de Acarape, na região do Maciço do Baturité, distante aproximadamente 70 quilômetros de Fortaleza. Ao contrário das outras empresas instaladas na área, a mencionada fábrica de confecção não contrata diretamente toda a mão-de-obra necessária para a confecção de roupas em jeans (particularmente calças compridas). Ela apenas contrata a mão-de-obra mais especializada, como, por exemplo, engenheiros, administradores, gerentes, pessoal encarregado do corte do tecido, etc. A mão-de-obra encarregada da montagem de peças em jeans é subcontratada através de cooperativas de confeccionistas criadas recentemente (1993) numa polí-

tica conjunta do governo do Estado do Ceará, prefeituras municipais do Maciço do Baturité e a referida fábrica de confecção. Os confeccionistas são pagos por produção e ganham em média um salário mínimo por mês. A lei de cooperativas no Brasil estabelece que o cooperado é membro da cooperativa e não seu empregado, portanto não é caracterizado nenhum vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros (Lei n. 5.764, de 16.12.71, art.90), nem entre a fábrica de confecção e os membros das cooperativas, quase todos mulheres do meio rural que, na grande maioria, não possuem nenhuma experiência anterior em trabalho industrial, principalmente na indústria de confecção.

As tentativas do governo do Estado do Ceará em atrair investimentos para o estado e, assim, se inserir no mercado nacional e internacional como um Estado que está se modernizando, não são esforços isolados na região nordeste e no Brasil. Efetivamente, depois da Segunda Guerra Mundial e, especialmente, nestas últimas décadas, tem ocorrido uma crescente tendência à internacionalização do investimento capitalista. Com a falência da estratégia de substituição de importações, largamente usada por países em desenvolvimento, uma nova estratégia econômica tem sido adotada extensivamente por regiões e países em desenvolvimento. Tal estratégia consiste na liberalização das economias nacionais em resposta à demanda de mercados internacionais, acentuando assim sua participação no processo de globalização da produção mundial. Várias regiões subdesenvolvidas têm adotado este modelo de industrialização voltado basicamente para a exportação de produtos manufaturados (Ong, 1991; Fernandez-Kelly e Sassen, 1995).

A teoria da nova divisão internacional do trabalho (NDIT) tem analisado as dinâmicas desta nova tendência de globalização da produção. Fröbel et alli. (1980) identificam três condições que têm favorecido a emergência da NDIT: primeiro, a existência de uma mão-de-obra extremamente barata e abundante nos países em desenvolvimento, que pode ser usada durante todo o ano e, depois de um breve período de treinamento, é capaz de alcançar níveis de produção semelhantes àquela dos países desenvolvidos. A força de trabalho nos países em desenvolvimento pode ser também facilmente substituída, depois que os trabalhadores se tornam exaustos e sobrecarregados, por novos trabalhadores, uma vez que existe uma oferta abundante de pessoas necessitando de qualquer tipo de trabalho.

A segunda pré-condição diz respeito à divisão do processo de produção, na qual as operações podem ser fragmentadas, aprendidas num curto período de tempo e executadas por uma mão-de-obra com um mínimo de qualificação possível. Finalmente, a terceira, que tem

contribuído para a emergência da NDIT, refere-se às técnicas de transporte e comunicações, que têm se tornado muito avançadas possibilitando a produção de bens completamente ou parcialmente em qualquer lugar do mundo. De acordo com Fröbel et alli. (1980:13), estas pré-condições são importantes, porque:

A coincidência destas três pré-condições (que são complementadas por outras menos importantes) tem trazido à existência uma força de trabalho para um mercado global e um exército industrial de reserva mundial, juntamente com um mercado mundial de zonas de produção.

Segundo Fröbel et alli. (1980), a clássica divisão internacional do trabalho não é mais a característica dominante da economia global contemporânea. Ao contrário, uma nova tendência está substituindo-a por uma nova forma de divisão do trabalho. A emergência desta nova tendência denota-se pelo crescente número de países em desenvolvimento que tem se tornado locais de manufaturamento de bens, que são competitivos no mercado mundial. De fato, a internalização da economia mundial envolve uma reestruturação global do processo de produção.

De acordo com Ward (1990:1-2): a reestruturação global refere-se à emergência da linha de montagem global, na qual pesquisa e gerenciamento são controlados pelos países centrais ou desenvolvidos, enquanto que o trabalho na linha de montagem é relegado às nações semi-periféricas que ocupam posições menos privilegiadas na economia global... Nos países em desenvolvimento, esta reestruturação é marcada pelo crescimento do setor de serviços e especialização em indústrias de exportação como eletrônica, confecção e farmacêutica, como uma estratégia de desenvolvimento. A reestruturação é também marcada pelo uso crescente de trabalhadores industriais no setor informal.

Frequentemente, países em desenvolvimento oferecem incentivos para as empresas multinacionais se instalarem em seus territórios, incluindo isenção de impostos, uma força de trabalho barata e controlável e o estabelecimento de zonas de processamento livres (ZPLs) (Bonacich et alli., 1994). Três tipos de indústrias têm sido consideradas perfeitamente adaptáveis para operar no contexto da industrialização para exportação: a eletrônica, a têxtil e a de confecção. Estas indústrias são muito competitivas, e o custo com a mão-de-obra forma uma grande proporção de seu orçamento (Tiano, 1990).

Ao contrário de outras estratégias de desenvolvimento, a reorganização de atividades industriais a nível mundial tem se caracterizado pela feminização da mão-de-obra. Com efeito, 75% da força de trabalho nas ZPLs é composta por mulheres (Fernandez-Kelly e Sassen, 1995).

Na década de 80, resultados de novas pesquisas no Brasil e em outros países revelaram um contínuo acréscimo no ritmo de incorporação da mão-de-obra feminina no mercado formal de trabalho e nos tipos de trabalho por elas exercidos (Guimarães e Castro, 1990). Segundo Meneleu Neto (1996), as transformações no mundo do trabalho ocasionadas pelo processo de reestruturação produtiva, além de se caracterizarem por uma crescente taxa de desemprego, de desregulação do mercado de trabalho, do aumento do número de trabalhadores em tempo parcial e da queda na taxa de sindicalização, também se distinguem-se por um aumento na participação das mulheres na população economicamente ativa (PEA).

A crescente incorporação da mão-de-obra feminina tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos faz parte de um mesmo processo. A reestruturação produtiva que direcionou as indústrias manufatureiras para os países em desenvolvimento criou mais oportunidades de emprego para as mulheres em economias periféricas, ao mesmo tempo que as economias pós-industriais passaram a necessitar de mão-de-obra feminina para trabalhos considerados menos valorativos e de baixos custos predominantes no setor de serviços (Fernandez-Kelly e Sassen, 1995).

Para Bonacich et alii. (1994), a indústria de confecção pode ser encontrada hoje em todo o mundo, pois é uma das primeiras indústrias a ser implantada num país ou região que está começando um programa de industrialização, principalmente voltado para a exportação. De fato, a indústria de confecção é pioneira na produção global de produtos manufaturados. Ela continua sendo uma atividade de trabalho intensivo que envolve tecnologia relativamente simples e baixo custo de implantação. Mesmo que avanços tecnológicos tenham tornado a indústria de confecção mais sofisticada, o indivíduo (geralmente uma mulher), trabalhando em uma máquina de costura, continua sendo considerado a unidade básica de produção.

A mão-de-obra usada na linha de montagem da indústria de confecção não necessita ter uma educação formal, tornando possível a entrada, nesta indústria, de trabalhadores recentemente proletarizados. A indústria de confecção também é capaz de combinar tecnologias simples e avançadas. Assim, as fases da produção, envolvendo modelagem, a engenharia e o corte de peças, as quais têm se tornado cada vez mais mecanizadas e computadorizadas, podem até ser realizadas em países industrializados. Por outro lado, tarefas, envolvendo tecnologias mais simples e trabalho intensivo, podem ser realizadas em regiões subdesenvolvidas que começam a ser integradas no sistema global de pro-

dução pelo seu papel num importante aspecto do processo de produção que é a montagem do produto (Bonacich et alli. 1994).

As cooperativas de confecções do Maciço de Baturité têm sido um importante instrumento através do qual o capital tem organizado o trabalho da mulher no interior do Ceará. Elas exemplificam bem as estratégias do capital dentro deste contexto da reestruturação produtiva, aonde o emprego estável, protegido por leis que asseguram inúmeros benefícios, cada vez diminui mais, surgindo "novos" modelos de organização de trabalho reinventados pelo capital.

As próximas seções deste trabalho apresentarão vários aspectos relacionados com o estabelecimento e funcionamento das cooperativas de confecções no interior do Ceará e sua relação com a empresa que contrata sua produção total (Kao Lin), e também explicitarão como as cooperadas vêem seu papel como membros das cooperativas.

3. As cooperativas de confecções do maciço de Baturité.

De acordo com a Kao Lin, empresa contratante da produção das cooperativas do Maciço de Baturité, as cooperativas de confecções são um "modelo pioneiro" de desenvolvimento industrial. Elas fazem parte de um projeto industrial que tem como objetivo se expandir através da região do Maciço de Baturité e outras áreas do Estado do Ceará.

O Governo do Ceará tem apoiado fortemente a implantação das cooperativas e das empresas de confecções no estado. Para tanto, tem oferecido muitos incentivos para que a Kao Lin (empresa de um grupo de investidores Taiwaneses) se estabeleça na região do Maciço de Baturité. De fato, representantes do governo do Estado do Ceará estão muito otimistas a respeito da expansão deste modelo de cooperativas de produção. De acordo com um representante da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), outros projetos estão sendo estudados para serem implantados noutras áreas do Estado, onde o "modelo pioneiro" de cooperativas de produção em grande escala será aplicado.

Uma das maiores vantagens deste projeto, do ponto de vista do governo, é a possibilidade da população rural encontrar empregos nas suas próprias comunidades. Além do mais, o aumento de oportunidades de emprego no interior tem como meta reduzir o problema da migração rural-urbana, um dilema sério para o Estado do Ceará².

² Entrevista com um representante da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado do Ceará (SIC).

Por outro lado, uma das maiores vantagens do modelo de cooperativa de produção para a indústria de confecção é relacionado com o custo de mão-de-obra. Um empregado da Kao Lin afirmou:

"A vantagem das cooperativas é a redução dos custos, visto que a empresa não precisa pagar encargos sociais aos cooperados. Na indústria de confecção, os custos com os encargos sociais são muito altos e aumentam substancialmente o preço do produto. Com as cooperativas é diferente. Nossos custos são muito baixos"³.

Outro representante da Kao Lin tentou minimizar a importância da questão do custo com a mão-de-obra e, procurando defender as políticas da empresa, afirmou não ter sido para economizar os custos da mão-de-obra a razão pela qual a empresa implantou este modelo no interior do Ceará. A criação de cooperativas de confecções no interior do Ceará foi escolhido, porque as cooperativas podem ser fragmentadas em várias unidades. Assim, elas podem operar em vários lugares, em pequenas comunidades, onde as pessoas não têm nenhuma chance de ter um trabalho industrial. Assegurou, ainda, que este sistema de cooperativas tem alcançado as cidades esquecidas do interior do Ceará, já que a empresa poderia facilmente ter aberto uma grande fábrica num município qualquer. Mas, se a empresa assim tivesse feito, a população rural não teria se beneficiado tanto como ela está se beneficiando agora. Pela sua ótica, a economia com os encargos sociais não foi a razão principal para a empresa usar a mão-de obra dos cooperados, mesmo porque que os custos com empregados e transporte para gerenciar as cooperativas, suprir material, fiscalizar a produção e dar assistência técnica são muito altos e consomem muito tempo. Assim, segundo o entrevistado, não valeria a pena a empresa ter todo esse trabalho. Contudo, a empresa se dispõe a fazer isto por causa da melhoria que essa oportunidade irá trazer para o povo do interior do Ceará⁴.

Apesar de todos os problemas que a empresa de confecção afirma ter, de acordo com um representante da SIC, este modelo de cooperativas tem sido bastante estudado para aplicação em outras regiões do Estado, como na região do Baixo Jaguaribe e no município de Canindé. De acordo com o entrevistado, os próprios investidores de Taiwan já têm expandido este modelo a outros ramos de atividade, como, por

3 Depoimento de um dos empregados da Kao Lin, por ocasião de uma entrevista com a autora.

4 Afirmativa baseada em depoimento de um dos diretores da Kao Lin, por ocasião de uma entrevista com a autora.

exemplo, na fabricação de motores elétricos⁵. De fato, a expansão do modelo "pioneiro" de cooperativas de produção de confecções não se restringe apenas ao estado do Ceará, mas também está se reproduzindo em outros estados do nordeste, tais como Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Quando a implantação da fábrica de confecção na região do Maciço de Baturité foi concebida, as partes envolvidas (o governo do Estado do Ceará, a empresa e os prefeitos dos municípios da região) tinham conhecimento que a mão-de-obra disponível na área precisaria ser treinada, a fim de adquirir habilidade necessária para a montagem de jeans (especialmente calças jeans), confeccionados pela Kao Lin. Por isso, um centro de treinamento foi fundado para formar a mão-de-obra que seria posteriormente contratada pela empresa de confecções, através da criação de cooperativas de confecção na região.

3.1. O Recrutamento da Mão-de-Obra

A Fundação Centro Tecnológico de Formação de Confeccionistas (CTFC) foi fundada numa parceria com o Governo do Estado do Ceará, os prefeitos dos municípios do Maciço de Baturité e a Kao Lin. O investimento total foi de U\$ 1.400.000,00. Deste total, U\$ 800.000,00 foi doado pela Kao Lin. O restante do dinheiro foi doado pelo governo do Ceará e municípios da região do Maciço de Baturité (Arquivo Técnico do CTFC, s.d.).

O Governo do Estado e as prefeituras dos municípios do Maciço de Baturité contribuíram igualmente para a construção do prédio onde funciona o CTFC. A Kao Lin doou o equipamento necessário para o treinamento da mão-de-obra a ser utilizada nas cooperativas, dentre eles 170 máquinas de costura. O CTFC emprega uma média de 25 empregados, e é mantido exclusivamente por doações da Kao Lin⁶.

O programa de treinamento é extremamente importante, uma vez que a grande maioria dos candidatos ao treinamento nunca trabalhou em indústria de confecção. Deste modo, antes da mão-de-obra ser qualificada para trabalhar nas cooperativas, ela é treinada no CTFC, que aceita inscrições periódicas para candidatos interessados em fazer os cursos.

⁵ Refere-se ao mesmo entrevistado do item 1.

⁶ Entrevista com representante do CTFC.

O CTFC requer que os candidatos sejam alfabetizados, tenham de 18 a 35 anos e demonstrem habilidades manuais para lidar com as máquinas de costura. Homens e mulheres podem se inscrever. Apesar de existirem alguns homens fazendo os cursos e trabalhando nas cooperativas, a grande maioria dos membros das cooperativas é de mulheres.

O programa de treinamento do CTFC é de 240 horas e inclui um curso básico de costura industrial (120 horas), um curso sobre cooperativismo (16 horas), um curso sobre higiene, segurança e controle de qualidade (64 horas) e um período de treinamento de 40 horas. Depois que os treinandos terminam o curso com sucesso, eles esperam que o CTFC os incorpore em alguma unidade de cooperativa no município onde o treinando mora. Quando todas as unidades de um município estão funcionando, com os treinandos já incorporados nelas, o CTFC inicia o treinamento de candidatos de outros municípios, que são, geralmente, transportados para o CTFC em ônibus cedidos pelas prefeituras locais, onde outras unidades de cooperativas deverão ser abertas. Até junho de 1996, 1.427 pessoas receberam certificado de treinamento no CTFC, que tem capacidade de treinar 2.160 confeccionistas, por ano. Além do mais, a meta de expandir o modelo de cooperativas por toda a região do Maciço tem tido sucesso, haja vista que, até junho de 1996, foram abertas cooperativas em onze municípios do Maciço de Baturité⁷.

3.2. O Contrato entre as Cooperativas de Confecções e a Kao Lin

A Kao Lin empregava cerca de 100 pessoas em junho de 1996 em sua fábrica em Acarape⁸. A sua força de trabalho inclui várias categorias funcionais, tais como: engenheiros, contadores, supervisores e técnicos de máquinas de costura. A maioria daqueles que trabalham na montagem do jeans é membro das cooperativas e não empregados da empresa. São principalmente mulheres das cidadezinhas onde as cooperativas estão localizadas. Teoricamente, as cooperativas de confecções são entidades separadas da empresa de confecções do grupo taiwanês. Contudo, elas foram criadas com o único propósito de suprir a força de trabalho para a montadora de jeans e são, de fato, um apêndice da empresa. O contrato entre as cooperativas e a Kao Lin revela como o relacionamento entre as duas é estruturado.

No dia 1o. de julho de 1994, um contrato foi assinado entre a empresa Kao Lin S/A e a Cooperativa de Produtores de Confecções Acara-

7 Informação concedida pelo mesmo entrevistado do item 5 em entrevista posterior (junho de 1996).

8 Informação baseada em entrevista com empregado da Kao Lin.

pe LTDA, localizada em Acarape (este contrato depois foi reproduzido para as cooperativas de outros municípios do Maciço de Baturité). De acordo com o contrato, as cooperativas de confecções prometem produzir jeans para a Kao Lin, segundo as suas especificações técnicas, e vender toda a sua produção para esta empresa enquanto durar o contrato, que é de **oito anos**. O preço das peças produzidas pelas cooperativas é estipulado à parte, em uma planilha, e varia de acordo com a quantidade de peças produzidas pela cooperativa e o modelo do jeans.

A Kao Lin, por outro lado, se obriga a transferir e gerenciar a aplicação da tecnologia, que se faz necessária para a confecção das peças em jeans, e a controlar a qualidade das peças produzidas pela cooperativa, no período do contrato. Ela ainda se obriga a comprar toda a produção das cooperativas e avalizar, quando se fizer necessário, empréstimos bancários para financiamentos do maquinário e equipamentos exigidos na produção das peças em jeans. Além disso, a Kao Lin deve honrar seus compromissos com as cooperativas, no caso de paralização na produção, se esta tiver sido ocasionada por ela.

De fato, a Kao Lin foi avalista das cooperativas em empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil para a aquisição das máquinas de costura. É interessante notar que as máquinas de costura adquiridas pelas cooperativas são produzidas por outra empresa do mesmo grupo de investidores taiwaneses, Yamacom, que também tem negócios na área.

Até agosto de 1996, onze cooperativas foram abertas nos municípios do Maciço de Baturité (Acarape, Antonio Diogo, Araçoiaba, Barreira, Baturité, Cantagalo, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Pau Branco e Redenção). Na maioria dos municípios, as cooperativas são divididas em três unidades, empregando uma média de 35 trabalhadores em cada uma delas. Cada unidade tem um supervisor, empregado pela Kao Lin, encarregado de supervisionar a produção, de acordo com as normas da empresa. Para que as cooperativas funcionem adequadamente, outros empregados da Kao Lin também trabalham nos prédios das cooperativas, como, por exemplo, técnicos de máquinas de costura e pessoal do controle de qualidade e gerentes de produção, que são responsáveis pela administração das cooperativas numa determinada área. O principal papel destes gerentes é fazer com que a produção corra sem incidentes, que uma certa ordem de produção possa ser entregue no prazo requerido pela empresa. Eles também são mediadores dos conflitos entre a empresa e as cooperativas.

3.3. A Estrutura Interna, Ambiente e Disciplina de Trabalho e Controle

As cooperativas têm um estatuto que contém os objetivos das cooperativas, os direitos e obrigações de seus membros, regras de funcionamento da assembléia geral e conselhos administrativo e fiscal. Elas têm também um Conselho de Administração e outro Fiscal. O Conselho de Administração tem por finalidade decidir quaisquer assuntos econômicos e sociais de interesse das cooperativas e de seus membros. Ele é composto por sete membros eleitos pelos cooperados em assembléia geral, por um período de dois anos, sendo obrigatória a renovação de no mínimo um terço de seus componentes ao fim do mandato. Os membros do Conselho, escolhidos pelos cooperados, escolhem entre si o presidente, o secretário, o tesoureiro e o diretor financeiro.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes, que são eleitos anualmente em Assembléia Geral. Este Conselho tem como meta fiscalizar as atividades do Conselho de Administração. Ambos os Conselhos se reúnem no mínimo uma vez por mês, ou extraordinariamente, com todos os cooperados, para discutir algum problema das cooperativas.

As cooperativas de confecções do Maciço de Baturité possuem também um regimento interno com normas mais detalhadas sobre o funcionamento das cooperativas, tais como admissão e exclusão de cooperados, seus direitos e obrigações. O regimento interno ainda descreve as normas específicas dos departamentos financeiro, comercial e de produção das cooperativas; estabelece regras para as férias dos cooperados, remuneração e penalidades.

A primeira cooperativa de produtores de confecções do Maciço de Baturité começou a funcionar em junho de 1994, no município de Acarape. A única cooperativa aberta antes desta foi a do Lagamar, situada numa favela da cidade de Fortaleza e que foi fechada em 1995 sob alegações da Kao Lin de que ela ocasionava problemas no tocante à entrega e recebimento de materiais. No entanto, tal cooperativa sempre foi considerada "problemática" pela administração da Kao Lin. Fato confirmado por mim em entrevistas e conversas informais com empregados da Kao Lin, que comentavam sobre a "rebeldia" e "indisciplina" das costureiras do Lagamar, e seu envolvimento com partidos políticos, enquanto que as costureiras do interior são "ótimas de trabalhar, pois são bem passivas." Desde então, nenhuma outra cooperativa vinculada à Kao Lin foi aberta em Fortaleza, mas apenas na região do Maciço de Baturité onde sindicatos e partidos políticos são praticamente ausentes do cotidiano das cooperativas.

As cooperativas de confecções do Maciço de Baturité funcionam em pequenos prédios construídos pelos municípios onde elas estão localizadas. Os prédios são basicamente um compartimento grande, suficiente para comportar aproximadamente 35 a 40 máquinas de costura, algumas mesas e uma escrivaninha. Além do compartimento principal, os prédios também têm uma pequena cozinha e banheiros. Os prédios que visitei durante a pesquisa de campo não têm nenhuma janela, apenas buracos no alto das paredes. Quando visitei as unidades das cooperativas, ainda era a época de chuva, quando a temperatura baixa um pouco. Contudo, o calor dentro dos prédios era insuportável, mesmo para as pessoas do lugar acostumadas com elevadas temperaturas. Nenhum dos prédios tinha ventiladores. Além disso, havia problemas de abastecimento de água e péssimas condições sanitárias.

Os membros das cooperativas de confecções trabalham no mínimo oito horas por dia, com um período de uma hora de descanso para o almoço, e um intervalo de 10 minutos pela manhã e à tarde. Na rotina diária das cooperativas de confecções, as entrevistadas afirmaram que apenas têm hora para chegar ao trabalho, mas não para sair. Elas nunca sabem com certeza a hora que irão para casa no final do dia. Muitas vezes fazem horas extras para terminar uma ordem de produção. Assim, às vezes, trabalham até sete ou oito horas da noite. Isto causa problemas, principalmente para as cooperadas casadas, que têm atividades domésticas para fazer todos os dias. Além disso, as cooperadas têm que trabalhar também aos sábados, quando é necessário terminar um número de peças de jeans para a empresa que contrata seus serviços. Apesar de não serem obrigadas a trabalhar aos sábados, a supervisão espera que o façam. Entretanto, sentem-se desencorajadas em ter que trabalhar nos finais de semana, pois precisam organizar suas atividades domésticas, como lavar roupa, limpar a casa, comprar comida, etc.

3.4. As Cooperativas de Confecções e a Legislação Cooperativista

Uma vez que as cooperativas não foram criadas pelos próprios cooperados, mas como parte de um grande projeto de industrialização do interior do Ceará, seus "associados" não são seus verdadeiros donos. Ao contrário, foram chamados a participar de uma organização, que já estava estruturada para servir aos propósitos de uma empresa capitalista. Por conta disso, os membros das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité não são bem informados de todos os detalhes do contrato entre as cooperativas e a Kao Lin, nem tampouco entendem muitas vezes as ligações entre ambas. Apesar dos cooperados terem tido

aulas sobre cooperativismo (apenas 16 em um curso de 240 horas) e terem sido informados que a cooperativa lhes pertence, eles se sentem muito confusos e frustrados com todo o esquema montado nas cooperativas.

A legislação brasileira garante vários direitos aos trabalhadores assalariados. Apesar de o salário mínimo ser muito baixo no Brasil (aproximadamente U\$ 100.00), os trabalhadores gozam de vários benefícios garantidos por lei. Por exemplo, salário mínimo, gozo de férias anuais remuneradas, décimo terceiro salário, aposentadoria, seguro-desemprego, FGTS, dentre outros (Constituição do Brasil, Capítulo II, art. 7). Tal legislação tem também contemplado vários direitos às mulheres trabalhadoras. De acordo com as leis brasileiras, as mulheres grávidas não podem ser despedidas do emprego e têm licença remunerada de 120 dias, a fim de usufruírem do descanso necessário antes e depois do parto (Constituição Brasileira, Capítulo II, art.7; CLT, art. 392).

As cooperativas de confecções do Maciço de Baturité empregam uma mão-de-obra que é predominantemente feminina, na faixa etária entre 18 e 35 anos, os anos reprodutivos da mulher. Contudo, a empresa que terceiriza o trabalho das mulheres, através das cooperativas, não precisa se preocupar com estes custos. De acordo com a legislação brasileira, não existe vínculo empregatício entre a cooperativa e seus membros. Assim, os trabalhadores de uma cooperativa são seus membros e não seus empregados. Fundamentadas neste dispositivo legal, as cooperativas do Maciço de Baturité apenas pagam uma remuneração baseada na produção de peças de jeans, sem nenhum outro benefício previsto na lei brasileira, para os trabalhadores em geral. Da mesma maneira, a Kao Lin não tem nenhuma obrigação trabalhista com a mão-de-obra que ela terceiriza através das cooperativas. Ela apenas tem um contrato com as cooperativas para a produção de calças jeans.

As cooperativas de confecções, por sua vez, não podem prover nenhum benefício aos seus membros, pois as mesmas não possuem nenhum recurso financeiro para tanto. Como consequência, os membros das cooperativas não têm suporte legal para exigir qualquer direito relacionado com benefícios trabalhistas, tampouco podem esperar que as cooperativas lhes proporcionem benefícios equivalentes àqueles que teriam se fossem seus empregados. Por exemplo: perguntei a uma cooperada grávida o que achava que iria acontecer com ela quando tivesse o seu filho. Respondeu que, se tivesse parto normal, usufruiria 15 dias de repouso, e só receberia alguma remuneração pelos dias de descanso, se as cooperadas votassem em reunião, concordando com o seu pagamento.

Um representante da fábrica de confecção Kao Lin assegurou que as cooperativas têm um "fundo de reserva" (administrado pela Kao Lin) em que os lucros devem ser depositados para serem distribuídos entre os membros da cooperativa, no final de cada ano. Com o dinheiro do fundo, as cooperativas poderiam, então, decidir o que fazer, como, por exemplo, fundar uma creche ou simplesmente dividir o dinheiro entre seus membros. No entanto, o entrevistado afirmou que em 1994 não foi possível fazer nenhum depósito no referido fundo, pois as cooperativas não tiveram nenhuma sobra ou lucro⁹. A previsão do entrevistado também não se concretizou para o ano de 1995, quando a própria empresa Kao Lin passou por uma série de dificuldades internas, que prejudicaram o funcionamento das cooperativas.

De fato, de acordo com a lei 5.764, art. 28, alínea I, as cooperativas são obrigadas a constituir o fundo de reserva, o qual é formado de no mínimo 10% das sobras líquidas do exercício. Interessante é que nenhum dos presidentes ou supervisores das cooperativas sabia sequer que este fundo existia. Alguns entrevistados da Kao Lin tinham vagamente conhecimento acerca do fundo de reserva, mas não sabiam nenhum detalhe sobre o mesmo.

O fato de muitos trabalhadores brasileiros trabalharem no setor informal e, portanto, não gozarem de nenhum benefício previsto em lei, faz com que a Carteira de Trabalho tenha muita importância para eles. Os membros das cooperativas do Maciço de Baturité se sentem muito frustrados pelo fato de não terem a "carteira assinada", pois tal documento representa para eles segurança. Assim, com a carteira assinada, os trabalhadores não se sentem como se estivessem trabalhando em algum negócio clandestino ou que são trabalhadores marginais. Ter o contrato de trabalho assinado os ajuda a se sentirem "verdadeiros trabalhadores". Portanto, a falta da carteira assinada faz com que se sintam traídos. Por outro lado, algumas entrevistadas se sentem completamente desencorajadas e apáticas com o fato de que não terem direitos como empregadas, por causa da forma como as cooperativas foram estabelecidas. Algumas entrevistadas expressaram o que sentem com relação à questão:

"Eu me sinto muito insegura. Eu queria que a gente tivesse nossa carteira assinada. Se acontecer um acidente aqui, a cooperada vai para casa. Se a cooperativa resolver pagar, tudo bem. Mas a gente não tem certeza de nada, mas na lei a gente tem direito de receber o nosso dinheiro, se a gente ficar doente. Isto eu tenho certeza".
(Anete, casada, 24)

9 Refere-se ao mesmo entrevistado do item 2.

"Eu acho que é horrível. Eu acho que todas nós deví[amos] ter a nossa carteira assinada. Têm muitas cooperadas aqui que trabalham há mais de um ano e ninguém fala em férias. Eu acho que se elas tivessem a carteira assinada, elas teriam alguns direitos. Sem a carteira assinada, ninguém fala em décimo terceiro em dezembro, ou se uma mulher ficar grávida, ela pode até nem receber dinheiro, quando ela tiver em casa com o nenem". (Eliana, solteira, 21)

"Quando eles abriram inscrição prá gente trabalhar na cooperativa, eles disseram prá gente: -Quem quiser trabalhar venha, mas a gente não tem carteira assinada. Por isso, eu não falo mais nesse assunto. Eu já sabia que ia ser desse jeito". (Ana Cláudia, solteira, 19)

"Eu não gosto da idéia que a gente não tem carteira assinada, mas a gente começou a trabalhar aqui faz 11 meses e ninguém saiu da cooperativa. Mas muitos trabalhadores começaram a trabalhar na Kao Lin de carteira assinada e já foram demitidos. Por isso, eu me sinto mais segura na cooperativa. Se eu fizer meu trabalho direito, ninguém vai me botar pra fora daqui". (Maria do Amparo, casada, 27)

A falta de entendimento, por parte de muitas cooperadas, a respeito de seu *status* como membros das cooperativas, ao invés de serem empregadas delas, faz com que os representantes da Kao Lin estejam sempre explicando esta questão em reuniões com os membros das cooperativas.

"Em uma reunião eles disseram para a gente que eles não assinam a nossa carteira porque esta cooperativa é da gente. Nós estamos pagando as máquinas de costura agora, mas no futuro este negócio será nosso". (Eliana, solteira, 21)

"...quando a gente fala sobre os nossos direitos, o pessoal da Kao Lin diz que isto não é uma empresa particular, por isso nós não temos nenhum direito" [trabalhista]. (Ana Maria, solteira, 19)

Uma das reclamações mais frequentes das cooperadas se refere às normas de frequência ao trabalho, que consideram muito rigorosas. Por exemplo, se o cooperado faltar ao trabalho por razões de saúde, ele deve ir ao médico e receber uma licença, de acordo com o problema diagnosticado pelo médico. As cooperativas têm instruções da Kao Lin para descontar a metade de um dia de trabalho, para um cooperado que recebeu uma licença médica de um dia; um dia de trabalho, para aquele que obteve licença médica para dois dias e assim por diante. As cooperadas entrevistadas sentem que essa norma é muito injusta e nega-lhes o direito legítimo de repousar, quando estiverem doentes. Além disso, tal medida aparece claramente como uma punição, que tem por objetivo

principal intimidar os trabalhadores e fazê-los vir trabalhar mesmo doentes. Algumas entrevistadas relataram como os descontos são feitos:

"A gente se reúne e decide se a gente vai ou não descontar o dia daquela pessoa que não veio trabalhar. Por exemplo, se a pessoa foi para o médico e o médico lhe dá uma licença, aqui uma licença de um dia só vale meio, de dois dias só vale um. Eu acho isso errado, mas foi a Kao Lin que fez essa regra. Então, a gente decide sobre essas coisas..." (Rosângela, solteira, 21)

"Se um cooperado faltar três dias de trabalho [por mês], ele ou ela perde duas semanas de trabalho [remuneração]. Agora a gente tem reuniões para decidir se o dinheiro deve ser descontado ou não...As decisões mais importantes eles [Kao Lin] é que fazem, mas as decisões dos descontos das faltas somos nós que tomamos" (Eliana, solteira, 21)

De acordo com um gerente da Kao Lin entrevistado, falta é um problema sério nas cooperativas. Por isso, a Kao Lin sugeriu alguns critérios para que as cooperativas possam lidar com os seus membros faltosos. Ei-los (na íntegra):

"Critérios para faltas:

1a. Falta - Perde um dia de remuneração mais multa de 20%.

2a. Falta - Perde dois dias de remuneração mais multa de 30%.

3a. Falta - Perde três dias de remuneração mais parcela fixa, ficando sujeito a exclusão"

- Os descontos por faltas e suas respectivas multas serão rateados pelos cooperados não faltosos, no final do mês"¹⁰.

Assim, se numa reunião os cooperados decidirem descontar os dias de trabalho do cooperado faltoso naquele mês, o dinheiro descontado é dividido igualmente entre os cooperados. Esta medida também foi sugerida pela Kao Lin, e causa grande controvérsia entre os cooperados. Os que não faltam durante todo o mês acham que têm o direito de receber o dinheiro extra do rateio dos cooperados faltosos, já que eles tiveram que trabalhar extra para terminar o trabalho de quem faltou. Outros cooperados sentem que, se um cooperado está realmente doente ou teve problemas em casa e não pôde vir trabalhar, o dinheiro não deveria ser dividido entre eles, mas deixado para a pessoa receber no final do mês. Uma consequência desta controvérsia é que as reuniões para decidir o que fazer com a remuneração dos cooperados faltosos, ao invés

¹⁰ "Critérios para faltas" foram reproduzidos na íntegra de uma pasta com vários documentos referentes as atividades regulares das cooperativas, tais como: lista de chamadas, controle de produção, etc.

de uni-los, divide-os. Estas reuniões servem basicamente para colocar um cooperado contra o outro, causando ressentimento entre eles, não importa qual seja o resultado das reuniões.

Outra área de conflito com relação aos benefícios trabalhistas é relacionado com o período de férias anuais. Até agosto de 1995, nenhum membro das cooperativas, nos três municípios que eu visitei para esta pesquisa, havia tirado férias. Muitos cooperados já estavam trabalhando há bem mais de um ano e não se falava em férias nas cooperativas, tampouco eles sabiam quanto tempo de férias iam poder tirar. De acordo com o regimento interno das cooperativas, art. 41: "é facultado a todo cooperado, anualmente, o gozo de um período de descanso, devendo a compensação financeira pelos dias parados ser rateada entre todos os cooperados". O parágrafo primeiro do mesmo artigo estipula que tal período de descanso será de 15 dias corridos.

Ainda de acordo com o art. 41, parágrafo 1º do regimento interno, o cálculo da remuneração de cada membro da cooperativa, durante o período de descanso, será: "a remuneração do cooperado para efeito deste artigo será de 70% (setenta pontos percentuais) da média de remuneração dos cooperados em produção dos três (03) meses imediatamente anteriores ao mês que estiver em gozo de descanso e diretamente proporcional ao número de dias do período de descanso".

Assim, o regimento interno das cooperativas está se contrapondo aos direitos dos trabalhadores assegurados pela Constituição. Todavia, não é considerado ilegal porque os membros das cooperativas não são seus empregados e, portanto, não são protegidos pela legislação, como são os trabalhadores assalariados em empresas públicas e privadas.

Os membros das cooperativas de confecções começaram a receber, em junho de 1994, R\$ 35,00 por mês, uma cesta básica e R\$ 20,00 em vale refeição, no valor de um real por dia. Em fevereiro de 1995, eles começaram a ganhar em média R\$ 75,00 por mês, o equivalente ao salário mínimo da época, no Brasil. A Kao Lin parou de entregar a cesta básica e os vales-refeição e passou a pagar aos cooperados quinzenalmente. Em março e abril de 1995, os membros de algumas cooperativas estavam recebendo cerca de R\$ 130,00 mensais, o que era quase o dobro do dinheiro que eles estavam recebendo em fevereiro. Este fato foi devido a um acréscimo substancial na produção, no início do ano de 1995. Contudo, com o desaquecimento da economia brasileira no decorrer do ano de 1995, as cooperativas diminuíram o ritmo de trabalho e a renda de seus membros baixou pela metade. Eles têm uma renda fixa de R\$ 40,00 por mês, independentemente de sua produção. Membros de algumas

cooperativas estavam recebendo R\$ 35,00 por duas semanas de trabalho, em julho de 1995. Um ano depois, em 1996, as cooperadas ainda reclamavam dos problemas com abastecimento de peças. Os membros de algumas unidades da cooperativa de Barreira estavam recebendo de R\$ 55,00 a R\$ 80,00, por mês.

No contrato que a Kao Lin tem com as cooperativas, não existe nenhum dispositivo que proteja a renda dos membros das cooperativas, no caso de falta de peças para montar da Kao Lin. Os cooperados têm uma renda fixa de R\$ 40,00 mensais, mas, quando falta trabalho várias vezes num determinado mês, eles simplesmente recebem menos porque produzem menos.

4. Considerações finais

As cooperativas de confecções do Maciço de Baturité, que podemos classificar como sendo de produção ou trabalho, diferem da ideologia do movimento cooperativista do século passado, quando este tentou desafiar o poder do capital. As cooperativas de confecções, objeto de análise deste estudo, subestimam o propósito ideológico de autonomia e liberdade dos trabalhadores frente ao capital. De fato, as cooperativas de confecções são membros de uma empresa capitalista que usa o seu estabelecimento, numa região periférica, como maneira de aumentar seus lucros, usando uma força de trabalho que não é legalmente ligada a ela, numa relação empregado-empregador.

De acordo com Olson (1993), cooperativas podem parecer na superfície semelhantes a outras organizações capitalistas. Entretanto, o que diferencia as cooperativas de outras organizações mercantis é o fato de que os membros das cooperativas possuem os meios de produção e têm poder de decidir quando e que tipo de trabalho eles irão executar, e como os lucros e as perdas serão distribuídos entre os membros. Torna-se claro que, nas cooperativas em discussão, os cooperados não possuem os mecanismos básicos que lhes garantam o controle sobre o processo de produção e o domínio dos meios de produção.

Singelmann (1978), que estudou as coletividades rurais de Ejido, no México, identificou dois tipos principais de coletividades: coletividades cooperativas e coletividades controladas. Sua distinção entre os dois tipos pode ser usada como uma analogia sobre o que é uma verdadeira cooperativa. Coletividades cooperativas supostamente controlam a distribuição e utilização de sua terra entre os seus membros. O trabalho e o

capital são gerados pela coletividade, sem a interferência de instituições e indivíduos alheios a ela. A gerência e a administração da produção são realizadas pelos seus membros e os produtos são vendidos sem intermediários; as coletividades têm suficiente poder político para controlar negociações a respeito de crédito e serviços sociais sem serem afetadas por mudanças políticas na sociedade mexicana.

Coletividades controladas têm, por sua vez, características diferentes. Apesar da terra ser de propriedade coletiva, a utilização de outros recursos, como, por exemplo, trabalho e capital, pode ser controlada por agentes de fora da coletividade. Quando isto ocorre,

"os camponese efetivamente "vendem" sua força de trabalho para a coletividade; a qual é apenas nominalmente sua. A produção e marketing são gerenciadas por administradores contratados, os quais não respondem aos membros da coletividade, mas às instituições financeiras e agências governamentais. O empreendimento é completamente dependente de apoio institucional externo que os membros têm que aceitar em condições impostas e não negociáveis". (Singelmann 1978:39)

Neste estudo, as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité se parecem com as "coletividades controladas" de Ejido, Mexico, já que trabalho, capital, administração, gerência e venda de produtos são controlados por forças externas às cooperativas. Os cooperados não têm muito poder de barganha, uma vez que o constante treinamento dos confeccionistas e a disponibilidade de uma mão-de-obra desempregada no interior os tornam facilmente substituíveis se decidirem desafiar a estrutura da cooperativa ou simplesmente deixarem de ser seu membro.

Frequentemente, cooperativas são criadas em tempos de retração econômica como estratégia de governos ou trabalhadores para lidar com problemas de desemprego. Um fenômeno inverso está ocorrendo com o estabelecimento das cooperativas de confecções no interior do Ceará, uma vez que elas estão sendo criadas num período de expansão industrial no Estado. Assim, torna-se óbvio que o objetivo da implantação das cooperativas foi facilitar a extração da mais-valia da força de trabalho localizada numa área rural de uma região periférica, num país considerado semiperiférico. Portanto, o modelo de desenvolvimento dependente brasileiro reproduz-se através da industrialização do interior cearense.

Por outro lado, a dimensão das relações de gênero não deve ser subestimada no estabelecimento das cooperativas de confecções do Maciço de Baturité. A mulher da zona rural é uma força de trabalho vulnerável, devido à falta de oportunidades de trabalho feminino no interior e

ao seu status inferior numa sociedade com forte tradição patriarcal. Apesar de sua "docilidade" e "passividade" serem contestáveis, a mulher da zona rural cearense tende a aceitar piores condições de trabalho do que as mulheres das zonas urbanas e são facilmente descartáveis e substituíveis.

O governo brasileiro, especialmente o do Estado do Ceará, tem tido um importante papel na concessão de incentivos e outras condições para a penetração do capital privado no Ceará. A empresa de confecção que opera no Maciço de Baturité (Kao Lin) tem se beneficiado largamente do pacote de incentivos fiscais, de empréstimos, e de uma força de trabalho disponível e barata. O capital local também tem se beneficiado com o processo de compra do produto final da empresa de confecção, por um preço atrativo. Os maiores compradores dos produtos vendidos pela Kao Lin são os mercados da região Centro-Sul, o que caracteriza mais uma vez as disparidades regionais no Brasil.

Neste sentido, as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité têm sido criadas com o objetivo principal de garantir uma mão-de-obra de baixo custo para a empresa de confecção por parte de um grupo de investidores do Taiwan. Elas exemplificam bem as dinâmicas que estão ocorrendo no mercado mundial decorrentes da reestruturação produtiva e crescente globalização. Através do sistema de cooperativas criado na região do Maciço de Baturité, o setor de confecções inova velhas estratégias como a subcontratação, agora chamada terceirização, garantindo, num mercado extremamente competitivo, preços atrativos para seus produtos, o que é possível pelo baixo custo com a mão-de-obra das "cooperadas".

Devido à tradicional falta de uma política de desenvolvimento que beneficie a população rural cearense, gerando empregos e renda, o desemprego no interior, especialmente para a mulher, é um dos principais problemas a ser considerado na elaboração de políticas públicas. Portanto, um aspecto positivo da implantação das cooperativas de confecções no interior do Ceará tem sido o acréscimo de renda para os membros das cooperativas. Porém, o estabelecimento de tais cooperativas tem negado aos seus membros os direitos básicos dos demais trabalhadores assalariados brasileiros, uma vez que não gozam dos benefícios trabalhistas previstos por lei, como membros das cooperativas, as quais são regidas pelas lei n. 5.764, de 16.12.1971. Por outro lado, tais "cooperativas" contradizem os princípios cooperativistas, como os da democracia e autonomia, constituindo-se, na realidade, em pseudo-cooperativas. Assim, os dados empíricos levantados nesta pesquisa revelaram a forma como as trabalhadoras cearenses, especificamente as costureiras do Ma-

ção de Baturité, foram inseridas na "modernidade" proposta pelas políticas públicas do governo do estado do Ceará. Tal forma de inserção, ao invés de progresso, tem ocasionado um retrocesso nas relações de trabalho, perpetuando neste sentido um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, que, mesmo incorporando ao trabalho industrial a força de trabalho feminina rural, a insere de uma forma subordinada e exploradora.



Referências Bibliográficas

Arquivo Técnico do C.T.F.C. s.d.

BONACICH, Edna et alli. (1994) *The Global Production: The Apparel Industry in the Pacific Rim*. Philadelphia: Temple University Press.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1989) São Paulo: Editora Saraiva.

Consolidação das Leis do Trabalho. (1991) São Paulo: Rideel.

FERNÁNDEZ-KELLY e SASSEN, Saskia. (1985) "Recasting Women in the Global Economy: Internationalization and Changing Definitions of Gender." In: BOSE, Christine E. & ACOSTA-BELÉN, Edna (eds.). *Women in the Latin American Development Process*. Philadelphia: Temple University Press, p. 99-124.

FRÖBEL, Folker, HEINRICHS, Jürgen, e KREYE, Otto. (1980) *The New International Division of Labour- Structural Unemployment in Industrialised Countries and Industrialisation in Developing Countries*. Cambridge: Cambridge University Press.

GUIMARÃES, Iracema and Nadya Castro. (1990) "Divisão Sexual do Trabalho, Produção e Reprodução." *Cadernos de Estudos Sociais*. 6: 101-130.

LEI 5.764, de 16.12.71. 3. (1993) ed. OCB.

MENELEU Neto, José. "Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército de reserva." In: TEIXEIRA, Francisco José e OLIVEIRA, Manoel Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação Produtiva- as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez e Uece. 1996, p.75-108.

OLIVEIRA Jr, João Alencar. (1992) *Análise do Processo de Planejamento e das Políticas de Transportes no Estado do Ceará- Impactos sobre o Desenvolvimento Regi-*

- onal. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- OLSON, Jan Marie. (1993) *Skills of survival: a study of the Guatemalan cooperative system and its impact on social and economic power of rural women*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Calgary. Calgary.
- ONG, Aihwa. (1991) "The Gender and Labor Politics of Postmodernity." *Annual Review of Anthropology*. 20: 279-309.
- O Povo. "Fortaleza "Incha" e Problemas Ampliam com Êxodo Rural." p. 24a-25a, 16.07.95.
- SINGELMANN, Peter. (1978) Rural collectivization and dependent capitalism: the Mexican collective ejido. *Latin American Perspectives*, (3): 38-61.



CIUDAD Y TERRITORIALIDAD: Modos de abordar la cuestión

Alberto Cignoli ¹

En *Idea de la ciudad en el pensamiento europeo*, ensayo de 1963 de Carl Schorske, este define tres modos de abordar la idea de ciudad en los últimos doscientos años: La ciudad como virtud que es propia de la filosofía de la Ilustración del siglo XVIII. Voltaire, Adam Smith o Fichte, coincidían en otorgar a la ciudad virtudes civilizadoras. La ciudad aparecía como el agente formador de la cultura por excelencia. El lugar donde se accede al arte, al saber, a lo nuevo. Hacia fines del siglo XVIII, se desarrolla una idea opuesta: La ciudad como vicio. La ciudad es donde se genera un nuevo tipo de desigualdades que abarca lo social, lo cultural, lo ético (Zola, Víctor Hugo). Hacia mediados del siglo XIX, la ciudad se percibe como más allá del bien y del mal. El pensamiento sobre la gran urbe se hace más complejo, más conflictivo y antagónico. Es donde se vive simultáneamente la experiencia de la multitud y la soledad, anonimato y desarraigo (El París de Baudelaire).

Esta recurrente reificación de la ciudad se ha prolongado en abordajes más recientes, lo que quizás pueda atribuirse a que históricamente ésta ha sido el *locus* de las transformaciones sociales y culturales y el foco de irradiación de las mismas.

La dificultad de definir y estudiar lo urbano, fue señalada por Manuel Castells, casi un cuarto de siglo atrás, cuando trató de establecer el objeto de la sociología urbana.

¹ Profesor titular, Universidad Nacional de Mar del Plata. Argentina.

Cuestiones de método

Wallerstein sostiene que la historia de las ciencias sociales es bastante clara. Inicialmente no había ciencias sociales o sólo "precedentes". Paulatina pero continuamente fueron surgiendo a lo largo del siglo XIX, una serie de nombres y más tarde departamentos, licenciaturas y asociaciones que a mediados de este siglo cristalizaron en las categorías que se aplican actualmente. (90:401)

"Sabemos de donde provienen todas estas divisiones de los objetos de estudio. Derivan intelectualmente de la ideología liberal dominante en el siglo XIX, la cual sostenía que estado y mercado, política y economía eran dominios analíticamente delimitados y en gran medida autónomos, dominios con sus reglas particulares. A la sociedad se la conminaba a mantenerlos aislados y los investigadores los estudiaban por separado. Como parecía que existían múltiples realidades que en apariencia no tenían cabida ni en el dominio del mercado ni en el del estado, tales realidades fueron situadas en una especie de cajón de sastre residual, al que en compensación se le dio el pomposo nombre de sociología. En cierto sentido se consideraba que la sociología explicaba los fenómenos aparentemente 'irracionales' que la economía y la ciencia política eran incapaces de dilucidar. Finalmente, como había pueblos fuera del ámbito del mundo civilizado -lejanos y con quienes era difícil comunicarse- el estudio de tales pueblos exigía reglas especiales y formación especial. Este estudio tomó el nombre, algo polémico, de antropología." (90:402)

Con la evolución del mundo real se desdibujaron las líneas de contacto entre lo "primitivo" y lo "civilizado", lo "político" y lo "económico". La invasión de dominios ajenos se convirtió en práctica habitual. Pero lo que se hacía era cambiar de sitio las demarcaciones entre campo y campo sin acabar con ellas. La pregunta que surge es si existen criterios para afirmar en forma clara y sustentable, si hay diferencias entre disciplinas como sociología, ciencia política o antropología?

"La diferencia entre los temas, métodos, teorías o formas de actividad teórica admisibles dentro de cualquiera de las llamadas 'disciplinas' son mucho mayores que las diferencias entre ellas". (90:402)

Creemos que hoy resulta más acertado partir - para los estudios sobre la realidad social- de marcos teórico-metodológicos donde se inscriban "disciplinas" como la sociología, la antropología, la ciencia política, la economía, la geografía (humana) e incluso la psicología social. Dentro de un marco común, éstas prácticas se diferenciarían entre sí más por su propia tecnicidad que por su objeto de estudio.

Precisamente, el campo de lo "urbano-territorial" resulta paradigmático para un abordaje como el que propiciamos.

La herencia del positivismo en el análisis del espacio territorial.

Comte afirmaba que una relación causal "*descubierta entre dos fenómenos cualesquiera nos permite tanto explicarlos como prevenirlos, cada uno a través del otro*".

Como advierte Gregory (84:38) la limitación de los términos de una explicación científica al nivel fenomenológico significaba por lo tanto, que el positivismo no podía recurrir a ninguna fuerza superestructural o abstracta, las cuales quedaban por definición fuera de su experiencia.

Por otra parte, se requería garantizar el *status* científico del conocimiento mediante la experiencia común de la realidad, modo de aprehensión accesible a todos los científicos, que aseguraba la reproductibilidad de sus observaciones, o sea la unidad del método científico. En consecuencia, se deducía que había que distinguir las disciplinas por su campo de estudio y no por su método. También era propio del pensamiento de Comte, que el progreso científico, era acompañado paralelamente por el progreso social.

Posteriormente el positivismo lógico reafirmó la importancia de las ciencias fácticas. También según Gregory, de hecho elaboró un compromiso con el concepto *nomológico* de ciencia, es decir una preocupación por los procedimientos inferenciales que determinan, en su forma más general, que *si c, entonces a*.

El modelo deductivo-nomológico se hace operativo especificando las razones por las que una proposición teórica puede convertirse en ley. El procedimiento normal consiste en sustituir las leyes por una teoría de la cual puede deducirse un conjunto de hipótesis, que al quedar

conectadas con las condiciones iniciales dan por resultado un acontecimiento.

Para poder convertir proposiciones en una ley se hace una comparación entre el acontecimiento predicho por la teoría y el acontecimiento revelado por la verificación empírica; si son los mismos, se acepta la hipótesis y queda verificada la ley.

Aunque la forma de inferencia más utilizada en geografía -el dominio espacio-territorial- sea probablemente el modelo *inductivo-estadístico*, en el cual una o más declaraciones de probabilidad sustituyen las leyes del modelo deductivo-nomológico y eliminan de este modo la identidad entre predicción y explicación, como observa Gregory, las conclusiones que se obtengan no dejarán de ser apriorísticas.

Conviene acotar que el teorema de Godel demostró los límites de los procedimientos inferenciales y de los sistemas de axiomas.²

La alusión al positivismo está justificada porque las fuentes más significativas de la geografía humana contemporánea - y de la "planificación urbana y regional"- han sido la economía neoclásica y con menor incidencia, la sociología funcionalista, las cuales se han afirmado sobre una epistemología claramente positivista.

"Esto significa que cuando la geografía empezó a explotar la economía neoclásica para articular teorías más formales sobre economía del espacio su propio y algo difuminado empiricismo se vio considerablemente reforzado y agudizado". (Gregory, 84:61).

El análisis espacio-territorial fue dominado por una concepción *instrumentalista* de la ciencia. El instrumentalismo considera las teorías como instrumentos cuya *utilidad* hay que demostrar; no se discute la *veracidad* de las mismas, sus proposiciones se valoran de acuerdo al éxito de sus predicciones y nada más, lo que importa es el fin y no la validez. El instrumentalismo sirve de apoyo a la economía neoclásica.

Según Gregory, el instrumentalismo y el positivismo están ligados estrechamente y en geografía se han hecho prácticamente indistinguibles. Y podemos especificar que consecuentemente lo mismo ocurre en general, en el dominio de lo urbano y regional.

² Kurt Godel en 1931, cuestiona la certidumbre de ciertas ramas de las matemáticas al plantear que un sistema de axiomas (proposiciones que no requieren demostración) no puede basarse en si mismo.

Las necesidades de gestión pública del territorio parece el motivo del entusiasmo demostrado por el enfoque basado sobre el análisis de sistemas. Se trata de generar criterios que faciliten la transferencia de ideas y formulaciones que atraviesen fronteras disciplinares. Por lo menos ese fue el intento de la *Teoría general de sistemas* enunciada por von Bertalanffy.

El análisis de sistemas resulta un método empírico y como tal puede interrogar las interacciones entre sistemas naturales y humanos regionalmente específicos, restaurando la primacía del método.

En resumen, el comportamiento fundamental del positivismo, en sus versiones tanto clásicas como modernas, es el de su fidelidad al empiricismo, establecida a través del fenomenalismo.

La tradición de la escuela de Chicago.

En numerosos campos de la sociología, desde la investigación de la socialización hasta la sociología criminal, las obras de la tradición de Chicago han desempeñado un papel importante y han contribuido al desarrollo de esos campos; se la puede considerar como la fundadora de la "sociología urbana". Su método combinaba una sofisticada investigación empírica de orientación cuantitativa y universos de alcance limitado.

La escuela, nacida en el Departamento de Sociología de la Universidad de Chicago, tuvo una influencia determinante en la sociología norteamericana entre 1890 y 1940. No contó con un teórico orientador individualizable, ni con un programa claramente definido. La escuela constituía sobre todo, un conjunto de pensadores e investigadores cuyas influencias mutuas es difícil reconstituir. Durante muchas décadas la escuela se mantuvo sobre la base de la investigación prolija y la tradición oral más que mediante la elaboración de una teoría sistemática y su fundamentación.

Las principales críticas que recibió la tradición de Chicago, hija del pragmatismo (es decir, dar significado sólo a las proposiciones que puedan tener alcance práctico), se refieren a su limitación a fenómenos de la inmediatez interpersonal, el ignorar las cuestiones relativas al poder y la dominación, la dominación de la naturaleza por la sociedad y

el considerar la conducta de los actores estudiados como autónoma con relación a su condición social.

El problema fundamental que se planteó ésta escuela fue determinar empíricamente la significación social del orden guiado por una concepción de la autorrealización y resolución consensuada de los problemas que se presentan en pequeñas comunidades.

Se ha caracterizado también a esta corriente intelectual, como la de la ecología humana, porque a partir de 1915, un grupo de sus investigadores intenta aplicar una ciencia natural a la organización social. La ciudad es percibida desde una perspectiva biótica, es decir como un ambiente en donde los individuos compiten entre si para apropiarse de los recursos disponibles.

Tanto Park, como su discípulo Wirth, consideran que la urbanización difunde una cultura emancipadora. Wirth, que practicaba el urbanismo, en su famoso ensayo de 1938, *El urbanismo como modo de vida*, sincretiza la ecología urbana con las teorías sociológicas de Max Weber, Simmel y Durkheim, partiendo de tres perspectivas interrelacionadas: La estructura espacial, formada por una base demográfica, por una tecnología y por un orden ecológico. Como afirma Castells, es un análisis que tiende a hacer coincidir ciudad y sociedad.

Si bien Park fue el primero en considerar que la organización territorial resulta de la organización social, la ecología urbana no llega a configurar un marco conceptual satisfactorio. Wirth dota a la ciudad de un contenido cultural específico y la reifica convirtiéndola en una variable independiente.

Park, partiendo del supuesto de que los seres humanos son animales comunicadores, amalgama el factor cultural con una base biótica. De cierta manera, la aplicación de la analogía biológica al comportamiento humano apela a alguna "mano orgánica invisible" similar a la de Adam Smith. A. Hawley, representante de la ecología actual, se asocia con las teorías económicas de localización de actividades para explicar los asentamientos humanos.

Durante la década de los sesenta, la tradición de Chicago, estuvo de moda, pero en forma de confusa amalgama con enfoques metodológicos y otro tipo de planteos que desplazaron el original. Más recientemente se han hecho intentos de descubrir y extraer los supuestos marcos teóricos implícitos en las investigaciones concretas llevadas a cabo por los seguidores de esta tradición, para integrarlos en un todo

coherente, en una teoría del "orden negociado". Pero desde el punto de vista de la producción social de la ciudad es poco lo que se puede rescatar de esta corriente de pensamiento, como concluye Joas, (1990).

La "escuela francesa" de la sociología urbana.

A partir de la década de los cincuenta - la segunda posguerra - en los países europeos se renuevan los estudios sobre la ciudad. Ante el descontento que invadía a la población de esos países, que se identificó como de naturaleza urbana, proliferaron las publicaciones sobre el tema y particularmente en Francia, el Estado promovió y apoyó los estudios y las investigaciones referidos a lo que se denominó "la revolución urbana".

Bien pronto se hizo evidente que la aplicación del instrumental conceptual y metodológico de la sociología norteamericana resultaba insuficiente para penetrar en la problemática de la gran ciudad. Esa evidencia también se haría presente en U.S.A. luego de los disturbios de guetto ocurridos en sus grandes ciudades.

El urbanismo de la reconstrucción de posguerra sacó a la luz conflictos sociales latentes. El análisis marxista de la sociedad del capitalismo tardío se aplicó al fenómeno urbano, tratando de sustituir análisis descriptivos con fines instrumentales, por una perspectiva teórica que revelara los factores que configuraban el hecho urbano y explicara las desigualdades socioterritoriales y los conflictos de ellas derivados.

Henri Lefebvre, fue el fiel exponente de aquella época y de aquella corriente intelectual. Su reflexión filosófica y sociológica sobre la ciudad lo llevó a afirmar que, la transformación de la sociedad moderna en sociedad humanista debería darse en forma de "revolución urbana", en forma de revolución del diseño espacial organizado en torno a la vida cotidiana desalienada acompañando la transformación de las relaciones sociales de producción. Eleva la "praxis espacial", a una actividad radical y sustenta su pensamiento en una teoría marxista del espacio.

Según Lefebvre, el espacio posee múltiples propiedades en el plano estructural. Es, simultáneamente, como suelo medio de producción y como espacio, parte de las fuerzas productivas. El espacio

es un objeto de consumo, un instrumento político y un componente de la lucha de clases. El espacio es lugar de la acción y la posibilidad social de comprometerse en la acción. Esta idea es fundamental en su noción de praxis.

Es decir, que Lefebvre, en vez de reducir el espacio a mera suma de lugares de producción, lo potencia a fuerza productiva. *"La configuración espacial de una ciudad, una región, un país o un continente, aumenta las fuerzas productivas de la misma manera que el equipamiento y las máquinas de una fábrica o un negocio, pero a otro nivel se usa espacio exactamente como una máquina"*. (1970)

Por lo tanto, el modo de producción capitalista sobrevive, en parte, por su uso del espacio como refuerzo de aquellas relaciones sociales necesarias a esa sobrevivencia. *"Reconocer el espacio, reconocer lo que 'está sucediendo aquí' y para qué es usado, es retomar la dialéctica, el análisis revelará las contradicciones del espacio"*. (1974)

Lefebvre señala que lo que distingue la espacialidad capitalista de la de otros modos de producción es la producción y reproducción peculiares de un desarrollo geográficamente desigual, con tendencias simultáneas hacia la homogeneización, la fragmentación y la jerarquización. En consecuencia, critica la planificación espacial puramente instrumental de un Estado que refuerza ese desarrollo espacial.

En la tentativa continua de Lefebvre para recontextualizar el marxismo en la teoría y en la praxis, podemos descubrir, como bien señala Soja, muchas de las fuentes inmediatas de una interpretación marxista de la espacialidad. Lefebvre retoma la herencia de la teoría social y política francesa, la de Saint Simon, Fourier y Proudhon, quienes conjuntamente con los geógrafos anarquistas Kropotkin y Reclus, dieron un énfasis particular a la espacialidad y al colectivismo de base territorial y que instaron a recuperar el control social del despliegue espacial capitalista.

Lefebvre, es el más importante teórico espacial del marxismo y el defensor más vigoroso de la reafirmación del espacio en la teoría social crítica, aunque sólo en la década de los ochenta su pensamiento fue plenamente reivindicado en el mundo anglosajón. (Soja, 93:62)

Según Manuel Castells, *"... no existe una teoría específica del espacio, sino simplemente un desdoblamiento y especificación de la teoría de la estructura social, a fin de explicar las características de la forma social*

particular, el espacio y sus articulaciones con otras fuerzas y procesos históricamente dados". (74:152)

En oposición a Lefebvre, que desarrolla una teoría marxista del espacio con el fin de enmarcar lo que él denomina una praxis social, Castells trata de afirmar la tesis althusseriana de la estructura social y procura aplicarla a las formas espaciales.³

Consecuente con dicho pensamiento, Castells caracteriza al espacio según tres niveles:

1) Nivel económico: conjunto de realizaciones espaciales del proceso social.

- producción: Reproducción de los medios de producción y objeto de trabajo.
- consumo: Reproducción de la fuerza de trabajo.
- intercambio: Transferencias originadas en el interior y entre producción y circulación, que no puede entenderse en si mismo sino en función de los elementos que vincula.

2) Nivel político: La organización institucional del espacio; el Estado ejerce dominio de clase y procura regular las crisis del sistema con el fin de preservarlo.

3) Nivel ideológico: La organización simbólica del espacio, "Una red de signos cuyos significantes están constituidos por formas espaciales de contenido ideológico". (Castells, 74:154ss)

Sin embargo Castells considera lo urbano fundamentalmente, como unidad territorial de reproducción de la fuerza de trabajo.

"En ese sentido es que digo que los problemas esenciales considerados como urbanos, están de hecho ligados a los procesos de consumo colectivo, lo que los marxistas llaman la organización de los medios colectivos de la reproducción de la fuerza de trabajo, quiere decir, medios de consumo objetivamente socializados que, por motivos históricos específicos dependen esencialmente de la intervención del Estado para su producción, distribución y administración". (Posfacio 75:485)

³ Althusser analiza la estructura social mediante separaciones conceptuales en "instancias" y cualquiera de ellas puede ser dominante en un modo de producción, lo que para algunos marxistas como el filólogo Sebastiano Timpanaro, significa disolver el materialismo en un eclecticismo idealista.

Por eso, la política urbana, campo de articulación entre la lucha de clases, el uso capitalista de la ciudad y la intervención del Estado, se convierte para el Castells de la *Cuestión urbana*, en el centro del análisis del fenómeno urbano. Por eso también, su interés en los movimientos sociales urbanos, porque tenderían a provocar una modificación estructural del sistema urbano y apuntarían a una nueva relación entre sociedad civil y Estado.

Castells, partiendo de la equiparación de la ciudad al lugar de la reproducción de la fuerza de trabajo, desarrolla una teoría de la crisis del capitalismo y del estado de bienestar, de aquello que O'Connor entiende como la crisis fiscal del Estado.⁴³

Como observa Gregory, "*Los supuestos de que las teorías espaciales expresan teorías sociales y de que las estructuras espaciales realizan estructuras sociales, ocupan un punto central en este sistema de conceptos*". (84:187). Pero el estructuralismo que impregna al Castells de *La cuestión urbana*, (obra que opuso al supuesto fetichismo espacial del Lefebvre de *La revolución urbana*) hace que subestime el peso de las contradicciones y de las relaciones de fuerza que se establecen en el proceso del desarrollo capitalista, ignorando las continuas transformaciones que se generan en el interior de las propias estructuras.

La estructura espacial no es sólo el escenario donde se expresan los conflictos de clase, sino también el campo a través del cual éstos se constituyen.

Jean Lojkin, en su análisis del proceso de urbanización capitalista, sostiene que, si bien las relaciones sociales de producción y la gran industria que de ellas resulta, provocan una tendencia a la aglomeración, éste proceso está lejos de transcurrir fluidamente,

⁴ James O'Connor clasifica los gastos estatales en *gastos de capital* y *gastos sociales de producción* que corresponde a la dicotomía capital / trabajo. El *capital social* es definido como el total de gastos del Estado exigido por la acumulación privada de capital. Esta cuenta se divide en otras dos: *La inversión social* y *el consumo social*. La primera representa el monto de inversiones en proyectos y servicios destinados a aumentar la productividad del trabajo y fijados otros factores, aumentar la tasa de beneficio. La segunda representa el total de proyectos y servicios requeridos para conservar la armonía social, satisfaciendo así la función "legitimadora" del Estado. Según la definición de O'Connor estos gastos no son ni directamente, ni indirectamente productivos (costos de bienestar social, de representación política, entre otros). Para O'Connor, la acumulación de capital social y los gastos sociales constituyen un proceso contradictorio que engendra tendencias a crisis sociales, económicas y políticas.

originándose contradicciones que inciden en la organización del espacio urbano. Estas contradicciones derivarían de:

1) La financiación de los medios de circulación social y de consumo colectivo (Gastos sociales en la clasificación de O'Connor). La exposición de Lojkin parte de una hipótesis de base: La similitud de la función social de los gastos en consumo colectivo con los gastos en medios de circulación social. Lojkin define los medios de consumo social como "... condiciones necesarias para la continuidad del proceso de la reproducción de la fuerza de trabajo, se inscriben en las fases del proceso como auxiliares necesarios desde el punto de vista social, pero son totalmente improductivos". (de plusvalía) (77:169). Además la lenta rotación del capital invertido en estos medios hacen que sean de baja rentabilidad (capitalista).

En resumen, los fondos aplicados al consumo colectivo, sean privados o públicos, son gastos a fondos perdidos, ya que no contribuyen a reducir el tiempo de producción, ni a una reducción del tiempo de rotación del capital. Es decir son gastos que no se adecuan a criterios mercantiles, ni a los de valorización del capital y desde su perspectiva deben ser reducidos al mínimo.

2) La competencia entre diferentes agentes que pugnan entre si por la ocupación y transformación del espacio urbano. Es decir que, a la organización relativamente racional, desde el punto de vista del capital, de la unidad de producción se opone el desorden y la heterogeneidad que caracteriza a la división territorial del trabajo (competencia entre empresarios en busca de "externalidades", inversores inmobiliarios en busca de rentabilidad, grupos familiares en busca de localizaciones adecuadas a sus necesidades, etc.)

3) La renta del suelo. Según Lojkin "Al estadio clásico del capitalismo marcado por la oposición entre capital industrial y propiedad del suelo agrario, sucede el estadio monopolista, marcado por la fusión del capital financiero y la renta del suelo, fusión que lejos de suprimir las contradicciones entre capital y renta del suelo puede, al contrario, desarrollarlas, integrándolas a la más general que opone las tendencias parasitarias especulativas del capital a la tendencia a aumentar la tasa de plusvalía aumentando la inversión en la producción". (77:174)

Para sus afirmaciones Lojkin se apoya en estudios históricos que demuestran el paso progresivo de la renta urbana fraccionada entre múltiples propietarios independientes, a una renta del suelo monopolizada por grandes grupos financieros transnacionales que

dominan el mercado de tierras y de inmuebles. La monopolización de la renta por dichos grupos financieros, genera un submercado inmobiliario especializado en la producción de la *superestructura* material para grandes operaciones urbanas (núcleos de edificios de oficinas, sedes decisionales de corporaciones transnacionales, grandes "shoppings", grandes equipamientos para el esparcimiento masivo, etc.)

La monopolización progresiva de la renta provoca una segregación socio-espacial que expulsa de los centros urbanos no sólo a los sectores populares, sino también a los estratos "medios" de sus habitantes. Estas investigaciones, como las de Christian Topalov, dan toda su significación a la forma de acceso a la tierra en la configuración espacial de la ciudad contemporánea.

Lojkin concluye que el Estado, mediante políticas específicas (regulación de la ocupación del suelo, gestión del consumo social) trataba de paliar los efectos que sobre el conjunto de la población urbana acarrea el proceso de urbanización capitalista.

Para Castells, Lojkin, Preteceille, Topalov, entre otros de los que hemos agrupado arbitrariamente con el rótulo de "la escuela francesa" de la sociología urbana y cuya proyección en América Latina fue significativa en las décadas de los setenta y los ochenta, la intervención del Estado en el espacio urbano tenía como objeto esencial transferir los costos de la reproducción de la fuerza de trabajo al conjunto de la sociedad. Esa transferencia constituiría una desvalorización de capital al transformarlo de productivo en no productivo, ya que el consumo social es una inversión a fondo perdido.

Pero la tesis del consumo social, desarrollada fundamentalmente, a partir de la experiencia francesa en un determinado período histórico, no puede generalizarse.

Las formulaciones de la geografía anglosajona.

El viraje de David Harvey desde *Explicación en geografía* de 1969, hasta *La justicia social y la ciudad* de 1973, marcó un hito en la geografía moderna, que nunca más volverá a ser la misma. Con su influencia, el materialismo histórico se tornó la vía predilecta para vincular la forma espacial al proceso social, combinando la geografía humana con el análisis de clases y la descripción de efectos geográficos con la economía política marxista. (Soja 93:68)

Según Harvey, la geografía histórica del capitalismo tiene que ser objeto de teorización y el materialismo histórico geográfico el método de investigación. A la influencia de Harvey se agregó la de las primeras traducciones al inglés de textos de Lefebvre. Entonces se desarrolla un marxismo apegado a la tradición empírica y pragmática anglosajona poco afecta a la especulación teórica, situación que E. P. Thompson en su *Pobreza de la teoría*, caracterizaría como concreción anglófona versus abstracción francófona.

Harvey considera a la ciudad como una condensación material e histórica de las relaciones entre clases sociales y de las prácticas de esas clases. Bajo las relaciones sociales del capitalismo, todos sus componentes asumen la forma de mercancía.

Considerados como mercancías, los componentes del medio construido exhiben ciertas características peculiares. La inmovilidad en el espacio significa que una mercancía no puede moverse sin que se destruya el valor cristalizado en ella. La ubicación en el espacio construido de sus componentes resulta un atributo esencial y no incidental. Construidos o montados "in situ" sobre el suelo, su ubicación determina la renta proveniente de la apropiación de la tierra. Por otro lado, todo lo relacionado con la producción y uso del ambiente humano cae en la órbita de la circulación del capital y dentro de este proceso aquél adquiere la forma de capital fijo.

Consecuentemente, Harvey centra el análisis del espacio urbano en la producción del ambiente construido y en la dinámica de la inversión de capital. Con ese objeto identifica tres circuitos en la acumulación de capital. El primario, que se refiere al propio proceso productivo para generar bienes a cambio de beneficios; el secundario, que implica inversiones en el espacio construido para la producción - activo fijo- o para el consumo -fondo de consumo- y el terciario que se refiere a la inversión en ciencia y tecnología y a "una amplia gama de gastos sociales" relacionados principalmente con la reproducción de la fuerza de trabajo. (Harvey 90:237ss)

Harvey explica la relación entre la producción de ambiente construido y el proceso de acumulación de capital como una consecuencia de la super acumulación. Una posibilidad coyuntural en esa situación es la de derivar flujos de capital del circuito productivo a los otros circuitos y cuando se orientan hacia el secundario se produce espacio urbano. No escapa a este autor la tendencia desfavorable de los inversores a hacerlo en la construcción y que para contrarrestarla se

requiere un sistema financiero interesado y una política estatal que ofrezca un soporte adecuado a ese tipo de inversiones a largo plazo en ese circuito.

Por lo tanto, la dinámica de los ciclos de acumulación de capital explicaría los ritmos de construcción del ambiente urbano y determinaría el desarrollo espacial desigual y la valorización o desvalorización periódica de zonas urbanas serían "funcionales" a dichos ciclos.

Desde cierta pretendida ortodoxia, tanto Harvey como Lefebvre fueron criticados por el énfasis dado en sus análisis, al papel desempeñado por el capital financiero, es decir el capital implicado en la circulación, en desmedro del productivo. De esa manera estos autores considerarían a la especulación inmobiliaria como fuente principal de los conflictos urbanos y subestimarían los conflictos originados en el lugar de la producción, que es donde se genera la plusvalía.

Pero como bien afirma Soja, la realización de la plusvalía y por tanto, la acumulación del propio capital se tornó tan dependiente del control de los medios de consumo / reproducción de la fuerza de trabajo como del control de los medios de producción y en última instancia, ese control permanece en las mismas manos.

Y Soja acota: *"La gran cuestión, por lo tanto, no es saber si el capital financiero domina al capital industrial 'en última instancia', sino de qué modo él se relaciona, como una parcela de capital dentro de formaciones sociales específicas y, de qué manera eso afecta la acción de las clases.*

"Reducir el análisis marxista a la afirmación de determinaciones estructurales últimas es eliminar toda la especificidad histórica y geográfica -y por tanto, eliminar la propia ciudad como objeto de análisis". (90:123)

Y aclara: *"Pocos consiguieron ver que lo que estaba siendo afirmado por Lefebvre y eventualmente por Harvey, era una especificación espacial más abarcadora de lo urbano. El proceso de urbanización, lejos de ser autónomo, era parte integrante de la espacialización envolvente instrumental que era tan esencial al desarrollo histórico del capitalismo, una espacialización que fué casi invisible para el marxismo y para otras perspectivas críticas durante la mayor parte del siglo XX". (90; 123n)*

Derek Gregory, formula una crítica radical a la explicación tradicional de la geografía, de raigambre positivista y vinculada a paradigmas de las ciencias naturales.

En su obra *Ideología, ciencia y geografía humana* se propone "...Desarrollar un concepto alternativo de ciencia sobre el cual basar nuestras indagaciones, concepto que implica -en términos generales- una transición desde una concepción tradicional o positiva a una posición explícitamente crítica". (84:11). Y más adelante "... estoy dispuesto a afirmar con Anuchin, que la concentración en la teoría es precisamente lo que salvaguarda la importancia práctica de la ciencia, en consecuencia, que es estratégicamente necesario clarificar los fundamentos de nuestra actividad teórica". (84:12) Una clara alusión crítica al positivismo.

Gregory busca un discurso geográfico que reúna a las epistemologías estructurales y reflexivas (fenomenología, hermenéutica) para dar a la geografía humana un lugar entre las ciencias sociales. Opone ciencia a ideología, el discurso "examinado" al discurso "no examinado" y argumenta en favor de explicaciones que sean a la vez estructurales, reflexivas y comprometidas. Sostiene que el análisis de la estructura espacial no es ni derivada, ni secundaria del análisis de la estructura social: ~~Las estructuras espaciales están implicadas en las~~ estructuras sociales y cada una se ha de teorizar con la otra.

Es útil que nos detengamos en el capítulo que se refiere a *Geografía y hermenéutica* del libro de Gregory, porque creemos que en él se resume su posición metodológica.

Gregory comienza el capítulo que nos ocupa, destacando dos principios del método hermenéutico.⁴⁵ 1) Toda interpretación se mueve centro de un círculo hermenéutico y 2) Toda interpretación cambia lo ya interpretado. Y comenta que estas dos proposiciones que deben ser tomadas conjuntamente, confirman la imposibilidad de cualquier norma absoluta de suficiencia. Citando a Bernstein resume: "*Lo que juzgamos como una interpretación adecuada de la acción social depende, a su vez, de nuestra comprensión de los determinantes causales de la acción social; es decir, de las construcciones tanto legas como técnicas, que están incrustadas en nuestro marco de referencia*". (84:232)

Y recuerda que, en su forma inicial, la hermenéutica se definió como estudio de la comprensión o interpretación y se convirtió en el fundamento epistemológico de las ciencias humanas, que se contraponía

⁴⁵ El método hermenéutico es "interpretación basada en un previo conocimiento de los datos de las realidad se trata de comprender, pero que a la vez da sentido a los citados datos mediante un proceso inevitablemente circular". (Del "Diccionario filosófico abreviado" de Ferrater Mora, Edit. Sudamericana, Buenos Aires 1986)

a las ciencias naturales. Una distinción algo más que ontológica, una distinción epistemológica entre comprensión en las ciencias humanas y explicación en las ciencias naturales. Y acota que, estos binomios contrastan con la unidad metodológica positivista. Mientras que el modelo de Comte pone los fundamentos de todo conocimiento en un método que traduce las ciencias naturales a las ciencias humanas, la hermenéutica, pone el fundamento en un método que traduce las ciencias humanas en ciencias naturales.

La hermenéutica no sería un método científico privilegiado, si no el modo en que debe realizarse la apropiación del mundo por parte del hombre. De esta manera la hermenéutica restauraría la unidad metodológica en la exploración por parte de la geografía de los mundos naturales y humanos. Según Gregory, lo que la hermenéutica pide y el positivismo excluye de modo específico, es una interrogación sobre la totalidad del significado, lo que presupone un examen continuo de nuestro modo de apropiación del mundo.

No se puede dejar de coincidir con Gregory, la *ciencia* está obligada a ser autocrítica si quiere distinguirse de la *ideología*, un discurso no examinado. Y él concluye afirmando que tanto la teoría positiva como la normativa, se articulan mediante un paradigma categórico, mientras que la ciencia crítica se articula mediante un paradigma dialéctico.

Edward Soja, geógrafo y profesor de urbanismo en el Departamento de Arquitectura de la Universidad de California, realiza una fuerte crítica al historicismo y "a sus efectos sobre las disciplinas geográficas". En *Geografías posmodernas*, pasa revista al pensamiento de Castells, Foucault, Jameson, Giddens, Harvey, Lefebvre, Mandel, Poulantzas, entre otros y el objetivo del texto es "*reespacializar la narrativa histórica y asociarla a la durée braudeliana, una geografía humana crítica permanente*"; "*...la reafirmación de una perspectiva espacial crítica en la teoría y en el análisis social contemporáneo*". (93:7)

Soja cree que la reafirmación del espacio está entramada en forma compleja, con la reestructuración cultural, política y teórica que se designa ambiguamente posmodernidad, aunque rechaza cualquier ruptura sustitutiva del pensamiento progresista postiluminista. Procura develar y explicar desde un punto de vista crítico "*... la vibrante interacción de la sucesión temporal con la simultaneidad espacial*" (93:9) intenta "*... espacializar la narrativa convencional, recomponer la historia*

intelectual de la teoría social crítica en torno de la dialéctica evolutiva del espacio tiempo y ser social: geografía, historia y sociedad". (93:10)

En el primer capítulo de *Geografías posmodernas*, Soja rastrea los orígenes de lo que considera la subordinación de la hermenéutica espacial, los detecta en el siglo XIX, cuna del historicismo y concluye que a fines de ese siglo, se rompe el relativo equilibrio entre historicidad y espacialidad y aquel sumerge el espacio en el pensamiento social. El capítulo comienza y termina con una cita de Foucault: "*El espacio fue tratado como el muerto, lo fijo, lo no dialéctico, lo inmóvil. El tiempo, al contrario, fue la riqueza, la fecundidad, la vida, la dialéctica*".

Soja se detiene en el análisis de textos de marxistas franceses, ya que "*... alimentan casi solos un discurso crítico en el que el espacio 'tuvo importancia', en el cual la geografía humana no quedó totalmente subordinada a la imaginación histórica*".

Intenta una "desconstrucción" ontológica del pensamiento social crítico con el propósito de jerarquizar el espacio; indagación que lo lleva a afirmar que Henri Lefebvre "*... fue sobre todo y sobre todos, el origen de la geografía humana crítica posmoderna, la fuente primordial de ataque al historicismo y de la reafirmación del espacio en la teoría social crítica*". (93:54)

Soja define al materialismo histórico geográfico, como mucho más que un relevamiento de resultados empíricos a través del espacio, o de la descripción de las restricciones espaciales a la acción social a lo largo del tiempo. Se trata de una reformulación de la teoría social crítica como un todo, del marxismo occidental, en particular; de las maneras de encarar, conceptualizar e interpretar no sólo el espacio en sí, sino toda la gama de relaciones entre el espacio, el tiempo y el ser social en todos los niveles de abstracción.

Sin embargo, considera que existen poderosas barreras que se oponen a la consolidación de un materialismo histórico geográfico especialmente dirigido a comprender la espacialidad capitalista y sus transformaciones; las más rígidas se originarían en la tradición marxista, o más generalmente postiluminista del historicismo, que reduce la espacialidad al lugar estable y no protagonista de la acción histórica, o a un continente especular de la historia.

Esa fuerte crítica al historicismo, puede explicar el acercamiento de Soja al posmodernismo, si como afirma lúcidamente Harvey:

"Esa tendencia a privilegiar la espacialización del tiempo (ser) en detrimento de la aniquilación del espacio por el tiempo (venir a

ser) es consistente con buena parte de lo que hoy el posmodernismo articula -con los 'determinismos locales' de Lyotard, las 'comunidades interpretativas' de Fish, las 'resistencias regionales' de Frampton, las 'heterotopías' de Foucault. Ella ofrece, como es evidente, múltiples posibilidades en el ámbito de las cuales una 'alteridad' espacializada puede florecer" y más adelante: "Marx, en efecto, devolverá la primacía del lugar al tiempo (y a las relaciones de clases) en la teoría social, en parte como una reacción a la concepción espacializada de Hegel del 'Estado ético' como punto culminante de una historia teleológica". (93:208).

De todas maneras no resulta claro como Soja compatibiliza su evocación continua a una *teoría social crítica y totalizante*, con el relativismo y la segmentación posmodernista. Y por último, debe evitarse el riesgo de que la reivindicación del espacio, lleve a subsumir la historia en la geografía.

La ciudad como complejo tecnológico

En la última década, surgió y se propagó una nueva perspectiva desde donde abordar la cuestión urbano-territorial, según la cual las estructuras de las ciudades y regiones estarían condicionadas por la innovación tecnológica y la informática aplicada, tanto a la producción de bienes y servicios como a la gestión. Ese proceso conllevaría la configuración de nuevos escenarios y formas espaciales, formas constituidas por redes materiales y virtuales que diluirían aún más los límites urbanos. (tecnópolis, telépolis, ciudad mediática, etc.)

Para referirnos a este abordaje, volveremos al siempre presente y prolífico Manuel Castells, refiriéndonos al menos instrumental de sus recientes libros, *La ciudad informacional*.

En esta ambiciosa obra, Castells, tomando como base empírica de la investigación a los Estados Unidos de Norteamérica, trata de elaborar una nueva teoría del espacio y a través de ella, una nueva teoría de la sociedad capaz de interpretar los nuevos fenómenos de nuestra era, la era de la información.

La tesis del libro es que existe un proceso general de transformación del espacio, que se está dando en todas las sociedades, en la medida que éstas se articulan crecientemente en un sistema global y en el centro de esa transformación está lo que denomina espacio de los

flujos, como forma funcional de articulación espacial del "*poder y la riqueza en nuestro mundo*". (95:18)

Junto, frente o al lado del espacio funcional de los flujos persiste el espacio de los lugares, en el que se constituye y practica la experiencia, el espacio de la vida cotidiana de las personas; este espacio es cada vez más local, más territorial, más apegado a la identidad propia como vecinos, como miembros de una cultura, una etnia, una nación. El espacio de la identidad es cada vez más local, al tiempo que el espacio de los flujos es cada vez más global.

Siempre según Castells, la creciente distancia social y cultural entre ambas lógicas espaciales resulta una fractura amenazante para "*sociedades como las nuestras en plena travesía de tiempos difíciles*". (Ídem)

El tema concreto de la investigación es analizar la existencia de un conjunto de transformaciones articuladas históricamente, que implican simultáneamente al capitalismo como sistema social, al informacionalismo como modo de desarrollo y a las tecnologías de la información como poderoso instrumento de trabajo.

El marco teórico que informa el estudio se ha construido, en lo esencial, sobre las tradiciones clásicas, Marx para el análisis de las relaciones de clases, Freud y Reich para la comprensión de la personalidad sobre la base de las relaciones familiares y sexuales, Weber para el análisis del Estado.

El punto de partida es considerar que en la intersección entre el modo de producción, definido por las relaciones sociales de producción y el modo de desarrollo, definido por las relaciones técnicas de producción (las fuerzas productivas), se halla la base generadora de las nuevas formas y procesos espaciales.

La tecnología informacional "*nos invita a la exploración de nuevos caminos de la experiencia desde nuestro ser interior hasta el universo exterior*". (95:21)

Esquemáticamente, Castells plantearía como contradicción principal socio-espacial, la que se presenta entre la lógica abstracta y funcional del espacio de los flujos, que corresponde a las "organizaciones detentoras del poder" y la lógica del espacio de los lugares, donde se forma y reproduce la fuerza de trabajo. De allí concluye:

"A menos que políticas alternativas y realistas fomentadas por nuevos movimientos sociales puedan ser encontradas para

reconstruir la significación social de las localidades dentro del espacio de los flujos, nuestras sociedades se fraccionarán en segmentos no comunicativos, cuya alienación recíproca conllevará a la violencia destructiva y a un proceso de declive histórico". (95:489)

En consecuencia, Castells convoca a los gobiernos locales, representantes del espacio de los lugares, a federarse a través de redes informacionales, para que implementen proyectos sociales que preserven el significado de "nuestras ciudades y el bienestar de nuestras sociedades", controlando el avance del espacio global de los flujos que se apoyan en "las poderosas fuerzas desatadas por la tecnología de la información". (95:489)

Castells apuesta al resurgimiento del poder local como alternativa a las naciones-estado "burocratizadas institucionalmente y carentes de poder funcional". En apoyo a su apuesta recuerda el papel de las ciudades estado del mercantilismo como "instituciones políticas flexibles" capaces de involucrarse en estrategias mundiales de negociación y articulación con "los poderes económicos transnacionales". (95:488)

En relación a *La cuestión urbana*, Castells evidencia dos virajes, uno con respecto a su crítica radical a Lefebvre al que acusaba de fetichizar el espacio, el otro es el reconocimiento claro del papel de la dinámica de la producción (industria y tecnología) para comprender la teoría y práctica del consumo social.

Además, aunque Castells afirme rechazar el determinismo tecnológico y no negamos el aumento continuo de la automatización y sus efectos sobre la organización del trabajo, ni el papel de la informática en el comportamiento social, ni la importancia de la teleinformación en la dinámica actual de los acontecimientos, creemos que no escapa a dicho determinismo.

Parecería que para Castells la tecnología ha dejado de ser un puro instrumento y ha adquirido un poder propio, con el cual el hombre mantendría una relación simbiótica.

Los paradigmas en la crisis.

El abandono de los instrumentos keynesianos que legitimaban la función estatal, la progresiva "mercantilización" del consumo social, el "ajuste" neoconservador, la glorificación del mercado y la difusión del individualismo posesivo, la fragmentación de las clases sociales, la "vuelta a lo local" y en general, el marco socio-político que condiciona estos procesos, hace que la cuestión urbano-territorial hoy se presente en forma muy distinta que en las décadas de los sesenta o los setenta.

En el plano ideológico, el rechazo a corrientes histórico-estructurales, las afirmaciones perentorias sobre la muerte del marxismo, la frívola adhesión a sucesivas modas intelectuales que niegan a las anteriores y la crisis del pensamiento "de izquierda", afectan los estudios e investigaciones sobre la cuestión que nos preocupa.

Preteceille (88:190) señalaba que para el análisis de la articulación entre el movimiento de (re)producción de las clases sociales por las relaciones de producción y los procesos de reproducción social considerados en su conjunto, se presentaban dos tentaciones: 1) El énfasis en el predeterminismo de la producción y 2) El abordaje de la problemática del consumo social y de los movimientos sociales como un campo autónomo. (Definición de lo urbano por el consumo colectivo, considerado funcional para la acumulación).

Es que hoy no se puede pensar en la evolución de las estructuras sociales sin tener en cuenta la nueva división del trabajo industrial y la emergencia de nuevas formas de organización laboral, con la consecuente "desproletarización" de la población activa. Sin caer en determinismos tecnologistas debemos considerar estas transformaciones como la matriz del tejido social.

La complejidad de las actuales relaciones de producción requiere análisis que trasciendan la esquemática relación abstracta de la extracción de la plusvalía. La figura tradicional de clase obrera debe ser rediscutida para comprender el actual marco sociopolítico.

La forma de reproducción del capital y la forma de reproducción social, están relacionadas dialécticamente en un determinado régimen de acumulación y no pueden ser analizadas como autónomas entre sí.

La producción social del espacio territorial es un proceso diversificado, que no se puede analizar fuera de su propia historia, ni sin tener en cuenta situaciones coyunturales.

.Por eso Preteceille reclama el desarrollo de investigaciones comparativas, es decir, una base empírica, para diferenciar la investigación sociológica de la filosofía social.

Conclusión: Necesidad de una teoría crítica para abordar la cuestión urbano-territorial.

Hoy, el espacio geográfico se presenta mucho más como construido que como natural y por ende, si queremos saber cómo se genera debemos analizar el comportamiento de los actores sociales que lo configuran.

Compartimos ampliamente la tesis de Gregory, la estructura espacial está implicada en la estructura social y no puede teorizarse una sin la otra; es necesario restaurar la unidad metodológica para la exploración de los mundos natural y social y rescatar la validez de la dialéctica para una teoría crítica.

La teoría crítica percibe la totalidad de su problemática y no se confina en enfoques parciales que la fragmenten. El conocimiento debe penetrar la estructura básica de la sociedad y las formas de pensamiento que la legitiman.

Las proposiciones científicas son poco separables del medio y la cultura que la producen; no existe ciencia o teoría autónoma de prácticas sociales determinadas. (Lacan: "*La ciencia es una ideología de la supresión del sujeto*").

La dialéctica no es un método en el sentido que se le da a éste en las ciencias naturales. El método de la dialéctica está dado por la contradicción, la oposición, el conflicto. La dialéctica considera a los seres en sus relaciones recíprocas. La dialéctica se aplica a la relación entre sujeto y objeto. (Sebreli, 94:117ss).

El sujeto cognoscente interviene activamente en el objeto de conocimiento; éste proceso de conocimiento entre sujeto y objeto se concreta mediante el pensamiento. El sujeto organiza, interpreta, relaciona conceptos por procesos de razonamiento. El conocimiento es resultado de la creación del sujeto.

Por último, ¿Puede abordarse una investigación sin presupuestos teóricos si no explícitos, implícitos?. Incluso en el reciente desarrollo de las ciencias naturales, el peso de la teoría ha hecho disminuir la identificación de ciencia *dura* con la experimentación, es decir con la reproducción de hechos naturales. También en este campo la causalidad ha sido cuestionada.

Una vez más, la ciencia está obligada a ser autocrítica si se quiere diferenciar de la ideología; es en este sentido que apelamos a la restauración del pensamiento crítico, ese del cual los posmodernistas pretendieron hacernos abominar.



Bibliografía.

- CASTELLS, M. (1995) *La ciudad informacional*. Madrid, Alianza.
- CASTELLS, M. y HALL, P. (1994) *Las tecnópolis del mundo*. Madrid, Alianza.
- CASTELLS, M. (1974) *La cuestión urbana*. Madrid, Siglo XXI.
- FOLIN, M. (1977) *La ciudad del capital y otros escritos*. México, G. Gilli.
- GREGORY, D. (1984) *Ideología, ciencia y geografía humana*. Barcelona, Oikos-Tau.
- GOTTDIENER, M. (1993) *A produção social do espaço urbano*. S. Pablo, USP.
- HARVEY, D. (1993) *Condição pós-moderna*. S. Pablo, Loyola.
- HARVEY, D. (1990) *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México, FCE.
- JOAS, J. (1990) *Interaccionismo simbólico in La teoría social, hoy*. Giddens, A y Turner, S. compiladores. México. Alianza.
- LEFEBVRE, H. (1974) *La production de l'espace*. París, Anthropos.
- LEFEBVRE, H. (1970) *La revolution urbaine*. París, Gallimard.
- LEFEBVRE, H. (1958) *Critique de la vie quotidienne*. París, L'Arche.
- LIPIETZ, A. (1977) *Le capital et son espace*. París, Máspero.
- LOJKINE, J. (1977) *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine*. París, PUF.
- O'CONNOR, J. (1977) *USA. A crise do Estado capitalista*. Río de Janeiro, Paz e terra.
- PRETECEILLE, E. (1988) *O conceito de classe social na pesquisa urbana*. in *Revista Dados*, vol. 31 nº 2. Río de Janeiro.
- QUAINI, M. (1985) *Marxismo y geografía*. Madrid, Cikos-tau.
- SEBRELI, J. (1994) *El vacilar de las cosas*. Buenos Aires, Sudamericana.

SOJA, E. (1993) *Geografías pós-modernas*. Río de Janeiro, Zahar.

TOPALOV, C. (1990) *La urbanización capitalista*. México, Edicol.

WALLERSTEIN, I. (1990) *Análisis de los sistemas mundiales* in *La teoría social, hoy*.
Giddens, A. y Turner, J. compiladores. México. Alianza.



PERDAS E DESENRAIZAMENTOS NUM UNIVERSO DE EXCLUSÃO SOCIAL: o cotidiano dos sujeitos em situações de risco

Eliana Monteiro Moreira*
Maria de Fátima Santos de Araújo**
Maria do Socorro de S. Vieira***

Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir a problemática do desenraizamento e perdas dos sujeitos que, por conta da situação de pobreza e exclusão social em que vivem, são obrigados a ocupar espaços inadequados e sem- segurança à moradia provocando em consequência situações de risco e perigos que passam a ameaçar-lhes.

Estamos nos referindo à uma outra dimensão do risco que não aquela que extrapola as causadas por fenômenos caracteristicamente físicos ou naturais. Trata-se da dimensão do risco como uma "construção" social porque resposta da desqualificação das condições de vida a que ficam submetidos amplos segmentos das populações pobres. É nesta perspectiva portanto, que se situa a especificidade desta noção de risco.

Tem como referência uma pesquisa que vem sendo realizada no meio urbano de João Pessoa, envolvendo 4 áreas de favelas, que passaram por processo de remoções recentes.

Utilizando como metodologia o resgate da memória dos sujeitos procuramos acompanhar as trajetórias de vida desses moradores, identificando, através das suas falas, como enfrentam o seu cotidiano

* Professora DCS/PPGS- UFPb.

** Professora DCS -UFPb.

*** Professora DSS-UFPb.

feito de deslocamentos e mudanças, nas quais ganham relevo as formas como vem sendo conduzidas pelo Estado os processos de remoção das áreas em que vivem; as condições de vida nos acampamentos; a redefinição dos espaços e os efeitos sobre as regras e valores da convivência social. Enfim, dos significados das perdas dos afetos e pertences. Estas evocações e alusões expressam o nível de problemas que vem penalizando amplas camadas da população, evidenciando o processo de exclusão social a que estão submetidas pela negação de garantias mínimas de cidadania.

Os relatos dos sujeitos serviram de base à formulação de indagações que vêm norteando nosso estudo. Interessa-nos portanto compreender: como esses sujeitos interpretam suas perdas e desenraizamentos nesses processos de "itinerância" constante a que estão submetidos; como decodificam as políticas de intervenção para eles voltadas; como percebem e reagem à sua condição de sujeitos em exclusão social e quais alternativas ou projetos apontam para o enfrentamento ou superação dessa situação.

Na opção de trabalhar com a memória enquanto uma outra dimensão da subjetividade, ressaltam-se a riqueza e a pertinência desta metodologia por possibilitar o apreender as imagens e evocações dos sujeitos, permitindo, através desse resgate, a atualização de acontecimentos marcantes de suas trajetórias. Pelo espaço dado às falas reforça o lugar desses sujeitos como protagonistas no processo de recuperação de informações e desvendamento de fatos, na reconstrução de uma realidade que muitas vezes as "histórias oficiais" procuram destruir.

A criação social do risco no espaço urbano.

Falar do risco como uma criação social nos obriga a precisar o que estamos entendendo por este conceito no âmbito deste trabalho. Procuramos extrapolar a definição de risco já legitimada na quase unanimidade da bibliografia existente e na "linguagem" dos órgãos ou instituições oficiais, que tratam esse tema se referindo àquelas situações sujeitas ou expostas à destruição resultante de acidentes físicos ou naturais e dos seus efeitos sobre o meio onde eles ocorrem. A criação social do risco na perspectiva assumida neste estudo nos incita a refletir sobre uma outra "leitura" deste fenômeno, aquela que a percebe como decorrente do processo pelo qual vem se dando a organização ou ocupação recente dos espaços, na maioria dos centros urbanos brasileiros. O que se tem observado é que muitas vezes as situações de

risco veem se apresentando mais ligadas ao processo de urbanização que as cidades veem conhecendo em seu desenvolvimento do que como resultado de fatores físicos e geográficos.

Procurando rever um pouco as raízes desse processo, sabe-se que a política de industrialização nacional ganhou, na década de 60, uma expressiva dinamização com desdobramentos em todo o país e no caso específico do Nordeste, através dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. Em decorrência assiste-se, nos anos 70, a implantação de vários Pólos Distritos Industriais que marcaram o cenário das cidades nordestinas. Os centros maiores passam a oferecer também outros fatores de atração como novas perspectivas de engajamento no mercado de trabalho, melhores oportunidades de emprego, maiores facilidades de acesso, (pelo menos para uma certa parcela da população) aos serviços básicos educação, saúde entre outros, determinando uma nova reordenação dos espaços nas cidades.

Presencia-se um aumento populacional dos centros urbanos motivado, quer pelo crescimento vegetativo, quer pelos fluxos migratórios, traduzindo-se em mudanças na fisionomia dos antigos bairros e surgimento de novos. Num dueto desafinado, o espaço urbano se amplia formado pela composição ora de áreas nobres habitadas por segmentos das classes altas e médias quer por aquelas sem valorização, pelo novo significado que passam assumir na reordenação do traçado das cidades. Investimentos volumosos neste mesmo período são destinados para o financiamento de habitações de melhor padrão de construção, com a criação de conjuntos residenciais, resultado das diretrizes políticas governamentais do Banco Nacional da Habitação, Cooperativas, Institutos, COHABs, que agem sob o comando federal (Rodrigues, 1981:21). No Nordeste, especificamente, presencia-se uma crescente valorização do solo urbano que, como mostram Laviere e Laviere (1987), trouxe implicações sobre o processo de seletividade das populações, expulsando aquelas de baixa renda para áreas menos nobres das cidades.

O poder de atração da cidade começa a se mostrar igualmente limitado e seletivo. Como no meio rural, a utilização de técnicas mais aprimoradas na produção vem exigindo maior qualificação da mão-de-obra, expressão da tendência modernizante e poupadora de força de trabalho que vem caracterizando de forma geral as atividades urbanas. Um número crescente de pessoas, não encontrando nas cidades emprego regular, passa a exercer, atividades de baixos níveis de remuneração que comprometem a sua subsistência enquanto trabalhador, levando-os a procurarem formas alternativas e precárias de moradia.

Devido aos baixos e instáveis níveis de renda, as populações pobres, desempregadas ou subempregadas, passam a ocupar espaços afastados ou a "construir" outros em precárias condições físicas (em regiões de encosta expostas a risco de deslizamentos e desmoronamentos, por conta da irregularidade do relevo, em áreas reservadas a redes de alta tensão e naquelas sob ameaça de inundações) não alvo, portanto, de atração de valorização ou especulação fundiárias e imobiliárias. A ocupação clandestina dessas áreas se torna cada vez mais expressiva e se apresenta como a "solução" encontrada por parcelas dessas populações pobres dos centros urbanos brasileiros.

Essa reorganização dos espaços urbanos vem colocar mais às claras o quadro de exclusão social em que vivem essas populações. De fato, o processo desordenado e perverso acima referido como vem se dando a urbanização, incapaz de absorver dignamente o contingente populacional migrante em direção às cidades, vem precarizando ainda mais o seu nível de vida deixando as populações pobres a mercê de injunções políticas que as obrigam a "aceitar" pseudo soluções com efeitos cada vez mais violentos. É nesse cenário que as situações de risco se "criam" e assumem expressões mais aviltantes.

Aqui se situa o eixo de nossas reflexões sobre a criação social do risco e que encontra afinidades em Giddens (1991). Este autor apoiando-se em Luhmann (apud Giddens, 1991: 39.) mostra a necessidade de diferenciar "risco" de "perigo", alegando que esta diferenciação se deve às próprias características sociais da modernidade, quando as explicações dos fatos são feitas a partir das contingências que marcam ou afetam a atividade humana (e portanto humanamente criadas) e não como resultantes da vontade de Deus ou da natureza.

Nessa ótica, risco e perigo adquirem uma dimensão específica sendo "assimilados" e "aceitos" pelos sujeitos como algo banal, menor. Aplicando-se essa concepção ao caso em tela, a fixação nas áreas de perigo é feita pela localização que oferece melhores alternativas de trabalho, prestação de serviços, "virações" do que aquela eventualmente posta à sua disposição pelo Estado. É como se houvesse uma espécie de "cálculo" nesta decisão onde os medos são reinterpretados e minimizadas as possíveis perdas.

Poder-se-ia, com Giddens, falar de "risco calculado", ou seja, de circunstância em que o indivíduo sabe que corre risco mas não muda a sua ação no sentido dele livrar-se. Segundo este autor, nem sempre a decisão do permanecer no risco expressa uma atitude consciente no

sentido dos sujeitos perceberem a extensão do perigo e dos riscos em que se envolveram.

No caso das populações que compõem nosso foco de estudo, mesmo quando compreendem o risco, as condições de dificuldades em que vivem as colocam numa situação de não saída, levando-as a conviver no cotidiano com essas ameaças. O parâmetro, então, para a "aceitabilidade" do risco é a falta de outras alternativas.

Esta "aceitação" e "calculabilidade" não significam, portanto, que os sujeitos não percebam a extensão dos perigos a que estão expostos. Isto fica claro no depoimento de uma moradora que entrevistamos, relatando as memórias de uma enchente que ocorreu numa área que sabia ser de risco e que assim mesmo invadiu:

"(...) ela (a enchente) entrou, né, porque devido a força quando ela vinha, né, parecia até aquela onda do mar, (...). E foi indo assim (as águas)... a gente chegou a encher saco aí de areia porque tava descendo muito barro, né? (...) Tava perigoso...a mais prejudicada era a minha (casa). Essa água descia com barro. com lixo, com tudo..."

"(...) eu nunca enfrentei uma guerra não sabe? Mas, num sei se eu chego lá (...) mas eu acho melhor tá numa guerra do que tá assim porque, numa guerra eu acho que a gente entra, né? E aqui não (...)"

E enfatiza a falta de opção que a fez invadir o terreno, pelo temor de "ficar na rua":

"(...) mesmo se fosse (área de risco) eu ainda vinha. Vinha, sabe por que? (...) Foi quando falaram que tavam invadindo aqui... eu tinha muita vontade de ter a minha casinha (...) mesmo se fosse (área de risco), eu ainda vinha"(...)

E, de repente, silencia como que para sinalizar a dificuldade de ter de relembrar este momento de tanta dureza. Retomando ela continua :

"(...) você com dois filhos de leite, o marido desempregado, você querendo trabalhá... tudo isso eu passei e muito mais coisa já passei (...)".

Mas apesar da consciência do risco, o "cálculo" que aqui é feito vai no sentido de mostrar que independe de uma escolha pessoal o ficar num lugar sob ameaça. A inacessibilidade a um espaço digno à moradia é o que lhe leva a representar esta situação como sendo ainda mais violenta do que uma guerra, onde os confrontos estão definidos e

identificados os inimigos e aliados. Aqui não, ela se encontra em terreno onde nada é claramente definido, as regras que imperam são as do individualismo, o que somente aumentam os sentimentos de desamparo e impotência. O cálculo que a obriga fazer tal "escolha" - o "invadir" área de risco - é a forma que ela encontra para fugir da violência que é o de ter que lidar com o descaso e o desrespeito contidos na imagem do "ficar na rua". Esta é a leitura feita pela entrevistada, na sua simplicidade, do não pertencimento, do não se situar em lugar nenhum.

A fala de Vanda, outra moradora, se entrecruza com estas imagens de consciência do risco e do desamparo maior que aflora na evocação da imagem da "jogada".

(...) "ele (o líder comunitário) me deu o terreno e a madeira mas me disse: Você quer, eu vou lhe dá, mas você não pode fazer casa aí que isso é área de risco. Aí, eu disse: Esquerdinha, pelo amor de Deus, eu não tenho para onde ir, e se é de eu ficá na jogadia é melho eu apelá pra Deus mermo segurá esta barreira pra não caí(...)"Ele disse: "você vai assinar um termo de responsabilidade? Se você morrer eu não tenho nada a ver com isso". Aí, me deu o termo de responsabilidade e eu peguei, assinei."..

Observa-se, portanto, que sobre o risco que já existe, por falta de qualquer outra alternativa, populações constroem o próprio risco sob o olhar do Estado que, na lógica selvagem do individualismo, atribui aos próprios sujeitos a culpa de viverem nessas áreas, conforme pode ser inferido das políticas definidas e das ações desenvolvidas na situações de emergência.

Assim, a possibilidade de sucederem acontecimentos trágicos se inscreve com mais veemência no horizonte cotidiano das populações pobres que, não tendo acesso ao espaço urbano, são forçadas a ocupar áreas que não oferecem a menor segurança. As situações de risco constituem pois, criação social das condições de empobrecimento em que vivem esses sujeitos agudizadas pelo desrespeito com que as mesmas são tratados pelo Estado, ou seus prepostos, em suas políticas de intervenção.

Os desenraizamentos e perdas na memória dos sujeitos

A abordagem sobre essas situações de risco ficaria incompleta e vazia se não procurássemos entender o outro lado de suas significações, ou seja, os efeitos dessas situações sobre os sujeitos. É nesta direção que a discussão sobre o desenraizamento se inscreve e que passaremos a

discutir neste momento utilizando como suporte de nossas reflexões as falas dos sujeitos por nós entrevistados.

É nesse trabalho das falas que a história oral torna possível a materialização da memória, permitindo o acesso às informações seja ampliado pela riqueza das imagens, dos dados, cujas dimensões significativas, os levantamentos de natureza simplesmente fatural não contemplam.

Como bem mostra Pollack (1987) a história oral permite repensar a história documental lançando um novo olhar sobre situações ocorridas mediante os relatos dos próprios sujeitos envolvidos nos acontecimentos lembrados.

Além de sua importância para os sujeitos do ponto de vista cognitivo, a história oral também influencia os processos de construção de sua identidade. O trabalho dos atores sociais de juntos partilharem uma interpretação do passado é uma das bases da identidade coletiva, possibilitando também o reforçar do sentimento de pertencimento.

Para este mesmo autor, o trabalhar com as falas, com os depoimentos, elementos sobre os quais se baseiam e tecem a história oral, não deu lugar a um tipo de contra história ou história alternativa, mas permitiu às ciências sociais pensar diferentemente a memória, a identidade, a biografia pela descoberta da importância que atribuem à produção dos materiais verbais reunidos. E mais, este procedimento possibilita o retrazar as trajetórias individuais em sua relação com o espaço social.

Nessas memórias se amalgamam imagens, evocações, representações, estas últimas simbolizando, no dizer de Jovchelovitch (1994: 81):

(...) "uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. (...) elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além da sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público"(...).

No trabalho das memórias se armazenam e se acumulam representações sociais, estas entendidas como "linguagem" através da qual os sujeitos deixam aflorar o sentido que produzem ou elaboram de suas experiências diante das situações com que se defrontam, dos projetos que constroem como forma de enfrentamento às contingências

do dia-a-dia. Elas têm sua origem no cenário das relações sociais, o locus por excelência onde interagem, vivem, lutam os sujeitos em suas trajetórias de vida.

Para o pesquisador o trabalhar com as imagens, as impressões, sentimentos, aspectos intimamente ligados ao mundo subjetivo, só se torna possível quando eles se materializam através das falas, das evocações dos sujeitos. Segundo Minayo (1994:108-109), é através da fala *"que os atores sociais se movem, constróem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos"*. (...) A mesma autora apoiando-se nas reflexões de Bourdieu e Bakhtin (apud Minayo, 1994:103) mostra como eles reconhecem na fala o instrumento fundamental para se apreender as expressões que traduzem as condições de existência dos sujeitos. Para Bourdieu (apud Minayo, 1994) *"a palavra é o símbolo de comunicação por excelência porque ela representa o pensamento"*.

Em nossas análises tentamos fazer o mesmo percurso, ou seja, tentar resgatar das falas o sentido do partilhar coletivamente as situações vividas como processo fundamental na elaboração da memória.

As entrevistas foram realizadas em 4 áreas de favela, 2 de acampamento e 2 comunidades em situação de risco e o roteiro semi-estruturado foi permitindo aos moradores o narrar de suas trajetórias de vida. No resgate dessas memórias um conjunto de alusões foi identificado em torno do qual o tema do desenraizamento foi criando contornos. Questões fundamentais foram entrando nessa construção através das evocações da forma como o Estado vem conduzindo o processo de remoção das áreas de risco; das condições de vida nos acampamentos aviltando valores, quebrando intimidades e a dignidade nas relações entre as pessoas; a atomização dos espaços e decorrente dela o corte com o familiar de um cotidiano já conhecido; do deixar para trás afetos, pertences; da desconstrução de projetos face ao provisório que se desenha como horizonte possível; da ruptura de identidades. Nesse mosaico de imagens e lembranças, desenhado pela memória, a figuração do desenraizamento toma corpo como materialização simbólica de quebras e pulverização de identidades, movidas por freqüentes mudanças levando muitas vezes nessa enxurrada a denegação das histórias dos próprios sujeitos. Gonçalves Filho (1995: 110) já afirmara pertinentemente *"o quanto a mobilidade extrema entre as famílias pobres migrantes ou nômades urbanas, impede a sedimentação das pérolas do passado"*. O que também é destacado por Ecléa Bosi (1992: 16) aliás, referida pelo autor mencionado:

"(...) não há memória para aquele a quem nada pertence. Tudo o que se trabalhou, criou, lutou, a crônica do indivíduo e da família, vai cair no anonimato ao fim do seu percurso errante. A violência que separou suas articulações, desconjuntou seus esforços, esbofeteou sua esperança, espoliou também a lembrança de seus feitos".

E a mesma autora continua:

"Como pensar em cultura num país de migrantes? O migrante perde a paisagem natural, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada "código restrito" pelos lingüistas; seu jeito de viver, "carência cultural"; sua religião, credence ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão"

Apesar dos efeitos erosivos na memória em decorrência das mobilidades constantes vivenciadas pelos banidos dos espaços urbanos, contraditoriamente, é nela que reside a importância no rastrear das lembranças. Construções e reconstruções de identidades vão se tecendo nesse movimento.

Retirantes no passado, estes sujeitos atualizam no presente, na condição de retirantes urbanos, novas situações de cortes e perdas de raízes por conta das adversidades com que se deparam.

Assim, a questão do desenraizamento no cenário dos riscos criados, remete à discussão sobre direitos humanos e cidadania, uma vez que envolve reflexões em torno do caráter das práticas do Estado que têm sido marcadas historicamente pelo descompromisso no trato das populações em situação de pauperização. A utilização perdulária dos recursos destinados às políticas públicas, os desvios de verbas, a precariedade e má qualidade dos serviços prestados às populações pobres são evidências mais claras da denegação de seus direitos e de seu reconhecimento como cidadãos.

Estudos feitos sobre a atuação do Estado brasileiro na área social têm demonstrado o reforço, a partir dos anos 80, do cunho assistencialista nas políticas sociais em decorrência do agravamento da situação social de amplas camadas da população. O que se assiste é a multiplicação de programas de natureza meramente conjuntural, saídas emergenciais tópicas, para conter os possíveis focos de tensões sociais e

não voltadas para a garantia de direitos sociais o que somente reforça o quadro perverso a que as populações estão submetidas (Draibe, 1989).

O depoimento de uma moradora deixa com muita lucidez entrever o sentimento que ressentida da denegação de seus direitos:

"Aqui é assim pra pobre. Acha que o pobre não tem direito a nada. Claro que não... Eu acho que a gente também tem.(...) não era pra tê feito assim, tirá a gente dali e butar a gente assim não, porque pelos direito se a gente tivesse procurado mesmo a justiça a gente tinha ganhado, porque eu mesma já fazia 12 anos que morava lá. A pessoa já com 12 já tem direito a alguma coisa, né?" (...) "12 anos que a gente já mora num canto já se acostuma com aquele canto. Eu mesma gostava muito dali. Eu sai dali mas não sai de bom coração não, de vontade não.(...) nós saimo à força. Nós tava lá dentro ia fazê o que? Se eles dissesse que era pra sai, (a polícia, os home da lei) nós tinha que saí mesmo" (Ma. Justa)

É como se a estes sujeitos fossem vedados também os direitos dos afetos, como se na "cultura" dos pobres estas dimensões mais subjetivas fossem de menor importância para se levar em conta nessas políticas de deslocamento.

O desenraizamento que é evocado através da memória está contido nas imagens do eterno recomeçar, dos cortes abruptos com pessoas, lugares, com tudo que se investiu nesses espaços em termos de "arranjos", benfeitorias, mas que ajudam a afastar, por pouco tempo que seja, o provisório, o incerto. Ciladas das lembranças, é certo, (e que o pesquisador deve ficar atento no perceber esta mistura do presente e do passado, do desejo e da realidade) mas que são as primeiras chamadas ao real e que não deixam de passar também um certo tom de denúncia da forma de funcionamento das "racionalidades oficiais". A memória é neste entender o evocar desejos, realidades não existentes a não ser na vontade, mas é também reclamos, embates, denúncias. Ela contém portanto esses movimentos.

Esta percepção da memória enquanto uma forma dinâmica de registro da realidade, enfatizada por Pollack (1989) Montenegro (1995) e outros, contrapõe-se a outros estudiosos que tendem a ver na memória um certo "enquadramento" do tempo, um simples recordar saudosista do passado. O depoimento no relembrar traz além desse "ontem" (o significado do já vivido), um hoje onde, de forma nítida ou não, são acenados também um quadro de desqualificação de vida, desejos, de intervenções, demandas portanto que, postas, presentes nas falas, apontam por um amanhã diferenciado. Assim, por esta lógica, o

abandonar espaços, benfeitorias feitas, por irrisórias que sejam, pouco importa, é algo difícil, pois as pessoas investiram aí não só trabalho, mas investiram também muita outra coisa de ordem mais simbólica, que é a idéia de que aquele pedaço de chão lhe garante o sentimento de permanência, da ancoragem em algum lugar, aquele do reconhecimento.

A forma violenta como se dão as remoções deixa em seu rastro lembranças de rupturas, humilhações, impotência dos sujeitos em preservar "pertences" nesses espaços simbólicos. Nesse processo fica evidente a imagem da denegação dos direitos a que nos referimos bem como vontades e desejos dos sujeitos como bem deixaram claras as evocações de Maria Justa anteriormente transcritas.

Outra moradora de uma das favelas estudadas e que tinha vivido a experiência de remoção para um acampamento deixa forte as impressões guardadas em sua memória sobre a maneira como ela foi arrancada de seus espaços:

(...) "foi assim 21 de abril, né? Eu tinha que trabalhá. Foi na 5a. feira, eu tinha ido trabalhá. Eu não sabia de nada, que ninguém ia sair de lá naquele dia, quando eu cheguei de 5 horas tova aquele monte de caminhão eu digo:"ochente, o que está acontecendo? Mas eu nunca que soubesse que era mudança (...). Quando eu cheguei é que me disseram...(...) Então me deu um aperreio de tê que carregá esses troços...(...) sem saber para aonde era que eu vinha, Sem saber da situação debaixo da lona.(...) Diziam que era numa estrada de Cabedelo... (...)".(Lourdes)

Alusões do significado do espaço de moradia prestes à perder :

(...) "era um barraquinho, comprei, né, só o chão. Eu não sei nem por quanto eu comprei. Comprei lá a armaçõzinha, fraquinha. Ai, trabalhando, ai fui ajeitando ficou um barraco até bonzinho. Era todo de tábua, forrado de tábua e não tinha telha. Ai, eu comprei as telhas, porque quando eu comprei ele, ele era todo tapado, coberto, com papelão e com plástico. As paredes eram de papelão, plástico e pano, tudo no mundo...só um amparozinho mesmo. Fui trabalhando devagarinho, faltava só fazê o piso...mas falavam: vai sair! e gastá cimento, dinheiro, sem podê, não é? pra fazê o piso...(...) Desde que eu fui morá lá que falavam em tirá a gente dali... Agora, ninguém sabia quando... Aí passou 1, 2, 3, 4, 5 anos..."(...

Perdas traduzidas em projetos desconstruídos, em tempos desconsiderados de trabalho, em esperas vãs.

A concepção e elaboração das políticas de erradicação das populações das áreas ditas de risco é o testemunho mais tácito da irresponsabilidade e descompromisso com que têm se revestido as ações do Estado em relação a uma ampla camada dos excluídos, onde o "outro" não aparece como sujeito em torno do qual elas deveriam efetivamente se construir, evidenciando a falta total de interlocução com os sujeitos a que se dirigem, revelando assim a face autoritária das intervenções. De fato, o que as evidências apontam é que as ações estatais, inspiradas pela lógica burocrática, tendem a fazer abstração dos sujeitos, ao considerá-los meramente como puros homens econômicos, ou seja, movidos apenas pelas suas necessidades materiais, desprovidos de valores, de formas específicas de sociabilidade, que caracterizam sua cultura.

Esta tem sido a prática predominante, na sociedade brasileira, em que a construção do bem público vem se dando em segundo plano, na ordem das prioridades e da ética social. A lógica do privado perpassa todas as malhas das relações sociais, possibilitando o acesso de apenas alguns grupos (aqueles com maior poder de pressão) aos bens públicos. Acentua, por outro lado, o descompromisso e a irresponsabilidade das instituições em relação a uma ampla camada de excluídos, situação que se torna ainda mais grave no atual momento de cortes e restrições das ações estatais. Como lembra muito bem Vera Telles (1994: 226-227):

"o nó cego da tradição brasileira (é esse), construída em uma história regida por um privatismo selvagem que faz da vontade privada a medida de todas as coisas, recusa a alteridade e obstrui por isso mesmo a dimensão ética da vida social pela obliteração de um sentido de responsabilidade pública e obrigação social. Sabemos também que, o pouco que, nesta história, o país foi capaz de construir está se erodindo por conta de uma crise do Estado, que desestrutura as referências nas quais durante décadas, para o bem ou para o mal, se projetaram esperanças de progresso".

Nos contextos de extrema penúria, como aos que nos referimos, a iminência do risco e de todos os efeitos que ele envolve não é, entretanto, o que ocupa o lugar central nas falas dos sujeitos. Em suas evocações, mais fortes do que estes efeitos representam, são as perdas simbólicas que, por pertencerem a outra ordem dos significados causam, por isso mesmo, danos maiores: a indignidade e aviltamento com que são tratados pelas ações do Estado, traduzindo o seu não reconhecimento dos sujeitos, evoca a imagem do "indivíduo sem rosto" de Da Mata (1992), ao falar da condição da não cidadania que caracteriza boa parte da população pobre brasileira.

Esses processos de desenraizamentos constantes para os não lugares, que os assentamentos de passagem (as tendas) representam, assinalam outras desarrumações em resposta ao "novo" que os sujeitos terão de enfrentar: proximidade ou não dos locais onde terão possibilidade de trabalho. Nesses deslocamentos laços afetivos se desconstroem, mobilidades, desenraizamentos e destruições materiais expressam a inexistência de uma política de moradia e de fixação das populações que leve em conta as questões subjetivas que essas perdas materiais, culturais e afetivas representam ou denunciam

Este quadro tem significações muito além das simples demandas pela qualidade dos espaços quem lhes são atribuídos. Há outros desdobramentos que esta situação faz aflorar, de efeitos muito mais perversos sobre os sujeitos submetidos a esses deslocamentos constantes. Presentes em suas falas estão também outras perdas que se traduzem em novas modalidades de violência: perder o acesso à escola, às pequenas plantações e criações para complemento do consumo familiar, ao trabalho e até às ajudas recebidas de moradores residentes em áreas próximas. Todo este quadro expressa privações enormes, que não se inscrevem somente no plano material, porque tocam também no mundo dos afetos, das questões mais subjetivas provocadas pelos sucessivos desenraizamentos por que passam esses indivíduos nesse nomadismo compulsório a que estão submetidos.

E nessa enxurrada de perdas são destruídos igualmente seus referenciais, porque são suprimidos seus laços identitários: os parentes que se dispersam juntamente com os amigos na atomização dos espaços distribuídos dentro de uma lógica de intervenção que leva em conta tudo menos o sujeito para quem deveria ser dirigida a ação.

Apesar da trajetória de tantas e marcantes denegações evocadas através da memória se descortina ainda nos sujeitos um horizonte de possibilidades por dias melhores, de até mesmo admitir de sair a procura de outros espaços, conseguir um emprego ou ocupação duradoura, contanto que sintam, e isso ficou muito forte em suas falas, se tratar de movimentos seus, de investimentos próprios onde ficam nebulosos os limites entre sonhos, projetos e desejos. Coisas pequeninas, mas dentro de um universo de carências e dos "não ter" adquirem uma expressão enorme: espaços não confinados, o de poder implantar suas raízes expressas no desejo do fazer um jardim, do ter um dia sua mobília, do poder construir um espaço onde a intimidade dos membros da família possa ainda ser preservada para contapor àquele monolítico das casas construídas em série e de dimensões subumanas. Alusões a coisas aparentemente simples mas que de todo valor. Tudo numa

convergência de imagens expressas no desejo do enraizar, do fixar, como busca de superação da condição de deambuladores errantes.

Nos devaneios de Bianca ela se permite colocar isto com toda firmeza quando se encontrava morando na "lona" (o nome dado por eles à tenda dos acampamentos):

(...) "meu sonho é arrumar ela (a minha casa) todinha...Fazer um lindo jardim na frente. Se não for dividida (faz alusão a casa que esta por receber) vou dividir o meu quarto e a dos meus filhos.(...) ter meu sofá, televisão, fogão de quatro boca, tudo arrumadinha, sabe? Minha portinha trancada pra eu trabalhá numa boa, pra gente sair e deixá tudo"...

Como as dificuldades são enormes e o horizonte para se conseguir as coisas de tal forma reduzido é como se de repente as fronteiras entre os desejos e aquelas dos projetos se amalgamassem ficando difícil de discernir onde começa ou se coloca um e outro.

Cada vez fica mais patente o sentido referido por Telles (1994) da necessidade da ampliação de outros espaços, aquele da interlocução, onde se garanta aos sujeitos o usar de suas falas no discutir dos encaminhamentos de medidas que lhes serão dirigidas, restituindo-lhes direito de decidir e de intervir municiando-os assim de maior controle no enfrentamento desses riscos sociais (porque construídos) característicos deste contexto em que se apresenta a modernidade brasileira. Isto implica uma postura que deixe claro o compromisso político construído no respeito às manifestações das opiniões, das vontades, onde o outro possa ser assim "tecido" em todas os momentos das ações estatais. A ampliação deste espaço democrático implica igualmente em práticas que reflitam uma ética social pública que perpasse todas as instâncias e todos os espaços dos sujeitos, único instrumento capaz de resgatar e preservar um projeto de sociedade não pautado pelas exclusões sociais. Estas são evocações também contidas no percurso feito pelos sujeitos no narrar de suas memórias.

Não obstante os limites de qualquer metodologia no processo de reconstituição da realidade, o trabalhar com a memória, através de idas e vindas em falas, tempos e espaços, realça a sua importância e validade enquanto instrumento de análise. E como bem acentua Montenegro (1995: 8) ao se referir sobre o limite que contém o relato pois quer seja ele escrito ou narrado, nunca ele dará conta do real em si mas apenas da representação sobre ele.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sergio H. Santos, W. G. Coimbra, M. A. (1989). *Política social e combate à pobreza*. 2ª. ed. Rio de Janeiro. Zahar.
- ARENDDT, Hannah. (1995). *A condição humana*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária,.
- ARIES, Philippe. (1990). *O homem diante da morte*. vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Francisco Alves,.
- BOSI, Ecléa. (1992). *Cultura e Desenraizamento*. BOSI, Alfredo,org. *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo, Editora Ática.
- CERTEAU, Michel de. *Teoria e Método no Estudo das Práticas Cotidianas*. In *Anais do encontro: cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*.
- DELUMEAU, Jean. (1989). *História do medo no ocidente - 1300-1900*. o Paulo: Companhia das Letras,.
- DINIZ, Eli. (1982). *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- DRAIBE, Sônia M. (1989). *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. In *Anuário Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS; Vértice.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- GIDDENS, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp.
- GONÇALVES FILHO, José M. (1990). *Olhar e Memória*. In NOVAES, Adauto, org., *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUARESCHI, Pedrinho, JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). (1994). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- HELLER, Agnes. (1992). *O cotidiano e a história*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LAVIERE, J.R. e LAVIERE, M.B.F. (1987). *A evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa-1960/1986*. UFPB-MCS-NDHIR.
- MARTINS, José de Souza. (1994). *O poder do atraso*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MINTER/SUDENE/GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA/PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. (1984). *Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Aglomerado Urbano de João Pessoa - Vol. I*.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. (1995). *História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar*. Depto. de História da Universidade Federal de Pernambuco, texto mimeo.

- NASCIMENTO, E. R. do, BARREIRA, Irllys A. F. (1993). **Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE & UFC.
- OFFE, Claus. (1984). **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- POLLAK, Michael. (1985). **Encadrement et silence: le travail de la mémoire**. Paris: Pénélope, Cahier no.12.
- _____. *Le Temoignage*. (1986). Paris: Actes de la Recherche, 62/63.
- _____. *Pour un inventaire*. (1987). Paris: Les Cahiers de l'IHTP, 4.
- _____. *Memória, esquecimento, silêncio*. (1989). Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 3 (2).
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. (s/d). **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"**
- RAICHELIS, Raquel. (1988). **Legitimidade popular e poder público**. São Paulo. Cortez.
- RODRIGUES, Janete Lins. (1981). **Crescimento de uma capital**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo.
- SADER, Eder, PAOLI, Maria C. (1986). *Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leituras sobre acontecimentos recentes)*. In: CARDOSO, Ruth C. L. **A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SPOSATI, Aldaiza. FALCÃO, M. do C. FLEURY, Sônia M. T. (1989). **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez.
- SUDENE - Nordeste: **Migração inter e intra regionais - 1960/1970**.
- TELLES, Vera da Silva. (1994). *Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as difíceis relações entre pobreza, direitos e democracia*. In: DINIZ, Eli, LOPES, José L., PRANDI, R. (orgs.) **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo, ANPOCS/IPEA, Ed. HUCITEC.
- THIOLLENT, Michel J. M. (1980). **Crítica, metodologia, investigação social e enquete operária**. Editora Polis.
- WEIL, Simone. (1979). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ZALUAR, Alba. (1985). **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense.

ESPAÇO URBANO E MEDICINA SOCIAL NO NORDESTE NO SÉCULO XIX

Maria de Fátima Santos de Araújo¹

Este trabalho é resultante da pesquisa "Quando os Sinos Dobram... (Doença, medo e morte nos tempos do cólera - Nordeste: 1856/1862), e pretende analisar alguns aspectos da Medicina Social no Nordeste no século XIX e a sua relação com a reorganização do espaço urbano.

Condições de Vida e Trabalho

As transformações que se deram no campo no final do século XIX e início do século XX foram fundamentais para as alterações do espaço urbano nas cidades nordestinas e conseqüentemente para as mudanças do seu quadro sanitário.

Neste período, ocorre no Nordeste, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Entretanto, as transformações ocorridas não apagaram as marcas da sociedade tradicional.

As migrações Nordeste - São Paulo chegam a formar um contingente considerável de trabalhadores que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização do sudeste e contribuir para manter baixos os níveis de remuneração do trabalho assalariado. Na década de 80 ocorreu uma forte corrente migratória do Nordeste para a zona cafeeira, em função da decadência das lavouras tradicionais.

Pelo interior do Nordeste, encontravam-se ainda imensas terras cercadas com a presença do trabalho escravo, além de pequenos núcleos urbanos pobres, nos quais os únicos edifícios de destaque eram a igreja e a câmara municipal. (Alencar e outros, 1979).

O emprego oferecido pela indústria do açúcar, um dos mais importantes ramos da economia da região, era limitado devido principalmente a substituição do homem pela máquina, com o advento

¹ Professora DCS/UFPb

da usina em lugar dos antigos bangüês, formando conseqüentemente, um exército de desempregados e subempregados. Desses, uma grande parcela passa a prestar serviços domésticos nas cidades, com ordenados ínfimos, além de outros subempregados, vivendo de biscates ou de favores. (Singer, 1977).

Entretanto, Robert Ave-Lallemant (apud Andrade, 1986: 88), visitando Pernambuco em 1859, observou que neste Estado houve uma carência de mão de obra, causada tanto pela diminuição do número de escravo, como em conseqüência do surto de cólera ocorrido entre 1855-56.

Era pequena a percentagem de escravo nos estados nordestinos, dos meados para os fins do século passado. Os preços dos escravos se elevaram muito a partir de 1854, depois da extinção do tráfico. Contribuíram também as secas que dificultavam a sua manutenção, além do fato do trabalho escravo não ser o mais rendoso para a cultura algodoeira.

Os trabalhadores viviam em condições precárias de vida, agravadas pelas más condições de trabalho e pela existência de uma grande reserva de mão de obra, formada por moradores, onde apenas parte dela era absorvida pela agro-indústria do açúcar.

Os moradores dos engenhos e fazendas do Brejo Paraibano, eram assalariados que moravam em mocambos de palha, dormindo amontoados em jiraus de vara ou no chão úmido na mais abjeta promiscuidade. Embora tristes, eram dóceis, respeitadores e serviçais. (Andrade, 1986).

Para agravar ainda mais a situação, o salário do trabalhador rural sofreu uma queda de 40% a 60% com a expulsão do algodão do mercado europeu e a crise do açúcar, posterior à abolição, pela falta de mercado externo devido a concorrência do açúcar de beterraba europeu e antilhano (:1986).

A população nordestina espalhou-se por toda a região, ocupando-a quase inteiramente, apesar da distância entre vilas e povoações, onde residiam os homens livres que exerciam ofícios como pedreiro, carpinteiro, oleiro etc.

A miséria da população era muito grande a ponto dos "famintos de má índole" - assim chamados pela imprensa da época - aliarem-se a alguns salteadores de profissão, formando quadrilhas para saquear os

fazendeiros e os habitantes mais abastados, além de viajantes que por lá transitavam.

Diante de tal situação, surgiu o que se chamou "moradores de condição" constituindo-se grande parcela dos trabalhadores do campo, procurando colocar-se sobre a tutela do senhor de engenho. É que os desordeiros e ladrões de animais que agiam abertamente na região açucareira criavam uma situação de insegurança para a população. Daí os moradores pobres procurarem colocar-se sobre a proteção desses, na busca de amparo e lugar para morar. (: 1986).

Isto, por seu lado, era bastante vantajoso para os senhores de engenho, pois dispunham de mais braços para a lavoura. Com as restrições do tráfico e sua posterior abolição, além da venda de grande parte dos escravos para os cafezais do sul que estavam em expansão, os trabalhadores assalariados aumentaram, dessa forma, sua contribuição na indústria açucareira.

O algodão passou a ser um forte concorrente da cana. A agricultura algodoeira, na segunda metade do século XIX, quase não usou o trabalho escravo, sendo preferível pagar os moradores pelas fainas agrícolas. Os salários subiam quando a mão de obra se tornava insuficiente. Mesmo assim era mais vantajoso do que a aquisição de escravos. Uma outra vantagem era o fato do algodão ser um produto facilmente colhido por mulheres e crianças.

Entre 1750 e 1840, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa de terras e de preços. Era, segundo Andrade, mais democrático porque era cultivado não só por grandes proprietários mas também por pequenos proprietários, foreiros e moradores.

É no cenário de miséria determinado pelas condições de vida e trabalho que o Nordeste vai sendo invadido pelas epidemias, agravada sobretudo pela migração campo-cidade que provocava amontoamento de pessoas que fugiam da seca, da fome e da própria propagação das doenças.

A cidade de Paraíba, por exemplo, acumulara um contingente populacional significativo, formado por homens pobres, em consequência das migrações forçadas que se davam pelas sucessivas secas que assolavam a região. Estes permaneciam na mais completa ociosidade, sem que houvesse programas governamentais que os ocupassem ou outras atividades de caráter privado, que os

enquadrassem no espaço produtivo. A cidade apresentava entre 1880 e 1920 um crescimento demográfico significativo. A repercussão no aumento do desemprego foi inevitável, piorando as condições de vida e, conseqüentemente, o quadro sanitário da população. As estatísticas de óbitos cresceram em fins da década de 1910 e princípios de 1920 (Galiza, 1993).

Ao serem expulsos do campo em conseqüência das secas e das mudanças na estrutura agrária, ficavam marginalizados ao migrarem para a capital. Eles reproduziam uma realidade descrita por Simone Weil ao escrever sobre a classe operária: "Eles não estão em suas casas, nem nas fábricas, nem nos partidos e sindicatos, nem nos lugares de prazer..." "Ao se aglomerarem artificialmente numa cidade, são privados de sua vida própria, de sua tradição, do seu passado..." (Weil, 1979: 349e 251). Em termos de futuro, o que os espera é uma vida de sofrimentos, infelicidade e de falta de perspectiva.

Apesar da resistência e dos vários conflitos que se desenvolveram no espaço urbano, era reservado às camadas populares uma incessante vigilância policial não só nas ruas e casas como em outros locais que freqüentavam. Nenhum respeito era devido a inviolabilidade de suas moradias, estalagens etc.: a qualquer momento estas eram invadidas por "representantes da lei". Havia um empenho das autoridades para impedir a presença de populares em determinados locais, "reservados" aos ricos. Havia também uma preocupação com o lado estético, pois era necessário dar às capitais uma aparência de "civilização" aos homens estrangeiros que a elas visitavam. (Soihet, 1989).

A transformação da composição da população, causada sobretudo pela chegada constante às cidades de retirantes fugindo das secas, ou mesmo ex-escravos, agravaram problemas como habitação, alimentação e higiene, suscitando problemas de ocupação do espaço citadino. Para amenizar estes problemas, era indispensável promover o saneamento moral e higiênico da cidade. Os migrantes foram o principal alvo de intervenção da medicina higiênica, apesar de não existir recursos municipais para o desenvolvimento de uma política social dirigida à população pauperizada. Neste período, segunda metade do Séc. XIX, a filantropia caritativa não se mostrava mais uma prática social capaz de atender os problemas emergentes.

Por outro lado, as cidades continuavam bastantes atrasadas, sem iluminação pública, sem ruas limpas, sem calçamento etc. Os moradores

conviviam com a mais completa imundície. Praticamente inexistia a limpeza pública. A remoção do lixo e dos excrementos humanos era feita de forma ao mesmo tempo primitiva e pitoresca. Estes eram colocados em pipas ou barris, chamadas de tigres e carregadas nas cabeças dos escravos, que as despejavam nos rios, nas praias e nos becos. A remoção do lixo e dos dejetos humanos geralmente era feita depois que os sinos da igreja tocavam, as dez horas. Em Pernambuco, os tigres eram derramados pelos escravos nas pontes dos rios Capibaribe e Beberibe (Freire, 1977).

Nos meados do século XIX surgiram em Pernambuco os primeiros serviços públicos de saneamento e de água cujas obras foram realizadas por engenheiros franceses e técnicos ingleses, num momento em que aconteciam duas epidemias: a da febre amarela e a da cólera. Estas obras indicavam sinais de preocupação governamental com a higiene das cidades.

Freire (1977), cita que em 1855 o médico Lima Santos nos seus "Conselhos Higiênicos" transcritos pelo Diário de Pernambuco, comentava que os brasileiros não faziam exercício suficiente ao seu desenvolvimento físico e mental. Ficavam sempre sentados em casa, como sinais de fidalguia, para não se misturarem nas ruas com o povo. O higienista acrescentava ainda que nos meados do século XIX, o Brasil só não tinha algum progresso em termos de higiene, nas cidades, porque a vida privada continuava atrasada, embora o contato com os ingleses tenha contribuído na melhoria do estilo de vida e conseqüentemente na limpeza da rua e no melhor saneamento da casa.

As mudanças ocorridas na estrutura econômica e social brasileira com o desenvolvimento do mercado interno e o processo de urbanização contribuíram também para paulatinamente alterar os costumes, valorizar o saber e com isso os médicos e outros profissionais ligados à higienização das cidades, ganharam um maior prestígio social.

O Perfil da Medicina Social no Nordeste

As informações obtidas sobre o surgimento da Medicina Social no Nordeste, na segunda metade do século XIX, nos permitem compará-la à Medicina Urbana surgida na França na segunda metade do século XVIII.

Os métodos de vigilância e de hospitalização utilizados nos dois modelos são um aperfeiçoamento do esquema político-médico da

quarentena. A substituição de um modelo religioso por um modelo militar, se expressa nesses métodos e no registro permanente das ocorrências (Foucault, 1988).

Os hospitais e asilos existentes eram locais reservados aos pobres para esperar a morte. Eram instituições destinadas às pessoas impossibilitadas de terem seus clínicos de família, geralmente administradas pelas Santas Casas de Misericórdia e custeadas com as doações das classes mais abastadas.

A Medicina Social, nas suas origens, buscava relacionar as causas das doenças às variações climáticas, meteorológicas e geográficas. Depois passou a valorizar as estatísticas de saúde, e os registros de nascimentos e de óbitos (Serrano, 1985).

Acreditava-se que as epidemias eram doenças que vinham pelo ar, pelo vento, pela água e pela comida e não tinham idéia do seu caráter transmissor por se desconhecer a noção de contágio. Na concepção da época, eram doenças que atacavam todos ao mesmo tempo (Serrano, 1987).

A idéia de que se desconhecia a noção de contágio foi contestada por Scliar (1987) e reforçada por Berlinguer (1988). Ambos citam a obra de Girolamo Fracastoro (1474-1573), como sendo a primeira elaboração teórica do conceito de infecção escrita numa época em que o misticismo da Idade Média não havia ainda desaparecido e a ciência moderna não havia nascido. Sua obra foi realizada sem suporte tecnológico ou científico mas propõe uma teoria lógica da infecção e institui a existência de agentes específicos para cada doença, além de conter idéias importantes sobre a transmissão das mesmas.

Nessa época, apesar da existência da obra de Fracastoro prevaleciam ainda teorias antigas sobre a transmissão da doença, como por exemplo, a de Hipócrates que julgava que as doenças resultavam de maus ares.

Apesar de prevalecer a teoria dos miasmas, tanto no seio dos higienistas como na população em geral, segundo estes autores, a noção de contágio existia pois as pessoas fugiam da peste ou isolavam-se. Estas atitudes eram consideradas como pressentimento do mal, ou uma forma de proteção contra o provável contágio da doença. Este trabalho mostra através dos documentos analisados, que várias localidades espalhadas pelo Nordeste ficaram completamente desertas, na época, quando atacadas pelas epidemias.

A saúde pública só adquire características científicas no século XIX, junto com as medidas sistemáticas de prevenção. Segundo Berlinguer (1988), duas justificativas podem ser apontadas: a primeira é que talvez fosse o fato de não se conhecer anteriormente os micróbios e os vírus, visíveis somente ao microscópio e, segundo, porque muitos preconceitos enraizados impediam de se perceber o que era visível aos olhos.

Com a descoberta ainda no século XIX de que os micróbios eram os agentes responsáveis pelas doenças infecciosas, o conceito de "perigo social" foi usado mais como pretexto para um controle sobre as pessoas do que como meio de combater e prevenir as doenças. Fez-se uso cultural e político de medidas importantes para a saúde pública. (Berlinguer,1988).

No Nordeste, as epidemias eram enfrentadas pela Comissões de Higiene Pública nomeadas com este objetivo e que contavam ainda coma colaboração das Câmara Municipais e Agentes Policiais .

Foi a partir destas comissões e nesse contexto que se desenvolveu a "polícia sanitária" como meio de intervenção, visando a higienização das pessoas e das cidades.

O conceito de polícia sanitária envolve as quarentenas e as vacinações e o cumprimento obrigatório da lei para circunscrever as epidemias, fazendo fronteira muito próxima com a organização do Estado policial e com outros aspectos da atividades repressiva do Estado" (Berlinguer,1988). O seu objetivo era prevenir as várias doenças que acometiam as pessoas , mas de forma bastante autoritária, reprimindo o doente mais do que combatendo a doença .

Essa proposta foi desenvolvida através de leis e regulamentos elaborados dentro do conjunto de atividades atribuídas ao Estado e destinados à saúde pública como a vacinação, o controle de grandes endemias, o saneamento básico e a limpeza das casas, ruas e prédios públicos.

Segundo Foulcault (1988), no século XIX houve uma invasão progressiva do espaço da lei pela tecnologia da norma. O Estado Moderno procurou implantar seus interesses servindo-se da norma para obter um controle político da sociedade.

Os estudos de Castel (1978) sobre a loucura e Donzelot (1986) sobre o controle da família mostram como, num determinado momento

histórico, mecanismos de controle são utilizados para intervir nas questões sociais.

A participação da ciência se dava através das intervenções dos médicos e engenheiros que opinavam sobre quase todos os aspectos da vida urbana. Eram membros das comissões de Higiene Pública que funcionavam com a colaboração das Câmaras Municipais e Agentes Policiais, além de conselhos de Salubridade Pública.

Tanto a Medicina Social no Nordeste como a Medicina Urbana na França tinham como objeto a cidade e seus habitantes. A preocupação com a purificação do espaço urbano, através da circulação da água, ar, vento, alimentos comercializados e a explicação das diversas moléstias pelo excesso de miasmas que desprendiam-se dos inúmeros focos de infecção existentes dentro e fora das cidades, eram elementos centrais nas suas práticas sanitárias, introduzidas com o objetivo de intervir no cotidiano dos pobres e, promover o ordenamento do espaço urbano.

A preocupação das autoridades com o surgimento das epidemias se dava devido ao amontoamento de lixo, dos esgotos nas ruas, da falta de higiene dos matadouros, da forma inconveniente de enterrar os mortos e da má localização dos cemitérios.

A aglomeração de pessoas nas cidades nordestinas, em asilos ou locais designados para este fim, era a principal causa apontada pelos poderes públicos, do quadro sanitário desolador que se apresentava no Nordeste.

Ao contrário da França, este amontoamento não se dava em função do surgimento de oficinas e fábricas que submetiam operários a este tipo de alojamento. No Nordeste, eram retirantes que vinham de diversas regiões, fugindo da fome e da seca, em busca de socorro dos poderes públicos nas cidades.

No Brasil, a relação entre medicina e sociedade não se deu originalmente por intermédio do corpo produtor, mas de um corpo urbano que possui em sua própria essência, que produz em seu próprio funcionamento, a doença e a morte. (Machado, 1978).

Jornais da época noticiavam quase que diariamente, nos momentos de calamidades, a liberação de verbas para custear a alimentação e outros tipos de assistência a esses indigentes.

Uma outra forma encontrada pelo governo para socorrer essas pessoas era a absorção dos mais habilitados para algum tipo de trabalho.

Medidas desta natureza eram necessárias para que houvesse o controle político e sanitário sobre as cidades. Médicos, padres e a polícia se uniam para formar conselhos e comissões visando reprimir e disciplinar os agitadores políticos, os vadios, os desempregados e a pobreza em geral.

As Políticas Sanitárias

A partir de meados do século XIX o Nordeste passa a ser reconhecido não só como "região" (econômica, política e administrativa), mas também na opinião pública e nas políticas e programas governamentais (Oliveira, 1987).

Foi nessa perspectiva que à partir de fins do século XIX, se desenvolveram práticas sanitárias destinadas a assegurar as condições mínimas de saúde a setores da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que buscava forma de higienização das cidades.

As políticas e as ações de saúde neste período intervieram sobre o corpo definindo estratégias de controle sobre a sociedade.

Entretanto, as preocupações dos poderes públicos não se traduziam em serviços de higiene eficientes, tanto assim que epidemias como a febre amarela e a cólera encontraram a Província sem médicos e sem medidas básicas de higiene. Os preceitos higiênicos só eram lembrados quando a seca e as epidemias surgiam. Entre a população desconhecia-se as medidas mais elementares de higiene pública.

A forma de encarar e os recursos disponíveis para enfrentar esses momentos traumáticos vividos pela população variavam conforme o grau de desenvolvimento da ciência médica, encontrando-se semelhanças nos modelos empreendidos em alguns países.

Na França, entre os séculos XVIII e XIX, os agentes da medicina popular incorporaram o saber da medicina científica em suas práticas. O conhecimento científico penetrava no domínio dos curandeiros das aldeias, inicialmente através da literatura divulgada pelos vendedores ambulantes. Esses livros eram geralmente anônimos, redigidos por gráficos e tipógrafos, que buscavam informações nas publicações do século XVI, existentes no interior de suas oficinas. Os "amadores", "esclarecidos" e caridosos ou o vigário eram também intermediários entre a medicina científica e a popular. (Boltanski, 1979).

No Nordeste, apesar desses agentes serem reconhecidos pela administração provincial e contratada pela mesma como única alternativa de assistência existente para o interior, eram práticas mais fundamentadas no conhecimento da medicina popular, sobretudo com relação a utilização das plantas medicinais.

Entre caridosos e religiosos, percebe-se semelhanças quanto à sua atuação. No Nordeste, assim como na França, segundo Boltansky (1979) estes eram intermediários entre a medicina popular e a científica por possuírem algum tipo de conhecimento. Entretanto, entre médicos de formação européia ou os que não tinham tal formação mas eram brancos, e os curandeiros de formação africana ou indígena, havia uma enorme rivalidade.

Em Pernambuco, sabe-se através da comissão de Higiene Pública, da prisão de um curandeiro africano pelo o falecimento de doentes de cólera que se encontravam sob seus cuidados. Por outro lado, na Bahia, pretos estiveram sob proteção de pessoas que ocupavam posição elevada na sociedade e que acreditavam na eficácia de seus tratamentos.

Através de relatórios de alguns presidentes de Províncias, referidos num outro momento deste trabalho, pode-se constatar que a orientação dada à organização da Medicina Social no Nordeste, na segunda metade do século XIX, foi no sentido de criar elementos constitutivos da policia médica, quais sejam: criação de comissões para coordenar o combate às epidemias: esquadrinhamento urbano (divisão da cidade em paróquias e estas em distritos, assistência gratuita aos pobres através de casas de caridade e asilos) e inspeção sanitária.

As casas de saúde e os hospitais diferenciavam-se pela raça, classe e religião de origem dos doentes. Os hospitais das Ordens Terceiras eram destinados aos ricos e os hospitais das Santas Casas de Misericórdia aos pobres e escravos.

O acesso da população rural aos serviços de saúde, foi durante muito tempo um processo marginal, principalmente quando se tratava de ações de saneamento.

À semelhança de medidas tomadas pela medicina urbana desenvolvida na França no século XVIII, também na capital da Província da Paraíba, no início desse século, foi empreendido um programa de embelezamento da cidade, com o ajardinamento de praças, o calçamento

e a arborização de ruas, melhorando consideravelmente as condições da higiene urbana.

As transformações propostas na arquitetura foram movidas não só por interesses estéticos, mas também com a preocupação voltada para a salubridade das habitações. Neste sentido foram tomadas medidas como o alargamento das ruas e abertura de avenidas, resolvendo o problema da iluminação e ventilação.

Outras medidas foram tomadas como o fechamento do cemitério localizado dentro da cidade, a fiscalização rigorosa dos gêneros alimentícios, a criação da polícia sanitária marítima, a repressão ao alcoolismo, além da implementação da educação higiênica nas escolas, contribuindo para o decréscimo do índice de mortalidade na cidade de Paraíba.

Apesar dessas medidas, não se conseguia perceber efeitos modernizadores significativos no processo de urbanização, com a implantação desses melhoramentos. Desde a segunda metade do século XIX, sua feição era quase semelhante à do período colonial. Uma rede urbana carente de meios de comunicação eficiente, ruas sem possuírem um traçado regular que lhes desse uma feição de cidade, falta de cuidados no que tange à saúde pública em relação ao escoamento de matérias pútridas; necessidades de reforma do porto; de iluminação pública, abastecimento d'água, modernização no sistema de saneamento, bem como a criação de atividades que ocupasse grande parte da população ociosa advinda de constantes migrações provocadas pelas secas periódicas que assolavam a região. (Fernandes e Amorim, 1980).

Já a cidade do Recife passou por uma expansão urbana, durante o século XIX. É no decorrer desse século que o crescimento da cidade começa a se dar em ritmo acelerado, dando à cidade ares de metrópole.

Segundo Singer (1977), o melhor indicador do crescimento do Recife no último quartel do século passado, foi a evolução demográfica, motivada pela expansão do parque industrial da cidade neste período.

O crescimento populacional acelerou-se ainda mais nas duas primeiras décadas deste século, provavelmente por causa das migrações rurais, ocasionadas pelo fechamento dos velhos engenhos e pela instalação das usinas na zona da mata.

O incremento populacional da cidade do Recife, ocasionada pelas razões acima apontadas, apresentou sérios distúrbios pelo agravamento

dos problemas urbanos, exigindo das políticas sanitárias medidas urgentes e eficientes.

No Nordeste a organização sanitária não esteve tão articulada à consolidação da nova inserção da economia brasileira no quadro do capitalismo mundial, como esteve na produção capitalista do café, que foi buscar padrões de atuação sanitária diferentes do que predominou no período escravista, apesar da ameaça das epidemias, principalmente nas áreas urbanas. Apesar disso, a política de saúde pública atuou contra enfermidades específicas e interveio sobre o espaço urbano e o dia a dia de seus habitantes. (Costa, 1986).

A medicina exerce um papel fundamental no combate à "desordem" no processo de modernização da cidade, que era o centro político-administrativo e que deveria espelhar o "progresso". O seu discurso infiltrava-se no senso comum das camadas médias e dominantes, em termos de melhoramentos para deixar a cidade salubre e moderna. A Medicina Social se caracteriza por uma forma de controle constante, por uma vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais. A luta contra as epidemias obedece ao comando político e não médico. (Machado, 1978).

O período entre 1877 e 1880, foi considerado um marco na política governamental com relação às medidas adotadas para combater a seca e seus efeitos, já que o problema não era encarado até então, pelos governos provincial e imperial, de forma que se superasse as medidas assistencialistas. Através de alguns estudos desenvolvidos - embora incipientes - foram apontadas soluções possíveis que, postas em execução, amenizariam os efeitos calamitosos. (Ferreira, 1980).

Embora se tenha mudado parcialmente o caráter das políticas governamentais voltadas para as calamidades, estas estavam distantes das resoluções dos problemas. Problemas como a fome, a peste e a seca, atravessaram o século fazendo inúmeras vítimas entre a população nordestina, atingindo sobretudo o pobre.

Medicalização do Espaço Urbano

Quadro Sanitário das Cidades Nordestinas

O Nordeste, particularmente os estados da Bahia, Pernambuco e Paraíba a partir da segunda metade do século XIX, vivenciou momentos de grande temor diante das epidemias que surgiram neste período.

A população conviveu em lugares e épocas diferentes com a doença, o medo e a morte.

Entre as doenças que acometeram as populações nordestinas nesse período, a literatura e as fontes primárias disponíveis apontam as epidemias de cólera, de febre amarela e varíola como as mais arrasadoras. Estas epidemias conseguiram deixar várias cidades nordestinas em estado caótico e a população em estado desesperador. Por onde iam passando deixavam vítimas incontáveis.

O pavor que se difundia na população em conseqüência da natureza e da gravidade do mal, a extensão que ia adquirindo a cada dia e o elevado número de vítimas, criou situações completamente anormais.

No período em que perduraram as epidemias, os hábitos e os costumes foram totalmente modificados em função das cenas desoladoras presenciadas nas diversas localidades. Eram freqüentes os casos de interrupção de atividades no exercício do Poder Público e no cotidiano da população quando a epidemia se instalava numa determinada região. Por exemplo, diversas assembleias provinciais foram adiadas, por causa da gravidade da situação em que se encontravam as Províncias na época.

Com relação à febre amarela, que fez um número considerável de vítimas, além das medidas empregadas para o socorro das mesmas, a vacinação foi utilizada como meio preventivo, não obstante as dificuldades encontradas para viabilizá-la devido à distancia entre as localidades, a falta de pessoas especializadas e a resistência e repugnância da população a esta medida, por considerá-la a própria peste.

Machado (1978) fez uma comparação entre a campanha sanitária realizada contra a febre amarela em Pernambuco no final do século XVIII e a situação da medicina social no século XIX, estabelecendo o que há de homogêneo e heterogêneo entre os dois processos. Ambas produzem um conhecimento sobre a cidade, designam uma autoridade especial como responsável pelas medidas de controle e organizam estas medidas. A diferença entre as duas é que, no caso da campanha, o que motiva e autoriza as medidas de destruição da desordem sanitária é a própria peste e a medicina social, ao contrário, se caracteriza por uma forma de controle constante, por uma vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais. Segundo o autor, o momento em que o perigo da

peste passa a ser constante assinala o início da prevenção. A luta contra a peste obedece ao comando político e não ao médico.

Nos séculos XVIII e XIX, quem não tinha seus clínicos de família, se valia dos asilos ou hospitais construídos para os pobres. Eram instituições filantrópicas, geralmente administradas pelas Santas Casas de Misericórdia, custeadas com esmolas dos ricos e destinadas ao isolamento e morte do pobre. (Serrano, 1985).

A precariedade ou a ausência de medidas necessárias à salubridade pública, de responsabilidade das Câmaras Municipais, e a impossibilidade de recorrer à medicina, faziam com que a pobreza contasse quase exclusivamente com a distribuição de medicamentos gratuitos nas boticas da capital.

No caso da cólera, a principal medida preventiva era a quarentena.

Nos anos que antecederam as epidemias já mencionadas, a população nordestina apresentava um estado de saúde relativamente satisfatório. Apareciam casos de febre amarela e cólera em pessoas que vinham pelo mar, mas não se caracterizavam como sendo epidemias.

Surge então a varíola em caráter epidêmico. A vacina aparece como a principal medida preventiva e passa a ser usada com regularidade, apesar das dificuldades já apontadas no caso da febre amarela.

Por outro lado, as afecções como "febre catarrais intermitentes, anginais, diarréias, a tísica pulmonar, as lesões do aparelho digestivo e a sífilis", eram indicadas nos relatórios dos inspetores de saúde como doenças que fizeram um número considerável de vítimas em ritmo crescente.²

Segundo informações prestadas pelos inspetores de saúde o controle destas doenças, inclusive o da febre amarela foi mais eficaz entre a tripulação dos navios. O mesmo não acontecia com a área urbana pela falta de condições favoráveis de higiene. Sempre que havia ameaça de uma peste, uma junta médica era convocada para falar a respeito e encaminhar sugestões de medidas que deveriam ser tomadas para evitar a entrada, principalmente pelas capitais, ou providências no

² As informações sobre as doenças são dadas pelos inspetores de saúde e comentadas nos relatórios dos Presidentes de Província enviados a Sua Majestade o Imperador.

sentido de diminuir seus efeitos caso ela penetrasse. Em seguida, posturas eram feitas e encaminhadas às Câmaras Municipais, após serem aprovadas previamente pelos Presidentes das Províncias.

As principais medidas eram:

- a) Transferência do matadouro público para um lugar mais afastado, o que, segundo a opinião dos especialistas, era importante para melhorar a pureza e salubridade do ar.
- b) Inspeção pelos fiscais do estado dos gêneros alimentícios comercializados, aproveitando os que se encontravam em condições de serem consumidos.
- c) Rigorosa quarentena era estabelecida para embarcações procedentes dos portos infectados.
- d) Construção de asilos ou lazaretos para recolher os passageiros e bagagens que passavam por inspeção, seguindo as recomendações da ciência.
- e) Impressão e distribuição pelas Províncias de folhetos, além de várias exposições, contendo conselhos higiênicos e outras prescrições médicas relativas ao modo de prevenir e de tratar os afetados.
- f) Providências no sentido de conseguir médicos, enfermeiros e medicamentos, além da construção de cemitérios e enfermarias.
- g) Criação de comissões formadas por pessoas de destaque em cada lugarejo, que se incumbissem de dar conta das principais necessidades, de animar a população através dos meios mais acessíveis de tratamento das moléstias, além da distribuição de impressos contendo as instruções já mencionadas anteriormente.

Algumas dessas medidas não foram viabilizadas. Poucas foram as comissões que corresponderam, sendo grande parte substituídas por pessoas caridosas que tomaram para si estes encargos. Com relação às Câmaras Municipais que deveriam estar à frente das comissões das cidades e vilas, procederam, na sua maioria, com bastante inoperância.

As Calamidades

Além de um quadro sanitário desolador que imperava no Nordeste no século XIX, a população pobre tinha que conviver com situações que afetavam sem significativamente o seu cotidiano. A seca, fome e a peste atacavam sem piedade a população nordestina, na segunda metade do século XIX, intercalando-se com as enchentes que aconteciam em diversas regiões.

Embora as inundações tenham sido menos freqüentes, os resultados foram catastróficos para a região.

A província da Paraíba teve prejuízo vultuosos com as enchentes. O rio Paraíba durante alguns anos não consecutivos provocou grandes enchentes, invadindo extensas áreas próximas às suas margens, deixando os moradores desabrigados, além dos prejuízos causados às safras dos engenhos e dos plantadores de algodão.

Jornais da época noticiavam casos de família que morriam atravessando o rio, pois o desespero fazia com que as canoas virassem.

Mas, os sertões nordestinos tinham que conviver mesmo era com a seca, aliada a fome e a peste.

O Nordeste é apontado desde a época colonial ora como área das secas, ora como dos grandes canaviais que enriquecem meia dúzia em detrimento da maioria da população. Invariavelmente, porém, é conhecida como região subdesenvolvida devido à baixa renda per capita de seus habitantes (Andrade, 1986).

O Nordeste viveu momentos dramáticos com as sucessivas secas. Segundo José Américo de Almeida, o ano de 1869 foi o mais aflitivo, principalmente porque as conseqüências da irrupção da cólera nos anos de 1856 e 1862 ainda podiam ser sentidas.

Jornais da época, como A Opinião, da capital da Província da Paraíba, noticiavam neste mesmo ano, quase que diariamente, a situação do Nordeste diante da seca:

“ Os emigrantes dos sertões afluem que diariamente nos brejos em número considerável. Na capital observou-se a entrada de uma família desvalida, com uma canoa de crianças em cassuares.”

“ Nos sertões as pessoas morriam pelo estado de abatimento com que recebem algum alimento. A miséria veio juntar-se ao terror, aos assaltos constantes.”

“ Em Mamanguape se amontoavam cerca de 400 emigrantes quase nus e abatidos. A miséria tem invadido todas as classes da

sociedade. Tem morrido gente de fome. Pais tem abandonado seus filhos, deixando as ruas cheias de meninos e mulheres nuas."

"Os flagelados amontoavam-se que nem bichos, no saguão do convento de São Bento, na casa do mercado, no edifício da escola pública, e em palhoças improvisadas no terreno do fundo do palácio (na capital da província da Paraíba) e um avultado número perambulava ao desabrigo e dormia ao relento."

"Para desafogar a capital desse rebotalho, foi criado um núcleo colonial na propriedade Guia pertencente ao patrimônio do convento do Carmo, sob a direção do Frei Alberto."

"Era um lugar insalubre, de forma que as febres intermitentes e de outros caracteres deram cabo em pouco tempo, dos infelizes que haviam sido removidos para esse foco letal."

"As zonas agrícolas da província vinham acolhendo dia a dia, os magotes de retirantes".

Eram essas pessoas que fugiam da seca, as mais susceptíveis de acometerem doenças que logo se tornava uma epidemia, dizimando-as em sua quase totalidade.

Intensificaram-se ao longo dos anos as migrações rumo à capital e Campina Grande era o ponto de passagem dos retirantes.

Conforme o obituário da capital, no ano de 1869, entre os meses de maio e setembro, morreram mais de mil pessoas.

Se a mortalidade na capital era alta, no interior não era diferente. Pelo contrário, a situação era pior pela falta de assistência médica para esses retirantes nas vilas e povoações, fazendo com que o governo contratasse práticos para o tratamento dos indigentes.

Na capital, embora se dispusesse de poucos recursos para tantas necessidades, pelo menos a assistência médica obedecia a certos princípios higiênicos, como por exemplo, a preocupação em deixar esta população pobre e doente afastada de lugares de maior trânsito, construindo lazaretos e hospitais separados da área residencial.

Além da capital da Província da Paraíba, outras capitais foram se modificando não só com o processo de urbanização, mas também com a chegada constante de retirantes que fugiam da seca.

Os locais que serviam de abrigo às pessoas que chegavam às cidades, bem como às instituições de caridade, ao mesmo tempo que eram necessários para a disciplinamento do espaço urbano, eram focos de epidemia e de contágios. Daí a preocupação da Medicina Social em

retira-los dos centros, procurando com esta medida neutralizar os seus efeitos.

Esses indivíduos não tinham tempo para solidão e intimidade. Não havia espaço para uma vida privada. Além do mais, a promiscuidade em que viviam nos diversos alojamentos improvisados era tamanha, que o surto pestilencial atingia não só esses indivíduos, mas também a população residente nessas localidades. O que agravava ainda mais era o fato das resistências orgânicas dessas pessoas ficarem fragilizadas diante das longas caminhadas e que famintas, comiam o que aparecia na sua frente, muita vezes substâncias tóxicas, comprometendo significativamente seus organismos.

Na França, pesquisa oficial realizada após a epidemia de cólera de 1832, mostrou que a doença fez 18.602 vítimas na capital. O relatório concluiu que naquela população miserável que se encontrava em alojamentos sujos, exíguos, foi também onde a epidemia multiplicou suas vítimas. Nas ruas mais estreitas e sórdidas, as taxas de mortalidade pela cólera foram 33,87. nas demais, foi 19,25% (Aries, 1988).

A medicina urbana desenvolvida na França, à partir de finais do século XVIII, influenciou fortemente as medidas adotadas pela Medicina Social no Brasil, na 2ª metade do século XIX. O conhecimento produzido sobre cidades, buscando a identificação dos focos das epidemias com a desordem urbana, a necessidade de reestruturação do espaço urbano de forma a prevenir a eclosão de novos surtos epidêmicos, como também a busca de mecanismos sociais de dominação física e moral sobre indivíduos pobres das cidades, são diretrizes comuns aplicadas nos dois países.

A preocupação não era devolver a saúde aos indivíduos, mas sim a saúde às cidades, isto é, à ordem urbana, e é através do enquadramento social e controle da população, inclusive modificando seus usos e costumes "comprometedores". A doença das cidades encontra no mau funcionamento das instituições, na desordem, no desregramento moral, no crescimento desordenado, nas montanhas e pântanos que exalam miasmas as suas principais causas. (Machado, 1978).

O imigrante que vive nas cidades é visto como agente de desordem, e como focos das doenças. A sua chegada às cidades, com sua invasão aos lugares públicos, com a fome que os acompanha, é vista como se estes fossem responsáveis por seus próprios males e criassem a pobreza, a insalubridade e a doença. Paralelamente, se difundem

discursos e práticas protecionistas, dirigidas aos pobres, visando a melhoria das condições de vida e trabalho, seja por razões humanitárias, seja por razões políticas, tanto com relação ao controle sanitário, como no sentido de evitar revoltas e até mesmo conseguir progressos no trabalho.

Segundo Madel (1982), o conceito de epidemias não é um conceito enraizado no biológico, mas está carregado de sentido político. Seu emprego subordina-se mais ao problema de ameaça social que a doença traz, ao atingir indivíduos de diferentes classes sociais, do que ao número de indivíduos da mesma classe social.

A representação mental das epidemias no Nordeste, aparece ligada a dois outros flagelos tradicionais na região: a seca e a fome da população pauperizada, sendo esta conseqüência da primeira. A peste acompanha comumente as grandes fomes.

A fome é presença constante nas crônicas entre os séculos XVI e XIX, mostrando que sempre faltou alimento para a pobreza. (Etzel, 1976).

Em Pocinhos, município da Província da Paraíba, a fome foi tão intensa, que os órfãos da casa de caridade do Pe. Ibiapina, além de outros habitantes, se sustentaram, durante vários dias, de carne putrefata das reses que morriam inanimados. (Almeida, 1979).

Um romancista cearense chamado Rodolfo Teófilo, citado por Guerra (1981), narra cenas chocantes de 1877. Muitas famílias, desesperadas para fazerem a travessia dos rios, fugindo da fome e da peste, se separavam. Mães aos gritos, viam seus filhos ficando quando estas já se encontravam nas lanchas desatracadas.

Por outro lado, as conseqüências eram funestas quando aconteciam grandes deslocamento de massas humanas. Mesmo em zonas consideradas salubres se desenvolviam violentas epidemias.

Na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte, segundo Guerra (1981), viviam cerca de 25 mil pessoas no ano de 1877, cuja única ocupação eram terem fome e morrerem de miséria e peste.

Segundo o levantamento realizado pelo vigário desta cidade, entre os anos de 1877 e 1879 foram sepultados 31 mil mortos só no cemitério, estimando-se o total em mais de 40 mil. Em outubro de 1878 o obituário diário era superior a 100 pessoas e quem se aproximava do

perímetro urbano sentia, segundo o vigário, o mau cheiro que a população "pesteada e imunda" exalava.

Apesar de algumas medidas serem tomadas pelas autoridades, como a proibição dos enterros nas igrejas, outros problemas permaneciam com as sujeiras das ruas e a má qualidade dos alimentos, fontes de propagação da cólera.

Algumas doenças, como por exemplo surtos de disenteria e gripe - manifestavam-se aparentemente sem grandes problemas mas se tornavam graves, diante do estado de desorganização social em que se encontravam os retirantes, suas maiores vítimas, permitindo a sua fácil propagação.

A presença da cólera estava sempre ligada ao temor, ao pânico, pois ao atingir a população tinha um caráter devastador.

O comportamento da população se modificava e as autoridades alarmavam-se diante do quadro que se apresentava.

Diante da impossibilidade de dete-la e da catástrofe produzida por ela, a maior preocupação das autoridades sanitárias era no sentido da busca da estabilidade social como sendo uma estratégia higienista que assimilava simbolicamente à desinfecção a submissão. À medida em que as práticas higienista eram implementadas, aumentava o temor da população, pois significava a alteração no seu cotidiano, bem como na forma de tratar seus parentes doentes, (Beltrão, 1993).

Durante as epidemias de cólera, as orientações dadas pela higiene eram sobretudo com relação à desinfecção tanto dos locais públicos passíveis de contaminação, como de residências, sobretudo onde havia grandes aglomerações e ocorriam óbitos.

Os métodos modernizantes de desinfecção implantados em época de epidemias, por recomendação das elites dirigentes, se chocavam muitas vezes com os conceitos populares do que significava bem morrer e tratar seus mortos. (Beltrão, 1993).

Os anos se passaram e a situação não mudou. A república se iniciou em situação de flagelo. Permanecia o descaso, de modo que a região continuava exposta aos efeitos das calamidades, ou seja, da fome, das epidemias e da seca.

No início deste século, a situação não era diferentes. As poucas chuvas vinham acompanhadas do desenvolvimento de epidemias. O Nordeste estava sempre desamparado e exposto a calamidades e aos

seus aniquiladores efeitos. Faltavam aos poderes públicos meios preventivos já que a experiência de outros desastres, mostrou que os recursos disponíveis permitiram apenas salvar parte dos flagelados. Os socorros públicos eram paliativos e chegavam sempre tarde para matar a fome, não evitando o prejuízo da violência das epidemias.

No Ceará, entre 1850 e 1930, foram registrados dezenove anos de seca (Guerra, 1981).

A partir de maio de cada ano, quando se perdiam totalmente as esperanças de chuvas, a situação já era de extrema pobreza, fome e desolação. Começava a peregrinação dos retirantes para o litoral, formando aglomerações, geradoras de epidemias, obrigando os poderes públicos a formarem comissões de socorros.

É neste palco de calamidades que se desenvolvia uma medicina autoritária e assistencialista, preocupada com o controle da população pobre. Através de métodos intervencionistas, procurava-se "higienizá-las", com a preocupação voltada para o asseio e embelezamento das cidades.

A Transferência dos Cemitérios e a Resistência Popular

Na Bahia, a lei Nº 404 de 2 de agosto de 1850, impõe regras sobre o estabelecimento dos cemitérios. Em seu artigo 1 fala da proibição de sua construção dentro dos povoados. Esta proibição tinha como objetivo propiciar benefícios à saúde pública que, ao longo dos anos, foi duramente penalizada pelos hábitos empregados pela população de fazer os enterros dentro das próprias igrejas. A população reagiu fortemente contra esta medida.

Mas essa reação contra a citada lei não foi a primeira. Em outubro de 1886, na capital baiana, se deu uma revolta que ficou conhecida como a cemiterada, revolta esta iniciada como reação à uma lei idêntica que proibia o tradicional costume de enterros nas igrejas e ao mesmo tempo concedia a uma companhia privada o monopólio dos enterros por 30 anos. este protesto foi iniciado com uma convocação das irmandades e ordem terceiras, além de organizações católicas leigas que, entre outras funções, cuidavam dos funerais de seus membros. Logo depois estendeu-se a toda população que destruiu completamente o cemitério e a capela (Reis, 1989).

As autoridades policiais incumbidas de manter essa proibição se conflitavam constantemente com os párocos e com o povo. Isto porque

não se habituavam com a prática de enterrar os restos dos seus semelhantes em lugares abertos e devassáveis por animais (visto que eram raríssimos, na época, os cemitérios fechados), como também pelo prejuízo que os mesmos imaginavam ter como paroquianos, uma vez que seus direitos de utilização dos templos para este fim eram assegurados pela igreja.

Quando as doenças não se apresentavam como epidemias, este tipo de proibição era visto como atentado à moral pública e considerado como um desprezo pelos mortos.

Este conflito assume tamanha proporção que um presidente de Província chega a recomendar prudência num de seus relatórios e ao mesmo tempo solicita o adiamento dessa proibição, pelo menos até que sejam estabelecidos cemitérios com uma certa decência. São estas as suas palavras: "Não se destrói um hábito tão enraizado, e sobretudo quando se prende a crenças religiosas, sem que o espírito do povo seja previamente preparado e que se disponham as coisas no sentido de se tornar acessível a inovação que se pretende."³

O problema principal enfrentado pela Província na construção dos cemitérios era financeiro. Para amenizar este problema foram criadas Comissões por Paróquias a fim que se carregassem de colher doações dos habitantes para a construção dos mesmos.

A localização dos cemitérios continuou, durante todo o século, sendo um pouco de conflito e resistência popular frente às medidas higiênicas, principalmente em épocas em que o estado sanitário das cidades se apresentava satisfatório, isto é, quando as epidemias não estavam ameaçando e espalhando temor e medo na população, modificando seu comportamento diante dos mortos.

Durante as epidemias de cólera e outras doenças que arrasaram as cidades nordestinas na segunda metade do séc. XIX, deixando-as em situação católica, a população "aceitava" que fossem cercados às pressas alguns lugares onde se enterravam as vítimas dessas epidemias. Muitos desses cemitérios improvisados e construídos sem o menor cuidado foram destruídos e os restantes permaneceram em péssimo estado de conservação. A lei N°404 de 2 de agosto de 1850, regulamentada em 5 de julho de 1856 e que proibia os enterros nas igrejas e mandava que

³ Relatório escrito entre 1856 e 1857, na Bahia, sem autor.

fossem feitos em cemitérios públicos, continuava a encontrar dificuldades para o seu cumprimento, principalmente por falta de cemitérios fechados, o que obrigava o governo a ceder em algumas circunstâncias e permitir os enterros nas igrejas.

O cumprimento deste regulamento, tão reclamado pela saúde pública, só se tornaria viável quando fossem construídos cemitérios nas diferentes paróquias da Província. Na época eram raras as freguesias onde eles existiam.

Em quase todas as localidades das Províncias, os enterros continuavam sendo feitos nas igrejas, apesar da expressa proibição contida no citado regulamento e dos graves inconvenientes que resultavam de tal prática.

A construção de cemitérios nas diversas freguesias constituiu uma das principais preocupações de higiene. A meta era a construção de cemitérios de alvenaria em substituição aos que já existiam, cercados de estacas. Na impossibilidade de construí-los em toda a freguesia com recursos da Província começou-se a viabilizar a construção dos mesmos com recursos de doações feitas por pessoas de cada localidade conseguidas através de uma comissão formada por policiais e membros da igreja.

No momento em que se constatava a necessidade de se conseguir recursos para a construção de um cemitério, o primeiro passo era nomear uma comissão composta de médicos e um engenheiro para indicarem o lugar que melhor satisfizesse em termos de salubridade.

Na Paraíba, por ocasião da epidemia de cólera, foi ordenado pelo presidente da Província aos vigários, com a licença do bispo, que estes tratassem imediatamente da construção de cemitérios em todos os povoados de sua freguesia. A urgência fez com que estes cemitérios fossem construídos de forma bastante precária. O desenterramento de cadáveres e o revolvimento de terras provocados por estas construções ou reforma eram tidos como principal causa da persistência dessas doenças.

Havia freguesias nas províncias onde ainda se faziam enterros nas igrejas por falta de cemitérios. Outras em que os cemitérios consistiam apenas em uma certa extensão de terras sem cerco algum e alguns em que se iniciavam as obras mas não foram concluídas.

Os presidentes lamentavam o fato de em algumas localidades os habitantes não se mobilizarem para conseguir doações e ou serviços gratuitos para resolver este problema.

Neste sentido, apelavam não só para o sentimento religioso para com os mortos, como também para o interesse da salubridade pública que deveria pesar neste empenho.

A principal argumentação dos governos neste tipo de orientação era a impossibilidade financeira das Províncias de atender ao mesmo tempo tantas localidades. De toda parte eram solicitadas quantias avultadas para a construção dos cemitérios, quando, na visão deste, se poderia construir em dimensões mais simples, possibilitando o atendimento a um maior número de cidades. O sistema das Catacumbas deveria ser dispensado porque além de dispendioso não era recomendado pela salubridade.

Vários movimentos populares surgiram em reação às medidas autoritárias de higienização das cidades. Em 16 de fevereiro de 1852, na Paraíba, mais precisamente na vila do Ingá, um grupo de indivíduos composto por mais de cem homens invadiu esta vila em oposição à execução do Regulamento de 18 de janeiro de 1851, que disciplinava o registro dos nascimentos e óbitos. Durante o mesmo ano, novos motins populares surgiram, pelo mesmo motivo, em várias localidades.

Na serra de Araruna as mulheres chegaram a ir à missa armadas de cacete e com pedras no seio, protestando contra o mesmo regulamento.

Este episódio ficou conhecido como a revolução "Ronco da Abelha".

A idéia que a população tinha sobre esses registros era que eles tinham como objetivo manter o controle de negros e pobres para colocá-los em cativeiro. O Presidente da Província da Paraíba enviou um relatório à Assembléia Provincial descrevendo os fatos e ao mesmo tempo fazendo a sua avaliação a respeito. No seu ponto de vista, eram pessoas armadas nas ruas, cometendo atrocidades contra homens pacíficos e outros atos de loucura e selvageria, desobedecendo formalmente às autoridades. Em contrapartida, o Presidente enviou instruções às diferentes autoridades, no sentido de que, com "meios brandos", reprimissem esses motins e quando estes não resolvessem, o chefe de polícia fizesse o uso moderado e prudente da força, de modo que conseguisse restabelecer a ordem pública. (Pinto, 1977)

Para cessar de uma vez com os enterros nas igrejas, os presidentes expediam circulares às delegacias determinando que se mantivesse a maior vigilância possível. Paralelamente, foram reiteradas ordens para nomear comissões que seriam auxiliadas com a liberação de verbas para a construção ou conclusão de cemitérios onde ainda eram necessários.

Essas providencias contribuíram decisivamente para diminuir o número de enterros nas igrejas.

Entretanto, para aquelas pessoas que podiam comprar sepultura, ainda se faziam enterros nos templos, mesmo contrariando os princípios da higiene. Nos cemitérios administrados pelas Santas Casas de Misericórdia, e nos que pertenciam ao governo, eram enterrados os que faleciam nos hospitais administrados pela mesma.

Na Província da Paraíba é mantido pela Santa Casa o privilégio do serviço mortuário e dos carros fúnebres, podendo também, se necessário, fazer contrato com empresas particulares, sendo que o mesmo deve ser devidamente aprovado pelo provedor do Estado. No artigo 46 que dispõe sobre o contrato para o serviço de carros fúnebres, serão observadas as seguintes condições : as exumações dos adultos se dividem em duas classes. Nas duas os carros são puxados por dois cavalos, sendo que o primeiro é coberto com veludo preto, com bordas com galão ou franjas de ouro e o segundo é coberto com pano de lã e franjas de prata; o da pobreza ou da caridade, será puxado com dois cavalos e o carro apenas pintado com tinta preta; os irmãos da Santa Casa tinham direito à primeira classe pagando somente à metade; os das donzelas, obedecem os mesmo critérios, sendo que podem ser pintados de roxo e enfeitados com flores brancas; para os anjos existiam também duas classes. Os de primeira classe eram os mais luxuosos. Os de segunda eram cobertos de seda branca e os dos pobres eram simplesmente pintados de branco.

O custo da construção de cemitérios pela Celestial ordem terceira da Ss. Trindade e demais instituições públicas e religiosas elevou-se a partir do momento em que nestes estabelecimentos foi banido o trabalho escravo, substituído pelo trabalho livre.

A Celestial Ordem Terceira era mantida com loterias autorizadas pela lei no. 1843\1878 e outras leis que estabeleciam o número de loterias.

Os recursos das loterias eram destinados à construção de igrejas, cemitérios e colônias para órfãos e desvalidos. Em algumas igrejas as catacumbas ainda permaneciam devido ao alto custo de sua demolição e remoção dos entulhos.

Nos cemitérios da Ordem eram sepultados gratuitamente todos aqueles cujas famílias apresentassem atestado de pobreza fornecidos pelos reverendos e outras autoridades paroquiais.

A criação de cemitérios públicos fora das cidades, cortando a relação milenar de proximidade entre vivos e mortos, foi, como vimos, motivo de resistência e de lutas, pois significava alterações na sensibilidade e atitudes diante da morte e dos mortos.

Bibliografia

- ALENCAR, Francisco e outros. (1979). *História da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico.
- ALMEIDA, Elpídio. (1979). *História de Campina Grande*. 2ª edição. João Pessoa: Ed. Universitária.
- ALMEIDA, Horácio. (1978). *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária.
- ALMEIDA, José Américo. (1980). *A Paraíba e seus problemas*. 3ª edição. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura.
- ANDRADE, Manoel Correia. (1986). *A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste*. 5ª edição. São Paulo: Atlas.
- BELTRÃO, Jane Felipe. (1989). *Temor e Pânico, em tempo de Cólera*. *Saúde em debate* 14.
- BERLINGUER, Giovanni. (1988). *A Doença*. São Paulo: Cebes-Hucitec.
- BOLTANSKI, Luc. (1979). *As Classes Sociais e o Corpo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal.
- COSTA, Jurandir Freire. (1989). *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal.
- COSTA, Nilson do Rosário. (1986). *Lutas Urbanas e Controle Sanitário*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes.
- DELUMEAU, Jean. (1990). *História do Medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ETZEL, Eduardo. (1976). *Escravidão Negra e Branca. O Passado através do Presente*. São Paulo: Global.
- FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva e AMORIM, Laura Helena Baracuhy. (1980). *Os Melhoramentos e o Processo de Modernização na Paraíba: século XIX*. *Revista de Ciências Humanas*. 2 (4).

- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (1980). *A seca de 1877 na Paraíba*. *Revista de Ciências Humanas* (2) 4.
- FREYRE, Gilberto. (1975). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio.
- (1961). *Sobrados e Mocambos*. vols. I e II. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio.
- (1977). *Vida Social no Brasil*. 2ª edição, Recife: Ed. Artenova/Fundação Joaquim Nabuco.
- GUERRA, Paulo de Brito. (1981). *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS.
- LUZ, Madel. (1982). *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal.
- MACHADO, Roberto e outros. (1978). *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal.
- OLIVEIRA, Francisco de. (1977). *Elegia para uma re(li)gião*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SINGER, Paul. (1977). *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SOIHET, Raquel. (1989). *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- VIDAL FILHO. F. (1953). *Procissões*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol 1.

JORNAIS da Capital da Província de Parahyba, de 1859 a 1877:

O Heliotrópio, O Despertador, Jornal da Parahyba, O Publicador, A Esperança, Acadêmico Parahybano, O Solícito, O Bossuet da Jacoca, O Conservador, O Typógrafo, Echo Escolástico, A Esperança, O Liberal, A Opinião.





FOTOGRAFIA: REALIDADE E ILUSÃO¹

Mauro Guilherme Pinheiro Koury²

*"O que farei apenas
com uma fotografia
para me consolar?"*

I. O fragmento de uma canção de Cole Porter, que serve como epígrafe para este ensaio, reflete o sentimento de frustração que a fotografia provoca no observador quando confrontada com sua realidade de foto: se serve como consolo, como presença fixa do outro que se foi ou que não mais existe, não é o outro em si, porém. É o seu simulacro.

Em uma espécie de declaração enganosa da vontade, o consolo da fotografia parece provocar desconolo no observador. Parece produzir um efeito diferente do que se procurou nela estar indicado: o referente não passa de um passado presente fixado em um instantâneo em suas mãos. É uma realidade passada convidando o observador no presente a perder-se em sua presença de passado, duplo que é do referente perdido enquanto representação e não enquanto referente.

Transformar o real em representação do real é o que parece convidar o instantâneo fotográfico àquele observador que tenta consolo através dele. Parece indicar que é o que lhe resta, já que o referente não mais existe a não ser como representação revelada.

Revelação da representação do referente em um tempo e em um lugar qualquer, a fotografia consola o observador pela substituição da ausência do que se foi pela presença do que foi no passado fixo no presente. Imortalizado, o instantâneo fotográfico vira eterna presença.

¹ Texto apresentado no GT "Imagem e Sociedade" na XX Reunião anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambú (MG), out. 1996

² Professor do PPGS-UFPb.

Presença de um passado no presente, sempre presente quando requisitada, a fotografia se propõe a responder ao "o que farei" do observador através de uma presença continuada. O passado é o referente. Cada presente é passado em instantes que se esfumam (se não fotografados). A fotografia é a eternização desses presentes passados. É a representação do referente que foi se perdendo nos instantes que pouco a pouco desapareceram, a sua realidade e a sua verdade.

Debruçado sobre a fotografia o observador se encanta. Através dela rememora. Por ela, o presente é corporificado como elos fixos de uma presença vivida. O passado torna-se uma rede de elementos fixos, presentes e ao alcance das mãos, que comprova o vivido e a vida do sujeito que as vê e as possui.

Mais do que do sujeito que registra, a fotografia passa a ser do sujeito que a possui ou que dela participou como referente. Passa a ser o referente eternizado. Seu presente como passado apreendido em instantâneos colecionados, que é o seu legado para o futuro.

O consolo da fotografia é a eternização da vida (ou do vivido) fixados na revelação. É a morte colecionada e transformada em vida real. Daí, talvez, o desconsolo do "apenas" no verso de Porter. Ao procurar compreender a situação de perda que acabara de sofrer, ou que sofrera, o narrador se sente constrangido e lesado pela ausência do que se foi e que a fotografia apenas não basta para consolar.

O momento da canção, porém, não é um momento do cotidiano. Parece ser mais um momento de individuação, onde o sujeito se vê como indivíduo e acima (ou abaixo) das convenções. Horas de ruptura e de necessidades efetivas que as regras parecem não bastar, como em todo momento de reflexão profunda. Nessas horas a fotografia parece não bastar, porque representa aquele que foi e que ali não mais está.

Como todo processo de perda, porém, a evocação sistemática da representação como lembrança do referente, termina por reduzir o referente a própria representação que a fotografia fixou. Torna o observador sentimental (Sontag, 1977: 79): o passado da relação torna-se o passado registrado, apagando arestas, sofrimento, rancores e realçando positivities, cumplicidades e companheirismos.

Permite ao observador recompor sua relação (imaginária) e refazer sua própria vida. A fotografia volta a consolar pela nostalgia. A realidade a elucidar-se através da manipulação de fotografias queridas, da recordação fotográfica (Koury, 1995: 65).

II. Arlindo Machado (1884: 41) informa com ironia que, no ato fotográfico, "o referente não é quase nunca o objeto de que se busca aproximar, num ato de interrogação e respeito, mas a coisa que se quer apreender a qualquer custo, para fixar, catalogar, arquivar e manter sob controle, ao alcance da mão". Está falando do processo fotográfico enquanto técnica e enquanto ideologia.

A história social da fotografia mistura-se com a história social do capitalismo. Como técnica aperfeiçoa a perpetuação da impressão de realidade. Técnica buscada desde a Grécia antiga e aprofundada no Renascimento através da *perspectiva artificialis*. Como ideologia, este aperfeiçoamento logrou identificar essa tradição perspectiva com o próprio real registrado (Gilardi, 1976). Como controle do referente através de sua fixação em um espaço e em um tempo singular, apropriado e possível de colecionar e intercambiar.

A possibilidade de um mundo imaginário a partir de um mundo real e a posse simbólica sobre o real através do imaginário fixado como prova de existência, altera as concepções de tempo e espaço e de homem na sociabilidade burguesa. A fotografia aprofunda os padrões de homogeneidade e estandarização propostos, ao abolir fronteiras e acentuar a semelhança como ordenação do mundo real (Jeffrey, 1981).

Como posse simbólica sobre o real apreendido e, conseqüentemente, como fundamento deste real, a fotografia altera a inserção do sujeito no mundo. Este passa a vivenciar o mundo pela visibilidade que a apreensão fotográfica permite. Através de relações imaginárias que o situam em uma homogeneidade estandarizada do mundo burguês, e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, permitem situá-lo como particular e singular.

A temporalidade do sujeito na fotografia é, assim, uma sobreposição de tempos e espaços registrados, singulares, porém comuns a uma temporalidade social universal. O mundo burguês, através da fotografia, logra conseguir fundar um padrão de semelhança e objetividade capaz de apreender uma linearidade espaço-temporal que caracteriza a sociedade ocidental. Isso, através da pulverização desta lógica em mundos particulares, com tempos e espaços singulares e sobrepostos.

As experiências individuais dos sujeitos, que moldam a singularidade de uma existência podem, assim, através da fotografia,

serem visibilizadas e comprovadas. Deixam o mundo interior para comprovar-se como socialmente existente, como reprodução objetiva de uma existência como passado.

A sociedade ocidental ao conferir o sentido de realidade ao que a fotografia apreende, não faz mais, como informa Bourdieu (1978: 111-113), que representar ela própria. Esta representação se dando através da ilusão tautológica de que uma imagem construída de acordo com a sua concepção de objetividade é verdadeiramente objetiva. Tempos e espaços capturados passam a dominar o mundo de quem joga. Configuram passados, apreendem presentes, informam leituras e futuros.

Evocam e revelam o real. Uma vez que a imagem fotográfica se impõe como entidade objetiva, ela parece deixar de lado a necessidade de uma decodificação, tornando-se natural e universal. Critério de verdade.

A fotografia, assim, ao revelar o real usurpa o referente, afirmando-se como tal. Traço do real impresso, ela age sobre os indivíduos como fenômeno natural, exorcizando o tempo pela fixação do referente. O ato fotográfico, assim, ao incorporar o referente em um lugar e em um tempo imobilizados, parece agir no sentido da imortalidade. Da criação, como afirma Bazin (1958: 12), de "um universo ideal à imagem do real e dotado de um destino temporal autônomo".

O passado, desta forma, é referenciado pelo seu duplo ideal e perfeito, - livre de tempos e espacialidades, - a fotografia. A imagem fotográfica parece realizar completamente a ilusão ocidental de um referente produzido mecânicamente como duplo, que dá credibilidade e veracidade a este mesmo referente pela sua usurpação e exclusão.

A fotografia vale, então, pelo que é ou apresenta: duplo perfeito do real, o autonomiza do tempo e do lugar que se desfaz, por uma intemporalidade que reduz o passado a uma sucessão fixa de presentes incorporados.

Dribla a morte e a solidão do sujeito que observa pela sensação de onipotência do possuir (recortes fixos de um real comprovadamente e intemporalmente existente, na realidade da foto). A foto torna-se o referente de si mesma. A objetividade fotográfica permite, assim, ao sujeito que observa, acreditar na existência do objeto representado, isto é, tornado presente no tempo e no espaço (Bazin, 1958: 16) e, ao mesmo tempo, autônomo da mediação humana. Independente do mundo

exterior e, em uma extrapolação, quase afronta, que dá realidade e sentido a essa exterioridade.

Como diz Barthes (1980: 120), diante de uma fotografia ninguém pode negar que o objeto fotografado esteve lá, comprovando a realidade do fenômeno. A fotografia, porém, não pode apenas ser caracterizada como uma simples imanência do objeto. Inaugura a ilusão de uma realidade a partir dela. A realidade parece passar a existir a partir dela e nela. Neste sentido, transfigura o referente, base da fotografia, na própria fotografia, indicando através dela as configurações ingênuas do olhar que vê e que denega a si mesmo o estatuto de similitude que das fotos provêm, comprovando uma história e uma memória pessoal e social.

III. A memória é feita de fotografias, afirma Dubois (1984: 314). É o equivalente exato da lembrança. Desde a antiguidade grega as artes da memória foram concebidas como um procedimento artificial de mnemotecnica, baseado no jogo de duas noções: os lugares (*loci*) e as imagens (*imagines*) (:314). Para Dubois (: 316-17), a fotografia é uma das formas modernas que melhor encarna um certo prolongamento dessas artes da memória. É uma máquina da memória, feita de *loci* (a câmera) e de *imagines* (as revelações).

A fotografia, enfim, pode ser concebida, metaforicamente, como um aparelho psíquico, onde se pode trabalhar a questão do inconsciente, isto é, "a questão das inscrições dos traços mnésicos e de sua volta eventual e parcial ao sistema da consciência" (: 317). Entre o olho e a memória, entre a visibilidade e a latência, bate a foto. Em seus maiores desafios, para Dubois (: 330), é a própria fotografia que se encontra revelada como um dispositivo psíquico de primeira linha.

Como um jogo de separação e distância, o ato fotográfico revela passagens do imaginário no real. Uma foto é sempre um referente captado em um tempo e em um espaço (distância) diferente e inalcançável pelo sujeito que vê (separação). Ao mesmo tempo é uma separação e uma distância presentes à visão e observação em qualquer tempo e lugar que for colocada a disposição ou manipulação.

Esta presentificação da fotografia indica um movimento, no sujeito que vê, de atualização de suas lembranças e, em um processo de contiguidade, de aprofundamento da fantasmagoria que invade a vida com recortes do passado não de todo visíveis na atualidade da foto. O

que permite consolo ou tormento em quem se debruça nas impressões que a foto trás.

Sempre presente e deslocada do sujeito que vê, autônoma a ele e com vida própria, a fotografia se permite colocar ao observador como os olhos que imprimem o real, o que vale a pena conservar no caos ou na existência multifacetada de um cotidiano. Parece indicar, ao mesmo tempo, o lugar da alucinação dos que não se contentam com a fixidez das lembranças que a foto revela.

A alucinação tem o seu lugar na busca incansável do olhar nas regiões fantásmicas da fotografia. Nos invisíveis que parecem insistir em manter-se como ausências em estado de latência. O que parece poder causar uma ruptura entre o real e o imaginário, diluindo toda a segurança da identidade do sujeito que observa.

Relações imaginárias entre o real que a foto revela e a realidade vivida pelo sujeito que recorda parecem indicar, na sociedade ocidental, as relações do sujeito consigo e com a sociedade. São as fotos que credibilizam o passado e as relações sociais estabelecidas pelo observador.

No filme *Blade Runner*, por exemplo, caminhando junto com o desafio limítrofe do ser humano de criar à vida e o humano perfeitos, e as discussões sobre o novo homem na sociedade pós-industrial, se encontra a fotografia como viabilizadora do passado e da identidade do humano. Como comprovação de uma origem natural e não artificial de andróides. Como produto, enfim, social.

A fotografia como prova de identidade³, como índice (Barthes, 1980: 16). Princípio de designação que informa que o referente esteve ali, presente, no momento da fotografia. Que a fotografia é o próprio referente apreendido temporal e espacialmente. Lugar de uma singularidade insubstituível de um referencial único.

A memória é então informada pela fotografia, indicando momentos insubstituíveis que constroem uma vida para si e para os outros. Ausência permanentemente presentificada como o que já foi, a

³Embora sem querer aprofundar o assunto, é bom lembrar que desde o início deste século as fotografias foram associadas ao registro do cidadão. A presença identitária do sujeito na sociedade se complementava pela fotografia afixada nos documentos que atestam cidadania. Em última instância, pode-se afirmar que é a fotografia que indica ser o sujeito ele mesmo. Quem já não passou o vexame de provar que a foto de um documento é sua, apesar das diferenças com o hoje, nela impressas?

fotografia parece estabelecer as bases necessárias à exclusão do referente, pela sua inclusão fixada nos registros que cada foto revela.

O referente parece ser sempre aquele que não é mais o que na foto se encontra revelado. Parece ser sempre o que foi. Sua nomenclatura será aquela que o passado da foto presentifica, sempre um outro em relação a si próprio no agora da observação. É aquilo que não mais é, o que a foto revela. Sempre o que foi, sempre o que a foto informa em sua fixidez de passado presente.

IV. Este ensaio breve buscou entender a ilusão que a fotografia proporciona enquanto objeto de memória. Produto técnico da sociedade ocidental, serviu como suporte ideológico na busca da representação perfeita do real que o homem vinha perseguindo desde a antiguidade.

A banalização do espaço da experiência pessoal e social, da privatização do indivíduo ao campo da subjetividade se, por um lado, proporcionou a emergência do indivíduo, livre e despojado, para o mercado, por outro lado, permitiu as formas de controle social sobre as individualidades emergentes.

Presos na subjetividade, -local onde tudo é possível porque não social por excelência, - os indivíduos no capitalismo emergiram expostos a uma lógica utilitária que, ao mesmo tempo que buscava homogeneizar o tempo e o espaço social, linearmente definidos, fragmentava o mundo comum (Arendt, 1974), espaço da tradição, em uma polissemia de mundos privados. Mundos privados aqui entendidos, como em Benjamin (1985: 198), por espaços de finalização da faculdade de intercambiar experiências.

Nesse processo, a fotografia parece encontrar um encaixe perfeito. Duplo do real, é apresentada como o real reproduzido. Como uma cópia que tem o poder de apropriar o real referenciado pela fixidez intemporal de sua ação. Como passado em revelação para o olhar que observa, a fotografia parece realizar sua utopia de produtora da memória.

Utopia que encontra realização na ilusão que provoca de inserção do humano ao moderno, através de uma lógica linear que submete e banaliza trajetórias individuais, ao mesmo tempo que exclui o indivíduo, enclausurando-o na subjetividade. A fotografia, assim, caracterizada como lembrança, provoca no olhar que vê uma síntese da memória pessoal. Significa gestos, atos e sentimentos. Constroi redes de

significados precisos que singularizam a rememoração pelo ato emocionado que provoca no observador. Pela cumplicidade que estabelece ou busca estabelecer entre aquele que observa e aquele que a foto representa, referenciado e fixo na ausência presente de um tempo e de um espaço que não mais existem, embora continuem a existir na realidade da foto.

O *"o que farei, apenas, com uma foto para me consolar?"*, assim, ao refletir sobre um passado que se foi e que permanece na intemporalidade fria da foto, referencia a própria fotografia como ilusão da manutenção dos momentos queridos eternamente presentes. Cria, ao mesmo tempo, o vazio da fixidez que pode ser tocada, acariciada, observada, mas que permanece como não sendo o objeto do desejo.

Evocada, a foto realiza o desejo de trazer situações, mantê-las sob contrôle, na imobilidade eterna registrada e apreendida pelo ato fotográfico. Sensação de poder, de posse sobre o outrô ou sobre si mesmo registrado, onipotencializa as relações do observador com as imagens reveladas e por ele possuídas.

Relações imaginárias que remetem a códigos simbólicos de apropriação, como fundamento da permanência. E nessa viagem, o observador exerce um movimento de transfiguração do seu cotidiano ameaçado, pela doce e continuada presença da coleção possuída e manuseada, que recomenda para situações felizes ou não tanto, mas próximas da felicidade na distância que as fotos aproximam sem no entanto trazê-las de volta.

Como na canção interpretada por Núbia Lafayete:

*"...olha meu bem
que triste sorte a minha
na solidão do quarto
eu beijo o teu retrato
e vou dormir sozinho".*

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah (1974). *Vies Politiques*. Paris: Gallimard.
- BARTHES, Roland (1980). *La chambre claire*. Paris: Seuil.
- BAZIN, Andre (1958). *Ontologie de l'image photographique. Qu'est ce que le cinéma?*. Vol.1. Paris: CERF
- BENJAMIN, Walter (1985). *O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. In, *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense. Pags. 197-221.
- BOURDIEU, Pierre (1978). *Un art moyen: essai sur les usages sociaux de la photographie*. Paris: Minuit.
- DUBOIS, Phillipe (1984). *O ato fotográfico*. Campinas: Papyrus.
- GILARDI, Aldo (1976). *Storia sociale della fotografia*. Milão: Feltrinelli.
- JEFFREY, Ian (1981). *Photography: a concise history*. New York: Oxford University Press.
- KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (1995). *Imagens de dor e morte: fotografia e sentimento*. In, Mauro Guilherme Pinheiro Koury (coord.). *Antropologia Visual: Trabalhos Apresentados*. João Pessoa: IV Reunião de Antropologia do Norte-Nordeste, 1995. Pags. 58-66.
- MACHADO, Arlindo (1984). *A ilusão especular: introdução à fotografia*. São Paulo: Brasiliense.
- SONTAG, Susan (1977). *On Photography*. Midleses: Penguin Books.





VESTÍGIOS DO PASSADO: Fontes Para o Estudo do Barroco Paraibano

Carla Mary S. Oliveira¹

"As grandes mudanças históricas da arte nada mais são que sinais de um adensamento da consciência universal". Alfredo Bosi.

Um sussurro breve. É o que nos chega em meio ao tráfego da cidade. Um vislumbre momentâneo. É o que na maioria das vezes se dedica ao Barroco paraibano. Não perdemos tempo descendo do automóvel para adentrar os templos com que cruzamos no trânsito. O tempo urge, a contemplação é supérflua.

Salvo pouquíssimos estudos acadêmicos, é a realidade acima que retrata o modo como são vistos e considerados no dia-a-dia os monumentos barrocos que remanesceram na Paraíba: detalhes na paisagem, caça-níqueis para o turismo, fósseis de pedra e cal no meio do esquecimento e do burburinho da vida moderna.

Será esse o único meio de percebê-los? Cremos que não. Acima de tudo, torna-se premente a análise desse enorme legado que nos impõe seus frontões, volutas e sacadas. Mas, e por onde começar a procurar a ponta do fio e desembaraçar o novelo?

Antes de tudo, portanto, é preciso proceder-se ao levantamento das fontes disponíveis para tal empreitada. Na verdade, é nesse momento que se percebe o quanto o Barroco paraibano possui de matizes e sutilezas extremamente peculiares.

Os Testemunhos

Qualquer estudo que pretenda abordar o período em que floresceu o Barroco na Paraíba deve debruçar-se, inicialmente, sobre os

¹ Graduada em História pela UFPb - Campus I, Mestranda do PPGS/UFPb.

relatos de viajantes e cronistas seiscentistas, como Diogo de Campos Moreno, Ambrósio Fernandes Brandão e o holandês Elias Herckmans. É através dos depoimentos dessas testemunhas que podemos começar a construir uma imagem mais próxima do que era a Capitania Real da Paraíba em seus primórdios:

"[A cidade] está situada pelo rio acima, ao longo dele, posto que pequena, todavia é povoada de muitas casas, todas de pedra e cal e já enobrecida de três religiões que nela assistem com seus conventos (...)" (Brandão, 1962:26).

"Na cidade (...) que, como se vê pelo rio [no mapa] acima dista [do mar] quatro léguas, há três mosteiros (...) com outros edifícios nobres de pedra e cal, que cada dia se aumentam; tem hoje (...) oitenta vizinhos brancos, está situada em lanhura, que se faz em alto, desabafada, vistosa e de bons ares e água, com sua fonte particular(...)" (Moreno, 1955: 199).

"A cidade (...) está situada ao comprido sobre a eminência do monte que fica defronte da Baía do Varadouro. Contam-se nela seis igrejas e conventos(...)" (Herckmans, 1985: 65).

Como não sentir-se ali, em pleno século XVII, admirando a cidade, ao chegar-se pelo Rio Sanhauá? Realismo maior, no entanto, nos traz a obra pictórica produzida por Franz Post e Albert Eckhout nos anos de dominação holandesa (1634/1654). O conjunto de mapas, gravuras e telas produzido pelo primeiro chegam a um preciosismo quase que fotográfico, como o dos quadros *A Cidade e o Castelo de Frederik na Paraíba* e *Paisagem Brasileira com Nativos Dançando e Capela com Pórtico* (Sotheby's, 1997).

Já Eckhout fornece-nos uma acurada reprodução dos tipos étnicos que habitavam a região compreendida entre o Recife e a Paraíba (Valladares & Mello Filho, 1981). Indígenas, caboclos, mamelucos: o "gentio" que viu se erguerem as majestosas paredes lisas e brancas no alto da colina sobre o par'a'íwa²; os homens e mulheres que perderam sua identidade entre os hinos religiosos, o trabalho nos canaviais e o cinzel que burilava as fachadas de pedra e cal.

E as idéias que por aqui circulavam? Que pensamentos ecoavam na consciência daqueles que financiavam ou tinham que trabalhar em tais construções? Que palavras exteriorizavam o imaginário daquele povo?

2 Designação tupi para o Rio Paraíba. Literalmente, "rio de águas ruins".

É certo que o discurso cristão tinha uma penetração extremamente representativa entre os colonos, especialmente na Paraíba, que já nasceu pontilhada de *baluartes da Fé*. Se levarmos em consideração que um dos maiores oradores religiosos - senão o maior - do século XVII foi o Pe. Antonio Vieira, podemos encontrar em seus sermões o tipo de visão de mundo que era usual entre os europeus que para cá se dirigiam e, mais ainda, que era imposto à população local. Não bastasse isso, é possível apreender, através de seu discurso, o universo oral da dualidade barroca, o conflito conceitual pós-renascentista que perpassava não só a visão de mundo mas também o modo como agiam os homens nesse mundo.

Como Vieira via esse homem que colonizava as novas terras? Como alguém cheio de conflitos, mas que necessitava também de um lume em seu caminho:

"Para um homem se ver a si mesmo são necessárias três coisas: olhos, espelhos e luz. Se tem espelho e é cego, não pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos, e é de noite, não pode ver por falta de luz. Logo há mister de luz, há mister de espelho e há mister de olhos. Que coisa é a conversão de uma alma senão encontrar um homem dentro de si, e ver-se a si mesmo? Para esta vista são necessários olhos, e é necessário luz, e é necessário espelho. O pregador concorre com o espelho, que é a doutrina, Deus concorre com a luz que é a graça; o homem concorre com os olhos que é [sic] o conhecimento. Ora suposto que a conversão das almas por meio da pregação depende destes três concursos: de Deus, do pregador e do ouvinte; por qual deles havemos de entender que falta? Por parte do ouvinte, ou por parte do pregador, ou por parte de Deus?" (Vieira, 1980: 95).

Certamente trata-se de imagem vigorosa, cheia de dúvidas, questionamentos interiores e, acima de tudo, identificação e compromisso com a fé cristã. Em outras palavras, é um material que se presta, incontestavelmente, à (re)construção do imaginário barroco na Paraíba, já que esse não vai se distanciar do conjunto mais amplo do Brasil Colonial.

Quanto à identificação com a fé cristã, essa transparece também através da obra de outro religioso, Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1934/1964), que registrou em seu *Novo Orbe Seraphico* as atividades franciscanas em todo o Brasil colonial, incluindo a Paraíba.

Os Monumentos

Documentos de pedra e cal. São essas, ao nosso ver, as principais fontes para se estudar o Barroco paraibano. Observar cada detalhe das construções, da azulejaria, das pinturas, dos entalhes em madeira e cantaria. Trata-se de material dos mais ricos e, também, dos que menos têm sido encarados como o que realmente é: um registro que resistiu ao tempo, ao descaso, às intempéries. Um sussurro que sobreviveu.

As igrejas que continuaram de pé no centro da capital paraibana e que recentemente vêm sendo ou necessitam ser restauradas³ com certeza são aquelas que mais chamam a atenção. No entanto, existem outras, que estão esquecidas em fotos amareladas, já que foram demolidas⁴ ou então, estão entregues aos morcegos⁵. Isso sem falarmos das ruínas da Praia do Poço, em Cabedelo⁶, ou da Igreja de Nossa Senhora da Guia, em Lucena, que resiste ao tempo mais por ser convergência de romarias do que pelos cuidados com sua conservação.

Fazer uma abordagem científica utilizando os monumentos como documentos trata-se de um grande desafio, é claro. E um desafio maior se considerarmos que tal caminho metodológico - inter-relacionando arte, sociedade, história, imaginário e cotidiano - poucas vezes foi trafegado (Le Goff, 1994: 535-549). Por isso mesmo, a única certeza que devemos ter nessa jornada é não fechar a percepção e o campo de investigação a elementos que nem sempre costumam ser utilizados como fontes de pesquisa. O que pode abrir novos horizontes investigativos, no caso de nosso objeto, é justamente o enfoque multifacetado, daí a importância de considerarmos os monumentos barrocos como documentos.

Os Documentos

Considerando-se as crônicas seiscentistas como *testemunhos*, a que documentação estamos nos referindo? Preferencialmente, aos

³ A Igreja de São Francisco e Convento de Santo Antônio, a Igreja e Convento de São Bento, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a da Ordem Terceira do Carmo, além da Igreja da Misericórdia e da Casa da Pólvora.

⁴ A Igreja de Nossa Senhora da Mãe dos Homens e a Igreja da Conceição dos Militares, ambas demolidas na primeira metade do século XX.

⁵ A capela retratada por Franz Post no quadro *Paisagem Brasileira com Nativos Dançando e Capela com Pórtico*, no século XVII, e que ainda hoje existe às margens da estrada Santa Rita/Cruz do Espírito Santo.

⁶ Capela de Nossa Senhora de Nazaré do Convento do Almagre.

documentos eclesiásticos que foram conservados até nossos dias, como o *Livro do Tombo do Convento de Santo Antônio na Parahyba*, hoje guardado no convento da Ordem Franciscana no Rio de Janeiro, ou ainda, cartas, comunicados e registros diocesanos existentes na Diocese de Olinda, à qual estava subordinada a Paraíba no período colonial.

A esses registros eclesiásticos soma-se a documentação administrativa do dos séculos XVII e XVIII. Evidentemente trata-se de um vasto acervo, em sua maior parte conservado fora do Brasil⁷, mas que, ainda assim, possui alguns fragmentos ao alcance mais imediato, no Arquivo Público da Paraíba, situado na Fundação Espaço Cultural. A eles se juntam também alguns documentos esparsos, extremamente mal conservados, que pertencem ao acervo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Obviamente, essa documentação colonial é um material que exige um trabalho mais árduo, tanto em relação à sua localização, quanto à própria consulta e análise, mas que pode enriquecer sobremaneira a construção de uma imagem mais definida do Barroco paraibano.

A Literatura Crítica

Certos nomes se destacam na literatura sobre o Barroco paraibano. A maioria, no entanto, se dedicou a aspectos apenas estilísticos, sem relacioná-los à vida daqueles que construíram os monumentos, ou dos que os freqüentavam, ou, ainda, daqueles que os financiaram. Muito menos levam em conta a relação da dominação portuguesa com o imaginário da Fé, a representação coletiva que transparece através daquelas construções.

A produção historiográfica paraibana dedicada à arte barroca local não pode ser considerada das mais extensas. No entanto, alguns títulos tornaram-se verdadeiros *clássicos* dentro dessa temática, tal o número de cultores que conseguiram arregimentar através dos anos.

Sem dúvida, o livro mais citado e utilizado até hoje como referência por aqueles que se propõem ao estudo do Barroco paraibano é *Monumentos Históricas e Artísticas da Paraíba* (Barbosa, 1994), cuja primeira edição é de 1953. Escrito pelo Cônego Florentino Barbosa, o ensaio analisa não só as igrejas barrocas existentes em João Pessoa e região litorânea, mas também outros monumentos de interesse histórico,

⁷ Principalmente nos arquivos históricos de Portugal.

tais como prédios militares, fontes e igrejas do período posterior ao Barroco.

Outra obra que tem sido considerada como “de referência” é *Arte Colonial da Paraíba* (Nóbrega, 1974), editada vinte e um anos após o lançamento de *Monumentos Históricos* e que se constitui num ensaio dedicado não só à análise dos aspectos artísticos dos monumentos coloniais paraibanos, mas também à sua contextualização dentro de fatos marcantes da história local. Por isso mesmo, não se trata de um livro de História da Arte, mas *também de História da Arte*. Ao longo da obra, na verdade, Humberto Nóbrega faz uma narrativa de acontecimentos relevantes na *vida* dos monumentos e também o registro daqueles tombados pelo Patrimônio Histórico, atentando para o estado de conservação em que se encontram e propondo um estudo mais aprofundado de tal temática, como alternativa para a sua conservação. Esse texto constitui-se, ainda, num compêndio enumerativo dos monumentos construídos na Paraíba durante o Brasil Colônia, descrevendo templos que hoje residem somente na memória dos mais idosos, tais como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor ou, ainda, a Capela de Nossa Senhora da Mãe dos Homens (Nóbrega, 1974: 44-45), todas já demolidas.

Ao contrário das décadas anteriores, os anos 80 na Paraíba assistiram à publicação de três trabalhos que privilegiaram a temática do Barroco local. O primeiro deles, *A Presença dos Franciscanos na Paraíba Através do Convento de Santo Antônio*, de Glauce Burity (1988), trata-se de dissertação de Mestrado em História defendida perante a UFPE em 1984, e que somente foi publicada quatro anos depois. Tal estudo se dedica não somente aos aspectos artístico-estilísticos do templo e convento franciscanos, como também relaciona-os com a conjuntura sócio-política e econômica da capitania paraibana, sem deter-se, apesar disso, nos aspectos psicossociais.

Outro trabalho publicado na década de 80 foi *Relíquias da Paraíba*, de autoria do Pe. Antonio Barbosa (1985), sobrinho do Cônego Florentino. Superficial, na verdade trata-se de mera paráfrase do ensaio editado pelo tio, trinta e dois anos antes, e que consegue superar *Monumentos Históricos* tão somente no que se refere à parte iconográfica, pois traz boas fotos em policromia. No mais, não apresenta muito além do que informações que já se banalizaram e funciona quase que apenas como referência para turistas ou pessoas que nada saibam sobre os monumentos pessoenses e de Cabedelo. Além disso, o livro se

omite até em citar as fontes documentais e bibliográficas consultadas, como se o assunto de que trata fosse “descoberta” única de seu autor.

Afinal, a terceira publicação sobre o Barroco paraibano editada nos anos 80 foi *Quatro Séculos de Arte Sacra* (Rodrigues, 1990), que consiste quase que exclusivamente de ensaio fotográfico, de acurada qualidade, tratando do complexo arquitetônico da Igreja de São Francisco/ Convento de Santo Antônio. O livro contém, ainda, um artigo de autoria de Glauce Burity (1990), onde a estudiosa retoma alguns pontos de sua dissertação de mestrado.

Estes cinco livros, que mencionamos até o momento, não representam, de modo algum, a totalidade da literatura paraibana sobre o Barroco local. Esta ainda se estende por uma infinidade de artigos, assinados por membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, principalmente, e publicados tanto na imprensa local quanto em órgãos de divulgação acadêmica.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* foi a única responsável, durante um bom tempo - especialmente na primeira metade de nosso século - pela divulgação de artigos sobre o Barroco paraibano. Além de publicar a transcrição do *Novo Orbe Seraphico* (Jaboatão, 1934/1964) foi o laboratório onde o Cônego Florentino Barbosa amadureceu os textos de seu *Monumentos Históricas e Artísticas da Paraíba*. É na *Revista* que encontramos, também, textos de Horácio de Almeida (1946), Heratiano Zenaide (1946), Pe. Francisco Lima (1961), Humberto Nóbrega (1968), Wilma Monteiro (1968), Waldice Porto (1986) e Carla Oliveira (1995), todos destacando algum aspecto histórico de monumentos barrocos da Paraíba.

O Barroco paraibano é citado também no trabalho de estrangeiros, como Pietro Maria Bardi (1975) - que pode ser considerado como “meio brasileiro”, por sua importância para a arte brasileira - e Germain Bazin (1983). Tratam-se de estudos genéricos que, no entanto, destacam a importância dos monumentos que, a cada dia que passa, tornam-se mais e mais vestígios do passado.

Torna-se claro, para nós, que as fontes de que dispomos são um tipo singular de quebra-cabeças. Como pesquisadores, nos cabe usar suas peças para “montar” um painel satisfatório, que nos traduza, senão empiricamente, ao menos de forma mais tangível o universo do Barroco paraibano. Cada fragmento desses, cada ensaio, cada documento, constitui-se num vestígio do passado, mas de um tempo que não está morto, pois nos encontramos com ele a todo instante, o vislumbramos em cada esquina de nossa cidade. Esse tesouro que repousa inerte e

abandonado merece o cuidado e a sensibilidade do meio acadêmico e para que esses vestígios não se tornem a única herança aos nossos filhos, devemos buscar o resgate do Barroco paraibano e impedir que o esquecimento e o descaso cubram sua beleza, suas imagens, seus sinais.



Bibliografia

- ALCÂNTARA, Marco Aurélio (ed.). (1983). *Iconografia da Paraíba: Cartas, Fortificações, Aspectos Urbanos*. Recife: Pool Editorial.
- ALMEIDA, Horácio de. (1946). *Arte Antiga na Paraíba*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (10):65-68.
- BARBOSA, Cônego Florentino. (1946). *A Igreja e o Mosteiro de S. Bento na Paraíba*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (10): 05-46.
- _____. (1948). *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo na Paraíba*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (11): (19-31).
- _____. (1994). *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. 2ª ed. (fac-similar). João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura/SEC/A União (1ª ed.: 1953).
- BARBOSA, Pe. Antonio. (1985). *Relíquias da Paraíba: Guia aos Monumentos Históricos e Barrocos de João Pessoa e Cabedelo*. Rio de Janeiro: Eu e Você.
- BAZIN, Germain.(1983).*A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. 2 vols. Rio de Janeiro: Record.
- BOSI, Alfredo.(1991). *Reflexões Sobre a Arte* . 4ª ed. São Paulo: Ática.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes.(1962).*Diálogos das Grandezas do Brasil*. 1ª ed. integral, segundo o apógrafo de Leiden, por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária (texto original de 1618).
- BURITY, Glauce Maria Navarro.(1988).*A Presença dos Franciscanos na Paraíba Através do Convento de Santo Antônio*. Rio de Janeiro: Blöch.

- _____. (1990). *Introdução Histórica*. in: Rodrigues, Alvimar (ed.). **Quatro Séculos de Arte Sacra**. Rio de Janeiro/ João Pessoa: Bloch/ Governo do Estado da Paraíba, pp. 81-96.
- CALVINO, Ítalo. (1994). *Por Que Ler os Clássicos*. São Paulo: Cia das Letras.
- HERCKMANS, Elias. (1985). *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. in: Mello, José Antonio Gonsalves de (org.). **Fontes Para a História do Brasil Holandês - vol. 2: A Administração da Conquista**. Recife: MINC/SPHAN, pp. 59-112.
- JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. (1934). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (08): 49-70.
- _____. (1937). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (09): 25-34.
- _____. (1946). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (10): 161-166.
- _____. (1948). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (11): 161-178.
- _____. (1953). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (12): 33-46.
- _____. (1958). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (13): 11-21.
- _____. (1961). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (14): 07-13.
- _____. (1964). *Novo Orbe Seraphico*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (15): 09-13.
- LE GOFF, Jacques. (1994). *História e Memória*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- LIMA, Pe. Francisco. (1961). *Arte Religiosa no Brasil*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (14): 77-84.
- MONTEIRO, Wilma dos Santos Cardoso. (1968). *Fatos da História da Fortaleza de Sta. Catarina*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (16): 80-96.
- MORENO, Diogo de Campos. (1955). *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil - 1612*. Edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna. Recife: Arquivo Público Estadual (1ª ed.: 1612).
- NÓBREGA, Humberto da Cunha. (1968). *Restauração da Fortaleza de Santa Catarina*. In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (16): 161-171.. *Arte Colonial da Paraíba*. João Pessoa: UFPb.

- OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. (1995). *Arte e Religião: O Imaginário Cristão e as Igrejas Barrocas da Paraíba*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (28): 241-273.
- PORTO, Waldice Mendonça. (1986). *A Ordem dos Mendigos de Assis na Paraíba (1585/1985)*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (24): 113-131.
- Rodrigues, Alvimar (ed.). (1990). *Quatro Séculos de Arte Sacra*. Rio de Janeiro/ João Pessoa: Bloch/ Governo do Estado da Paraíba.
- SEIXAS, Wilson Nóbrega. (1987). *Santa Casa de Misericórdia da Paraíba - 385 Anos*. João Pessoa: Gráfica Santa Marta.
- SOTHEBY'S. (1997). *Important Old Master Paintings*. New York: Sotheby's Catalogues Press.
- THEODORO, Janice. (1992). *América Barroca: Tema e Variações*. São Paulo: EDUSP/ Nova Fronteira.
- VALLADARES, Clarival do Prado & MELLO FILHO, Luiz Emygdio de. (1981). *Albert Eckhout - Pintor de Maurício de Nassau no Brasil (1637/1644)*. Rio de Janeiro/Recife: Livroarte.
- ZENAIDE, Heratiano. (1946). *As Ruínas da Praia do Poço*. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano** (10): 129-131.



A ANTROPOLOGIA E OS NOVOS DESAFIOS NO ESTUDOS DA CULTURA E POLÍTICA¹

Guita Grin Debert²

Falar de tendências atuais de uma disciplina como a antropologia - cujo fascínio está especialmente no fato de nunca ter se prendido a fronteiras geográficas, temáticas e metodológicas - é correr o risco de privilegiar locais, métodos e temas para a pesquisa antropológica. Por isso, dizer de onde se fala de novas tendências e dos nossos desafios é uma das formas de evitar dissolver o charme de indisciplina que caracteriza a reflexão antropológica. A área em que estou envolvida é a que, de maneira pioneira no Brasil, tem sido chamada de estudos da Cultura e Política. Esses estudos se institucionalizaram com os grupos de trabalho na ABA e na ANPOCS e constituíram-se em uma área de ensino e pesquisa no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP.

Posso resumir o argumento que venho defendendo na maior parte dos debates que tenho empreendido nessa área nos seguintes termos: os estudos e pesquisas na área de Cultura e Política no Brasil trouxeram frutos extremamente interessantes quando, analisando nossa própria sociedade, constituímos os pobres, os desprivilegiados e as minorias étnicas discriminadas em nosso objeto privilegiado de pesquisa, em nosso "outro". Com estudos minuciosos mostramos como esses grupos desafiavam as formas de dominação de maneira inusitada pelas teorias sociológicas, que enfatizavam a função homogeneizadora e opressora das tecnologia de poder. Atualmente, contudo, o desafio mais instigante da antropologia brasileira é a busca de acessos privilegiados para a compreensão deste "nós" que tão prontamente opomos aos "outros", de forma a problematizar a familiaridade com que eles têm sido tratados pelos antropólogos e outros cientistas sociais.

¹ Texto apresentado na Mesa-Redonda Tendências Atuais da Antropologia - IV Reunião de Antropologia - Norte e Nordeste - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - 28 a 31 de maio de 1995

² Departamento de Antropologia IFCH/UNICAMP

Considero que as discussões em torno da pós-modernidade fizeram deste desafio um convite irrecusável para a antropologia, mesmo que ele já tivesse sido colocado para a nossa disciplina muito antes do que o que se convencionou chamar de antropologia pós-moderna ganhasse visibilidade.

Quando penso em novas tendências da antropologia tenho sempre como referência um artigo de Laura Nader, publicado em 1969, numa coletânea organizada por Dell Hymes, intitulada *Reinventing Anthropology*.³ Nesse artigo é feito um apelo aos antropólogos norte-americanos para que se voltem ao estudo de sua própria sociedade, especialmente para a compreensão de como o poder e a responsabilidade são exercidos nos EUA. Três razões são alegadas pela autora para justificar a importância desse novo programa de pesquisas: o programa teria um "efeito energizador" da disciplina; a antropologia estaria "cientificamente adequada" para tal empreendimento; e tratar-se-ia de um empreendimento que tem "relevância democrática". Vale a pena retomar cada uma dessas razões que considero centrais na avaliação de novas tendências da disciplina, de novos programas de pesquisa ou de novos temas para a investigação.

Com a expressão "efeito energizador", Nader procurava chamar a atenção para a importância da indignação como um motivo na definição dos temas da pesquisa antropológica, lembrando que desde os primeiros estudos dos sistemas de parentesco e organização social - como em Morgan, por exemplo - não esteve ausente a indignação com a forma pela qual os índios americanos eram tratados e expulsos de seus territórios. Entretanto, os jovens estudantes de antropologia norte-americanos não se voltam para pesquisas que provocam seus sentimentos de indignação. Os jovens antropólogos sabem que existem problemas fundamentais que afetam o futuro do *Homo Sapiens*, mas ainda estão presos a uma agenda de pesquisas que, depois dos anos 50, deixou de provocar esse tipo de emoção.

A antropologia, de acordo com Nader, estaria especialmente qualificada para refletir sobre a forma como poder e responsabilidade são exercidos. Suas pesquisas sempre tiveram que ser ecléticas nos

³ Nader, L. (1969), "Up the Anthropologist - Perspectives Gained from Studying Up". In Hymes, D. (ed.), *Reinventing Anthropology*, New York, Vintage Books.

métodos utilizados, e sua abordagem do que está envolvido na compreensão da humanidade é ampla, posto que os antropólogos se especializaram na compreensão de culturas em contextos transculturais. Os antropólogos aprenderam ainda a encontrar e analisar redes de poder, descrever costumes, valores e práticas sociais que não estão registrados em linguagem escrita. A leitura da quantidade avassaladora de material escrito, que instituições poderosas produzem, ajuda pouco na compreensão de como decisões são tomadas no Congresso ou em uma empresa, de como determinadas políticas são implementadas ou temas para pesquisa são definidos como prioritários, recebendo assim financiamentos específicos. Para entender essas questões é preciso se debruçar sobre redes de relações, valores e práticas que dificilmente são identificadas no papel. Essa compreensão exige o treino e a familiaridade com que o antropólogo trabalha com o princípio de reciprocidade e com a dimensão cultural, quando analisa práticas que não podem ser explicadas como frutos de cálculos racionais.

A "relevância democrática" de tal programa de pesquisas, ainda de acordo com essa autora, estaria no fato de que o povo americano não conhece suas próprias leis e não sabe como funcionam as organizações burocráticas que usa. Não podemos deixar que o aprendizado de nossos direitos fique inteiramente a cargo da mídia. A antropologia pode e deve ampliar o escopo do seu público, e está bem equipada para descrever um sistema que se conhece vagamente e que tem um peso fundamental no direcionamento da nossa vida.

Esse tipo de proposta, no contexto norte-americano, causa ainda uma série de objeções, relacionadas com a idéia de que o trabalho de campo - de modo a garantir o estranhamento - deve ser feito em uma outra cultura, de preferência não-ocidental. Nader considera, entretanto, que a pesquisa num banco, numa firma americana, num laboratório ou no Congresso pode ser para o antropólogo uma experiência mais bizarra do que uma aldeia mexicana.

Esse não é um problema sério para o antropólogo brasileiro porque sempre por diferentes razões estudamos nossa própria sociedade. No artigo "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas", Eunice Durham, mostrou que, apesar de nossos "deslizes semânticos", fomos capazes de produzir uma nova e instigante antropologia de nós mesmos, especialmente quando os grupos pesquisados pelos antropólogos, e que eram vistos como marginais, ganharam centralidade na cena política emergindo como os

novos atores políticos.⁴ Os estudos detalhados da vida nos bairros de periferia, dos novos movimentos sociais, da umbanda, das comunidades eclesiais de base, do pentecostalismo, feminismo e sexualidade ofereceram um novo panorama da vida política brasileira. O estilo quase desprovido de termos técnicos, com o qual apresentamos nossos dados, favoreceu o acesso a um público que ultrapassa antropólogos ou cientistas sociais; nossas discussões se ampliaram para além dos muros da universidade, com o conseqüente sucesso de uma disciplina que antes era vista como marginal ou menor nas Ciências Sociais.

Entretanto, o efeito energizador da antropologia norte-americana não veio do texto escrito por Laura Nader em 69, e sim do que mais tarde se convencionou chamar de antropologia pós-moderna. Efeito energizador, talvez não no sentido que Nader tinha proposto; mas no sentido de que revitalizou a disciplina, dando espaço para que uma geração mais nova de antropólogos colocasse suas idéias, criasse novos conteúdos para as polêmicas no interior da disciplina, elaborasse uma crítica à forma tradicional de fazer antropologia. Mostrou-se assim como a autoridade do antropólogo é construída, operou-se uma revisão definitiva da idéia das culturas como totalidades autônomas e integradas e, sobretudo recolocou-se no coração da disciplina a importância da crítica cultural. Mas houve uma desproporção entre a paixão vinda à tona na crítica do fazer antropológico tradicional e as alternativas encontradas. A alternativa foi basicamente textual: como criar uma nova maneira de escrever sobre culturas, incorporando no texto a consciência de seus próprios procedimentos como, por exemplo, a polifonia e a relação dialógica entre observador e observado. A crítica cultural foi uma promessa não realizada; não foi além de menções vagas ao colonialismo e às relações de poder que se estabelecem entre observador e observado.

Considero que a dificuldade de ir mais fundo na crítica cultural está relacionada com o tipo de conhecimento que o antropólogo tem da sua própria sociedade. Os debates em torno da idéia de pós-modernidade mostraram definitivamente o quanto esse conhecimento é vago.

⁴ Durham, E. R. (1986), "A pesquisa antropológica com Populações urbanas: Problemas e Perspectivas". In Cardoso, R. (org.), *A Aventura Antropológica*, Rio de Janeiro Paz e Terra.

Em outras palavras, todos nós sabemos que:

- o estranhamento é um dos instrumentos fundamentais do conhecimento antropológico;

- o antropólogo, por princípio, está sempre justapondo pelo menos duas culturas ou duas sociedades: a sociedade da qual ele é nativo e a sociedade pesquisada;

- não é preciso ser nativo para compreender o nativo. Compreender como um povo vive não é ficar aprisionado a seus horizontes mentais. Como diz Geertz, o bom trabalho antropológico sobre feitiçaria não é um trabalho sobre feitiçaria escrito por uma feiticeira.

Entretanto, o que talvez seja menos evidente é o quanto somos nativos das nossas próprias culturas e sociedades, quanto os nossos conceitos sobre elas são o que Geertz chama de "*experience near concepts*",⁵ principalmente nos contextos em que a antropologia se desenvolve de maneira distanciada da sociologia, da ciência política e da economia.

No caso brasileiro, como estudamos nossa própria sociedade, as noções de totalidade e de crítica cultural se colocaram de maneira distinta. O nosso "outro" foram os grupos marginalizados, discriminados, explorados e por isso mesmo nunca perdemos de vista que eles eram parte de um sistema maior, o sistema capitalista, em um mundo globalizado e mundializado que perpetuava sua condição de dominados. Em certos momentos enfatizávamos os elementos que nas práticas cotidianas reproduziam a dominação, em outros privilegiávamos as formas de resistência à dominação. Nossos dados permitiam não apenas o debate nas ciências sociais, mas exigiam uma sofisticação dos grandes conceitos utilizados pelas teorias da Sociologia e da Ciência Política, encarregadas das visões totalizadoras, das teorias acabadas da vida social.

Entretanto, meu argumento é que é preciso energizar a antropologia brasileira e que esse impulso energizador vem dos trabalhos que procuram, mais do que fazer uma antropologia pós-

⁵ Geertz, C. (1983), *Local Knowledge. Further essays in interpretative anthropology*, New York: Basic Books.

moderna, fazer uma antropologia da pós-modernidade.⁶ O próprio desta nova tendência é explorar o convite que a idéia de pós-modernidade faz a um novo programa de pesquisas empíricas, na medida em que chama nossa atenção para a fragilidade dos conceitos que usamos para dar conta das mudanças em curso, as quais caracterizam a vida social contemporânea.

Em outras palavras, o próprio da noção de pós-modernidade é, por um lado, o questionamento da autoridade das meta-narrativas que orientavam a ação sobre o mundo e a proposta de novas formas de representação de realidades e de novas maneiras de escrever sobre as culturas. Entretanto, por outro lado, é próprio também deste conceito o esforço de caracterização das descontinuidades entre as instituições e os processos sociais que marcariam uma ruptura com a modernidade. Na caracterização destas descontinuidades não há um acordo entre os autores: grande parte do debate está centrado na questão de se saber se vivemos uma nova etapa do capitalismo; se passamos do capitalismo industrial para o capitalismo de consumo; da sociedade industrial para a sociedade informacional; se é correto falar de pós-modernidade ou se seria mais apropriado entendermos a fase atual como de alta modernidade. É, no entanto, parte deste debate - em torno de saber se vivemos ou não uma fase suficientemente distintiva, merecedora de nova conceituação - o convite para um trabalho mais cuidadoso na caracterização de processos de mudança, na identificação do que é novo na experiência contemporânea.

Ou seja, o conceito de pós-modernidade tem exigido da parte dos cientistas sociais não apenas uma série de reformulações teórico-metodológicas, mas também tem dirigido nossa atenção e aguçado nossa sensibilidade para um trabalho mais cuidadoso na caracterização da experiência cotidiana.

A antropologia, pelas razões mencionadas por Laura Nader, está especialmente bem colocada para fazer face a esse convite, que envolve um conhecimento mais elaborado do "nós" e das formas específicas que a dominação assume contemporaneamente. Contudo, atender a esse convite exige reformulações na forma em que o trabalho antropológico vem sendo tradicionalmente realizado; demanda também revisões nos instrumentos metodológicos e nos pressupostos éticos com os quais temos trabalhado.

⁶ Ver a esse respeito Featherstone, M. (1995), *A Cultura do Consumidor e o Pós-Modernismo*, São Paulo: Studio Nobel.

Este convite requer, em primeiro lugar, uma refocalização dos objetos tradicionalmente estudados pela antropologia urbana brasileira. Em um mundo em que globalização e fragmentação se combinam de maneira inusitada, em que as fronteiras entre os grupos não são nítidas, mas exaltam-se as particularidades e o conhecimento local, fica cada vez mais claro que não podemos nos limitar ao estudo de grupos que se definem como estando mais ou menos isolados.

O estudo de cada parte revela pouco sobre processos mais gerais que combinam integração e fragmentação. É preciso privilegiar as formas de interlocução entre esses grupos. Um bom começo para isso, como tem mostrado Featherstone, é olhar com mais cuidado para o que ele chama de "intermediários culturais". A massificação do ensino superior criou um sem-número de profissionais com alto nível educacional, que têm se especializado na produção de bens e de serviços, e cuja marca fundamental é exigir a participação de agentes que gosto de chamar de "interpretativistas culturais". Entre esses agentes estão desde os assistentes sociais, passando pelos criadores na mídia e publicitários, até os assessores do grande capital, cujos serviços de consultoria implicam imaginar e definir qual será o comportamento de indivíduos do outro lado do mundo, na Coréia ou no Japão, diante dos derivativos colocados no mercado financeiro. São especializados, portanto, na promoção de uma interlocução entre os fragmentos, a qual, por sua vez, dá uma dinâmica específica a cada um deles. Para Featherstone, os intermediários culturais são por excelência os produtores, disseminadores e consumidores do simulacro e do conjunto de bens identificados com a experiência pós-moderna. Meu interesse é ressaltar essa característica de "interpretativistas culturais", a qual marca a atuação destes profissionais nas empresas, em órgãos do governo ou em associações da sociedade civil como as ONGs.⁷ Entender a lógica pela qual eles estabelecem uma interlocução entre fragmentos aparentemente desconexos é um novo desafio para a antropologia.

A pesquisa sobre meninos de rua, grupos de idosos, minorias étnicas ou moradores da periferia não pode se limitar a uma análise de representações ou a uma descrição de estilos de vida destes grupos. Exige também que se leve em conta a trama institucional envolvida nos

⁷ Sobre o tipo de controle emocional que caracteriza esses profissionais ver Lash, S. e Urry, J. (1994), *Economies of Signs and Spaces*, London: Sage.

espaços percorridos por esses grupos.⁸ Os diferentes órgãos do poder público e as organizações não-governamentais, que atuam em cada um destes espaços, competem por recursos materiais e políticos para fazer valer sua agenda. As ONGs e as diferentes instituições governamentais são compostas e têm sua dinâmica própria dada por funcionários que não apenas vêm dos mesmos estratos sócio-econômicos, mas também fazem parte da mesma geração; e operam com o mesmo corpo conceitual e ideológico, próprio de um contexto em que houve uma massificação do ensino superior e a abertura de espaços para novos tipos de profissionais. A competição por recursos que estes profissionais mantêm - na medida em que estes estão alocados em diferentes instituições (governamentais ou privadas), que disputam o monopólio sobre questões envolvendo as populações-alvo de suas ações - é fundamental para entendermos a dinâmica das representações e estilos de vida dos grupos tradicionalmente estudados pela antropologia.

Em segundo lugar, é preciso repensar na centralidade que a observação participante tem na definição dos projetos de pesquisa em antropologia; mais do que compreender o ponto de vista do nativo, é importante ver a forma específica em que se dá a interlocução entre grupos, em um contexto em que as fronteiras perdem nitidez, enquanto a afirmação das particularidades locais é exacerbada.

A definição dos temas de pesquisa não pode se prender à possibilidade de delimitação de um lugar, em que a observação participante poderá ser realizada de acordo com os cânones tradicionais do fazer etnográfico.

Os trabalhos antropológicos sobre a mídia, ao elegerem os estudos da recepção, fazem observações minuciosas sobre a reinterpretação das imagens televisivas por grupos sociais específicos; neste aspecto, estes trabalhos foram fundamentais para rever a idéia de que a indústria cultural produz uma cultura de massa homogênea que põe em risco a individualidade e a criatividade do receptor. O estudo da recepção mostrou o papel ativo dos receptores na criação de novos

⁸ Empréstimo a idéia de "trama institucional" do trabalho de Maria Filomena Gregori (1994), *A Imprensa e os Meninos de rua*, ANPOCS, em que é mostrada a competição entre diferentes instituições públicas e privadas, que atuam nesta área, para fazer valer sua agenda, e como essa competição marca as representações e modos de vida dos meninos de rua.

significados. ⁹ Não podemos supor, no entanto, que qualquer mensagem se presta a qualquer interpretação.

Esther Hamburger, no estudo que empreende sobre a produção da mensagem televisiva, aponta o processo de interlocução entre emissores e receptores na produção da novela, através da análise de cartas, dados do IBOPE e especialmente da dinâmica dos *focus groups*, criados para avaliar a recepção das mensagens televisivas. Conta que no início de sua pesquisa achou que haveria grande resistência, por parte dos produtores da novela, para que pudesse assistir à gravação dos programas, mas logo percebeu que o acesso às gravações era aberto ao pesquisador externo. O difícil era observar a realização das pesquisas qualitativas de opinião e a consulta de seus resultados, que é a forma em que se dá a interlocução entre os criadores da novela e seu público consumidor. O acesso a esse material tornou possível uma compreensão mais completa de como o ponto de vista dos receptores da novela é nela incorporada; e como valores próprios do ideário feminista, por exemplo, combinam-se com a propaganda de produtos que são apresentados como maneiras ideais de liberar a mulher de seus afazeres domésticos.¹⁰

Ou seja, quando o interesse é a interlocução entre os fragmentos é preciso procurar novos acessos para a pesquisa, e nem sempre esses acessos são aqueles que possibilitam a realização da observação participante nos moldes tradicionalmente propostos pela pesquisa antropológica. Mais do que um lugar, precisamos de uma agilidade mais próxima daquela dos "intermediários culturais" que tiveram em nós, antropólogos, os responsáveis por boa parte de sua formação profissional.

Em terceiro lugar, é preciso abandonar a idéia de que é necessária uma identificação empática com os nossos informantes, com a população estudada, para apreender as categorias culturais através das quais ela articula sua experiência social e ordena práticas coletivas.

É necessário explorar o potencial da pesquisa antropológica para entender a lógica a partir da qual os grupos mais poderosos operam, mesmo quando eles provocam nossos sentimentos mais fortes de indignação. Pode-se dizer que é nessa direção que Geertz aponta quando considera que uma etnografia do pensamento moderno é um

⁹ Ver como exemplo Leal, O. F. (1986), *A Leitura Social da Novela das Oito*, Petrópolis, Vozes.

¹⁰ Hamburger, E. (1994), *Telenovelas, Gênero e Política no Brasil*, ANPOCS.

"projeto imperativo", mostrando o interesse do instrumental antropológico no estudo dos cientistas e acadêmicos.¹¹

O potencial da pesquisa antropológica não pode, entretanto, limitar-se a mostrar como os cientistas ou os acadêmicos organizam seu mundo de significados ou simplesmente descrever o mundo em que esses significados ganham sentido. É especialmente importante analisar como esses significados afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, politizando o debate em domínios que reagem veementemente a qualquer tentativa de politização.

Minha pesquisa sobre a velhice teve início com a descrição de como os idosos representavam sua experiência de envelhecimento, com a busca de locais como praças e jardins públicos, asilos e programas para a terceira idade. Entretanto, em um segundo momento, era preciso: refletir sobre o que tenho chamado de "Formas de Gestão do Envelhecimento"; analisar como um saber, respaldado na autoridade da ciência se constitui e transforma a experiência da velhice em um assunto de *experts*, encarregados de definir não apenas quais são as necessidades dos idosos, os problemas que eles enfrentam na atualidade, mas que também se incumbem da formação de outros especialistas para atender a essas necessidades e resolver esses problemas; reconhecer que existiam forças dinâmicas situadas fora dos grupos de idosos pesquisados - como os gerontólogos, de um lado, e a mídia, de outro - em um processo dinâmico de interlocução que exige redefinições constantes em seus respectivos discursos, ao mesmo tempo que dispõem de aparatos extremamente eficazes para divulgá-los. Esses discursos impregnavam a reflexão de cada idoso sobre o que é a velhice e a sua experiência pessoal.¹²

Falar da velhice como um problema social não é apenas propor um combate aos preconceitos, ao isolamento e à solidão, nem apenas sugerir formas de melhorar as condições de vida do velho pobre. É também fazer cálculos dos custos financeiros que o crescimento da

¹¹ - Geertz, C. (1983), *Local Knowledge. Further essays in interpretative anthropology*, New York: Basic Books. Ver, nessa linha de pesquisas, a tese de doutorado de Heloisa André Pontes (1996), *Destinos Mistos: o grupo Clima no sistema cultural paulista (1940-1968)*, USP/FFLCH,; e a de Cintia Avila de Carvalho (1995), *Os Psiconautas do Atlântico Sul: uma etnografia da psicanálise*, IFCH/UNICAMP.

¹² Discuto essa questão em *O Discurso Gerontológico e as Novas Imagens do Envelhecimento. In São Paulo em Perspectiva*, 7, (4) outubro/dezembro de 1993.

população idosa traz para a sociedade, transformando o envelhecimento em um perigo, em uma ameaça para a perpetuação da vida social.

O discurso gerontológico é um dos elementos fundamentais no trabalho de racionalização e de justificação de decisões político-administrativas e do caráter das atividades voltadas para um contato direto com os idosos. Mesmo quando o poder de decisão não é do gerontólogo, ele é o agente que, em última instância, tem a autoridade legítima de definir as categorias de classificação dos indivíduos e de neles reconhecer os sintomas e os índices correspondentes às categorias criadas.

Instituições sociais como a aposentadoria, criadas para gerir riscos, são transformadas em fontes de produção de outros riscos, considerados inviabilizadores do sistema. Daí a urgência na compreensão da lógica que organiza suas concepções do que é a boa vida e a dignidade humana, e na politização desse campo que se apresenta como sendo de pura neutralidade contábil.

Tratar do envelhecimento, num contexto em que ele se transforma em um novo mercado de consumo é, também, perceber a criação de uma série de etapas intermediárias que separam a vida adulta da velhice, como a menopausa, a terceira idade, a aposentadoria ativa. Neste contexto a juventude deixa de ser algo que se possui ou não, uma etapa no desenvolvimento de cada um, e se transforma em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer momento da vida, independentemente da idade cronológica, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas.

A velhice pode assim ser transformada em ameaça à perpetuação da vida social ou em uma responsabilidade individual, um problema dos indivíduos que não souberam permanecer jovens, consumindo as tecnologias capazes de adiar indefinidamente os problemas do envelhecimento.

No estudo dos grupos e instituições mais poderosas, o potencial da pesquisa antropológica tem sido pouco explorado na análise dos conflitos e das disputas entre grupos dominantes, com o intuito de monopolizar e estabilizar hierarquias, e de como esses conflitos afetam a nossa própria vida e a dos grupos tradicionalmente estudados pela antropologia.

Esse novo desafio coloca questões que exigem uma revisão dos pressupostos éticos com os quais os antropólogos tradicionalmente trabalharam. O problema não se reduz a tornar esse novo "outro" menos enigmático, como quer Geertz, mas politizar os campos em que eles atuam. Além disso, não se trata apenas de mostrar que os cientistas não têm a neutralidade científica pretendida, mas de analisar como os significados por eles produzidos afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, redefinindo vínculos sociais, projetos e expectativas.

A antropologia, explorando sua competência no desvendamento das lógicas através das quais o "outro" opera, tem sua relevância democrática na medida em que pode politizar o debate em domínios pouco constituídos politicamente, os quais têm servido de oportunidade para o exercício de magistraturas que se pretendem meta-políticas.

Boa parte da discussão empenhada em caracterizar a experiência contemporânea se concentra na revolução tecnológica que, a partir dos anos, 70 dá uma nova configuração à produção de bens e às formas de comunicação: a massificação do acesso à mídia eletrônica, as novas tecnologias de comunicação, a informatização dos locais de trabalho e de outros espaços.

Menos ênfase tem sido dada às biotecnologias e às formas como elas redefinem nossa vida. Não se trata de dizer que essas tecnologias que envolvem a vida, o corpo, a sexualidade sejam monoliticamente demoníacas nem que tenham potencial como forças libertárias. Quando se fala em biotecnologias é sempre preferível ser o mais concreto possível.

Entretanto, quando olhamos para as novas tecnologias de informação, é possível pensar em uma ampliação e democratização do acesso à informação. É possível descrever um processo através do qual grupos excluídos passam a ser ativamente incorporados e têm sua participação na política ampliada. As biotecnologias, entretanto, são um reino privilegiado para o exercício de poderes que se pretendem politicamente neutros - daí a urgência na compreensão de como nesse campo o poder é instaurado e monopolizado - e do tipo de lógica que organiza as concepções de seus produtores sobre o que é a boa vida e a dignidade humana.

Há alguns anos era fácil, nas associações de gerontologia, identificar a oposição entre médicos geriatras e gerontólogos, cientistas sociais que, contra o determinismo biológico dos primeiros,

empenhavam-se em mostrar que a velhice é uma construção sócio-cultural e histórica. Hoje essa afirmação significa arrombar portas abertas, pois os médicos geriatras, os que praticam a medicina ortomolecular e especialidades afins radicalizaram a idéia da construção cultural. Para eles a juventude, há muito tempo, não é mais uma etapa da vida, um momento de passagem em um contínuo que caracteriza o desenvolvimento biológico universal e de cada um, como os cientistas sociais sempre se apressaram em mostrar. Na prática, eles são hoje agentes ativos em propor uma parafernália de receitas de consumo e estilos de vida, que indicam que a eterna juventude é um bem, um valor que ninguém pode pensar em desprezar.

Politizar os campos de saber, especializados em práticas que reconfiguram o destino do Homo Sapiens, requer uma revisão dos pressupostos éticos da pesquisa antropológica, os quais tiveram como base o estudo de grupos discriminados e desprivilegiados. O Código de Ética dos Antropólogos, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia, considera que as populações pesquisadas têm direitos, tais como:

- "Direito de ser informado sobre a natureza da pesquisa";
- "Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado".¹³

A relevância democrática da antropologia exige que possamos denunciar práticas que afetam e podem ser nefastas ao destino do Homo Sapiens. Para fazer a pesquisa com esses *experts*, não podemos dizer com clareza o que de fato estamos pesquisando, qual o objetivo e as hipóteses que organizam o nosso trabalho. Politizar as questões por eles tratadas é prejudicar a neutralidade pretendida dos domínios que eles controlam.

Em suma, acredito que a contribuição da antropologia, no estudo dos processos de globalização e mundialização, foi descrever as formas específicas em que se operam as rearticulações locais. O desafio mais instigante para os estudos de Cultura e Política, na atualidade, é procurar entender como se dá a interlocução entre os fragmentos em uma sociedade que tem, como condição de sua própria reprodução e integração, o acirramento das particularidades e a fragmentação do público de consumidores. Se esse novo desafio exige a revisão de alguns dos procedimentos clássicos que marcaram a disciplina, a antropologia encontra-se especialmente adequada para responder a ele.

13 Cf. o Código de Ética da ABA.



ÉTICA SOCIOLÓGICA NOS TEMPOS DA CÓLERA "NEOLIBERAL" ¹

Rolando Lazarte ²

Há certo tempo, ouve-se falar em "crise das ciências sociais", com distintos significados para a expressão. Neste trabalho queremos nos referir à crise pela qual passam idéias, valores e imagens que fundamentam o que chamarei de "modo dominante de conceber e praticar sociologia". Basicamente, aplico a expressão às concepções de realidade, homem e conhecimento, que se encontram no interior da prática e do discurso dos sociólogos. Obviamente, não pretendo abranger nas referências ao que aqui denomino "sociologia oficial", "cidadela sociológica", etc., a todos os sociólogos. Tal generalização seria não somente absurda em termos da mais elementar lógica do conhecimento científico, como também --o que é mais importante enfatizar aqui-- profundamente *injusta*. Tais expressões devem ser entendidas como "tipos ideais", no sentido mais originalmente weberiano. Isto é: construções conceituais úteis para conhecer a realidade empírica, sempre outra que as nossas tentativas de apreendê-la significativamente. Tais caricaturas, como terão os leitores ocasião de descobrir na leitura deste trabalho, não pretendem conter nem copiar, e muito menos exaurir a realidade a que se referem.

As concepções e valores que alicerçam a nossa prática profissional, poucas vezes são postas em questão. Os praticantes da disciplina normalmente utilizam o aparelho conceitual adquirido na socialização acadêmica, com escassa ou nula consciência dos pressupostos valorativos que o sustentam.

¹ Com algumas alterações, este texto é a *Introdução* ao livro da nossa autoria "Max Weber: Ciência e Valores" .1996.(São Paulo: Cortez Editora).

² Professor do DCS/PPGS/UFPb. Doutor em Sociologia. Membro da International Sociological Association/ISA/AIS (Research Committee on Alienation Theory and Research). Agradecemos comentários: Caixa Postal 5018, CEP 58051-970 João Pessoa, PB - João Pessoa, Paraíba - Brasil. E-mail: cmci@nti.ufpb.br

Adotamos deliberadamente um estilo bastante afastado do que se espera normalmente de um texto acadêmico, se por tal se entende um discurso padronizado, deliberadamente obscuro para aparentar profundidade, expurgado de "subjetividade" — e associado, por muitos, ao *discurso científico*.

É disto que tratamos: do retorno do sujeito. Boa parte dos textos dos cientistas sociais contemporâneos esconde de tal forma a pessoa, o homem vivo e real, que fazem pensar ser a sociedade uma entidade não humana. E a sociologia uma instância de saber acima e fora do condicionamento social do conhecimento e dos valores que fundamentam a nossa disciplina. Devemos caminhar para um aparelho conceitual que permita encontrar o sujeito inteiro — o homem nas suas múltiplas dimensões — na trama das relações sociais, tanto quanto na prática científica voltada para a compreensão dessas mesmas relações.

Devemos caminhar também para um aparelho conceitual ao mesmo tempo suficientemente fino como para captar as partes mais sutis da existência social (os símbolos, as representações, os motivos da ação), e grosso o bastante para surpreender o lado mais objetivo da mesma (a força da rotina, a determinação do econômico, a coerção do político, a constrição do coletivo).

Não esconder o sujeito da ação social nem o sujeito daquele especial tipo de ação social que é a atividade científica do sociólogo. E não se trata de caminhar para uma sociologia de base psicológica, nem tampouco de um subjetivismo que se sobreponha à realidade exterior ao indivíduo. Trata-se, isso sim, de uma atitude diante do afazer científico, de envolvimento pessoal, de paixão, de vocação vital, muito distante da frieza e distanciamento pessoais que alguns praticam em nome de uma "postura profissional" pretensamente neutra. A omissão é cumplicidade, quando se trata de questões humanas vitais, hoje tão fora de moda do discurso dito acadêmico. Por isso, a explicitação dos nossos próprios valores pessoais não pode ser confundida com qualquer afã proselitista camuflado de "verdade científica universal", ou seu menos estentóreo parente próximo, a indiferença ética que é generalizada de forma alarmante no nosso ambiente profissional. É como se um torpor tivesse ocupado o lugar deixado pelas utopias que incendiaram tantos corações latinoamericanos há poucas décadas atrás. Arriar bandeiras; trocar lealdades por prebendas, ideais por cargos de poder, se tornaram tão frequentes entre nós, que parecemos a anos-luz de distância dos tempos em que sonhávamos com uma América Latina autônoma e justa, com o

homem novo, a revolução na consciência, a revolução social, enfim...uma vida mais feliz, mais plena, mais digna de ser vivida.

Não podemos aceitar que, sob o manto da "cientificidade", "modernidade", "neoliberalismo", "globalização", e demais engenhocas lingüísticas muito do gosto da intelectualidade corrupta, queira continuar se perpetrando a difusão de um retrato de Max Weber que o põe do lado da resignação, da claudicação frente à irracionalidade do capitalismo, o sistema que quis trocar o homem pela coisa, deus pelo dinheiro, consciência por conveniência. Não deixa de ser sintomático que o primeiro escalão da devastação da educação, a ciência, a economia e a cultura brasileira, seja alguém que soube retirar boas vantagens de uma aura de "esquerdista", "marxista", "democrata," "antiautoritário", e outros que tais, suficientemente bem explorados comercialmente pela indústria eleitoral.

Nos dias de hoje, o sociólogo maior do País lidera um regime antisocial e entreguista, canalha e suicida. A história tem um lugar para os traidores: a memória, Sr. Presidente.

E neste cambalacho ideológico, não está sozinho. Conta com aliados professores, economistas, sociólogos e antropólogos que, um dia, terão que prestar contas dos malabarismos que os puseram do lado do Sr. Maciel, do Sr. Magalhães, dos Srs. desemprego, deseducação, reescravização dos brasileiros.

O pior é o cinismo com que se quer, desde a intelectualidade corrupta, justificar o troca-troca de favores, em nome de uma concepção moderna e científica do mundo, como se "a ciência", "a sociologia", pudesse gerar — ademais de representações do mundo e da sociedade — ideais, normas ou valores que seriam bons para todo homem., para toda sociedade em todo tempo.

A sociologia já passou por essa tentação normativista. Chegou a enunciar um código de valores universais sob a forma de Catecismo. Mas, a antítese de uma sociologia normativa não é, como vamos mostrar, uma "sociologia para qualquer fim", neutra, domesticada pelos poderes (político, econômico, corporativo), eticamente indiferente. É uma sociologia valorativa, como não poderia deixar de sê-lo qualquer tentativa de interpretação científica da realidade social, como bem ensinou Weber .

Queremos resgatar para a sociologia um lugar tão diferente daquele que ela ganhou no esquema comteano das ciências, como

distante da rigidez a-histórica de um certo marxismo, ou das pretensões universais de um certo racionalismo cientificista. Sobretudo, um lugar diferente daquele que desfruta no contexto do "modo sociológico dominante de ver o mundo".

O conhecimento científico social é uma das formas de representar significativamente a sociedade. Em seu interior coexistem perspectivas valorativas diversas, alicerçando teorias mutuamente incomensuráveis. Esta pluralidade guarda correspondência com a realidade de que pretende dar conta. Um intelectualismo cientificista e teorista que ganhou ares de "voz oficial" na nossa disciplina, nos acostumou, contudo, à unilateralidade de uma certa "racionalidade", apresentada como sinônimo do que seja "científico" e "verdadeiro". A sociologia dominante quis esconder a subjetividade do investigador, para tornar seu conhecimento mais "objetivo". E quis também eliminar a subjetividade dos homens em sociedade, mediante a utilização de vários artifícios. O lado "irracional" da conduta humana (os afetos, as crenças, os impulsos, a imaginação, a intuição) foi eliminado como objeto legítimo de investigação sociológica, supostamente por pertencer ao domínio de outra ciência, a psicologia. Ou, também, porque se postulava sua irrelevância explicativa frente às "leis", "estruturas", ou aspectos mais "racionalizáveis" do social.

Nosso interesse inicial, a motivação principal deste trabalho, foi, então, a desumanização implícita na forma habitual de se praticar sociologia, entendendo por tal o desenvolvimento unilateral do conhecimento numa perspectiva intelectualista-racionalista-cientificista. O leitor conceda a sua indulgência para essa indigesta sucessão de "ismos" que —esperamos— irá cedendo lugar ao exame de questões precisas concernentes à nossa pretensão de rascunhar os traços de uma sociologia ... mais pluralista, mais aberta a uma renovação do pensar e do agir indispensáveis nestes intransparentes tempos modernos. O "Zé Ninguém" de Wilhelm Reich, o "blasé" de Georg Simmel, o "alienado" de Karl Marx, os "últimos homens" de Friedrich Nietzsche e Max Weber, evidenciam os traços de um fastio espiritual, um esvaziamento de sentido da vida, um tédio que se mostram como a nota cotidiana da sociabilidade atual. Um tipo humano muito do gosto do "cidadão mínimo" neoliberal: retraído da vida pública, cético, resignado a uma subsistência quase animal.

Queremos recuperar o papel ativo do sujeito — você, eu, os seres humanos, os agentes sociais — no conhecimento sociológico, entendido como uma forma particular de ação social.

Há, em alguns trabalhos de Marx, Weber e Durkheim, trechos pouco lidos — aos quais a estreiteza perceptiva de um certo establishment acadêmico não deu valor — em que os fundadores da nossa disciplina têm sugestivos insights acerca do papel da imaginação, da intuição, da paixão, como fonte de conhecimento do homem e da sociedade. São trechos, fragmentos ou parte de textos, que promovem uma revisão em profundidade de alguns dos pressupostos da sociologia. Durkheim, reconhecendo a origem religiosa do conhecimento; Marx, admitindo a independência de certas obras de arte frente às determinações econômicas; Weber, combatendo a burocratização do saber pelos "especialistas sem alma".

O distanciamento da sociologia de matrizes valorativas (filosofia, religião, valores que dão sentido à vida, em geral), em nome de uma certa concepção de "objetividade", levou ao expurgo dos aspectos espirituais, afetivos, intuitivos da realidade humana, bem como do conhecimento científico sobre a mesma. O conhecimento que se esperava da nascente ciência da sociedade, certamente guarda correspondência com as características do processo de secularização da vida e do conhecimento em cujo bojo foi gestada.

Contudo, a crise da civilização assentada sobre esses valores é também a crise da ciência que com ela nasceu. Atualmente, a sociologia retorna a suas raízes rediscutindo fundamentos, valores, idéias e imagens de mundo sobre os quais se constituiu — e aos quais deu força e legitimidade. A força com que se processa esta revolução perceptiva não poderia estar dissociada da intensidade com que, pessoal e socialmente, é vivida a "crise dos paradigmas" da nossa disciplina.

Cabe esperar que a sociologia seja capaz de devolver ao homem sua imagem inteira, um reflexo multidimensional do seu ser completo? Em outras palavras: pode a sociologia gerar um conhecimento "holográfico", não fragmentador?

Recorrentemente, desde o seu nascimento, a sociologia buscou se afirmar como forma científica de conhecer a realidade social, adotando modelos explicativos e linguagem inspirados nas ciências biológica, física, matemática, cujo status científico costumava ser reconhecido sem questionamento.

O ideal de um conhecimento (científico) capaz de dar conta do mundo *tal como ele é*, independentemente dos pontos de vista dos sujeitos ocasionalmente voltados para as tentativas de o representar,

alentou posturas objetivistas sustentadas no positivismo, funcionalismo e marxismo.

No que diz respeito a Marx, entretanto, a sua atualidade e fecundidade para a análise sociológica deriva mais do seu pressuposto antropológico do que da sua epistemologia. Estamos nos referindo ao conceito de alienação, insuficientemente explorado pelo pensamento marxista posterior, freqüentemente autoaprisionado em um esquema perceptivo unilateral em favor de perspectivas macrossociais que destituíram o sujeito individual, a pessoa concreta, o acontecimento singular, de qualquer papel ativo numa dinâmica sócio-histórica na qual é apresentado como mera marionete.

Escrevia Marx em um de seus Manuscritos de 1844, que o homem na sociedade capitalista alienara todos seus sentidos, todas suas formas de se apropriar do mundo, ao sentido de ter, à apropriação privada.

"Cada uma de suas relações humanas com o mundo – ver, ouvir, cheirar, saborear, sentir, pensar, observar, perceber, querer, agir, amar –, em suma, todos os órgãos da sua individualidade são (...) no seu comportamento para com o objeto, a apropriação deste" (Marx, 1983: 144-9) .

"A propriedade privada tornou-nos tão néscios e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é diretamente comido, bebido, vestido, habitado, etc., em síntese, utilizado de alguma forma. (...) Assim, todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos eles, pelo sentido de ter." (Marx, 1983: 120).

Posteriormente, autores tanto de dentro como de fora do marxismo (Erich Fromm, Wilhelm Reich, Agnes Heller, Robert Nisbet, Martin Nikolaus, Horacio González) recuperaram da ortodoxia este Marx cuja sensibilidade não somente não fora amputada pela sua pretensão de cientificidade, mas, ao contrário, se tornara uma ferramenta indispensável na sua análise da sociedade capitalista. Em nome de que absurdo conceito de "objetividade" e "cientificidade", poderia alguém querer expurgar do texto marxiano esses brilhantes insights salpicados de citações de Shakespeare e Goethe, sem os quais a análise da alienação se torna vazia?

Nestes escritos chamados de juventude, as metáforas, as citações de peças de teatro ou poemas, são evocadas em auxílio do pensamento

para aprofundá-lo, ou, ainda mais, para dizer aquilo que só pode ser expressado pela arte e a literatura.

Que semelhanças podemos descobrir entre este homúnculo com seus sentidos alienados pelo capital, e aquela outra figura humana, também alienada, o aleijado às avessas que Nietzsche nos mostra em Assim falava Zarathustra? Este é um homem que é apenas um grande olho, ou uma grande orelha, ou algum outro "órgão em demasia, e que está atrofiado em todas suas demais capacidades". Não poderíamos trazer ambos retratos, o científico e o literário, o de Marx e o de Nietzsche, para nossa galeria de paradigmas? Não seriam ambos representativos de desenvolvimentos humanos unilaterais, em que o ser total está atrofiado, com exceção da capacidade, órgão, ou sentido hipertrofiado? E não poderíamos acrescentar a estes dois retratos um terceiro, o do sociólogo diminuído nas suas capacidades perceptivas e de ação, confinado num xadrez teorista e intelectualista, alienado e alienante?

Em Auguste Comte encontramos, com traços que podem parecer caricaturais, a prefiguração do cientificismo posterior que pretende ter o monopólio da linguagem e da explicação válida acerca do mundo humano-social. Ao mesmo tempo, o fundador oficial da nossa disciplina introduz uma perigosa analogia entre o racional e o real, sobre a qual queremos nos deter alguns instantes.

A trajetória do conhecimento — como da civilização humana — passara, como todos sabem, dos estágios teológico e metafísico, para o científico ou positivo, no esquema comteano. Sua ciência positiva quer subordinar a imaginação à observação, aos dados, que são apresentados como portadores de uma racionalidade implícita. A busca de causas, um ressaibo do passado teológico-feudal a superar, devia deixar passagem para a explicação, concebida como a remissão do singular às leis naturais que regem a marcha da civilização. A sociologia comteana não julga (aprovando ou negando): constata o dado, remetendo-o para a ordem legal correspondente, que é natural, racional, normal.

Essa transposição de um conceito de racionalidade para a realidade é muito perigosa, uma vez que desqualifica de antemão como "irracional" qualquer crítica da ordem existente, bem como dos enunciados científicos que exprimiriam essa ordem existente. A razão — identificada com o real — se entroniza com a autoridade máxima, a autoridade da ciência. Esta, por sua vez, não faz mais do que expressar o dado, na sua pura e simples objetividade, sem ingerência valorativa.

Se em Comte, a razão científica se quer única via adequada para revelar sem distorções, em Durkheim — que já foi chamado de um "comteano a desgosto" —, essa pretensão aparece ainda de maneira mais enfática e precisa, sem as roupagens ideológicas do fundador. O objeto da sociologia — diz Durkheim —, o "fato social", pertence a uma ordem de fenômenos irreduzíveis à realidade física ou psico-individual. São fenômenos *sui generis*, a demandarem uma ciência própria para seu estudo. O social, que até então fora objeto da reflexão filosófica, ideológica, psicológica, ou do senso comum, deveria entrar definitivamente para o domínio da ciência. Para isso, a sociologia deveria caminhar para uma completa eliminação das noções sobre o social, que não tivessem sido elaboradas de acordo com os procedimentos científicos. Trata-se da ruptura durkheimiana com as prenoções (noções elaboradas na prática social e para ela) e com o senso comum, que se soma à sua ruptura com as outras formas não científicas de conhecimento do social, já mencionadas.

Ao explicitar como deveria proceder a nova ciência, Durkheim traça com determinação aquilo que marcaria a ferro e fogo boa parte da sociologia posterior, o social deve ser estudado: a) como algo externo aos indivíduos (tanto os observados como o observador: dicotomia sujeito/objeto); e b) deve ser abordado pelo lado em que se apresentar mais afastado de suas manifestações particulares (o geral, o genérico, o legal, o repetido, o regular, privilegiados em detrimento do particular e do singular).

A sociologia durkheimiana quer apoiar sua objetividade em regras metodológicas precisas, capazes de manterem longe do afazer científico os sentimentos, os valores, as visões de mundo. Ela procura "estender à conduta humana o racionalismo científico" que, ao reduzi-la a relações de causa e efeito, "*permita formular regras de ação para o porvir*". (Dürkheim, 1937: p.132)

Nesta rápida passada pelos clássicos, chegamos a Max Weber. Encontramos, em sua obra, uma peculiar forma de relacionar o conceito e o empírico. A especial arquitetura do conceito weberiano será objeto de exame ao longo deste trabalho. Queremos agora apenas chamar a atenção para os traços de artista que é possível perceber neste cientista que desejava escrever como um músico, orquestrando a harmonia de um texto que seria, assim, polifônico.

Seus vastos estudos sobre as grandes religiões da humanidade e a magia, permitem apreciar um extremado rigor na definição e no uso

dos conceitos, sem sacrifício da "vivacidade" da realidade social a que se referem. O conceito weberiano consegue não matar seu objeto, embora não pretenda contê-lo nem copiá-lo. Chama-nos a atenção a arte com que este cientista (um filósofo, nas palavras de Karl Jaspers), reproduz conceitualmente a realidade sócio-cultural mediante tipos ideais, cuja verossimilhança com o empírico chega a ser tão realística e impactante como o próprio fenômeno histórico-cultural a que se referem.

Quem não "reconhece" por exemplo — embora para Weber o tipo ideal não possa ser achado empiricamente —, no tipo ideal de autoridade carismática, a figura de um Getúlio Vargas ou de um Perón? Quem não vê, dançando diante dos seus olhos, o mago manipulando oferendas para atrair o favor das forças sobrenaturais? E não é um literato quem escreve, mas um cientista que soube trabalhar racionalmente sem esmagar a riqueza e a multidimensionalidade do real.

A razão weberiana penetrou em esferas e dimensões da vida social aparentemente irreduzíveis e impermeáveis ao conhecimento científico (ética, magia, religião), mostrando a necessidade de sutilar, aperfeiçoar, o instrumental conceitual ou, se se quer, a malha perceptiva do cientista, para acompanhar as nuances da realidade sem reduzi-la.

A sociologia weberiana não abdica do objeto nem, tampouco, do sujeito. Utiliza a razão, sem desconhecer o chão irracional em que se assenta (imaginação, inspiração, paixão, interesses). Conhece a difusa fronteira que a separa da fé, mas não pretende substituí-la.

Sabe que não há conhecimento dissociado dos nossos valores, interesses, vontades e, no entanto, não abandona o ideal de objetividade. Sem acreditar na possibilidade de um saber sócio-cultural "isento de valor", querendo com isto significar "neutro" quanto a valorações, tampouco acreditava numa sociologia normativa, capaz de ditar rumos éticos aos homens. Sua peculiar postura ética levou autores como Adorno e Horkheimer, a atribuírem a Max Weber a defesa de uma sociologia obediente ao status quo, para qualquer fim, resignada, frente a uma sociologia crítica de base marxista. Estranhamente, é desde as posições de poder nas corporações acadêmicas, que se defende e difunde esse Weber convenientemente domesticado e resignado.

Por não ter proposto um rígido esquema de interpretação monocausal reducionista, tem se dito que Weber cai num relativismo que renuncia à explicação da realidade.

Frente ao que gostaria de continuar chamando de crise do "cientificismo teorcionista-racionalista-objetivista" impregnando o paradigma de boa parte da atual sociologia, a postura weberiana oferece instigantes possibilidades. Mormente, se pensarmos na fragilidade teórica subjacente a muito do que se faz em nome da contestação à sociologia inspirada nos clássicos.

Weber pratica um pluralismo cognoscitivo como alternativa ao monopólio da ciência enquanto único estilo "verdadeiro", ou sequer "válido" de conhecer. Enfatiza a distância do conceito com relação ao empírico, o que evita a tentação de confundir o pensamento — como a teoria, em particular — com a realidade. Afirma claramente que o nosso saber sobre o real é sempre parcial e provisório, relativo, o que não significa desistir dos nossos esforços por agir segundo as nossas convicções, nem nos resignarmos ao status quo.

Em momentos, como o atual, em que, retomando uma preocupação clássica muitos sociólogos questionam o sentido de fazer sociologia, convém retornar a Weber para reencontrar as referências. Mas cuidado: há um importado fajuto: o Weber domesticado pela academia e os interesses norte-americanos. O Weber de Fernando Henrique Cardoso, o Weber de ... tanto mediocrata sem bandeira, à venda para quem pagar melhor.



Bibliografia

- ADORNO, Theodor, Max Horkheimer, (1978). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix[1956]
- DURKHEIM, Émile (1937). *As regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Brasileira.
- JARSPERS, Karl (1953). *Balance y perspectiva (Discursos y ensayos)*. Madrid: Revista de Occidente.
- MARX, Karl (1983). "*Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*", in: Erich Fromm, *Conceito marxista do homem*. Riode Janeiro,:Zahar, p. 120.
- NIETZSCHE, Friedrich (1967). *Assim falava Zaratustra*, Rio de Janeiro: Edições e Publicações do Brasil.

WEBER, Max (1944). *Economía y Sociedad*, México: Fondo de Cultura Económica, [1922].

WEBER, Max (1973). *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu Editores.

WEBER, Max (1973a). “*La objetividad cognoscitiva de la ciencia social y de la política social*”,.In *Ensayos sobre metodología sociológica*, Buenos Aires: Amorrortu Editores.





**PERCURSO POLÍTICO DAS IDÉIAS
DO MOVIMENTO FEMINISTA
LATINO-AMERICANO E DO CARIBE:
de Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996).¹**

Lilian Letelier²

Propor-se refletir sobre as reivindicações políticas e sociais na trajetória do Movimento Feminista Latino-americano e do Caribe, e sobre o que tem acontecido nos espaços onde este tem procurado a sua legitimação - os **encontros internacionais**, desde de Cali-Colômbia (1981) até Cartagena-Chile (1996)³ - supõe começar por considerar a **heterogeneidade dos contextos histórico-políticos** de cada um de nossos países de onde emergem os movimentos de mulheres e especificamente os movimentos feministas "da segunda onda".⁴ Neste horizonte, supõe então considerar os autoritarismos não só como sistemas de governo burocrático-militares, mas também simbolicamente, como sistemas de relações de disciplinamento e de domínio que não

¹ Este texto foi apresentado no *Coloquio Internacional Mujeres del Siglo XX: Su Cultura e Historia en la América Latina*, Casa de Las Américas, Febrero, 1997, La Habana, Cuba.

² Professora do PPGS/UFPb, Dra. Em Sociologia.

³ A marcação em letra negra pertence a autora. A ideia que está por trás desta marcação quer conotar o fato de que os encontros foram e são espaços políticos/epistemológicos de discussão, conversação, avaliação e criação de propostas legitimados, reconhecidos como saberes feministas. Como forma de produção de conhecimentos é tão validada como os seminários, os simpósios, as oficinas, etc.

⁴ Segundo diversas pesquisas e bibliografia consultadas, na maioria dos países latino-americanos se classifica a luta pelo sufrágio das mulheres como emergência e expressão visível da primeira onda do movimento feminista durante os anos 30. Em alguns casos, como o do Brasil, recebe explicitamente o nome de luta feminista; em outros países, como o Chile, aparece como movimento social pelo direito ao voto e, a posteriori, recebe essa denominação de parte das mulheres que lideram a luta por essa conquista. Neste contexto, denomina-se segunda onda do movimento a emergência, já em nos 80, do movimento feminista explicitamente assim chamado e inserido na luta pela recuperação da democracia e o seu aprofundamento a partir dos direitos sócio-culturais das mulheres.

provêm somente das burguesias locais e das castas militares nacionais, mas que provêm também das classes medias - incluindo profissionais e intelectuais - e das classes proletárias e camponesas. (Kirkwood, 1986: 188)

Neste sentido, supõe então considerar a dimensão da opressão sexo/gênero instituída e reproduzida através das relações do sistema de parentesco como um eixo tempo-espacial no interior do qual - e na medida em que se historiciza e se tece na pele humana - mantém-se na invisibilidade social a constituição das formas que as diferenças subjetivas expressam, seja qual for a ordem que assumam os sucessivos e diferentes governos locais.

A partir de um posicionamento político, na América Latina esta reflexão supõe também considerar a história das organizações políticas de esquerda, especificamente os partidos políticos de esquerda, onde preferencialmente se posicionam as mulheres que se iniciam no feminismo e de onde emergem as primeiras categorias que permitem, de um lado, distinguir os conteúdos de suas reivindicações e, do outro, as possíveis clivagens que deram e dão conta das posturas políticas no interior do Feminismo. No concreto são quatro essas categorias: o **Político**, o **Feminista**, e o **Popular** tecidos pelo fio **Movimentista**.

Com efeito, a memória histórica da esquerda e a memória da esquerda política organizada em partidos, enquanto suporte sócio-cultural, constituem um primeiro sentido hermenêutico, subjacente à compreensão destas quatro categorias, pois possibilitam, por oposição e negação, a emergência de uma práxis política feminista das mulheres articulada ao movimento social. Aliás, esta práxis, enquanto projeto e processo, implica um ato de desconstrução que, como "tomada de consciência crítica", coloca em questão os conteúdos do sistema de relações sociais ao nível global - no interior do qual cada mulher está imersa - que se interpõem à sua libertação. Neste sentido, o que se coloca em questão sobre o fazer feminista é que ele, assim como não tem um remetente neutro nem conteúdos políticos neutros, questiona o autoritarismo e o machismo presentes no interior das relações sociais das organizações políticas de esquerda. Questiona a concepção de militância, o papel instrumental que as mulheres representam nestas organizações, os lugares de poder e de visibilidade/invisibilidade política às quais fica confinada sua participação, sendo este o espaço histórico onde se tem produzido a construção de sua liderança.

Nos países de América Latina durante estes anos, o feminismo não põe ênfase em mostrar sua proposta de transformação global da

sociedade, não se posiciona no ponto de vista da estratégia. Atuando a partir do local e no local, a partir do microfísico procura desvelar e desmontar o sistema patriarcal incorporado às mulheres. Tendo em consideração o fato de que o pessoal é político, o feminismo feito carne começa pelo privado, quer dizer, a crítica como processo de tomada de consciência dirige-se às relações afetivas (o companheiro, os filhos/filhas) e ao partido enquanto ambos constituem simbolicamente a família, a pertença, a inserção, a doação de sentidos no mundo.

Em concordância com este processo crítico de questionamento, é que ganha significação a compreensão do papel e função de subordinação, exploração e alienação da força de trabalho economicamente passiva daquelas que assumem a administração do privado no cotidiano doméstico, a produção e reprodução social da força de trabalho, via maternidade e reprodução da vida doméstica. Desde aqui começam a desenvolver-se três linhas de preocupação política e epistemológica de caráter estratégico para o feminismo latino-americano que encontraram, - já no final dos 80 e prosseguindo pelos 90 - espaços de autonomização, visibilidade, institucionalização, negociação política com os governos locais e investimento de financiadoras internacionais. Estas linhas são: a luta pela inserção gradual e sistemática das mulheres no trabalho economicamente ativo, a questão da violência doméstica e o desenvolvimento do eixo saúde e direitos reprodutivos.

Olhando retrospectivamente pode-se afirmar que as três fontes teóricas que sustentam o desenvolvimento crítico da teoria do sistema das relações sexo/gênero, marxismo, psicanálise e teoria do patriarcado, convergem na realidade dos corpos procurando novos sentidos de construção social. E é precisamente neste contexto que o fato de ter a esquerda como um referencial para a tomada de consciência e para a mudança começa a ser significativo porque ela era/é a que se autopercebe e é percebida pelo conjunto da sociedade como a força que representa as mudanças. Num sentido mais radical, é percebida como a portadora da revolução. Porém, para o feminismo, ela aparece como a responsável pela presença e manutenção do conservador e, enquanto tal, é encaminhada, a partir de cada processo de individuação crítico das mulheres, a questionar-se na sua condição de portadora de mudanças e a renovar-se integrando novos conteúdos: os da liberação da mulher e das relações sexo/gênero.

Durante os primeiros anos, então, a esquerda é o espelho que lhe permite olhar-se e sem ela o feminismo latino-americano e do Caribe não teria inicialmente espaço de inserção e referência: um lugar de onde

partir, um eco que fizesse tanto sentido à desconstrução biográfica das relações patriarcais sexo/gênero. Sem ela não teria sido possível essa individuação, enquanto processos expandidos que foram permeando o movimento de participação e de crescimento quantitativo e qualitativo.⁵

De outro ponto de observação, é um sinal o fato de que as direitas políticas não tenham sido o substrato de rebelião e questionamento, o pushing-ball das mulheres feministas. Sem dúvida que foi a esquerda e, passadas quase duas décadas do início deste processo, pode-se avaliar como foi que cada país experimentou este confronto, até onde as feministas aprofundaram esta contradição, quais foram os custos e quais foram os benefícios, quais foram as negociações privadas e públicas, como foram tecendo-se os conteúdos de autonomia a partir das diferentes posturas políticas que as feministas adotaram neste ir e vir. Inclusive, desde a construção do movimento, pode-se também indicar o que teoricamente foi incorporado à reflexão de gênero.

Caminhando por este sentido de interpretação, é evidente que tanto as feministas que continuam nos partidos, as feministas militantes, quanto aquelas que saíram "feministas movimentistas" e aquelas que, sendo de esquerda, se incorporaram ao quefazer "movimentista" e às suas diferentes expressões sem passar pelo partido, trazem-nos hoje, ao cabo de dezoito anos de movimento, histórias de opções não só distintas senão mais ou menos legitimadas, mais ou menos bem sucedidas frente ao sistema capitalista, tornando mais complexas as diferenças de posicionamento político das feministas à luz de sua proximidade/distanciamento para com a aceitação da lógica da economia de mercado e as políticas de desenvolvimento na globalização.

Retomando os quatro eixos, "político, feminista, popular e movimentista", e o modo como se articulam no interior do imaginário de esquerda, estrutura-se outro nó hermenêutico. Com efeito, o feminismo em nossos países incorpora, desde seu início, a contradição que vive a esquerda entre os conteúdos da revolução como ruptura

⁵Esta leitura dos fatos não deixa de reconhecer os problemas que existiram e ainda existem dentro dos Partidos de esquerda em relação à legitimação do Feminismo (o bom e o ruim). Porém, o olhar analítico encara e reconhece que sem essa presença, sem esse contexto, os conteúdos político-culturais do Movimento teriam sido outros o que sem dúvida vem precisamente a explicar a originalidade e peculiaridade do Feminismo de este lado do planeta. Com efeito, os próprios processos de tomada de consciência das feministas não teriam sido tão "revolucionários culturalmente" como foram, não teriam sido tão marcados pela política. Neste sentido, a mudança foi uma questão que envolveu diretamente o interno/intimo e não só a superestrutura.

violenta e a democracia como ruptura pactuada. Quanto aos conteúdos políticos partidários-organizacionais, o feminismo não só questiona e procura desmontar as formas de compromisso social apreendidas na militância, como aprofunda sua crítica até ao princípio de representação social base de construção do poder político e base do que posteriormente ganhará sentido através da reflexão posmoderna.

No interior do Feminismo, esta questão se articula com um lado radical reforçando o traço movimentista que nega o exercício representativo/representacional da liderança e não transfere o direito à voz própria a nenhuma outra mulher, seja ela feminista ou não. Isto viria a explicar, a nível epistemológico-metodológico, o auge - nas pesquisas feministas - do testimonial, das histórias de vida, do biográfico como forma de redimensionar e recuperar a emergência e explosão da subjetividade, da ação e a participação das mulheres.

Quanto ao político, "mais institucional", o sistema de relações sociais - via governos locais/nacionais - inicia um processo de cooptação das feministas mais visibilizadas que tem um efeito perverso: a constituição progressiva de vozes de algumas mulheres em representação política de fato, e não de direito, as quais instalam, com o passar dos anos, um dispositivo de institucionalização e reconhecimento de uma rede que tem um fechamento "não estritamente político", tem um fechamento "epistemológico" no sentido de que se estrutura a partir do saber/poder, mais que opera "até o político" e que nele se legitima.⁶ Agora é esta a situação que coloca "interrogantes éticas" relativas ao pragmatismo da práxis feminista na atualidade⁷. E esta situação resulta numa polarização política, numa ruptura de difícil resolução para o

⁶ O conceito de "históricas" para designar as feministas que vêm desde os primeiros Encontros (Colômbia, Peru) já conota a legitimação e o reconhecimento de uma certa hierarquia, a evidencia de um certo dispositivo de poder, um certo capital simbólico circulando, assim estas feministas não assistem aos Encontros posteriores nem procuram legitimar, validar seu saber/poder em espaços de construção do Movimento Feminista. De fato, têm construído espaços de legitimação que operam com autonomia e independência do Movimento Social de Mulheres e do Movimento Feminista avançando no distanciamento e no crescimento de tendências.

⁷ As interrogantes éticas indicam a dificuldade e a impossibilidade que experimenta o feminismo institucional para posicionar-se desde a cidadania e desde o movimentista. Em concreto, um exemplo: quem está posicionado/a desde algum lugar do Estado ou desde alguma instituição que executa políticas públicas-sociais emanadas deste, não pode posicionar-se desde a cidadania, desde um Movimento Social e atuar em consequência. Daí emanará só esquizofrenia, porque o Estado pode pensar e planejar a ocupação da ação cidadã, só que esta também invocará a sua condição de Soberania e Capacidade de Resistência, pondo em xeque o posicionamento e o lugar do executor/a.

Movimento Feminista Latino-americano entre o traço Movimentista (não representacional e por tanto não institucional) e o traço Político (representacional e institucionalizado).

Em concreto, na avaliação política propriamente movimentista que se faz do "estado da arte feminista latino-americano e do Caribe", passados os primeiros anos 90, em termos de fragmentação e invisibilidade, estas se explicariam e encontrariam justificativa no interior das instâncias legitimadas do Feminismo, isto é, nos Encontros Nacionais e Latino-americanos-Caribenhos, como efeitos da "onguinização", "governamentalização", "especialização", "profissionalismo acadêmico".⁸ Todos estes seriam neologismos usados para designar a práxis política feminista institucionalizada ou de um "feminismo que fala em representação" (*Feminismo Socialista, Feminismo Autônomo, Feminismo Agenda Radical, Feminismo Mulheres Jovens, Feminismo Nem as umas nem as Outras*, etc., contidos nas Declarações do VII Encontro Feminista Latino-americano Cartagena Chile, (1996).

Voltando ao duplo movimento genealógico e arqueológico (Foucault, 1979), pode-se afirmar que o primeiro momento vivido pelas mulheres se assimila à teoria do patriarcado e à re-elaboração da teoria psicanalítica pois, enquanto emergência e explosão da subjetividade testemunhal e biográfica, implica a elaboração de uma relação simbólica de hierarquia com o Poder/Saber - Pai - Deus/domínio do Sagrado - País - Estado - Partido - Companheiro - Filhos: uma oposição binária arquetípica que se funda e se reproduz no sistema patriarcal. (Guerra, 1994).

Quer dizer, o momento de tomada de consciência crítica das mulheres quanto à sua condição subordinada, independentemente de que seu referente seja a esquerda, corresponde ao processo individual que, a partir dos respectivos recortes teóricos, se procura desencadear. Tanto a técnica de trabalho grupal com mulheres, os grupos de tomada de consciência enquanto espaços de mulheres constituídos para socializar experiências, coordenar ações terapêuticas, de apoio e ajuda mútua quanto as orientações básicas desses questionamentos correspondem ao que se elabora no interior da teoria sobre o

⁸ Do ponto de visão Foucault- Deleuze expresso no artigo os Intelectuais e o Poder, (1979: 69-78) este processo de institucionalização (as democracias) bem pode ser lido como uma reforma, a partir de um pacto dentro de uma tendência do feminismo, na tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. Como efeito temos a perda da radicalidade do movimento.

patriarcado. Assim, os conteúdos dessas elaborações, a desconstrução e construção da subjetividade na linguagem, até a individuação e as identidades, inserem-se no psicanalítico.

O segundo ponto temático que se pode pensar como o Popular ligado ao Revolucionário estruturar-se-ia no interior do Marxismo. Em nossos países, como já se disse antes, esta questão coloca dois problemas no feminismo: de um lado, a semantização do popular das relações sexo/gênero enquanto classe/revolução, e de outro, o popular das relações sexo/gênero enquanto força de trabalho e maisvalia. Estas significações, em relação com o Patriarcado, a Psicanálise e posteriormente o Construtivismo, vão tornando mais conflitiva a procura de posicionamento dentro do Movimento.

De fato, no interior dos espaços feministas, inicia-se um processo de invisibilização do conflito de classes e este se coloca como elemento cultural de diferenciação e de individuação entre as próprias mulheres. Tudo isto já se observa a partir do II Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado no Peru em 1983, constituindo-se, em 1996, durante o VII Encontro Feminista realizado em Cartagena-Chile, num dos nós que explicam as contradições e fragmentações que o Movimento experimenta.

Neste sentido convém lembrar que em alguns países, como o Brasil, o Chile, a Argentina, que lutaram para sair de ditaduras militares no início dos anos 80, a diferença que coloca o "popular feminista" se resolve virtualmente através do engajamento comprometido com uma luta pela recuperação das democracias sem especificações para o social: nessa época o Movimento foi "Feminista Politicamente Democrático". No entanto, as mulheres de outros países, como é o caso da Nicarágua e de Cuba, durante estes anos se abstêm da participação, inserção e pertença ao Movimento Feminista Latino-americano (Encontros de Colômbia e Peru) precisamente porque a opção política pela democracia indiretamente lhes impossibilita formular uma compreensão do feminismo segundo o modo peculiar em que o estão experimentando em seus países. A conjunção aqui é Feminismo Político Revolucionário. Assim, em países como o Peru, que vivem a via guerrilheira-armada e a democracia de uma maneira mais radicalizada, o feminismo formula claramente ao Movimento esta dupla vertente: um Feminismo Político Popular que não pode ser Democrático, é Revolucionário, e um Feminismo Político Democrático que não pode ser Popular nem Revolucionário. Esta observação clínica do sintoma é o que está na base da categorização sobre o fazer e atuar das mulheres que posteriormente permite a Kirkwood, em Chile (1986), falar das "mulheres feministas

políticas" para referir-se àquelas que permanecem amarradas à compreensão que os partidos políticos de esquerda tem a respeito dos fins, objetivos, métodos, teoria, práxis e prioridades que assume e assumirá a emancipação global da sociedade e falar de "mulheres feministas"⁹ referindo-se àquelas que, construindo a autonomia, mantêm a referência à necessidade de fazer política a partir das mulheres e de suas próprias carências e alienações. (Kirkwood, 1986: 196)

Na atualidade, as primeiras seriam feministas que exercem sua prática ligada às políticas de um Estado Transnacional e a governos locais encarregados de executá-las autoritariamente em benefício de poucos e não da maioria das mulheres. As segundas seriam aquelas feministas que resistem a partir da prática movimentista aprofundando o político a partir de uma redefinição do popular-cultural.

Com efeito, estas duas posições limites marcaram o modo a partir do qual as feministas foram definindo a sua práxis política e inclusive constitui hoje o intervalo que define os conflitos de interesses de posicionamento (político-econômicos) que se colocam em confronto. Também, por que não dizer, são os desafios que, ao finalizar-se o Milênio, colocam-se à rearticulação do Movimento Feminista Latino-americano e a toda proposta que dele emane como Movimento Social.

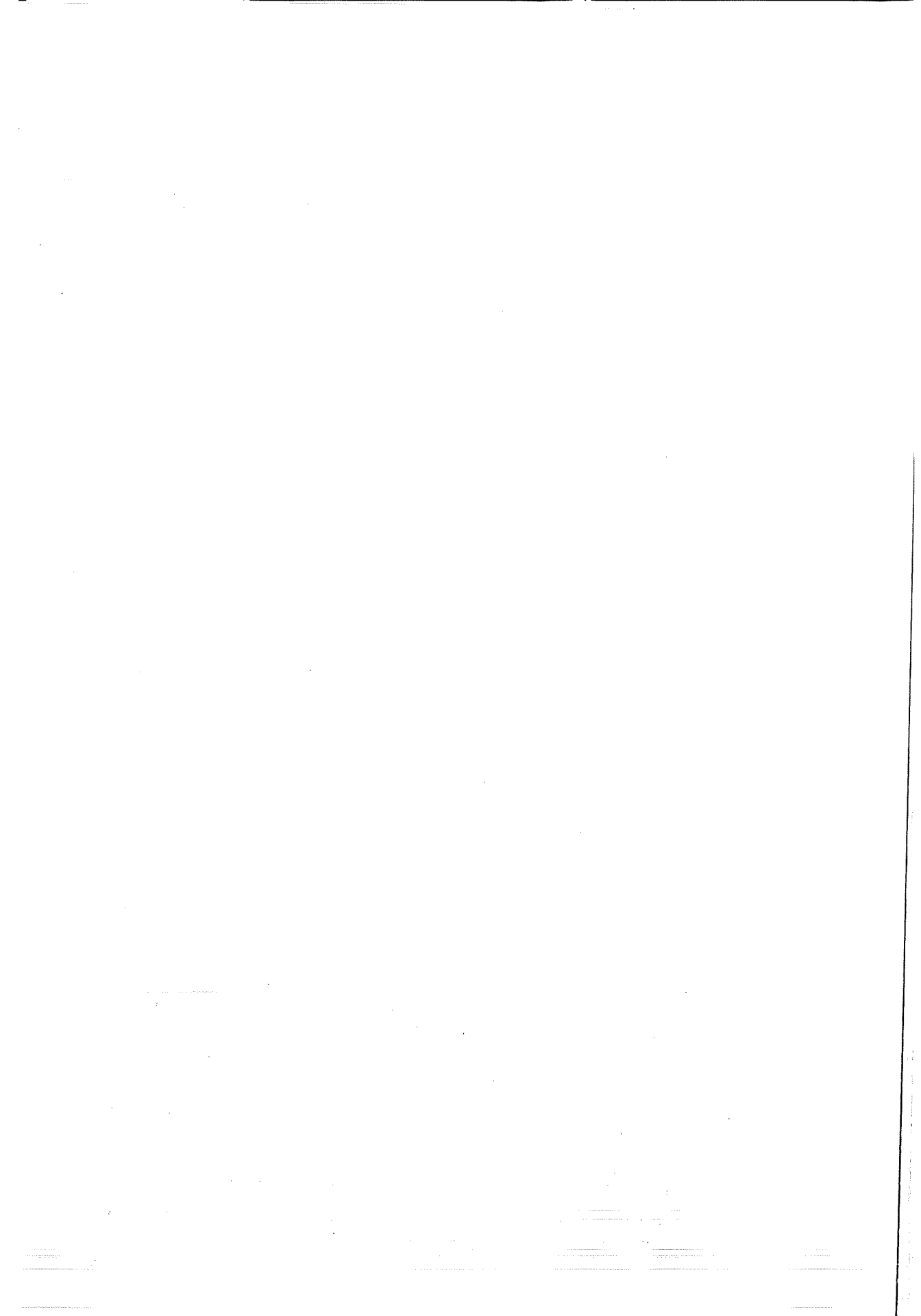


Bibliografia Consultada

- ALVAREZ, S.: (1994) . *La (trans) formación del (los) Feminismos y la Política de Género en la democratización del Brasil*, In *Mujeres y Participación Política: Avances y desafíos en América Latina*, Bogotá, Tercer Mundo.
- BOURDIEU P.: (1983). *Campo de Poder y Campo Intelectual*, Folios Ediciones, Bs.As., Argentina.
- BOURDIEU P.: (1987). *Cosas Dichas*, España: Gedisa.
- COTIDIANO MUJER: (1996). *Convocatoria al VII Encuentro Feminista, Carta Abierta a las Feministas Latino-americanas (Firmada por Colectivos Feministas, ONG.s, instituciones del Estado de Chile, mujeres independientes)*, Rev., III Época No. 22 Maio, Montevideu, Uruguai.

⁹ Supõe uma leitura forte do compromisso com o Feminismo e o Movimento.

- Feminismo Radical: **Conclusiones Agenda Radical**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y el Caribe Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feminismo Autónomo: **Conclusiones Feminismo Autónomo**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y el Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feminismo Hacia las Unas y Las Otras: **Conclusiones Taller Ni las Unas Ni las Otras, Hacia las Unas y las Otras**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe Nov., Cartagena Chile, 1996.
- Feminismo Socialista: **Conclusiones Taller Feminismo Socialista**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- Feministas Jóvenes: **Conclusiones Taller de Feministas Jóvenes**, VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, Nov., Cartagena, Chile, 1996.
- FOUCAULT, M.: (1979). *Microfísica del Poder*, Graal RJ, Brasil.
- GUERRA, L.: (1994). *La Mujer Fragmentada: Historias de un Signo*, Ediciones Casa de Las Américas, La Habana, Cuba.
- HABERMAS, J.: (1989). *Teoria de la Acción Comunicativa Vol 1y2* Taurus, Alfaguara, Madrid, España.
- JELIN, E., e Calderon, F.: (1987). *Classes Sociais e Movimentos Sociais na América Latina*, Rev. Brasileira de Ciências Sociais, No. 5 Vol 2 Brasil.
- KIRKWOOD, J.: (1986). *Ser Política en Chile: Las Feministas y los Partidos*, Flacso, Santiago, Chile.
- PISANO, M.: (1996). *Entrevista, Cotidiano Mujer*, Rev., III Epoca No.22 Mayo, Montevideo, Uruguay.
- LECHNER, N.: (1984). *La Conflictiva y Nunca Acabada construcción del Orden Deseado*, Flacso, Santiago, Chile.
- LECHNER, N.: (1988) *Los Patios Interiores de la Democracia*, Flacso, Santiago, Chile.
- LETELIER L.: (1996) *Gênero: a Tomada de Consciência de Uma Categoria*, Cadernos de Ciências Sociais No.39, DCS UFPb Paraíba, Brasil.
- O DONNEL, G. e Schmitter P.: (1986) *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies*, Baltimore J, Hopkins, University Press. U.S.A.,.
- SAPORTA, Navarro, Chuchryk, Alvarez: (1994) *Feminismo en América Latina: de Bogotá a San Bernardo*, en *Mujeres y Participación Política: Avances y Desafíos en América Latina*, Bogota, Tercer Mundo.
- SCOTT, J.: Gênero: (1990). *Uma Categoria Util de Análise Histórica. Educação e Realidade*, Porto Alegre, Vol 16, No 2 Jul/Dez Brasil.
- VARGAS G.: (1995). *Una Mirada del proceso hacia Beijing*, en *Estudios Feministas* Vol.3 No.1 IFCS/UFRJ, Brasil.
- Vargas G.: (1996). *Carta Abierta a Las Comisiones Organizadoras de los Seis Encuentros Anteriores*, Rev. III Epoca, No., 22 Mayo, Montevideo, Uruguay.
- Vargas G.: (1996) *Hacia el VII Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe*. Ponencia presentada en Cartagena, VII Encuentro Feminista, Chile.



O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIEDADE INSUSTENTÁVEL

Gustavo F. da Costa Lima¹

"A diminuição da miséria mental dos desenvolvidos permitiria rapidamente, em nossa era científica, resolver o problema da miséria material dos subdesenvolvidos. Mas é justamente desse subdesenvolvimento mental que não conseguimos sair, é dele que não temos consciência". Edgar Morin

1. Introdução

Este trabalho expõe o produto de uma pesquisa exploratória, realizada a partir de dados secundários - livros e artigos científicos publicados sobre a questão ambiental. Mais especificamente, sistematiza e problematiza o debate recente sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, se detendo sobre tópicos como: os fundamentos críticos ao modelo de desenvolvimento econômico dominante no mundo ocidental e difundido para o terceiro mundo no pós segunda guerra; a construção do conceito de desenvolvimento sustentável; as principais interpretações da crise sócio-ambiental dentro do pensamento ambientalista mundial e sobre avaliações dos avanços, limites e dilemas da nova concepção de desenvolvimento. O objetivo central da pesquisa consistiu em resgatar a discussão crítica sobre a questão ambiental recente, de forma a contribuir na compreensão da crise que se interpõe nas relações entre a sociedade humana e a natureza, que se reveste de singular complexidade e lança ameaças ao destino da espécie, no longo prazo, caso não se formulem respostas adequadas aos desafios colocados.

¹ Professor do DCS/UFPA

2. A crítica do desenvolvimento econômico

A década de 70 figura como um marco de emergência de questionamentos e manifestações ecológicas, à nível mundial, que defendem a inclusão dos problemas ambientais na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais como um todo. Tais preocupações refletem a percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico, de base industrial, e o volume de efeitos desagregadores sobre os ecossistemas naturais. O conjunto de impactos ambientais, até então percebidos como resíduos inevitáveis do progresso e da expansão capitalista, passam a assumir uma nova dimensão, e a despertar atenção, interesse e novas leituras.

A intensificação de problemas sócio-ambientais como: os processos de urbanização acelerada; o crescimento e a desigual distribuição demográfica; a expansão descontrolada do uso de energia nuclear, com finalidades bélicas ou pacíficas; o consumo excessivo de recursos não-renováveis; os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; a contaminação tóxica dos recursos naturais; o desflorestamento; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático, têm impactado a opinião pública mundial e atraído atenção para uma realidade, até então pouco observada. Mais recentemente, os analistas da problemática ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, que precisam ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento mais adequado. Isto porque, se a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, a pobreza destes conduz a uma exploração predatória dos recursos naturais, fechando um ciclo perverso de prejuízos sócio-ambientais. (Sachs, 986) .

De fato, a multiplicação de problemas sócio-ambientais tem contribuído para a emergência e difusão de uma consciência ecológica, assim como para um questionamento da atual forma de relacionamento entre sociedade e natureza e da desintegração dos conhecimentos da economia, da ecologia, da sociologia e da biologia, no sentido de uma aproximação das ciências naturais e sociais. Esse despertar de uma nova consciência ecológica, entretanto, apesar de sua importância, ainda não se refletiu em mudanças significativas nos rumos das políticas governamentais e dos estilos de vida individuais. É natural, que o nível de preocupação e de iniciativas visando a superação dos problemas ambientais, seja mais intenso nas regiões onde o problema é mais presente.

Assim, as necessidades mais prementes dos países industrializados, aliado aos mais altos níveis de informação de suas populações, têm contribuído para o crescimento da consciência ambiental nestes países. No caso dos países do terceiro mundo, outros fatores fazem com que essa consciência seja menos presente, intensa e organizada. Contudo, de formas mais ou menos articuladas e aceleradas, a consciência ecológica cresce e se materializa em movimentos sociais, no seio da opinião pública, em iniciativas científicas, nos meios de comunicação, nas políticas governamentais, nos organismos internacionais e nas atividades empresariais, entre outros. Viola e Leis analisam detidamente a evolução recente do movimento ambientalista global, e sobretudo do ambientalismo brasileiro. Constatam que o movimento iniciado, no início da década de 70, a partir de minorias de estudiosos e militantes ambientalistas, organizados em torno da denúncia de agressões e da defesa dos ecossistemas, vai gradualmente se ampliando, conquistando novos espaços até ganhar a feição multissetorial que hoje o caracteriza. Do ponto de vista das preocupações e temáticas orientadoras do movimento, amplia-se o foco de atenção para incluir questões como a ecologia política, a questão demográfica, a relação entre pobreza e ecologia, a questão técnico-científica, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo de desenvolvimento. (Viola & Leis, 1991). O perfil multissetorial assumido pelo ambientalismo, não significa uniformidade de posições, apenas indica uma pluralidade crescente de setores sociais que reconhecem a legitimidade da questão ambiental e a necessidade de incluí-la, como variável indispensável, no planejamento do desenvolvimento nacional e mundial.

Embora um pensamento crítico dirigido à sociedade urbano-industrial e a seus impactos sócio-ambientais remonte aos séculos 18 e 19, as críticas de ontem e de hoje têm significados diversos. O abundante estoque de recursos naturais disponível, nos primórdios da revolução industrial, e a larga capacidade de absorver e reciclar os resíduos da produção, afastava qualquer possibilidade de crise. Por outro lado, o ritmo e o volume da produção mundial, o tamanho da população e seu estilo de vida e consumo não representava um problema a ser considerado. As críticas de hoje, por sua vez, surgem num contexto onde os problemas já são evidentes, modificam a qualidade de vida de milhões de pessoas, assumem uma escala planetária e permitem antever situações de alta gravidade e irreversibilidade a longo prazo, caso não se tomem providências efetivas. Um dos focos privilegiados da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico dominante é a contradição existente entre uma proposta de desenvolvimento ilimitado a partir de uma base de recursos finita. Esta contradição básica tem sido analisada

de diversas perspectivas, todas elas evidenciando a insustentabilidade da proposta à longo prazo. A disponibilidade limitada de matérias-primas, a velocidade de reprodução dos recursos renováveis e a capacidade de absorver os detritos do sistema industrial são insuficientes para acompanhar o ritmo de crescimento acelerado, por um longo tempo. Mais cedo ou mais tarde, tal situação conduziria a um colapso ecológico. (Lago & Pádua, 1992) . Buarque aborda o mesmo problema pelo ponto de vista das limitações da ciência econômica que, segundo ele, não considera em sua análise dimensões sociais e ecológicas da realidade. Adverte para os prejuízos do economicismo, com sua tendência a reduzir a complexidade do real e a fragmentar a globalidade dos fatos. Aponta, também, para outras limitações das análises econômicas que se expressam, por exemplo, na perspectiva imediatista, e de curto prazo, incompatíveis com o longo prazo das mudanças e ciclos naturais, e no divórcio entre técnica e ética que caracteriza certa economia subordinada a racionalidade do capital. (Buarque,1990). Georgescu Roegen, por seu turno, interpreta os limites do crescimento econômico por uma perspectiva biofísica, introduzindo princípios da teoria da entropia, para demonstrar a total impossibilidade de um desenvolvimento exponencial a partir de uma base de recursos escassos. Contribui assim, de forma inovadora para o debate econômico e ecológico ao propor a consideração da natureza no cálculo econômico, ou melhor, para sugerir que o sistema econômico, apesar de sua aparente autonomia, não passa de mero subsistema do ecossistema biofísico, do qual depende como fonte supridora de recursos e como meio onde deposita os resíduos finais das atividades de produção e consumo.(Roegen,1971).

Um outro foco de crítica relevante, dirigida ao modelo de desenvolvimento do capitalismo industrial, diz respeito a algumas de suas características intrínsecas e constitutivas. São elas: a orientação segundo princípios do mercado; a busca da lucratividade, produtividade e competitividade máximas. Tais características, centrais ao processo de reprodução e expansão do capital tem impactos diretos sobre a qualidade do desenvolvimento sócio-ambiental. O sistema de mercado não existe para satisfazer as necessidades das pessoas mas sim para atender aos desejos dos consumidores e a lucratividade dos produtores. Por consequência, o resultado dessa equação não poderia ser outro senão a divisão da sociedade em zonas de inclusão e de exclusão social, num processo crescente de desigualdade social. Conforme veremos adiante, são igualmente adversos os impactos da racionalidade capitalista sobre os ecossistemas naturais. No tocante ao problema da desigualdade econômico-social, dados da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (que definem como pobres as famílias com renda inferior ao

dobro do custo da cesta básica), no início da década de 1980, mostram que a população em situação de pobreza na América Latina alcançava 41% do total, porcentagem que subiu para 43% em 1986. Revelam ainda que do aumento no volume da população pobre (34.3 milhões) 55% (19 milhões) correspondem a pessoas em estado de miséria, cuja renda não atinge sequer os custos da cesta básica. (CIMA, 1991). Outros dados, do Relatório do Banco Mundial de 1990, veiculados por Cavalcant, revelam que neste ano 1.116.000.000 (um bilhão e cento e dezesseis milhões) de pessoas viviam com menos de um dólar por dia, o que contabiliza o total de no máximo 30 dólares mensais. (Cavalcanti,1996). Esses dados revelam uma das facetas da aplicação de receitas desenvolvimentistas no terceiro mundo. Já nos referimos acima à conexão cíclica dos fenômenos da pobreza e da degradação ambiental, que evidenciam as desvantagens de um crescimento apoiado na desigualdade social. Assim, se os pobres são compelidos a destruir, no curto prazo, os recursos dos quais dependem para subsistir no longo prazo, os ricos tendem a desperdiçar recursos, através de um consumo ostentatório, que em geral afeta desfavoravelmente os mais pobres. (Sachs,1986). Esse modelo de modernização conservadora, caracterizado por um crescimento econômico não distributivo também tem resultados políticos nocivos, na medida em que fragiliza a democracia e os processos de participação política e cria condições propícias às formas autoritárias de governo, já que as propostas verdadeiramente democráticas dificilmente se sustentam sobre padrões de distribuição de renda muito desiguais. A experiência terceiro mundista, em geral, e latino americana, em particular, tem evidenciado os elos entre a desigualdade econômica a instabilidade política e as saídas autoritárias tão frequentes em nossa história.

Na análise das relações entre desenvolvimento e meio ambiente, merece consideração a forma diferenciada como a degradação atinge os países ricos do norte e pobres do sul. Em primeiro lugar, o norte sofre efeitos de uma poluição da riqueza: usinas nucleares, chuvas ácidas, consumo suntuário, dificuldade em dar destino ao lixo, doenças provocadas por excesso de alimentos, álcool, drogas e medicamentos. No sul, concentra-se a poluição da miséria: subnutrição, falta de água potável e esgotos, lixões a céu aberto, falta de atenção médica e medicamentos, consumo de álcool e drogas. Some-se a isso a exportação de indústrias sujas no sentido norte-sul, como as químicas, petroquímicas e de celulose, e as intensivas em energia como as de alumínio. Agrava, sobretudo, esse quadro a situação de dependência e subordinação determinada pela gigantesca dívida externa dos países do sul, que os obriga a um esforço desmedido de exportação para pagar os elevados juros da dívida, em

detrimento da degradação descontrolada de seus recursos e patrimônio natural. (Viola & Leis, 1991).

Críticas consistentes também apontam para o caráter imitativo e inadaptado das fórmulas de desenvolvimento transferidas desde os países industrializados, durante todo esse período. Numerosos estudiosos têm chamado atenção para esse problema de consequências tão abrangentes quanto danosas para os países hospedeiros. (Sachs, 1986; Buarque, 1990; Morin & Kern, 1995; Rattner, 1980; Correia de Andrade, 1993). Sachs, em especial, em sua reflexão sobre o desenvolvimento econômico e social e sobre o Ecodesenvolvimento, enfatiza, repetidamente, o crescimento imitativo ou mimético como um dos principais erros a evitar na construção de uma nova concepção de desenvolvimento. Para ele, o crescimento mimético é um dos sinais que distinguem o desenvolvimento do maldesenvolvimento. A tentativa de reproduzir o caminho histórico dos países industrializados acarreta custos sociais e ambientais excessivamente elevados. Embora evitando xenofobismos, salienta como efeitos nocivos da imitação apressada: o aprofundamento da desigualdade social, a dependência cultural e os danos ambientais - decorrentes de transferências não seletivas de tecnologias concebidas em outros contextos - como males estruturais de onde outros se desdobram. (Sachs, 1986).

Outra referência indispensável, na análise crítica do modelo de desenvolvimento de base industrial, encontra-se no trabalho "O Mito do Desenvolvimento Econômico" de Furtado. Nele demonstra as falácias da idéia de desenvolvimento econômico e da impossibilidade de sua universalização como pretendiam seus ideólogos. Furtado desmistifica a doutrina do desenvolvimento que prega que os povos pobres têm a possibilidade de atingir os padrões de vida dos povos ricos, desde que sigam o exemplo e as recomendações dos países industrializados. O autor mostra ser essa uma meta irrealizável, já que os custos para tanto, em termos de depredação do mundo físico, seriam tão elevados, que toda tentativa de generalizá-la levaria ao colapso civilizatório, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana. A conclusão a que chega é de que *"essa idéia (desenvolvimento) tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. Cabe, portanto afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito"*. (Furtado, 1996).

Colocados, assim, os principais argumentos críticos ao modelo de desenvolvimento econômico industrial, passaremos à análise das dife-

rentes correntes de pensamento referentes à questão sócio-ambiental e de suas propostas para a abordagem do problema.

2.1 Diferentes tendências no pensamento ambiental.

Conforme indicamos acima é cada dia maior o número de pessoas, grupos e instituições a reconhecer a legitimidade da questão ambiental e a defender sua inclusão na agenda dos assuntos socialmente prioritários. No entanto, se algum consenso já existe sobre pontos elementares, o mesmo não pode-se afirmar sobre as interpretações concernentes à origem e possíveis respostas ao problema. Apesar do risco de simplificação inerente aos processos de classificação, tentar-se-á apresentar uma diferenciação das perspectivas básicas predominantes no pensamento ambientalista. Seguindo a sistematização proposta por Leis, podemos classificar as correntes principais a partir da combinação de dois eixos básicos. O primeiro formado pelo binômio homem-natureza que define as categorias centrais do antropocentrismo e do biocentrismo. O segundo eixo constituído pelo princípio igualitário-hierárquico que define posições mais individualistas ou coletivistas. (Leis, 1995). Tem-se, assim, quatro categorias básicas que podem, eventualmente, se ramificar, ampliando o número de variações possíveis. O antropocentrismo pode ser resumido como a tendência ético-filosófica que percebe o ser humano como centro e senhor da existência, num sentido em que todo o resto dos seres e processos orgânicos e inorgânicos adquirem valor comparativamente ao homem e à utilidade que possam lhe proporcionar. O biocentrismo, contrariamente, nega o antropocentrismo e defende uma relação igualitária entre os seres e um valor intrínseco à natureza, desvinculado de conotações utilitárias. Assim, segundo a classificação, teríamos, em primeiro lugar, a posição ecocapitalista que se caracteriza por reunir princípios antropocêntricos e individualistas. Representa a posição econômica e politicamente dominante dentro do ambientalismo global. Reconhece a questão ambiental como um subproduto indesejável do progresso, mas perfeitamente ajustável dentro da ordem capitalista e que dispensa quaisquer mudanças mais profundas. Sinteticamente, alguns ajustes demográficos e tecnológicos seriam suficientes para superar o problema. Compreende o enfoque de mercado, que julga o livre jogo entre produtores e consumidores capaz de avançar na direção de uma sociedade sustentável. Caracteriza-se também, por ser realista, sem influências utópicas, e por um egoísmo

excludente próprio ao neoliberalismo. Merece, também destaque, como uma variante da categoria anterior, o tecnocentrismo, ou ecotecnicismo, espécie de ambientalismo otimista e acomodado que acredita na superação da crise ambiental através do desenvolvimento científico-tecnológico. Essa tendência tem sido bastante criticada por seu reducionismo, que dissolve toda a complexidade da questão ambiental a aspectos meramente técnicos. (Herculano, 1992)

A segunda posição, mais próxima à ecologia social, reúne características antropocêntricas e coletivistas. São críticos do "status quo" e pensam que os grandes responsáveis pela crise ambiental são o capitalismo industrial e elementos dele decorrentes, ou mesmo inerentes, como a desigualdade social e política, a razão instrumental, a ética individualista e o gigantismo das soluções econômicas e tecnológicas. Defendem, portanto, mudanças político-institucionais e éticas de conteúdos utópicos e anarquistas, de crítica ao Estado e às formas de gestão centralizadoras. São favoráveis a uma sociedade democrática, descentralizada e a princípios de propriedade comunal. Seus principais mentores são Murray Bookchin, Felix Guattari, Rudolf Bahro e Jonathan Porritt entre outros.

Diferente da ecologia social, de tendências anarquistas, o ecossocialismo também se orienta por princípios antropocêntricos e comunitários e forma uma tendência diferenciada, embora dividam o mesmo tronco comum. Com presença marcante no debate ambiental, os ecossocialistas ou ecomarxistas centram sua crítica e a essência de seu diagnóstico da crise ambiental na racionalidade capitalista e em seus pilares de sustentação como: o processo de acumulação crescente de capital, a exploração do trabalho e a mais-valia, na alienação do trabalho, na maximização do lucro e no consumismo exacerbado, que julgam incompatíveis com a lógica ecológica. Assim, se assemelham aos anarquistas na crítica ao capitalismo e se diferenciam por defenderem o socialismo e por verem nele as grandes respostas aos problemas sócio-ambientais. Marcuse, um de seus representantes, expressa a incompatibilidade entre o capitalismo e ecologia ao afirmar: "*a lógica ecológica é a negação pura e simples da lógica capitalista; não se pode salvar a terra dentro do quadro do capitalismo. Não se trata de converter a abominação em beleza, de esconder a miséria, de desodorizar o mau cheiro, de florir as prisões, os bancos, as fábricas, não se trata de purificar a sociedade existente mas de a substituir*". (Herculano, 1992). Entre os diversos autores que defendem posições ecossocialistas encontram-se além de Marcuse, Goldsmith, Michel Bosquet, André Gorz e Moscovici, entre outros.

A posição seguinte refere-se aos ecocêntricos, ou biocêntricos de tendência individualista. Para os representantes desta tendência a natureza tem valor intrínseco independentemente da utilidade que tenha para o homem. Defendem a igualdade de todas as espécies, dentro da comunidade biótica e uma nova ética que substitua os valores antropocêntricos. Dispensam pouca atenção às questões sociais e políticas, sendo mais tendentes a uma visão espiritualista, onde a natureza assume uma importância central. Também conhecidos como fundamentalistas, *deep ecology* (ecologia profunda) pelo radicalismo de suas posições e pelo combate a outras correntes ambientalistas que consideram superficiais. Ressalte-se que dentro desta categoria do biocentrismo, subsistem gradações que variam desde matizes suaves do conservacionismo, até posturas mais extremistas, como é o caso dos fundamentalistas. Entre os representantes mais conhecidos desta tendência destacam-se : James Lovelock, Arne Naess, Warwick Fox e Aldo Leopold entre outros.

A quarta categoria básica articula características biocêntricas com preocupações comunitárias. Nesse sentido, concorda com a categoria anterior na crítica ao antropocentrismo, mas expressa preocupações sociais, políticas e com os problemas do terceiro mundo. Têm também forte inclinação espiritualista e questionamentos ético-filosóficos, inclusive diferenciando-se das categorias anteriores, por mostrar-se insatisfeita com as explicações e respostas científicas, e por procurar um novo paradigma que integre ciência e religião; razão e emoção; materialidade e espiritualidade. Neste sentido, coloca-se na contramão do paradigma técnico-científico e reivindica o caráter sagrado de todos os seres, assim como a preservação de indivíduos e ecossistemas. Entre os autores biocêntricos coletivistas perfilam autores como Fritjof Capra, Allan Watts, Leonardo Boff e Nancy Manganbeira Unger.

Merecem ainda referência três categorias adicionais que , apesar de menos expressivas hoje, têm significação histórica e sobrevivida residual no interior das outras categorias mencionadas. São elas o alternativismo, o neomalthusianismo e o zerismo. O alternativismo reúne movimentos pioneiros no ambientalismo, que inclui pacifistas antinucleares, críticos da ciência e do modelo industrial-consumista que vieram desembocar nos movimentos hippies e da contracultura. Os neomalthusianos focalizam sua atenção sobre a questão demográfica, na relação entre crescimento populacional e degradação ambiental e na defesa do controle da natalidade para evitar os problemas ecológicos. Seus expoentes são Garret Hardin e o casal Erlich, que

chegam inclusive a sugerir que o terceiro mundo é muito prolífico e, portanto, responsável pelos grandes problemas ecológicos. Discutem, nessa direção, a proposta de suspender qualquer política de ajuda aos países pobres e o congelamento do crescimento populacional como única forma de enfrentar a questão sócio-ambiental. Os zeristas, como os neomalthusianos, seguem as previsões catastróficas dos estudos promovidos pelo Clube de Roma, que colocam os limites do crescimento econômico e propõe o crescimento zero como forma de evitar o colapso ecológico.

Os resultados insatisfatórios, colhidos das experiências práticas e das construções teóricas de desenvolvimento econômico, permitiu, através de sucessivas avaliações, o surgimento de novas propostas, que findaram convergindo para a concepção de desenvolvimento sustentável, a qual abordaremos a seguir.

3. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável

Analisar a construção e emergência do conceito de desenvolvimento sustentável é compreender os processos objetivos e subjetivos que levaram à consciência do esgotamento do modelo de desenvolvimento, experimentado nas últimas décadas, e da necessidade de uma nova concepção.

Conforme mencionamos acima, a multiplicação de acidentes e problemas ambientais e a ação do movimento ecológico, sobretudo a partir da década de 1970, compõe uma força crítica aos modelos de desenvolvimento industrial, tanto capitalista, quanto socialista, e despertam uma nova consciência, atenta à dimensão ambiental da realidade. Na verdade, a crítica ecológica vem reforçar o coro dos analistas políticos e econômicos e dos críticos da cultura, que já denunciavam as falácias do progresso, suas irracionalidades e promessas descumpridas, seja nos países industrializados, quanto nos países do dito terceiro mundo. Os reclamos da sociedade civil organizada, foi paulatinamente pressionando a incorporação da questão ambiental aos programas de governo nacionais, ao sistema político-partidário e à agenda dos organismos internacionais. A Conferência Internacional para o Meio Ambiente Humano, promovida pelas Nações Unidas - ONU, em 1972 na Suécia, é um marco histórico-político de uma série de iniciativas e eventos nacionais e internacionais que passam a dar um novo tratamento aos temas ambientais. É do mesmo ano a polêmica publicação "Os Limites do Crescimento", também conhecido como Relatório Meadows, um estudo realizado por um conjunto de técnicos e cientistas do Massachusetts Institute of Technology-MIT,

por encomenda do Clube de Roma. Este documento avaliou as condições da degradação ambiental planetária e estabeleceu previsões para o futuro. Os resultados publicados foram pessimistas e apontavam para duas possibilidades: ou a mudança dos padrões de crescimento econômico ou o colapso ecológico dentro dos próximos cem anos. O debate que se seguiu a perspectivas tão catastróficas polarizou-se entre os zeristas, que propunham um nível de crescimento zero como única saída para evitar a catástrofe iminente, e aqueles que não confiavam em tais previsões e acreditavam no potencial da ciência e da técnica como saída do impasse. Na esteira da Conferência de Estocolmo registram-se a criação do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e de diversos outros programas com preocupação ecológica.

A Conferência de Estocolmo reflete a preocupação, sobretudo do mundo desenvolvido com a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização acelerada, pela explosão demográfica e pela expansão do crescimento urbano (Guimarães, 1991). Pode-se afirmar que o tom predominante foi a polêmica entre países ricos e países pobres. Em verdade, a agenda da Conferência ressaltava temas e objetivos de interesse dos países industrializados, e o Brasil foi um dos países a liderar uma resistência de terceiro-mundistas, sob o argumento de que precisamos de desenvolvimento e não de controle ambiental, e de que se a poluição é inevitável, que venha a poluição. Chamavam a atenção para o fato de os desenvolvidos proporem controle ao crescimento econômico após terem atingido altos níveis de crescimento e de degradação de seus próprios recursos. Diziam que os ricos queriam manipular o crescimento dos pobres com argumentos ecológicos. Apesar dos conflitos, a Conferência teve repercussões mundiais, desencadeando outras conferências internacionais, a criação de diversas agências internacionais voltadas para o assunto, de órgãos ou ministérios ambientais em muitos países, de milhares de organizações não-governamentais e a organização de partidos verdes em numerosos países.

Já em 1973 o conceito de ecodesenvolvimento é usado pela primeira vez para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento. O prof. Ignacy Sachs é um dos principais responsáveis pela formulação dos princípios básicos dessa nova perspectiva de desenvolvimento. Esses princípios podem ser sintetizados como: a) a satisfação das necessidades básicas da população; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d)

a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programas de educação (BRUSEKE, 1995). O conceito enfatiza ainda sua oposição aos modelos de crescimento imitativos, à importação de tecnologias inadequadas e a promoção da autonomia das populações envolvidas, de forma a superar a dependência cultural à referências externas. Caracteriza-se, enfim, como uma estratégia multidimensional e articulada de dinamização econômica, sensível à degradação ambiental e à marginalização social, cultural e política das populações consideradas. (Vieira, 1995).

A Declaração de Cocoyoc, em 1974, é outro documento marcante no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente. Foi o resultado de uma reunião do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas - UNEP e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD. Na reunião, se avançou sobre o modelo sugerido por Sachs, trazendo à discussão a conexão existente entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas, devido a seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição.

Em 1975, o Relatório Que Faire, apresentado pela Fundação Dag - Hammarskjöld com participação de pesquisadores e políticos de 48 países e contribuições da UNEP e outras 13 organizações da ONU, reforça os argumentos de Cocoyok. Nele, apresentam-se críticas contundentes ao abuso de poder dos desenvolvidos, ao excesso de interferência desses países nos destinos dos países do terceiro mundo e às graves consequências ambientais, daí resultantes. Depositam esperanças em estratégias de desenvolvimento baseados na autoconfiança (self-reliance) e autonomia dos países pobres. Devido a seu caráter radical, sofre resistências e rejeição por parte de governos, cientistas e políticos conservadores.

Em 1983, a Assembléia Geral das Nações Unidas cria a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED, que tem como Presidente a então primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. A comissão tinha por objetivo reexaminar os principais problemas do meio ambiente e do desenvolvimento, em âmbito mundial, e formular propostas realistas para solucioná-los. Em abril de 1987, a comissão apresenta o relatório Nosso Futuro Comum (Our Common Future). O relatório parte do pressuposto da possibilidade e da necessidade de conciliar crescimento econômico e conservação ambiental e divulga o conceito de **desenvolvimento sus-**

tentável e um conjunto de premissas que desde então tem orientado os debates sobre desenvolvimento e questão ambiental. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras também atenderem as suas. O relatório Brundtland inova no sentido em que recusa tratar exclusivamente dos problemas ambientais, optando por uma perspectiva relacional centrada nas interrelações entre estilos de desenvolvimento e seus impactos sobre a natureza. O discurso se orienta no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento e da necessidade de tratá-lo de uma perspectiva multidimensional que articula os aspectos econômicos, políticos, éticos, sociais, culturais e ecológicos, evitando os reductionismos do passado. Com próximas influências do ecodesenvolvimento, apresenta uma filosofia de desenvolvimento que combina eficiência econômica com prudência ecológica e justiça social. Este relatório também chama atenção para a importância da cooperação internacional e do multilateralismo no enfrentamento dos desafios de final de século. Enfatiza ainda que os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável se encontram diretamente relacionados com os problemas da pobreza, da satisfação das necessidades básicas, de alimentação, saúde e habitação e de uma matriz energética que privilegie as fontes renováveis no processo de inovação tecnológica. (Guimarães, 1991).

Percebe-se, do exposto, que as propostas elaboradas na Conferência de Estocolmo em 1972 e as produzidas com vistas a Conferência do Rio em 1992, e adiantadas pelo Relatório Brundtland tem teores bastante diversos. Se em 1972 a ênfase recaía na busca por soluções técnicas para os problemas da degradação ambiental, a Conferência de 1992 focaliza a relação entre desenvolvimento e ecologia e aborda problemas planetários, procurando integrar interesses multilaterais, pelo menos em intenção.

Na seção seguinte, tentar-se-á avaliar as principais críticas e dilemas do desenvolvimento sustentável, procurando apresentar seus avanços, limites e contradições.

4. A crítica e os dilemas do desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável, lançado pelo Relatório Brundtland, em 1987 tem, desde então, ocupado posição de destaque

no debate recente sobre a questão ambiental em sua relação com o desenvolvimento econômico-social. Apesar de sua forte penetração social, sobressaem seu caráter polêmico e ambíguo, marcado por múltiplas interpretações e consensos apenas pontuais. A literatura que avalia seu significado e impacto social destaca suas positivities, suas contradições e os dilemas de sua incompletude, de seu caráter inacabado e dos obstáculos existentes à sua evolução e consolidação como real alternativa de desenvolvimento social.

As análises que acentuam suas qualidades positivas destacam: seu caráter inovador, como nova filosofia de desenvolvimento econômico, que substitui e supera um paradigma limitado, esgotado e ineficaz. O novo conceito incorpora também uma perspectiva multidimensional que a um só tempo articula economia, ecologia e política numa visão integrada e supera abordagens unilaterais e explicações reducionistas e simplificadoras do problema. Percebe-se também, como pontos positivos: a visão de longo prazo, sintonizada com os ciclos biofísicos e com as gerações futuras; e o tratamento político do problema ecológico que substitui a visão meramente técnica, antes predominante. O conceito de sustentabilidade inova também ao valorizar os problemas das relações norte-sul, e sobretudo as especificidades dos países pobres, quando relaciona pobreza, riqueza e degradação, quando atenta para as implicações adversas da dívida externa no contexto sócio-ambiental desses países, inclusive reconhecendo a desigualdade norte-sul e a maior responsabilidade relativa dos países do norte na construção de um desenvolvimento sustentável. Registra, ainda, a maior predação relativa dos nortistas e os prejuízos que o seu crescimento trouxe para os países do sul.

No plano do conhecimento científico, a proposta sugere a preferência por abordagens multidisciplinares, com uma aproximação necessária entre as ciências naturais e sociais.

Os analistas menos radicais elogiam seu posicionamento político realista e diplomático, que rejeita extremismos ou quaisquer outras atitudes que possam prejudicar seu tom conciliatório. Consideram, inclusive, que a construção da proposta de desenvolvimento sustentável teve o mérito de introduzir a temática ambiental nos debates sobre política econômica e relações internacionais, e um reconhecimento que o assunto nunca teve em vinte anos de esforços e mobilizações. (Viola, 1995; Vieira, 1995; Brüseke, 1995).

Do ponto de vista daqueles que criticam o conceito, a ênfase recai sobre suas ambiguidades e contradições, e são muitas as vulnerabilidades apontadas. Pode-se afirmar, para fins de síntese, que os principais

ataques à proposta se ramificam em torno de algumas perguntas essenciais como: a) é realmente possível conciliar crescimento econômico e preservação ambiental, no contexto de uma economia capitalista de mercado ? (ver socialismo adiante); b) Não é o desenvolvimento sustentável apenas uma nova roupagem para uma proposta já superada? (e neste caso se trataria de mudar na aparência para conservar na essência); c) em não havendo consenso sobre o que é desenvolvimento sustentável e sobre como atingi-lo, qual interpretação será privilegiada, a visão estatista, de mercado ou da sociedade civil ?; como atingir eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social em uma realidade mundo extremamente desigual, injusta, e degradada ? como passar da retórica à ação? Estão os países desenvolvidos e as elites das nações subdesenvolvidas dispostas à mudanças e sacrifícios? Podemos apenas especular sobre estas questões, não respondê-las.

Como esclarecimento, é necessário colocar que quando nos referimos aos problemas ambientais das sociedades e economias capitalistas não queremos sugerir que as sociedades socialistas sejam diferentes nesse aspecto. Os estudos ambientais e os próprios meios de comunicação têm demonstrado os resultados ecologicamente negativos do modelo de desenvolvimento socialista, como atestam a destruição de florestas no leste europeu, por chuvas ácidas, o episódio nuclear de Chernobyl e o processo de desertificação e salinização de vastas regiões em torno do mar de Aral. (Lima, 1993). Além disso, após a desintegração recente das experiências do socialismo real, restam os modelos capitalistas. Assim, importa lembrar, que quando hoje falamos de desenvolvimento sustentável nos referimos ao contexto da sociedade capitalista industrial.

Sequenciando a crítica ao conceito de sustentabilidade, veiculado pelo relatório Brundtland, condena-se sua natureza polissêmica, que ao deixar obscuro seu significado, permite múltiplas leituras, que podem oscilar, desde um significado avançado de desenvolvimento, associado à justiça social, participação política e preservação ecológica, até uma leitura conservadora que o torna semelhante ao conceito de crescimento econômico, ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Herculano, por exemplo, explora uma contradição semântica do termo, já que a associação das noções de sustentabilidade e desenvolvimento encerra um antagonismo de difícil solução. Lembra ela, que sustentabilidade é um conceito da ecologia, que significa tendência à estabilidade, equilíbrio dinâmico e interdependência entre ecossistemas, enquanto desenvolvimento diz respeito ao crescimento dos meios de produção, à acumulação e expansão das forças produtivas.

Outro ponto vulnerável à crítica é a tendência economicista do conceito, em sua apresentação, que supervaloriza a dimensão econômica do desenvolvimento em detrimento de aspectos éticos, culturais, sociais e políticos, embora em teoria privilegie uma perspectiva pluridimensional. Os ambientalistas se queixam de que o conceito de desenvolvimento sustentável, de sua autoria, estaria sendo distorcido e reinterpretado como uma estratégia de expansão do mercado e do lucro, quando, na verdade, significa mudanças essenciais na estrutura de produção/consumo, uma nova ética comportamental e o resgate dos interesses sociais coletivos. (Herculano, 1992).

Stahel é outro autor que questiona a possibilidade de uma sustentabilidade no contexto do capitalismo. Argumenta que o novo conceito tem sido difundido sem que se coloque, explicitamente, sua significação no quadro do capitalismo, e que ou ele mostra sua possibilidade de realização, ou cai no vazio, servindo apenas como ideologia legitimadora da insustentabilidade capitalista. Desenvolve uma análise sobre o funcionamento do capitalismo, a partir da noção de entropia, procurando as sintonias entre os ritmos econômico e biofísico. Compara o significado dos tempos biosférico e econômico, observando ser o tempo biosférico circular, orientado pelo princípio da estabilidade, da contínua reciclagem e pelos baixos níveis de entropia, ao passo que, o tempo econômico, introduzido pelo capitalismo é marcado pela expansão constante, concorrência de mercado, pelas constantes inovações e pela instabilidade. Segundo o autor, a aceleração do tempo, característica da lógica capitalista, rompe com o tempo circular e com a estabilidade biosférica, acelerando os processos de degradação entrópica. Maior produtividade e competitividade representam geração de alta entropia, lixo e poluição crescentes. Nesse descompasso temporal, entre a aceleração do tempo econômico e a incapacidade de adaptação do tempo biosférico está a origem da crise ambiental. Stahel conclui, afirmando que o modelo de desenvolvimento capitalista, visto da ótica da lei da entropia se mostra insustentável e, o discurso da sustentabilidade no contexto de uma economia de mercado, uma ilusão. (Stahel, 1995).

Outro ponto polêmico refere-se à busca da sustentabilidade no âmbito das relações norte-sul. O relatório Brundtland trata da pobreza e da degradação ambiental do sul de maneira rigorosa, enquanto tem maior tolerância com a degradação dos industrializados. As críticas a estes últimos, e à sociedade industrial como um todo são bastante atenuadas se comparadas com os relatórios anteriores. De maneira análoga, define um nível de consumo mínimo para os países pobres, mas se omite na definição de um limite para o consumo máximo. Neste sentido,

os padrões de consumo e os estilos de vida dos desenvolvidos são poupados de questionamentos mais profundos, deixando transparecer a crença em ajustes superficiais que dispensam mudanças maiores. Os países do sul, por sua vez, tendem a resistir às propostas de controle populacional e de restrição ao crescimento econômico e à soberania nacional. A globalização da estrutura produtiva tornará inviável a revisão das formas de desenvolvimento e os padrões de produção e consumo pelos países do sul, se tal revisão não ocorrer ao mesmo tempo no centro do sistema econômico mundial, e vice-versa. De fato, percebe-se a impossibilidade de qualquer iniciativa no sentido da sustentabilidade fora dos critérios da cooperação e reciprocidade multinacional. O problema que daí emerge está em como estabelecer uma cooperação satisfatória entre blocos de interesse com forças desiguais.

Schumacher, refletindo sobre o problema norte-sul, constata que boa parte dos estudos de países industrializados defende o desenvolvimento sustentável para os países do sul, enquanto, segundo ele, são os países do norte que mais precisam dele. Investiga projeções de aumento populacional e de consumo de combustíveis nos dois blocos e conclui que mesmo com o maior crescimento demográfico do sul, o norte continua responsável pela maior parte do dano ambiental. (Almino, 1993).

Herculano também analisa o conceito de desenvolvimento sustentável e o relatório Brundtland e não chega a conclusões muito otimistas. Para a autora o relatório evita referir-se ao desenvolvimento sustentável como expressão do capitalismo liberal. Aponta a pobreza como a principal causa da degradação ambiental, mas não diz que ambos os fenômenos são produtos de um modelo de crescimento que prioriza a expansão do capital e não as necessidades humanas. Identifica a tendência do relatório como um ecocapitalismo, apoiado no avanço tecnológico e capaz de gerar uma industrialização limpa e o controle demográfico do terceiro mundo, vistos como causas primordiais da crise. A analista considera as soluções propostas como paliativos que não atingem as verdadeiras causas do problema. Concorde que o crescimento econômico é necessário mas não suficiente, pois pode-se crescer para elevar produtividade e a lucratividade ou para satisfazer necessidades sociais e éticas. Nesse contexto, quais seriam as prioridades e a amplitude social do desenvolvimento capitalista? (Herculano, 1992).

Importa ainda considerar outro ponto essencial no debate do desenvolvimento sustentável, que se refere à decisão sobre as responsabilidades, estratégias, e métodos para atingir a sustentabilidade do desenvolvimento. O debate se ramifica em três posições básicas, que defendem respectivamente:

- a) uma visão estatista - considera que a qualidade ambiental é um bem público que deve ser normatizada, regulada e promovida pelo Estado, com a complementaridade das demais esferas sociais, em plano secundário (o mercado e a sociedade civil).
- b) uma visão comunitária - considera que as organizações da sociedade civil devem ter o papel predominante na transição rumo a uma sociedade sustentável. Fundamentam-se na idéia de que não há desenvolvimento sustentável sem democracia e participação social e que a via comunitária é a única que torna isto possível.
- c) uma visão de mercado - afirma que os mecanismos de mercado e as relações entre produtores e consumidores são os meios mais eficientes para conduzir e regular a sustentabilidade do desenvolvimento. (VIOLA & LEIS, 1995).

5. Oonsiderações finais

A título de síntese, centraremos a atenção na problematização de alguns desafios presentes e futuros da proposta de desenvolvimento sustentável. É certo que a novidade da proposta tem ainda muito de inacabado, processual e indefinido. Sua evolução, entretanto, exigirá decisões e posicionamentos transparentes que indiquem o seu potencial de superar contradições ainda mal resolvidas.

Os maiores desafios se concentram, de fato, no processo de materialização da sustentabilidade, ou seja, na transformação da filosofia e do discurso em ação e realização. Assim, o sonho de uma sociedade sustentável é não só desejável como necessário e o desafio é torná-lo realidade. Nesse processo encontram-se os verdadeiros obstáculos e aparecem as grandes discordâncias sobre como construir um desenvolvimento multidimensional, que integre justiça social, sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, democracia participativa, ética comportamental, solidariedade e conhecimento integrador. Como fazê-lo? Haverão, certamente várias maneiras de conceber, tanto o desenvolvimento sustentável, quanto o método para realizá-lo. Qual delas será a hegemônica? E na construção do desenvolvimento, o que é prioritário? A economia, a ecologia, a qualidade da vida humana? Que valores orientarão estas escolhas? Existem ainda mais perguntas que respostas, e o tipo de desenvolvimento que teremos dependerá da qualidade das respostas processadas no jogo social entre o mercado, a sociedade civil e o estado.

Como, por exemplo, conciliar o imediatismo e a ânsia do capital com o longo prazo do tempo biológico e das gerações futuras? Como sintonizar a racionalidade do mercado e da lucratividade máxima com as necessidades sociais e a distribuição de renda? Qual o meio termo entre a ética do individualismo e da solidariedade? Como harmonizar competitividade e produtividade econômicas com qualidade de vida e sanidade ecológica? Como ajustar os interesses econômicos e políticos das grandes empresas, bancos e Estados ricos com o bem-estar coletivo? Como superar a pobreza de 4/5 da humanidade sem reduzir o conforto, o consumo e a riqueza da minoria restante? Reconhece-se a impossibilidade de atingir uma sociedade sustentável sem a participação democrática de sua população nas decisões, implementação e controle do desenvolvimento. Mas como garantir a democracia participativa dentro de realidades tão desiguais?

Ao que parece as respostas a tais perguntas vão depender do nível e da qualidade da consciência pública, de sua percepção da realidade e dos problemas vividos, e de sua capacidade de organização para impulsionar mudanças no sentido de uma sociedade verdadeiramente sustentável. Dependerá igualmente da habilidade dos movimentos sociais, em sentido amplo, em atrair forças, em estabelecer alianças e de liderar um processo que torne a filosofia da sustentabilidade - em seu sentido mais avançado - em uma alternativa real de desenvolvimento social .



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMINO, João. *Naturezas Mortas: A filosofia política do ecologismo*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1993.
- BARROS, Flavia Lessa de . *Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais*. In: *Sociedade e Estado*, vol. XI, n. 1, Brasília, Relume - Dumará, 1996.
- BENJAMIN, Cesar. *Diálogo sobre ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.
- BERNARDO, Maristela. *Impasses Sociais e Políticos em Torno do Meio Ambiente*. In: *Sociedade e Estado*, vol. XI, n. 1, Brasília, Relume - Dumará, 1996.
- BOFF, Leonardo. *Princípio - Terra: A volta à Terra como Pátria Comum*. São Paulo, Ática, 1995.
- BRÚSEKE, Franz Josef. *Desestruturação e Desenvolvimento*. in: *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. VIOLA, E. e FERREIRA, L. C. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1996.

- _____ *O Problema do Desenvolvimento Sustentável*. In: *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1990.
- _____ *Qualidade de vida: A modernização da utopia*. In: *Lua Nova*, n. 31, São Paulo, CEDEC, 1993.
- CAVALCANTI, Clóvis. *Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica*. In: *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. CAVALCANTI, C. (org.), São Paulo, Cortez, 1995.
- _____ *Desenvolvimento e respeito à natureza: uma introdução termodinâmica à economia da sustentabilidade*. (datilografado), Recife, 1995.
- CIMA. *O desafio do desenvolvimento sustentável*. Brasília , Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991.
- CORREIA DE ANDRADE, Manoel.. *O desafio ecológico: utopia e realidade*, São Paulo, Hucitec, 1994.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Educação ambiental, princípios e práticas*. São Paulo, Gaia, 1993
- DIEGUES, Antonio Carlos San'tana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- FERREIRA, Leila da Costa & FERREIRA, Lucia da Costa. *Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e a sociedade*. In: *Dilemas socioambientais e Desenvolvimento sustentável*. HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1995.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore , o animal e o homem*. São Paulo, Ensaio, 1994.
- FORUM de ONGS Brasileiras. *Meio ambiente e desenvolvimento: uma visão das ONGS e dos movimentos sociais brasileiros*. Rio de Janeiro, Forum de ONGS, 1992.
- FUKS, Mario. *Natureza e meio ambiente: a caminho da construção de um consenso social*. In: *Ecologia, ciência e política*. GOLDENBERG, M. (org.), Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1996.
- GUIMARÃES, Roberto P. . *A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente*. in: *Ecologia e política mundial*. LEIS, H. R. (org.). Rio de Janeiro, Vozes/FASE, 1991.
- HERCULANO, Selena Carvalho. *Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz..* In: *Ecologia, ciência e política*. GOLDENBERG, M. (org.). Rio de Janeiro, Revan, 1992
- _____ *Reflexões críticas sobre o relatório Brundtland: as questões do desenvolvimento sustentável e da nova ordem econômica internacional*. (datilografado), Niterói, 1991.
- LAGO, Antonio & PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- LEIS, Hector Ricardo. *Ética ecológica: análise conceitual e histórica de sua evolução*. In: *Reflexão cristã sobre meio ambiente*. São Paulo, Loyola, 1992.
- _____ *Ambientalismo: um projeto realista - utópico para a política mundial*. In: *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo , Cortez, 1995.
- LEIS, Hector & DÁMATO, José Luis. *O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial*. In: *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995.

- LEONARDI, Maria Lucia Azevedo. *A sociedade global e a questão ambiental*. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, C. (org.). São Paulo, Cortez, 1995
- LIMA, Marcos Ferreira da Costa. *Desenvolvimento sustentável, a crise do fordismo e os países periféricos*. In: **Meio ambiente ecos da ECO**. RODRIGUES, A M. (org.) Campinas, Unicamp, 1993.
- LUCHIARI, Maria Tereza & SERRANO, Célia de Toledo. *Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável e suas críticas*. In: **Meio ambiente ecos da Eco**. RODRIGUES, A M.(org.). Campinas, Unicamp, 1993.
- MORIN, Edgar & KERN, Brigitte. **Terra - pátria**. Porto alegre, Sulina, 1995.
- MAIMON, Dalia. *Política ambiental no Brasil*. In: **Ecologia e desenvolvimento**. Rio de janeiro, APED, 1992.
- MAY, Peter & SEROA DA MOTTA, Ronaldo (orgs.). **Valorando a natureza; análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de janeiro, Campus, 1994
- MONTEIRO DA FONTE, Eliana Maria. **Contribuições para a elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável: uma abordagem centrada na sustentabilidade social**. (datilografado), Recife, 1995.
- NEDER, Ricardo Toledo. *Limites político - institucionais do desenvolvimento sustentável no Brasil*. In: **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.). Campinas, Unicamp, 1995.
- ROHDE, Geraldo Mario. *Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado*. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, C. (org). São Paulo, Cortez, 1995
- ROEGEN, Georgescu. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, Harvard University, 1971.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.
- _____. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.
- SADER, Emir. *A ecologia será política ou não será*. In: **Ecologia e política**. GOLDEMBERG, Mirian. Rio de Janeiro, Revan, 1992.
- STAHEL, Andri Werner. *Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e uma busca de alternativas sustentáveis*. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, Clóvis (org.) São Paulo, Cortez, 1995.
- STROH, Paula Yone. *As ciências sociais na relação interdisciplinar do planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável*. In: **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. CAVALCANTI, Clóvis (org.). São Paulo, Cortez, 1995.
- TAMAMES, Ramon. **Crítica dos limites da crescimento: ecologia e desenvolvimento**. Lisboa, Dom Quixote, 1982.
- VIEIRA, Paulo Freire. *Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento*. In: **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo, Cortez, 1995.
- VINCENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de janeiro, Zahar, 1995.
- VIOLA, Eduardo & LEIS, Hector. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorismo preservacionista para o multissetorismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. HOGAN, D. & VIEIRA, P. F. (orgs.) Campinas, Unicamp, 1995.

Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: *Ecologia e política mundial*. LEIS, H. R. (org.). Rio de Janeiro, Vozes/FASE, 1991.



A HISTÓRIA SOMOS NÓS

Reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores.

Andrea Ciacchi¹

*La storia siamo noi,
Attenzione: nessuno si senta escluso.
La storia siamo noi,
Siamo noi queste onde nel mare,
Questo rumore che rompe il silenzio,
Questo silenzio così duro da raccontare².*
Francesco De Gregori

Tampouco turva-se a lágrima nordestina
Caetano Veloso

Pretendo discutir aqui o papel e os significados das histórias de vida de gente pobre do Brasil, a história de vida considerada como uma possibilidade e uma eventual modalidade de "autobiografia popular". Mas, justamente enquanto modalidade popular, ela tem características próprias, tanto no plano da sua forma e da sua realização, quanto no plano do seu significado, a ser captado e discutido na fase de análise e interpretação.

Uma diferença entre história de vida e autobiografia é apresentada por Maria Isaura Pereira de Queiroz no seu conhecido texto *Relatos orais: do "indizível" ao "dizível"*. Cito:

Narrar sua própria existência consiste numa autobiografia, e toda história de vida poderia, a rigor, ser enquadrada nesta categoria tomada em sentido lato. Mas no sentido restrito a autobiografia existe sem nenhum pesquisador, e essa é sua forma específica. É o

¹ Professor visitante de Literatura Brasileira e Popular na UFPB.

² "A história somos nós,/Cuidado: ninguém se sinta excluído./A história somos nós,/Somos nós estas ondas no mar,/Este barulho que quebra o silêncio,/Este silêncio tão duro de se contar".

narrador que, sozinho, manipula os meios de registro, quer seja a escrita, quer o gravador.. Foi ele também que, por motivos estritamente pessoais, se dispôs a narrar a sua existência, fixar suas recordações; deu-lhes o encaminhamento que melhor lhe pareceu e, se utilizou o gravador, não raro ele mesmo efetua em seguida a transcrição, ou, pelo menos a corrige. Na autobiografia não existe, ou se reduz ao mínimo, a intermediação de um pesquisador; o narrador se dirige diretamente ao público, e a única intermediação está no registro escrito, quer se destine ou não o texto à publicação (1988: 23).

Muitas das características que a autora relaciona à autobiografia - em particular as referências à escrita - permitem transferir a oposição autobiografia / história de vida para a mais ampla e significativa oposição cultura erudita / cultura popular, de forma que não me parece totalmente descabido falar em história de vida como forma popular de autobiografia. Entretanto, o segundo elemento destacado pela socióloga paulista, o que remete à intervenção do pesquisador na elaboração/realização da história de vida, também interessa ao nosso campo de atuação. Ambas as questões (o caráter popular da história de vida e a presença do pesquisador e seu relacionamento com o narrador) serão abordadas daqui a pouco.

Antes de entrar no mérito das minhas considerações, gostaria de informar que elas se originam de uma comunicação apresentada na Universidade de Campinas, em junho de 1995, mas que sofreram uma significativa reformulação, em particular em alguns dos seus pressupostos teóricos, depois de discussões e debates realizados em João Pessoa com o grupo de pesquisadores coordenado pela professora Maria Ignez Novais Ayala, e sobretudo com ela, com o professor Marcos Ayala (ambos da UFPB) e com o professor Zenir Campos Reis, da Universidade de São Paulo.

Num primeiro estágio, por assim dizer epistemológico, a história de vida popular precisa ser posta em articulação com as produções simbólicas das classes subalternas - a princípio, a "literatura oral" mais ou menos propriamente dita - e também com as autobiografias não-populares, produzidas pelas camadas hegemônicas da sociedade e transmitidas em forma escrita. Se tal articulação carece de fundamentações teóricas que ajudem, essencialmente, a estabelecer a distinção entre as noções de "subalterno" e de "hegemônico", das quais

falarei daqui a pouco, por outro lado é necessário, parece-me, explicitar desde já uma espécie de *paradigma metodológico* que vai nortear a própria pesquisa. E desde já, também, é preciso declarar que essas considerações estão intimamente ligadas a uma certa tradição das ciências sociais italianas, em particular quando elas se têm articulado com o marxismo, ou melhor o "gramscismo", na busca de uma definição das relações entre pesquisa social e ideologia de classe, assim como de uma precisa determinação do caráter científico das ciências sociais e da sua base e função histórico-social (cf., sobretudo, Sepilli, 1979 e Padiglione, 1979).

Tal paradigma metodológico articula-se basicamente em quatro considerações gerais.

1. Em primeiro lugar, a recusa radical de qualquer enfoque naturalístico ou meramente sociográfico³.
2. Em segundo lugar, a atenção para com os problemas científicos, morais, políticos e relacionais colocados pela dialética sujeito/objeto ao longo da pesquisa: do problema inicial que dá origem à pesquisa até a comunicação e a utilização dos resultados.
3. Em terceiro lugar, uma concepção explícita da pesquisa como um diálogo aberto, cuja finalidade de transformação da realidade se realiza já no próprio processo da pesquisa.
4. Finalmente, a opção clara por uma metodologia qualitativa, capaz de levantar em profundidade os níveis sintéticos - biográficos e cotidianos - do comportamento dos narradores, independentemente da situação considerada (Padiglione, 1979: 206).

Em particular, chamo a atenção para uma possível articulação entre o segundo e o terceiro "princípios", que me levaria a considerar a entrevista demológica⁴ como o momento de encontro de dois sujeitos que dialogam (alterando, assim, as velhas e duvidosas séries alternativas "observador/observado", "pesquisador/informante", "sujeito/objeto"),

³ Nesta perspectiva, a pesquisa assume um caráter "militante", que não abre mão da obrigação de articular os seus materiais com uma análise aprofundada das condições de produção das manifestações e das atitudes registradas no campo.

⁴ Mutuo aqui as expressões "demologia" e "demológico" da tradição recente da antropologia italiana de procedência gramsciana, numa tentativa de superação das ambigüidades contidas nas expressões "folclore", "folclórico" e "tradições populares". A palavra, evidentemente, é formada com a raiz do vocábulo grego $\delta\epsilon\mu\omicron\sigma$ (= 'povo').

resultando daí uma nítida opção para o ponto de vista do protagonista do relato. Em outras palavras: o "segundo sujeito" do diálogo (outrora "objeto") é proprietário de um conjunto (agora, talvez, sim) de "objetos" (comportamentos, expectativas, visões do mundo, manifestações, histórias, palavras), que eu só apreendo através do diálogo com ele.

Este conjunto de considerações remete novamente para aspectos que permitem considerar a história de vida enquanto uma modalidade autônoma da produção oral das classes subalternas, ainda que articulada com outras formas de produção discursiva, uma modalidade que possui características próprias e formas próprias de produção, essencialmente ligadas às condições de realização. De fato, no complexo da narrativa popular, ela é a manifestação menos tradicional, a que nasceu por último, por ser constitucionalmente condicionada pela presença de um "espectador", de um "forasteiro", de alguém estranho à comunidade, diante do qual o narrador conta e se conta. Justamente devido a essas características, a história de vida é a manifestação demológica que mais mutuou da cultura oficial e escrita algumas modalidades de representação: entre todas as formas narrativas em que um homem pobre pode falar de si mesmo, a história de vida apresenta o maior nível de conceitualização. Esse nível de conceitualização, que parece diretamente ligado ao caráter "objetivo" da autobiografia, enquanto gênero "neutral" - escrito ou oral - deve, entretanto, ser relacionado com o caráter propriamente oral da história de vida. Ou melhor dizendo, ao caráter popular da autobiografia oral.

Com efeito, pode-se dizer que toda a narrativa popular é, de alguma forma, *autobiográfica*, no sentido de que ela, por definição, nasce e se transmite em relação a este determinado emissor e a este determinado receptor. Como já foi apontado por Bogatirév e Jakobson (1967: 2231), para o estudo da cultura popular, o que interessa não é a origem e a existência de fontes externas ao folclore, mas a função de empréstimo, a escolha, a seleção e a transformação do material. Paradoxalmente, portanto, a cultura popular, que poderia aparecer como o domínio da *langue* sobre a *parole*, do código sobre a expressão individual, revela-se, nesse sentido, um patrimônio cuja existência e transmissão são sempre condicionadas pela presença seletiva e organizadora de indivíduos (sujeitos) que a atualizam continuamente. Entretanto, se é possível falar de "autobiografismo" para toda a narrativa de tradição oral, é também possível indagar os níveis nos quais, a cada manifestação ou modalidade, se manifesta a possibilidade

de contar a si próprio, a própria história e a própria condição. Ao mesmo tempo, porém, como nota, entre outros, a própria Maria Isaura Pereira de Queiroz (*ibidem*: 24), é possível utilizar a técnica de história de vida buscando "encontrar a coletividade a partir do indivíduo", desde que o objetivo de um pesquisador seja "captar o grupo, a sociedade" de que aquela vida narrada é parte.

Nesta perspectiva, com relação à história de vida, é necessário introduzir uma distinção entre dois subgrupos. Já foi dito que a condição para a formulação das histórias de vida é a presença de um estranho cultural; mas se deve acrescentar que as histórias de vida podem ser contadas também a pessoas ausentes aos acontecimentos, mas não necessariamente estranhas: é o caso dos relatos de guerra ou de fatos relativos a migrações, narrados para parentes ou amigos que não os presenciaram; em outras ocasiões, as pessoas que não estavam presentes são os *ausentes geracionais*, como os jovens, destinatários das *histórias de família* ou dos relatos sobre as condições de vida do passado. É diferente, entretanto, o caso dos relatos feitos para um interlocutor realmente externo à comunidade.

A distinção entre os dois subgrupos leva essencialmente a duas considerações:

1. Podemos chamar os primeiros relatos de *histórias de fatos vividos*, enquanto parciais e episódicos. Já os segundos constituem de fato a inteira história da própria vida, cuja linha é resumida e selecionada entre os mil acontecimentos através dos quais o protagonista passou.
2. Consequentemente, e justamente devido a esta seleção, os segundos apresentam, como se disse, um maior nível de abstração e de conceitualização (Milillo, 1983: 80).

Contar, por exemplo, um episódio acontecido no local de trabalho, perto do rio ou, de qualquer forma, dentro da própria paisagem cotidiana e familiar comporta apenas o problema de contar o acontecimento nu. Já uma história de guerra ou de emigração acrescenta um confronto, de que o narrador se torna mediador, entre a realidade da comunidade e a outra, distante, na qual o episódio ocorreu. Surge daí um relato em que, além do dado referencial, há também um desvio, um sair de si, do próprio horizonte, para entrar, provisória mas profundamente, no horizonte do interlocutor. O mesmo acontece

quando, por exemplo, falando para os jovens, se comparam (acarretando inevitavelmente um juízo) os tempos de hoje aos de antigamente.

Este processo de definição assume o maior grau quando se narra a pessoas conotadas como estranhas ou diversas por língua, classe social, escolaridade, procedência ou idade. Esta questão, entretanto, permite também colocar numa perspectiva inédita um dos problemas fundamentais da pesquisa demológica, constituído pela interferência provocada pela presença do pesquisador e dos seus instrumentos.

Tradicionalmente, tende-se a reduzir esta presença, a escondê-la, a abafá-la, com vários meios técnicos e psicológicos ao mesmo tempo. Todavia, pelo menos no que diz respeito à questão das histórias de vida, é possível afirmar, como já foi dito, que é justamente a presença do pesquisador que cria o momento de produção da narração, inexistente no cotidiano - narrar de si para quem não nos conhece. Esta é a única condição que permite a produção oral desta modalidade narrativa.

Ao mesmo tempo, a referência à falta de cotidianidade da história de vida e à sua correlata característica de conceitualização afirmam como que a sua *existência virtual*. A história de vida manifesta-se como narração tecnicamente "ausente", mas recheada de fatos reais e de significados também reais. Ela, a princípio, veicula conteúdos e pontos de vista *presentes* no horizonte significativo do narrador - ou da comunidade -, ainda que *ausentes* na forma em que o pesquisador os solicita. Quero dizer, enfim, que da narração das histórias de vida pode-se apreender um *conhecimento real*, objetivo na medida em que traduz significativamente dados subjetivos do protagonista.

Nesse sentido, e na perspectiva da minha pesquisa, verifica-se a possibilidade de utilizar a história de vida como técnica para a reconstrução do olhar que uma comunidade, ou uma parcela dela, tem sobre ela própria. Isso porque o conjunto das narrações individuais, cada uma delas autobiográfica no sentido que foi atrás exposto, formaria, como que epistemologicamente, uma narração coletiva e comunitária, por sua vez, também - e mais latamente - autobiográfico. Mas também - e aqui gramscianamente - não deixaria de veicular uma determinada (e *conceitualizada*) "visão de mundo", onde este mundo voltaria a ser representado pela própria comunidade.

Ora, a referência a Antonio Gramsci remete para outro tópico fundamental das minhas observações, agora mais teórico do que metodológico. E devo confessar que o instrumentário teórico que vem me acompanhando ao longo dos anos e que projeto agora na minha pesquisa atual é fundamentalmente de procedência italiana, e gramsciana.

Se o ponto de partida é essencialmente representado pelo *corpus* do conjunto das considerações de Gramsci que os editores italianos reuniram sob o título de "Osservazioni sul folklore" no volume *Letteratura e vita nazionale*, o desenvolvimento dessas idéias orienta-se pelas reflexões que a partir das notas gramscianas fizeram alguns estudiosos italianos, entre os quais, sobretudo, Alberto Mario Cirese, Luigi Lombardi Satriani, Pietro Clemente, Tullio Seppilli, Diego Carpitella, Vincenzo Padiglione e Aurora Milillo. Lembro que o nó principal do texto de Gramsci aponta para a consideração do folklore como expressão de uma "concepção do mundo e da vida" para a qual é possível determinar uma precisa colocação sócio-cultural com relação às outras concepções do mundo. Tal concepção, com efeito, é própria de "certas camadas da sociedade [...] determinadas no tempo e no espaço", ou seja do "povo", considerado aqui como "o conjunto das classes subalternas e instrumentais de todas as formas de sociedades até agora existidas" (Gramsci, 1977: 267-268).

Considerando o texto gramsciano na sua globalidade, e para o qual remeto, inclusive na precisa tradução brasileira de Carlos Nelson Coutinho, parece-me que coexistem em Gramsci duas distintas concepções:

1. A primeira é dada pela oposição folklore/cultura oficial, onde a noção de folklore parece referir-se principalmente a grupos sociais e a fatos culturais que, independentemente da sua colocação de classe, ficaram mais *distantes* da cultura moderna e conservaram características *arcaicas*. Aqui, o folklore é caracterizado pela perifericidade, pelo atraso, pelo arcaísmo.
2. A segunda é dada pela oposição entre concepções do mundo das classes subalternas e cultura oficial. Embora Gramsci utilize ainda a mesma noção de folklore para designar "concepções do mundo das classes subalternas", a referência social de tais concepções não é apenas a perifericidade ou o atraso, mas, pelo

contrário, e explicitamente, o conjunto das camadas populares e das camadas subalternas, na sua oposição, ainda que implícita, às camadas hegemônicas e dominantes; e isto, vale acrescentar, também nas diversas fases históricas. Há portanto uma ênfase de tipo fortemente generalizador e, tendencialmente, de "fundação" de uma disciplina específica em esfera claramente histórica, que mal corresponderia à noção de arcaísmo e de atraso.

Nesse sentido, e como foi sublinhado na Itália desde a década de Sessenta (cf. Apergi, 1979), é a própria *condição cultural de subalternidade*, no estudo das classes populares, o campo específico do "demólogo" e o seu possível limite disciplinar. Daí surge claramente a contigüidade entre o conceito de folclore ou de cultura popular e o estatuto da disciplina que se encarregaria de estudá-lo. Seppilli (1977), Cirese (1973, 1976) e Carpitella (1972), por exemplo, usam a noção de folclore para indicar uma área da consciência social contemporânea, limitada a alguns setores de algumas camadas subalternas (camponeses, pastores, artesãos, em condições de acentuada marginalidade territorial e social). Nesse sentido, o folclore reduziria cada vez mais a sua presença, acossado pelos processos de modernização protagonizados por dois pólos principais, entre si antagonistas: as classes dominantes e o movimento operário.

Já Luigi Lombardi Satriani (1967, 1968a, 1968b, 1979) considera o folclore como o conjunto das concepções das classes subalternas, que compreenderia também aspectos de "contestação". Nessa perspectiva, o autor determina (1968b), como "filão problemático", a possibilidade de estabelecer quatro "níveis" de contestação da cultura subalterna para com a hegemônica: "1) de contestação imediata com rebelião, explícita ou implícita, ao *status quo*; 2) de contestação imediata com aceitação, explícita ou implícita, do *status quo*; 3) de contestação implícita (ou por posição); 4) de aceitação da cultura hegemônica. Neste último nível, Lombardi Satriani identifica três áreas de confronto, ou planos sócio-culturais, de forte embasamento histórico. Por um lado, um plano "comum" à cultura subalterna e à cultura hegemônica; em segundo lugar um plano "ex-comum", formado pelas manifestações que hoje possuem difusão limitada ao mundo subalterno mas que no passado eram patrimônio comum às duas culturas, e, finalmente, um plano "autônomo", que compreende manifestações passadas e presentes próprias de uma cultura subalterna e popular, modificada por sua vez pelas relações com as classes hegemônicas.

Tentando uma síntese das várias posições, que ao mesmo tempo permita uma transferência dessas questões - que me parecem fundamentais para o próprio destino das nossas pesquisas - para a realidade brasileira contemporânea, acho que se pode considerar a coexistência substancial de três planos sócio culturais: a cultura burguesa hegemônica; uma cultura popular "de contestação" (em contato, por exemplo, ou mesmo protagonista do movimento operário e/ou das várias formas de luta pela terra); e uma cultura popular "de resistência", mais periférica e caracterizada por um mais acentuado contexto de atraso social, marcado inclusive por um quadro de extrema indigência material. Vou esclarecer, mais adiante, com um exemplo tirado do meu atual campo de pesquisa.

Se a minha síntese for correta, parece-me que a essa última parcela sócio-cultural se pode atribuir um comportamento particularmente "não-hegemônico" ou, se preferirem, mais acentuadamente subalterno. A minha perspectiva teórica e metodológica, o meu interesse prioritário é essencialmente o comportamento não-hegemônico das classes populares, cada vez mais forte quando se considere a diminuição da subalternidade ideológica e política de amplos segmentos dessas mesmas classes populares. Não há como negar, infelizmente, que existe uma distância significativa, em termos de acesso às condições básicas da vida, entre as camadas integradas ao processo industrial do sudeste e do sul do país, por um lado, e as massas de despossuídos do nordeste e do norte, embora ambos esses segmentos sócio-econômicos se oponham, objetivamente, às camadas hegemônicas da sociedade brasileira. Em particular, parece-me significativa a situação de crise em que se encontram os vários grupos de Maracatu, Caboclinhos e Bumba-meu-Boi da favela de Nova Goiana (Pernambuco), onde estou realizando a minha pesquisa. A comunidade, recente mas articulada em suas coordenadas sociais, é formada basicamente por famílias oriundas da economia canavieira, com forte presença de desempregados e de aposentados rurais, e nela se manifesta, entre outros, um quadro grave de desnutrição infantil. Os depoimentos colhidos até agora mostram a evidente inviabilidade, para os próximos carnavais, da apresentação da maioria desses grupos, sem patrocínios nem verbas próprias. Assim, inclusive, parece-me que deve ter chegado a hora em que se comece a refletir com mais coragem sobre que o fato de que o agravamento das condições de vida de amplos segmentos da população brasileira, enfim, numa palavra - feia - a

extrema pobreza, é que está ameaçando a continuidade de muitas práticas populares. O lema "registre antes que acabe", que tanto tem preocupado legiões de folcloristas brasileiros, haverá, mais cedo ou mais tarde, de se defrontar com esta desagradável realidade, tão freqüentemente escamoteada por esses mesmos folcloristas.

Ao mesmo tempo, é justamente a história de vida que poderia testemunhar da inserção ou da não-inserção do indivíduo e da comunidade nesse processo, até porque, como sublinha Maria Isaura Pereira de Queiroz (*ibidem*: 36), ela é capaz de captar o que ocorre na "encruzilhada da vida individual com o social".

* * * * *

Gostaria de finalizar estas notas com a referência às pesquisas reais onde a questão tem se agitado. Ambas têm como lugar de realização a cidade de Goiana, na zona da mata de Pernambuco, exatamente a meio caminho entre Recife e João Pessoa.

A primeira realizou-se aproximadamente entre 1985 e 1986, com um apêndice em 1988, e resultou numa dissertação de Mestrado, sob a orientação da professora Idelette Muzart Fonseca dos Santos, centrada sobre o romanceiro de tradição oral, ou narrativas cantadas. Ela procurava estabelecer um *corpus* de cantos populares de estrutura narrativa, essencialmente ligado, por sua vez, a um *corpus* de procedência ibérica mas já fortemente abasileirado nas formas e nos conteúdos. Esse conjunto de cantos foi relacionado com as suas formas de produção individual e comunitária, atentando-se também para o papel que eles representam nas condições contemporâneas da área considerada. Nessa perspectiva, o recurso à história de vida foi bastante reduzido, concentrando-se basicamente à narração de uma lavadeira de Goiana, dona Josefa, possuidora do maior e mais significativo repertório romancístico da comunidade.

A partir da própria relação com dona Josefa, surgiu a percepção da necessidade de um aprofundamento teórico e metodológico que, por sua vez, está agora se traduzindo numa verdadeira guinada. A segunda pesquisa em Goiana, que começou em junho de 1995, se integra ao mais amplo projeto coordenado pela professora Maria Ignez Novais Ayala, e utiliza a história de vida como seu instrumento prioritário, instrumento

que, de um certo ponto de vista, se transforma no próprio objeto da pesquisa.

De fato, a pesquisa articula-se em torno de duas questões:

1. Existem formas expressivas *literárias* através das quais os moradores pobres de Goiana contam a sua vida e a si mesmos?

2. Se existem, de que maneira tais formas se estruturam e em que consiste a sua especificidade, com relação às demais formas de narrativa popular, por um lado, e às formas usuais da autobiografia não popular?

Desta forma, as histórias de vida, agora consideradas como narrações de acontecimentos, individuais, comunitários e até "extra-comunitários", tornam-se "instrumentos" para o questionamento de outros problemas de pesquisa e de interpretação. Grosso modo, os seguintes:

1. Quais os acontecimentos e as características salientes do espaço e da história da comunidade que entraram na consciência e na expressão das classes subalternas de Goiana.

2. Em que medida esta consciência do espaço e da história e a sua expressão se relacionam com a cultura popular e em particular com a presença, no espaço considerado, de grupos que praticam manifestações como, por exemplo, o Maracatu, os Caboclinhos e o Bumba-meu-Boi.

3. Enfim, qual é a consciência e a concepção do espaço e da história comunitários que a própria comunidade possui.

Espero que, embora na sua definição sintética, fique claro que a questão não é a reconstrução da *história da comunidade*, mas a história da comunidade *narrada pela comunidade*, em sua articulação com a consciência individual e coletiva veiculada pelas histórias de vida⁵.

5 Resultados importantes e significativos, neste sentido, estão sendo alcançados pelas duas pesquisadoras do "PIBIC", Edinilza Barbosa e Walquiria Araujo, que estão ligadas a este projeto. Em particular, este segmento da pesquisa está sendo desenvolvido no povoado de São Lourenço, na região litoral do município de Goiana.

Em última síntese, pode-se dizer que se pretende, delimitado um *mundo* - a comunidade - e dada expressão a uma *visão de mundo* - a história de vida - articular as duas esferas numa interpretação dialética, ao mesmo tempo literária e cultural, que invada dois territórios alheios ao horizonte subalterno, a autobiografia e a história, *modalidades escritas* e, por isso, monopolizadas pela cultura hegemônica.

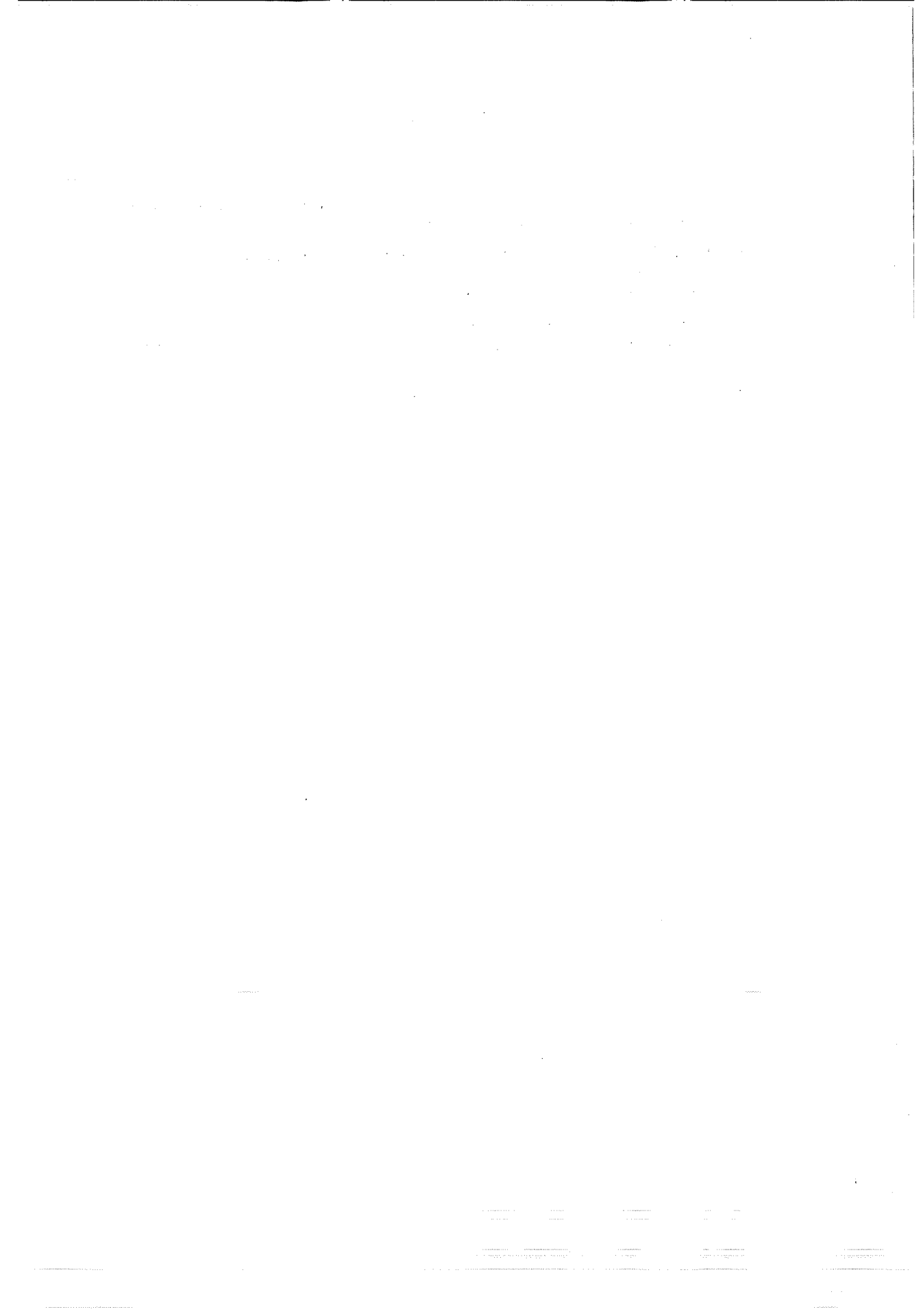


REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGIONI, Giulio. (1979) "Tre riflessioni e una premessa autocritica su cultura e cultura popolare". *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 15, Roma/Milano: Franco Angeli, p. 151-165.
- APERGI, Francesco. (1979) "Marxismo, antropologia, scienze sociali 'di sinistra'. Note su un dibattito italiano". *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 16. Roma/Milano: Franco Angeli, p.145-167.
- BOGATIREV, Pëtr e JAKOBSON, Roman. (1967) "Il folklore come forma di creazione autonoma". *Strumenti critici*, a. I, fasc. III, giugno, p. 2224-2240.
- CARPITELLA, Diego. (1972) *Folclore e analisi differenziale di cultura*. Materiali per lo studio delle tradizioni popolari. Roma: Bulzoni.
- CIACCHI, Andrea. (1988) *Histórias no canto*. Romances e narrativas cantadas em Goiana. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB/CPGL. Mimeo.
- CIRESE, Alberto Mario. (1973). *Cultura egemonica e culture subalterne*. Palermo: Palumbo.
- _____ (1976). *Intellettuai, folklore e istinto di classe*. III ed. Torino, Einaudi.
- CLEMENTE, Pietro. (1979). "Dislivelli di cultura e studi demologici italiani". *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 15. Roma/Milano: Franco Angeli, p. 127-150.
- GRAMSCI, Antonio. (1977) "Osservazioni sul folclore". In: — . *Letteratura e vita nazionale*. Roma: Editori Riuniti, p.267-274.
- _____ (1978) "Observações sobre o folclore". In: — . *Literatura e nacional*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. II ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, p. 183-190
- LOMBARDI SATRIANI, Luigi M. (1967) *Il folclore come cultura di contestazione*. Messina: Peloritana.
- _____ (1968a) "Análisi marxista e folklore come cultura di contestazione". *Critica marxista*, a. VI, n. 6, p. 64-86.
- _____ (1968b) *Antropologia culturale e analisi della cultura subalterna*. Messina: Peloritana (II ed.: 1997).
- _____ (1979) *Il silenzio, la memoria e lo sguardo*. Palermo: Sellerio.

- MILILLO, Aurora. (1983) *La vita e il suo racconto. Tra favola e memoria storica*. Roma/Reggio Calabria: La casa del libro.
- PADIGLIONE, Vincenzo. (1979) "Osservatore e osservato: problemi di conoscenza e rappresentazione. La vicenda Scotellaro". *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 15. Roma/Milano: Franco Angeli, p. 167-209.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1988) "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'". In: VON SIMSON, Olga R. de Moraes (org.). *Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, p. 14-43.
- SEPPILLI, Tullio. (1979) "Neutralità e oggettività nelle scienze sociali. Linee per una riflessione critica sul rapporto tra conoscenza e prassi". *Problemi del Socialismo*, a. XX, n. 15. Roma/Milano: Franco Angeli, p.77-91.





A AVALIAÇÃO DOS LIMITES DO SER SUJEITO NO MUNDO

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro et alli. (org.), **CULTURA E SUBJETIVIDADE**, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996 - 175 páginas.

Cultura e subjetividade. Uma seleção de doze ensaios onde a individualidade e o social convergem num mosaico de análises, de pontos de vista.

Cultura. Para além de enfoques generalizantes, o leitor que se aventurar nas páginas desta coletânea, certamente não deixará de sentir-se instigado, estimulado. Assuntos os mais diversos, perpassados pelo fio condutor da Ciência.

Subjetividade Dos pesquisadores, dos que foram estudados e também do leitor, que não é apenas convidado a uma reflexão sobre os assuntos, mas também sobre si mesmo.

Em o "Amor e a Cultura da Cidadania", Paulo Henrique Martins, analisa a partir de três casos de crimes passionais a frágil democratização da esfera pessoal, dos relacionamentos amorosos. Delicada porque eivada de práticas tradicionalistas.

Em meio a uma sexualidade que anseia libertar-se das regras do falo, pelo amor confluyente igualador e espontâneo, Martins entrevê a permanência de valores e atitudes opressoras. Despotismo que prepondera nos homens agora fragilizados perante a nova condição da mulher. Em nossa sociedade, em

nossas elites, há uma emuladora sincronicidade entre a tradição e a modernidade, onde a liberdade e a igualdade não se fixam, por isso, o anteparo da cidadania é ainda volátil. Assim, os relacionamentos amorosos tornam-se no fundo, sado-masoquistas jogos de poder, cujo desfecho pode ser a morte.

Morte, perda e luto. Mauro Koury num belo ensaio, "Questões sobre a Relação Luto e Sociedade", investiga as mudanças sofridas pelo ritual da dor na sociedade brasileira.

Degenerescência da sensibilidade em relação aos que se foram e aos que sofrem a separação. À margem das relações sociais, os sentimentos relegados ao plano individual.

A dor vista com estranheza, expressa ainda por lágrimas é verdade, só que cada vez mais constrangidas e, cada vez menos como processo capaz de suscitar a solidariedade e a superação da dor da perda.

Espécie de implosão do indivíduo, dubiamente arremessado entre a necessidade e o constrangimento de prestar o luto e a indignação contra a falta de sensibilidade dos demais. Luto que se torna mais lento, inconcluso, arrastando o ser para os domínios do remorso e da revolta.

Por fim a melancolia, o homem desintegrado do social, de si mesmo. O enlutado torna-se também o indiferente, o "blasé".

O luto agora é um anátema perene.

O trabalho de Celeste Cordeiro, "Poder da Razão ou Razão

do Poder?", propõe uma original releitura da obra "O Alienista" de Machado de Assis, na medida em que busca decifrar o imaginário sobre o Poder no Brasil.

Poder que confere significações ao mundo, por dispor do saber, da razão instituída. Razão do Poder, obscurantista, alicerçada nos mesquinhos interesses dos homens em sua cotidiana disputa pelo poder, tanto na vida privada quanto na esfera pública.

No paulatino desenrolar de suas análises, a autora identifica nos diálogos, situações e personagens do romance, características do universo machadiano que remetem à questão do Poder, e cujo substrato último refere-se ao domínio da linguagem.

Alda Britto da Motta em "Recontando o Tempo de Madureza", expõe os preconceitos e restrições temporais que determinam o uso e o desuso do corpo dos velhos.

Na época da madureza, o estertorar do amor sensual que se subsiste, é na rememoração dos amores de outrora. Corpos estigmatizados esteticamente, enfeitados pelas gestações e a rotina do trabalho.

Mas é assim mesmo que estas mulheres se liberam, redescobrimo a si e aos seus corpos para além das funções reprodutivas. Novo processo de individuação, do cuidar de si.

Através de suas ações em busca de um tempo perdido, as idosas mulheres proclamam a sua ânsia de liberdade e inovação.

Em um país cuja população vem progressivamente envelhecen-

do, as nossas práticas sócio-político-culturais, continuam a marginalizar os idosos. Esta é a opinião de Françoise Dominique Valéry em "A Velhice e o Direito à Cidade".

Traçando um perfil dos idosos frequentadores do centro urbano, da cidade de Natal (RN), Valéry busca averiguar as representações e os comportamentos assumidos pelos idosos, com relação às mudanças ocorridas no decorrer do tempo.

Insegurança, ausência de lazer, obstrução das calçadas por vendedores ambulantes, desorganização do trânsito. São estas apenas algumas dentre as várias dificuldades enfrentadas pelos idosos, em meio ao difícil reconhecimento destas pessoas como cidadãos.

Discutindo o método "História de Vida", Gloria Diógenes retrata, não sem antes reconhecer as limitações do método, toda a riqueza de uma abordagem mais espontânea e sensível, por não sufocar em nome da neutralidade científica, a individualidade e o envolvimento do pesquisador com o seu objetivo de pesquisa. Método que se esteia na memória de cada pessoa, que traz em si um mundo idiossincraticamente construído

Desenvolvendo suas concepções, Diógenes trata das peculiaridades envolvendo a História de Vida na pesquisa com meninos de rua. Se por um lado, a autora aponta os percalços a serem enfrentados, do outro, enfatiza as qualidades inerentes de um método cuja matéria-prima é a subjetividade.

Jovanka Baracuchy Cavalcanti no seu texto "Cotidiano, Cidade e Representação Social", estuda as ligações entre o espaço privado da habitação e as relações da família com vizinhos e parentes. É neste espaço, segundo a autora, que se estabelecem importantes representações, para o entendimento das disparidades presentes na ocupação do espaço urbano. Organização espacial eminentemente segregadora, na própria localização da residência e mais ainda, na própria concepção arquitetônica da moradia. A casa como domínio que se opõe à rua, a esfera pública. Presente do mesmo modo na área interna, na disposição do cômodos, denotando uma tradicionalista hierarquização da família. Convergência da arquitetura com a atitude "blasé", de distanciamento e exclusivismo das famílias de classe média, isoladas num microcosmo.

Num outro artigo, este de dupla autoria, Carlos Caroso e Núbia Rodrigues, discutem as representações do senso comum sobre o fenômeno da loucura. Em "Para Quem a Loucura é Um Problema?" os autores analisam as diversas concepções sobre a loucura de acordo com a posição de quem avalia a moléstia, sobretudo quando esta passa a ser encarada como um problema, tanto pela família do doente quanto pela comunidade.

Amoralidade, ausência de preocupações com relação a uma vida pós-túmulo, valorização da vitalidade e da força neste mundo, à revelia de qualquer progresso ético da humanidade. Em "O Mundo e o Fim do Mundo nas Religiões

Afro-Brasileiras", são estas as principais características que Roberto Motta atribui a tais religiões.

Voltando-se para o Candomblé, Motta constata em sua prática traços de conformismo ao "status quo", que jamais questiona as hierarquias deste mundo. Entretanto, os indivíduos, os seguidores dessa religião nela encontram a força necessária para anular a morte, edificando aqui mesmo, um universo paralelo onde os homens participam do espetáculo orgiástico dos deuses.

Roberta Bivar Carneiro de Campos investiga em seu texto "A Igreja Universal do Reino de Deus: Libertação do Sofrimento, Ética, Magia e Mercado Religioso" as formas de como esta igreja se apresenta aos seus seguidores. A autora considera que os fatores de atração de fiéis ao pentecostalismo, se deve à procura de alívio para os sofrimentos e a busca de harmonia e prosperidade. Combinação de promessas na satisfação de necessidades espirituosas e materiais, a IURD configura-se como igreja pentecostal e agência de cura divina, entendida mais profundamente como mercado religioso eivado de relações de poder

Por último, temos o artigo "Palavra e Imagem: Expressão e Apreensão do Conhecimento" onde Tamara Tânia Cohen Egler expõe as potencialidades da socialização do saber a partir do emprego de novas tecnologias da imagem.

Buscando compreender como a palavra e a imagem influem na subjetividade, Tamara traça um paralelo entre o código televisivo e

o discurso psicótico, associação não regida por uma relação real, vivenciada, mas pelas leis da linguagem onírica. A relação indivíduo/televisão solapa a potencial fecundidade dos relacionamentos interindividuais.

Não obstante, o desafio que a autora toma para si, para além do discurso meramente apocalíptico, é a questão de como se pode utilizar as novas tecnologias a fim de democratizar o conhecimento.

Resta-nos nesse momento dizer, que os breves comentários por nós tecidos sobre *Cultura e Subjetividade*, nada mais são do que um opaco reflexo perante o que a obra tem a oferecer tanto a nossa sociedade.

Stéfano G. Régis Toscano
Aluno do PPGS-UFPB



CIÊNCIA E VALORES

LAZARTE, Rolando.; MAX WEBER; *CIÊNCIA E VALORES*. São Paulo: Cortez, 1996.

Todo texto, científico ou não, apresenta três elementos a saber: o conteúdo da mensagem que pode se mostrar ou não, nos níveis do posto, do pressuposto e do implícito; o segundo elemento é o estilo do próprio autor de combinar e expressar a mensagem com componentes de determinada "rede de conversações", e por último, temos o nível de interpretação que fica por conta do leitor.

Este livro, retrata uma verdadeira guerra entre esses elementos (conteúdos/idéias, estilo e interpretação) nas perspectivas de alguns comentadores de Weber. Emulam nos níveis do posto, pressuposto e implícito desta obra, aqueles que querem dar a Weber um rótulo oficial, e aqueles que pretendem fazer um retrato de um Weber alternativo. O primeiro grupo é representado por autores como Gabriel Cohn, Adorno e Horkheimer, o segundo grupo é encabeçado pelo próprio autor do livro, em parceria teórica com Jaspers, Freund e Geertz, principalmente.

O fato de termos conhecido o professor Rolando Lazarte, despertou-nos interesse pelos seus escritos, visto que é real a coerência que procura manter entre o que escreve e o que/como ensina. Entretanto, isto não nos isenta de qualquer incapacidade de percebê-lo com devida justiça, ao tentarmos resenhar seu livro. Além do mais, trata-se de um texto sobre Weber, o que por si só já determina difícil e complicada tarefa de leitura, e mais difícil fica quando entre Weber e nós, encontramos a sensibilidade, a paixão e o sofrimento do professor Rolando. Temos um texto que foge aos rigores acadêmicos: na sua fala o autor passeia da razão para a emoção, e desta para a razão, em trânsito dialético, sem nenhuma dificuldade para ele, e sem causar embaraço para o leitor. É-lhe mister não divorciar o existencial do científico.

Este livro trata de uma apaixonada crítica à Sociologia, não a qualquer sociologia, mas àquela

que o autor chamou de "cidadela sociológica" ou "forma dominante de fazer sociologia", que ele acusa de ser desumanizante/alienante, pois desenvolve um conhecimento unilateral na perspectiva intelectu-alista-racionalista-cientificista de tradição Iluminista.

Diante da crise deste tipo de fazer sociologia, o autor busca rascunhar uma nova atitude sociológica, onde o sujeito, há muito perdido, possa ser resgatado. Em suas angústias, acaba deparando-se com o pensamento weberiano. Oportunamente percebe que o retrato oficial que se tinha na Academia deste pensador Alemão, no fundo não o representava em sua polifonia essencial, isto por causa de sua tradução via Sociologia Americana. Nos aspectos éticos (axiológicos) e epistemológicos da obra de Weber, e nos preceitos da Sociologia Compreensiva por ele elaborados, Lazarte identifica a possibilidade da construção de um paradigma holográfico. Uma obra de grande valor, porque retira da ciência o prepotente status de autoridade secularmente construído, e ao mesmo tempo devolve ao homem, principalmente o de vocação científica, sua interioridade, ou seja suas paixões, intuições e imaginação. À ciência não cabe dizer o que é certo ou errado para qualquer pessoa, cada um deve escutar os demônios interiores que tecem o fio da vida delas. Não é função da ciência criar um imperativo ético universal, isso corresponde à esfera da fé. Assim explica Lazarte.

Urge portanto, para o autor, desmistificar a leitura oficial

feita de Weber. O alvo principal de suas críticas é o livro de Gabriel Cohn - *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. Segundo Lazarte, "o Weber de Cohn não só é um resignado, mas é ainda um racionalista". Alerta ainda, que se hoje citar Weber está na moda, é por demais importante que seus "citadores" procedam a uma releitura de suas obras, uma releitura apaixonada, fazendo jus ao pensamento de Weber, e tentando superar as famosas/perigosas leituras dirigidas.

No que Lazarte denomina de leitura oficial, Weber está representado como um resignado, domesticado, eticamente indiferente, racionalista, fundador de uma "sociologia para qualquer fim", estrutural-funcionalista (americanizado), às vezes um objetivista, outras um psicologista.

Entretanto, o Weber alternativo, enxergado pelo autor e por outros comentadores de Weber, não corresponde a esse quadro caricatural. Utilizando-se de quatro textos básicos (A Objetividade..., A Neutralidade Axiológica, Sobre Roscher e Knies e A ciência como Vocação), em um grande esforço de exegese, Lazarte procura traços do pensamento weberiano que contrastem com a interpretação oficial. Ele mesmo lembra que essa seleção de trechos da obra, não é imparcial, e nem pretende que o seja. Se Jaspers dizia ter Weber uma habilidade de artista para combinar "cores", o mesmo podemos dizer de Lazarte nessa tarefa de "pintar" um Weber alternativo.

Viajando pelo conteúdo desses textos, discutindo conceitos de realidade, objetividade, neutralidade axiológica, desencantamento, racionalização, religião, tipos ideais, leis, sentido, conexões causais, vocação científica, etc., e ainda encontrando espaço para encaixar a prosa de Lovecraft, Lazarte encontra um Weber que contrasta com o retrato traçado por Cohn e cia.

Ao resignado e domesticado, aparece um Weber apaixonado pelos desafios de seu tempo e crítico do mundo desencantado; ao eticamente indiferente surge um Weber crítico da ciência (estabelecendo-lhe limites para o conhecimento discursivo) e comprometido com a liberdade de cada ser humano; ao racionalista-intelectualista-cientificista, mostra-se um Weber caleidoscópico, polifônico e de pluralismo cognoscitivo e metodológico; ao estrutural-funcionalista, exibe um weber nietzschiano, mais fenomenológico, e a um Weber exclusivamente objetivista ou psicologista, Lazarte apresenta um Weber intersubjetivista. Quanto à acusação de "Sociologia para qualquer fim", sem entrar em muitos detalhes, o autor defende a Sociologia Compreensiva, dizendo que a história mostra que também tivemos "marxismos para qualquer fim".

Em suma, neste livro, de forma até insistente e redundante, o autor enfatiza a necessidade dos sociólogos voltarem a Weber, relendo suas obras, pois nelas há "indícios de uma 'solução' capaz de possibilitar o exercício de uma sociologia que não separa a realidade

na dicotomia sujeito/objeto, sem no entanto atingir o extremo oposto de confundi-los", e isso abre as portas para que a interioridade do sujeito aflore. Ao nosso ver, este livro é um exercício da paixão, paixão deste autor que não esconde o seu "desgosto pelo jeito oficial de sociologizar o mundo". É também um desafo do professor que além de conteúdos, sabe passar nas aulas, suas vivências, como ele mesmo diz, a coisa mais difícil de transmitir. É agora, tarefa dos leitores interpretar os conteúdos e as vivências que este livro veicula. Particularmente, encontro uma mensagem que mostra que depois do "vendaval positivista" e do "furação marxista", está renascendo em nossas universidades um PHOENIX, mas que por enquanto, ainda é cinza, fogo e pássaro.

Giovanni Boaes
Aluno do PPGS-UFPB

TRABALHO, MERCADO E FORMAÇÃO DE CLASSE

LIMA, Jacob Carlos. **TRABALHO, MERCADO E FORMAÇÃO DE CLASSE - ESTUDO SOBRE OPERÁRIOS FABRIS EM PERNAMBUCO.** João Pessoa: Editora Universitária /UFPB. 1996. 213 pp.

Esta obra é referência para os estudiosos da problemática no Nordeste e, em especial em Pernambuco. O autor nos traz uma rica análise sobre o processo de formação de um novo operariado fabril, têxtil e metalúrgico, iniciado com a

industrialização incentivada na década de 60 e se estendendo ao começo dos anos 90. Sua preocupação centrou-se na discussão sobre em que medida essa industrialização contribuiu para estabelecer "uma ruptura na estrutura do operariado local ou um marco no processo de contínua organização, desorganização e reorganização que tem caracterizado, historicamente, a classe operária". Um processo que moderniza o parque produtivo e é, também, responsável pela reorganização da produção. Destaca o papel do Estado mediante esse processo, principalmente através de investimentos e políticas que garantissem a formação do mercado e, de certa forma, reduzissem os impactos da industrialização.

Numa perspectiva histórico-analítica, trata do significado do ciclo açucareiro e algodoeiro para a região, suas origens e importância como base econômica para a definição da estrutura sócio-política pernambucana, no século XIX. Discute as implicações geradas pela variação do mercado internacional, considerando que a sustentação da economia pernambucana estava baseada nas exportações e a concorrência cubana era expressiva, desde que contava com investimentos norte-americanos. Mecanismos foram adotados para fazer frente a essa situação. Os engenhos foram obrigados a se "modernizar" e a buscar formas alternativas de produção. O resultado não foi satisfatório e os engenhos foram substituídos pelas usinas, ampliando o valor e o uso da terra, o aproveitamento da mão-de-obra, modifican-

do as relações de trabalho e organizando a produção. As primeiras fundições, embriões da indústria metalúrgica, são criadas para atender às necessidades de manutenção dos equipamentos das usinas de açúcar. Assim como a indústria açucareira, a têxtil que começa a aparecer, ocupava grande parte da força de trabalho e, até mais ou menos metade deste século, significava a segunda atividade industrial do estado. A transformação dos engenhos em usinas possibilitou uma expansão da indústria têxtil, que passou a fabricar sacarias para o acondicionamento do açúcar.

No final do século XIX, a instabilidade do mercado internacional provoca transformações também na economia algodoeira, alterando a sua organização e produção. Passa de provedora de matéria-prima do mercado externo, a exportadora para a região Sudeste do Brasil, que se desenvolvia num processo acelerado incentivado pela produção cafeeira e expansão da indústria têxtil, compondo um capital industrial.

Entre os períodos de dinamismo e estagnação econômicos que tiveram reflexos imediatos na indústria têxtil, na metalurgia e outras indústrias do Nordeste (alimentícias, papel, cigarro), um fato foi bastante significativo: a crise mundial de 1929. Entre 1930 e 1946 seus efeitos se espalharam por todo o país, reorganizando economias, como a cafeeira no Sudeste, obrigadas a diversificar sua produção agrícola, para obtenção de maiores lucros. No Nordeste esses efeitos apareceram na inexpressividade da

expansão econômica devido à redução de investimentos e, portanto, menor produtividade e perda de mercado. O país, com os preços de seus produtos de exportação despencando e a diminuição das importações, tem que criar mecanismos para suprir, em parte, suas "necessidades de manufaturados". Isso resultou num primeiro momento de integração nacional (geográfica e de mercado), ao mesmo tempo em que o Sudeste, por ocupar uma posição econômica de destaque, cada vez mais se fortalecia centralizando o capital, em detrimento das economias regionais.

Na década de 30 o governo federal estabelece medidas de proteção ao açúcar nordestino, definindo limites estaduais de produção. A indústria açucareira fica protegida da concorrência com o Sudeste. As mesmas medidas não se estendem aos setores algodoeiro e têxtil, que não se modernizam e passam a perder, cada vez mais mercado. Mesmo assim, em 1946, Pernambuco é o segundo maior empregador em indústria têxtil do país. No final da década de 50 é criada a SUDENE, que deveria planejar um desenvolvimento regional que permitisse enfrentar o poder econômico do Sudeste do país, através de um "modelo capitalista autônomo", mantendo o controle estatal que já existia através do DNOCS, representante das oligarquias regionais e reprodutor de uma cultura clientelista que mantinha a "indústria da seca".

Não obstante todas as dificuldades encontradas na sua história sócio-econômica, no final dos

anos 50 Pernambuco implanta o seu distrito industrial, período em que a industrialização significava "modernização e desenvolvimento". Esse desenvolvimento se traduziu, no período JK (anos 60), no "nacional-desenvolvimentismo", com a abertura do país ao capital internacional e o Nordeste, que se encontrava com sua economia paralisada, foi incorporado ao processo.

As mudanças políticas ocorridas no país (regime militar) e no mercado internacional, impuseram uma guinada nas propostas de desenvolvimento que passou a se ancorar na força da "integração nacional", eliminando a possibilidade de se alcançar a autonomia desejada e redirecionando o papel da SUDENE, que passou a avaliar projetos. O resultado para a região foi uma modernização heterogênea, devido à variação nos investimentos, à criação de pólos industriais e à forma como se deu "a articulação com a estrutura social preexistente, gerando um rompimento com o padrão de acumulação anterior, que resultaram no aparecimento de novas camadas sociais", permitindo que Pernambuco retomasse o crescimento industrial.

Um outro momento de importância significativa na história de Pernambuco é a eleição, em 62, de um governo que passa a tratar os problemas como sendo de ordem econômica e social e não decorrentes de fenômenos climáticos, como a seca. Essa postura ameaça o poder das "velhas oligarquias", que se manifestam contrárias às ações da SUDENE. Mesmo assim, até 63, esse órgão cria quadros técnicos,

implanta projetos de pesquisa sobre as potencialidades da região, visando a utilização de matéria-prima local e, mais do que isso, controla os recursos públicos, impedindo que fossem desviados. Prepara mão-de-obra para atender às indústrias emergentes e, também, às tradicionais. Com essa política de incentivos setores, como o têxtil, permanecem, em sua maioria, sob o comando do capital/grupos regional.

Apesar de ter seu papel reorientado, passando por períodos de instabilidade operacional e perdendo cada vez mais sua autonomia como "ministério regional", a SUDENE mantém uma atuação importante no processo de modernização industrial em Pernambuco. Seu projeto inicial de promover o "desenvolvimento regional, autônomo e integrado" se esvai, mesmo porque, as alterações acontecidas no capitalismo mundial impediram o alcance desse objetivo.

A falta de uma linearidade no processo de modernização incentivada não significou a ausência de transformações no parque industrial, que se deu sem que se alterasse o poder já cristalizado das oligarquias regionais. A partir da década de 60 mudanças profundas são verificadas, promovendo o surgimento de uma "indústria moderna", com investimentos extra-regionais e a manutenção das "indústrias tradicionais", com o capital regional. Incentivos fiscais, como o 34/18, que permitia a dedução no Imposto de Renda de investimentos aplicados na implantação de novas indústrias e/ou na manutenção

daquelas já existentes, foram fundamentais no processo de industrialização pernambucana, apesar de, inicialmente, terem sido *usados* pelas oligarquias agrárias para obter recursos por meios *enviesados*.

O operariado fabril, têxtil e metalúrgico, que se forma a partir da década de 60, tem suas raízes na história econômico-social do estado. Desde o século XIX Recife, por apresentar condições infraestruturais diferenciadas da região, era um pólo de atração para os migrantes vindos do campo, fugidos das secas ou expulsos pelas mudanças acontecidas na cultura canavieira. Esses deslocamentos, se sugerem uma mão-de-obra disponível para o trabalho urbano, na realidade constituíram problemas. A capital oferecia, além das fábricas, uma multiplicidade de oportunidades que acabava por pulverizar esse contingente. Além disso, trabalhar nas fábricas poderia significar uma submissão ao patrão, que exercia controle sobre os trabalhadores, prática que se estende até a década de 50 e, de certa forma, reproduz as relações de trabalho existentes no campo. Uma das formas usadas pela indústria têxtil para recrutar e manter trabalhadores era através da oferta de moradias (vilas operárias), às vezes gratuitas que, se tinham o lado positivo permitindo o exercício da socialidade, mantinham o operário relativamente imobilizado, praticamente à disposição do patrão.

A ausência de qualificação de uma força de trabalho que tenta se inserir num mercado urbano em formação gera situações como a

baixa produtividade e reclamação dos empregadores, que procuram recrutar trabalhadores melhor preparados. Essa situação, detectada pela SUDENE em 59, através de um diagnóstico, perdura na atualidade, encobrendo questões relevantes como baixos salários e precárias condições de trabalho.

O diagnóstico foi o ponto de partida para que, em 60, o Serviço de Informação e Colocação de Mão-de-Obra, sob a coordenação da SUDENE, detectasse uma grande demanda de operários especializados e uma baixa oferta desse profissional. Durante essa década e início da seguinte, a SUDENE desenvolveu uma política de incentivo à qualificação profissional, de grande significado principalmente para a indústria têxtil, que mantinha maior número de operários, seguida da metal-mecânica. Escolas técnicas federais e o SENAI foram construídas e reequipadas, acordos foram feitos com o governo japonês e USAID, com o objetivo de implantar centros de treinamento e capacitar técnicos no exterior. Essas ações visavam não só acompanhar o processo de modernização industrial e, conseqüentemente novo mercado, mas, também, dificultar a evasão desse "exército de reserva" para o Sudeste, atraído por melhores salários. Com isso reorganizava-se e inseria-se a produção no processo capitalista. Contudo, essa política de qualificação não significava a garantia do emprego. Para a contratação o peso maior ainda era dado à experiência profissional. É importante frisar que no início da industrialização, os trabalhadores

qualificados vinham do Sul e Sudeste do país, situação que perdurou por um longo período.

Atenção devida foi dada à educação. A escolaridade, se não se constituiu fator de garantia de maior produtividade, indica uma maior qualificação. Nesse sentido, a indústria metalúrgica se diferencia da têxtil, até porque as características do setor exigem melhor preparo para operar máquinas.

A questão salário foi e continua sendo motivo de queixas por parte do operariado fabril pernambucano, principalmente o têxtil, já que os da metal-mecânica, comparativamente, eram considerados "bem pagos", no final da década de 80. A política dos empresários era de "treinar aprendizes" com baixos salários e depois utilizá-los no lugar do operário qualificado.

A modernização industrial em Pernambuco não significou, entretanto, a ausência do desemprego e do subemprego. Dos anos 60 aos 80 as oscilações no contingente de trabalhadores ora empregado e ora desempregado, acompanham, inclusive, as crises econômicas enfrentadas pelo país. Além disso, a ausência de uma política de fixação do homem ao campo, contribui para o aceleramento de um processo migratório que "incha" as cidades. Embora a industrialização não seja responsável pelo aparecimento do setor informal e do subemprego, somados, aqueles fenômenos contribuem para o surgimento de uma multiplicidade de atividades informais que caracterizam a instabilidade do operariado fabril, que procura

manter a sua identidade, mesmo quando usa de estratégias para a complementação do salário.

Todas essas transformações ocorridas com a modernização industrial nos anos 60, alteram as relações de trabalho entre as fábricas e os trabalhadores. Na indústria têxtil, as vilas operárias que haviam se constituído num processo de dominação são extintas e há uma reordenação no processo produtivo. São mudanças de ordem organizacional e tecnológica que, ao mesmo tempo em que aumentam relativamente a capacidade produtiva, exigem maior especialização profissional e simplificam tarefas, reduzem significativamente, o emprego. Aquelas que não acompanharam as modificações, acabaram extintas.

No setor metalúrgico, onde a modernização também significou a atualização tecnológica, através do "controle numérico" nas máquinas, os equipamentos substituídos são aproveitados por indústrias de menor porte o que, de certa forma, impede que estas desapareçam. Esse segmento fabril exige e emprega um maior número de profissionais qualificados para as diversas fases do processo de trabalho e de produção.

Apesar de trajetórias diferentes quanto à formação das categorias, tanto o operário fabril quanto o metalúrgico têm consciência das mudanças ocorridas nas fábricas. Do antigo modelo representado pela segurança (vilas operárias-têxteis) e pelas relações informais (camaradagem-metalúrgicos), na visão dos operá-

rios restou o baixo salário, novas regras e limites, e as relações passaram a ser formais. Os operários se tornaram *operários* e os patrões se tornaram *patrões*, evidenciando os antagonismos entre eles. Uma mudança profunda que, no entanto, não foi suficiente para impedir que filhos de operários se tornassem operários também. Considerando os limites estreitos do mercado de trabalho em Pernambuco, essa atividade pode significar uma forma de manutenção da identidade fabril ou, ainda, a oportunidade de ter um salário fixo, uma profissão e se "acertar", de acordo com a visão do próprio operário. Essas percepções nem sempre se reproduzem quando se trata das mulheres operárias, há muito absorvidas pela indústria têxtil, assim como o trabalho infantil, embora estejam presentes as difíceis condições econômicas da família.

As mudanças acontecidas com a modernização industrial em Pernambuco, não só determinam a formação de um novo trabalhador fabril, têxtil e metalúrgico, como interferem na configuração sindical, reorganizando as lutas operárias. Até a década de 60, essas lutas oscilaram entre momentos de retração, causados por interferências econômico-políticas e ideológicas e momentos de intensificação das atividades sindicais. As mobilizações, no geral, foram e são motivadas pelos baixos salários, precárias condições de trabalho e desemprego, levando os empregadores a tentar impedir a sindicalização que representava ameaças.

O período pós-64 é muito significativo no processo de desorganização sindical. Sindicatos e sindicalizados sofrem repressões e os movimentos se esvaziam. A situação começa a ser amenizada nas décadas de 70/80, com a abertura política. Os trabalhadores da indústria têxtil, mais atuantes historicamente pelas próprias peculiaridades do setor, em relação ao metalúrgico, organizam as suas reivindicações e se aliam aos empresários, contra a política econômica do Estado.

As lutas operárias dos metalúrgicos têm, também nos anos 60 e 70, o seu período mais crítico, entremeadas que são por períodos de desestabilização política e econômica, época em que o sindicato passa a ter um caráter quase assistencialista. A partir da década de 80 há uma retomada, que coincide com o momento de redemocratização do país, de tal forma que, na atualidade, esse setor é um dos mais organizados e atuantes em Pernambuco. Embora existam divergências de pontos de vista entre os sindicalizados, no geral, os operários têm percepção positiva da atuação do sindicato.

A modernização industrial acontecida em Pernambuco foi acompanhada por uma "crescente internacionalização da economia brasileira". No lugar dos velhos coronéis, existem hoje empresários que representam a "modernidade capitalista" sem que, contudo, tenham se extinguido as antigas formas de organização: ao mesmo tempo convivem modernas estruturas industriais, sob novas bases

organizacionais e a "velha indústria" que teima em manter o velho sistema de dominação, subjugando seus empregados.

Nesse panorama se forma o novo operariado fabril, baseado num processo contínuo de organização/desorganização/reorganização, reflexos das instabilidades acontecidas nas economias mundial e nacional.

Laís M. Cardia

Aluna do PPGS/UFPB



TRABALHO, SOCIEDADE & MEIO AMBIENTE

LIMA, Jacob Carlos; KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro; RIFIÓTIS, Theophilos (org.): **TRABALHO, SOCIEDADE & MEIO AMBIENTE**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1996. 233p.

Os textos desta coletânea foram organizados a partir de seleção de trabalhos apresentados no VII Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, realizado em João Pessoa em maio de 1995.

As questões abordadas incluem a reestruturação produtiva, as famílias operárias, a memória sindical, as condições de vida e trabalho em áreas irrigadas do sertão nordestino e garimpos

amazônicos, a pobreza e as relações trabalho e mobilidade social e trabalho-meio ambiente.

Num primeiro bloco de trabalhos, encontram-se dois textos que discutem a reestruturação produtiva, seus efeitos perversos no mundo do trabalho e as perspectivas (ou falta de) futuras para a organização dos trabalhadores. O primeiro artigo: *Reestruturação Produtiva E Seus Efeitos No Mundo Do Trabalho*, de Maria Carmela Buonfiglio, trata da nova reestruturação produtiva e seu significado, indicando que além de modelos e técnicas aplicadas à produção, a reestruturação mostra-se como um instrumento de transformação da sociedade, do capitalismo e do Estado. Discutindo a "acumulação flexível", acentua que os diferentes procedimentos organizacionais, dessa transformação, vêm impondo o binômio "empresa enxuta - precarização do trabalho", para restaurar o lucro e a acumulação de capital. Acentua que os diferentes sistemas e estratégias que resultam nessa nova forma de organização do trabalho, têm conseguido um único resultado que é a realização do ideal de harmonia e de colaboração de Taylor, valendo-se do medo e do temor do desemprego. Essa autora, ainda destaca que a reestruturação produtiva tem significados mais amplos que um rearranjo na produção, abrangendo o nível do emprego, das relações sociais, da distribuição da riqueza social e dos salários, prolongamento da jornada de trabalho e efeitos nas lutas e nos sindicatos. Na discussão, recoloca a velha questão "socialismo ou bar-

bárie" e as possibilidades de se reconstruir utopias.

No segundo artigo, do primeiro bloco, Ângela Borges e colaboradores tratam das *Reflexões Sobre Os Resultados Das Práticas De Gestão Além Dos Muros Da Fábrica: Novos Conteúdos Do Trabalho?*, abordando os novos conteúdos do trabalho determinados pelas práticas da "Qualidade total" e da "Terceirização", eixo das práticas gerenciais na região metropolitana de Salvador. Discutem e problematizam os resultados destas práticas à luz do debate sobre exclusão e sobre o esvaziamento crescente da cidadania, através dos resultados de pesquisas em setores químico, petroquímico, petrolífero, siderúrgico e metalúrgico que compõem o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Desvendam um quadro em que as implicações das novas práticas de gestão do trabalho estão ameaçando os princípios mais elementares do "trabalho assalariado", enquanto forma que expressou a passagem e o avanço histórico do trabalho compulsório ao trabalho livre. Com um referencial teórico prevalentemente da sociologia do trabalho, constroem suas reflexões sobre as condições de trabalho e saúde nas fábricas, o que denominam de novos conteúdos da "cidadania na fábrica" e as implicações dessas mudanças no mercado de trabalho urbano dessa região baiana.

Resultados de pesquisas sobre condições de vida e trabalho em grandes projetos ou áreas mineradoras, vão compor o segundo bloco de textos. Nele, Tercina Barbosa

Vergolino & José Raimundo Oliveira Vergolino apresentam os efeitos do desenvolvimento pela agricultura irrigada, na região do submédio São Francisco, no limite dos municípios de Petrolina e Juazeiro que se inserem no semi-árido do Nordeste brasileiro, enfocando as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores agrícolas que, sem acesso à terra irrigada, têm, nos projetos de irrigação, sua fonte maior de emprego e renda. Essa abordagem está contida no artigo intitulado *Condições De Irrigação No Submédio São Francisco: Vida Dos Trabalhadores Sem Terra*, no qual os autores estudam as relações de trabalho levando em conta o tipo de vínculo empregatício, formas de recrutamento da mão-de-obra, sazonalidade da atividade, salário, direitos trabalhistas e vantagens oferecidas pelo empregador. Sobre as condições de vida dos trabalhadores, investigam a estrutura familiar, ocupacional, migração, educação, renda e nível de conforto.

Concluindo esse bloco, Armin Mathis traz em *Garimpagem De Ouro Na Amazônia* uma discussão sobre a atividade da garimpagem como forma de extração de minério que se estabeleceu nos anos 60, na região do Tapajós, e se estruturou de forma diferente do extrativismo tradicional da região. Demarca a integração nacional da região, a fase de mecanização da garimpagem e a mudança na política do Estado em relação à esta atividade, e a transformação do garimpo de local de produção em lugar de produção e consumo dos valores lá extraídos, na fase áurea da garim-

pagem na Amazônia e, por fim, o esgotamento da garimpagem direcionado por decisões políticas no nível do governo federal, com reflexos econômicos e sociais.

No terceiro conjunto de textos referentes a trajetórias de trabalhadores na fábrica, no mercado de trabalho, no âmbito familiar e na atividade sindical, Iracema Brandão Guimarães reflete sobre a relação entre classe social, do ponto de vista do lugar na produção, e relações de gênero em *Família E Trabalho: Experiências E Trajetórias Femininas*. Nesse trabalho, enfoca as experiências e as trajetórias femininas de trabalhadoras do Pólo Petroquímico de Camaçari-BA, e procura identificar os elementos de metamorfoses na subjetividade dessas mulheres, considerando o aumento dos níveis educacionais, a qualificação e sua funcionalidade nas trajetórias profissionais femininas e a formulação de um projeto articulado de vida.

Jacob Carlos Lima recupera a condição operária na Paraíba em *Trabalho, Família E Mobilidade Social: um estudo sobre sociabilidade operária*, onde a mobilidade social dos trabalhadores é resultado do valor atribuído ao emprego na fábrica que assume o significado de inserção social, salário, segurança, acesso a direitos, possibilidade de profissionalização e outros significados simbólicos, apesar da efetiva precariedade do emprego industrial. O emprego na fábrica é mediado por relações sociais fora do mercado de trabalho: formas de sociabilidade que respondem a estratégias individuais e familiares de sobrevivên-

cia e reprodução. Trabalhando com operários têxteis, esse autor diz que essa categoria social reflete a história econômica e social paraibana e que suas falas apontaram para situações próximas às estudadas na década de 60 sobre a formação do moderno operariado no Brasil e na América Latina, cujo enfoque central era a origem rural, a migração e a mobilidade social. Destaca que a impessoalidade das relações sociais na fábrica convive com a informalidade das redes sociais, do parentesco e até certo ponto do compadrio e a família aparece com uma forte centralidade na vida social e ocupacional, competindo com o trabalho na organização da vida pessoal.

Eliana Monteiro Moreira e colaboradores em *Sindicalismo Rural: Memórias de Líderes* resgatam a história de sindicatos do Brejo Paraibano a partir dos depoimentos de líderes sindicais e, com base em documentos e trabalhos acadêmicos, apresentam uma breve história do movimento sindical e os contornos desse movimento. Nas falas dos sindicalistas destacam as versões sobre a origem, a questão da repressão e os distintos papéis atribuídos ao sindicato. Comentam ainda que, outro tema abordado pelos entrevistados foi a questão da repressão e da violência, tanto patronal como policial, que vêm marcando os sindicatos do Brejo Paraibano. Além disso, comentam sobre a descontinuidade e as divergências na experiência dos trabalhadores rurais daquela região.

Favelas Da Maré: Ambiente E Mobilidade Na Beira Do Mar de Eduardo Machado & Fátima Cardoso é

parte do quarto e último bloco desta coletânea. Nesse trabalho, os autores destacam que os espaços mais significativos para os moradores da favela da maré são expressões dos processos urbanos maiores que favorecem essas ocupações e processos internos ligados as estratégias de valorização e mobilidade social empregadas pelos indivíduos e grupos. Apresentam hierarquias sociais que permitem entender a dinâmica espacial da favela da maré e a construção social do espaço do seco ou da terra firme. Por fim, destacam que os deslocamentos sócio-espaciais Novos Alagados apresentam as características externa e interna. Enquanto a mobilidade externa está referida ao afluxo de ocupantes procedentes do interior do Estado da Bahia ou de outros bairros da cidade, a mobilidade interna está associada aos deslocamentos feitos nos espaços internos da favela, tanto nas palafitas quanto nas casas aterradas da área seca, ou ainda das palafitas para a área seca.

Francisco Emanuel Matos Brito e Ghislaine Duqué apresentam suas reflexões sobre o impacto de uma nova consciência ecológica que localiza na modernização agrícola um agente de danos à saúde do ambiente, do agricultor e do consumidor. Tendo como modelo o Estado da Bahia, os estudos apresentados em *Modernização, Agrotóxicos e Emergência do Paradigma Ecológico* se desdobram verificando a prática dos atores sociais - movimentos ambientalistas, grupos profissionais e governo - e enfocam

seus efeitos no pensamento científico contemporâneo.

O texto de Sônia Barbosa Magalhães sobre *A Investigação Sociológica e a Dimensão Ambiental* enfoca a incorporação da dimensão ambiental e a interdisciplinariedade como uma preocupação já presente nas Ciências Sociais para a promoção ou viabilização do chamado desenvolvimento sustentável. Analisando o documento Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras - Subprograma de Ciência e Tecnologia, detém sua atenção a um dos componentes desse subprograma: Pesquisa Dirigida ao Desenvolvimento Sustentável (PPD). Centrada no contexto amazônico, essa autora reflete sobre as condições sociais em que se deu o fortalecimento desta dimensão ambiental, sobre as problemáticas que esta expressão recobre ou encobre, e indica alguns dos efeitos desse fortalecimento sobre a investigação sociológica. Mostra a necessidade de transportar para dentro da formulação dos "núcleos temáticos" do PPD, o princípio de que a preservação do meio ambiente passa por outras dimensões que não apenas a natureza em si. Da mesma forma, apresenta a necessidade de se incluir nesses núcleos, o pressuposto antropológico de que a subjetividade da percepção social dos grupos sociais sobre as atividades em que estão envolvidos e os significados que lhes atribuem também têm consequências efetivas sobre as ações.

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves encerra esse

conjunto com as *Representações da Natureza: Os Avisos da Mata e os Significados do Rio*. Neste trabalho a autora apresenta o processo de constituição sócio-histórica dos seringueiros no Município de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, analisando como se efetiva sua relação com a natureza e com os demais agentes sociais. Dessa forma, destaca que as práticas adotadas pelos seringueiros, parecem constituir uma estratégia peculiar desvelando seu profundo saber sobre a natureza que extrapola a dimensão laboral, para mostrar o significado que ela assume de sujeito-objeto na relação.

Esse conjunto de artigos sintetiza, em grande parte, trabalhos outros de igual importância já realizados pelos pesquisadores e que já foram publicados ou estão em fase de publicação. Ao mesmo tempo reflete, em sua expressão regional, parte da produção das Ciências Sociais voltadas para as questões que Trabalho e Meio Ambiente remetem para as transformações sociais e colocam para a permanência das sociedades humanas diante da degradação ambiental.

Cleto B. Barbosa

Professor da UFAC / CPG Desenvolvimento e Meio Ambiente
PRODEMA-UFPB



REFLEXÕES SOBRE O USO DA
IMAGEM

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org) *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

A imagem vem acompanhando os trabalhos de pesquisa no domínio das Ciências Sociais desde o seu surgimento. Antes do advento de técnicas mais modernas de representação icônica (a fotografia, por exemplo), desenhistas de reconhecida habilidade integravam as expedições científicas européias que se lançavam ao mundo dentro de um projeto de expansão colonialista para investigar o outro: o 'selvagem', o 'primitivo'. Em meados do século XIX, a fotografia aliou-se à antropologia na tarefa de inventariar culturas e modos de vida estranhos ao homem dito "civilizado". Desde então, as imagens produzidas por este meio mecânico de representação bidimensional do mundo passaram a fazer parte da bagagem dos cientistas sociais, servindo como provas ilustrativas das 'verdades' contidas nos textos sobre as sociedades analisadas.

A função de ilustrar textos acadêmicos foi, e continua sendo, para a maioria dos pesquisadores o uso mais comum da fotografia no campo das Ciências Sociais. Só nas primeiras décadas do século XX é que a fotografia vai ganhar maior importância no corpo dos trabalhos escritos; fruto da ousadia de Mali-

nowski e de sua perseverança em utilizar pesados equipamentos e acessórios na sua pesquisa de campo nas ilhas Trobriand. Aproximadamente duas décadas depois, em 1939, Margaret Mead e Gregory Bateson produzem um volumoso material fotográfico e filmográfico sobre a cultura de Bali e Nova Guiné.

A antropologia descobre na câmera um instrumento eficiente de pesquisa, capaz de dar conta com maior abrangência de aspectos de uma realidade negligenciados durante a observação de campo. Longe do contato direto com o objeto de estudo, o cientista social enriquece seus dados com novas informações fornecidas pelas imagens coletadas. Mead e Bateson acreditaram nas potencialidades da câmera fotográfica e cinematográfica na tarefa de levantamento de dados etnográficos. A crença na verossimilhança da imagem fotográfica não apenas seduziu (e induziu) o senso comum a tomar como verdadeiramente real o objeto representado como também as ciências exatas e as ciências humanas que se deixaram fascinar pelo poder de prova da fotografia.

A coletânea de artigos que dão corpo ao livro *Imagens e Ciências Sociais*, organizado pelo professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury, surge num momento em que as discussões sobre o uso da câmera numa pesquisa não se limitam mais ao questionamento de sua eficácia enquanto uma técnica a mais de investigação aplicada ao trabalho de campo. Uma tendência da Antropologia Visual defende o

uso da fotografia na construção de um texto imagético autônomo com o mesmo *status* de um texto verbal. Reunindo onze artigos de pesquisadores das universidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco e Paraíba, *Imagens e Ciências Sociais* é fruto do esforço do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Imagem, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB (PPGS), em sistematizar as inquietações em torno das quais aglutinam-se antropólogos preocupados em sedimentar, num campo de saber próprio, a chamada Antropologia Visual. A maioria dos textos desta coletânea foram apresentados como comunicação na IV Reunião de Antropologia do Norte e Nordeste.

A fotografia como auxiliar do caderno de notas na documentação fiel de elementos da cultura material e tecnológico de um povo; como facilitadora da entrada do antropólogo no universo a ser investigado; como motivadora e desencadeadora de conversações numa situação de entrevista; e como fonte de informação mais segura numa etapa posterior ao trabalho de campo, quando o pesquisador não se encontra mais em contato com o seu objeto de estudo (Collier Jr., 1973), já é placidamente aceita sem causar mais nenhuma celeuma. Por outro lado, a utilização da imagem fotográfica na elaboração de construções narrativas provoca desavenças nas fileiras dos seguidores de uma antropologia visual.

Nesta coletânea, a fotografia é abordada sobretudo como objeto

de pesquisa. Em dois momentos discute-se seu uso como recurso técnico na pesquisa e na difusão dos seus resultados. Apenas um texto contempla a imagem videográfica. Esta obra, com uma pluralidade de temas concernentes ao uso da fotografia, vem à luz num instante histórico decisivo para a chamada 'era das imagens', principalmente porque o surgimento da imagem digital (auto-referente) abala uma série de paradigmas sobretudo os que dizem respeito ao estatuto da fotografia enquanto cópia fiel do real. O 'deslumbre' face à imagem digital não tem sido diferente daquele que a sociedade renascentista vivenciou diante da imagem perspectiva e o homem do século XIX sentiu com a aparição da fotografia (Ramos, 1994).

Os onze artigos estão agrupados em três núcleos temáticos: "Imagens e apreensão do real", "Imagens do urbano" e "Usos da imagem no ensino e na pesquisa em Ciências Sociais". Na primeira parte, a imagem enquanto representação do real e como uma entre diversas formas de aprendê-lo é discutido no artigo "A fotografia na apreensão do real", de Bertrand Lira, fotógrafo e mestre em sociologia pelo PPGS da UFPB. Inspirado nos pressupostos teóricos de Weber e Kosik, o autor levanta a problemática da propalada 'objetividade' no domínio de qualquer forma de investigação e tentativas de compreensão do mundo. Em "Quadro número zero: uma travessia pictórica com Sérgio Lucena", a professora Elisa Cabral, do PPGS/UFPB, constrói uma reflexão sobre o pro-

cesso de criação artística utilizando as imagens em vídeo que tomou durante a feitura de um quadro do artista plástico paraibano.

Nos artigos de Koury, o autor versa sobre o fenômeno da morte e sua relação com a fotografia. Intitulado "Fotografia, sentimento e morte no Brasil", Koury tenta compreender, através da análise dos "santinhos" distribuídos por ocasião do desaparecimento de um ente querido e da fotografia mortuária, os sentimentos que envolvem a questão da morte e o uso da fotografia no processo doloroso da perda. Com este tipo de serviço fotográfico, as famílias podiam dispor de um retrato do ser desaparecido num esquite ou deitado, como se dormisse serenamente, ou ainda arrumado de forma cuidadosa para fazer parecer que estava vivo quando a fotografia fora tomada. Em "fotografia e a questão da indiferença", Koury discute a banalização da morte pela fotografia, particularmente aquela veiculada na imprensa, procurando entender as mudanças do olhar e a aparente falta de sensibilidade do homem comum em face à morte pública.

A segunda parte do livro reúne artigos que tratam da imagem do urbano. Koury dá início com "Fotografia e pobreza", artigo que traduz uma reflexão sobre o olhar fotográfico engendrado a partir de um ideário de progresso associando a pobreza (o homem pobre) a uma estética do feio. A constatação de que a fotografia brasileira do final do século XIX a meados deste acompanhou as transformações na

paisagem urbana e no desenvolvimento industrial do país emerge ao lado da percepção de que tudo que negava o ideário de progresso das elites brasileiras era excluído da mira da fotografia. A pobreza, sinônimo de feiúra, só poderia ser revelada como contraponto do progresso pois não podia condizer com o belo. Na cidade da Parahyba (atual João Pessoa), Koury remarca os trabalhos dos fotógrafos Emiliano Rodríguez, Walfredo Rodríguez, Eduardo e Gilberto Stuckert como representantes deste olhar sobre a cidade.

Em "Faces da cidade", Sylvia Bompastor levanta discussão semelhante tomando como objeto a fotografia e as representações sociais, e tendo como fonte de estudo as velhas vistas urbanas da cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco. A idéia de modernização, progresso e civilização da nova cidade é construída, segundo Bompastor, não só pelo discurso de determinadas categorias sociais (médicos, sanitaristas, engenheiros, reformadores) mas também, e sobretudo, através da fotografia. Analisando álbuns de vistas e almanaques, edições governamentais de cunho publicitário, revistas ilustradas e postais avulsos, a autora verificou que a leitura da cidade aventada nessas publicações era de um espaço urbano racionalizado, homogêneo e que negava suas gritantes contradições.

Cristina Barreto, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Crato (Ce), focaliza a "Cidade da Parahyba dos anos 20" com a pro-

ximidade de uma teleobjetiva, observando num universo particular o que Koury observou de forma "grande angular" na fotografia brasileira. Barreto discute no seu artigo as noções de progresso e desenvolvimento urbano engendradas e difundidas através da fotografia no período compreendido entre as décadas de 1870 e 1930, assinalando como os fotógrafos da época absorveram e representaram nas suas imagens o projeto de desenvolvimento das elites locais.

Fechando a temática imagens do urbano, Koury retoma a cidade da Parahyba como objeto enfocando "Fotografia e cidade: um olhar através das fotos e da crônica de Walfredo Rodríguez". Fotógrafo e cineasta, Rodríguez escreveu a crônica da cidade amada em textos e em imagens, não só as produzindo ele próprio mas enquanto colecionador apaixonado. Nesta abordagem, Koury retoma a questão das transformações urbanas e a idéia de progresso como contraponto da pobreza, representada nas fotografias de Walfredo Rodríguez pelos "tipos populares": os entregadores de água, os vendedores de frutas e comidas, ou os acendedores de lampião a querosene. Ou pelas construções pobres alcunhadas de "pitorescas".

Chegamos à terceira e última parte da coletânea onde três artigos levantam discussões que gravitam em torno dos "Usos da imagem no ensino e na pesquisa em Ciências Sociais". O primeiro, de Cláudia Fonseca (professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRS), tem como pro-

posta abordar a utilização de material visual no treinamento de estudantes dos cursos de graduação em técnicas de pesquisa antropológica. "Simulação de vôo de edição: a primeira viagem de uma etnógrafa" relata situações novas com o registro audiovisual (vídeo) numa pesquisa de campo da autora e a reação inesperada dos estudantes ao assistirem o material gravado.

"Do campus para a escola", artigo de Beatriz Góis Dantas, professora visitante do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade de Sergipe, questiona a destinação social dada ao material visual produzido nas pesquisas de campo. A autora constatou que as fotografias, em particular, são confinadas em gavetas e condenadas ao amarelamento. Preocupada com o destino deste material, a autora procura chamar a atenção para aspectos práticos do uso deste tipo de fotografia, depois de cumpridas as funções instrumentais da pesquisa. Dantas propõe uma ampla difusão dessas fotografias nos trabalhos com diferentes disciplinas estendendo sua aplicação a recursos didáticos na sala de aula de graus diversos de ensino e através de exposições visando atingir públicos diferenciados.

O uso da câmera fotográfica no trabalho de campo antropológico experimentado por Carmem Sílvia Rial e sua comparação com outras vivências do ato fotográfico é o tema do último artigo. "Contatos fotográficos: nativos, antropólogos, jornalistas e turistas. Diferentes linguagens fotográficas?", como o título permite entrever, questiona

Outrora Filipéia de Nossa Senhora das Neves, João Pessoa nasceu cidade sem jamais ter sido vila (Freire, 1978:19). Foi conquistada aos 05 dias de agosto de 1585, dia de homenagem a Santa que lhe deu o nome e ao Rei Felipe da Espanha, e somente teve sua oficialização em 04 de novembro do mesmo ano. Nesses 410 anos de vida ostenta um dos patrimônios histórico, artístico e cultural, destacadamente arquitetônico, mais significativos do Brasil, uma vez que também é a sua terceira cidade mais antiga.

Assoma-se a sua riqueza patrimonial dois outros fatores que constituem a singularidade da sua natureza: é a segunda cidade mais verde do mundo em mata urbana nativa, e aloja no seu território, precisamente no seu litoral, na Praia do Cabo Branco, o ponto extremo-oriental do Continente Americano.

A idéia aqui presente é analisar a cidade de que fala Para'íwa e o discurso do seu idealizador acerca dessa cidade, procurando configurar o sentido de identidade que aí se desenvolve. O intuito é entender que tipo de experiência subjetiva vive o homem urbano - aqui representado pelo produtor, em relação ao espaço público e coletivo que circunda o seu cotidiano de trabalho - a cidade em que vive. Tentando ainda compreender em que nível de influência os lugares interferem na construção de algum sentido de identidade pessoal e comunitária, e que contraponto distingue a cidade de que fala - à

virtual, da cidade concreta que o testemunha - a da vida real.

Para tanto, realçando o papel do espaço como configurador de uma realidade, o intuito é observar essa possibilidade de comunicação. Comunicação captada através de paisagens representativas da cidade. Recorte visual delineado pelo produtor de cultura que promovendo o seu trabalho, promove a terra em que mora. João Pessoa para esse constitui o "seu" lugar de "ganha-pão" e o palco preferido de seus espetáculos.

Constitui assim uma tentativa de interpretação do espaço urbano de João Pessoa através da leitura realizada por Para'íwa e o poder de comunicação das suas primeiras paisagens enquanto expressão cultural de sua sociedade, caracterizadas em símbolos, instrumentos por excelência de "integração social". (Bordieu, 1989:10).

A imagem da cidade possibilita inferir sobre essa trajetória - conjecturas que se afirmam categoricamente no olhar instantâneo e passante que absorve verdades instáveis. O recorte visual institui essa perspectiva - de inferir sobre realidades traduzidas no seu aspecto, embora emaranhadas por relações de comunicação que de modo inseparável configuram relações de poder (Bourdieu, 1989:11).

Na experiência em questão é fundamental resgatar o sentido de identidade com "seus" lugares que se articula no discurso do produtor. Harvey, analisando a condição pós-moderna (1993), realça repetidas vezes o valor do lugar enquanto promotor de imagens constituídas

as relações entre a vivência fotográfica do antropólogo com outras vivências que têm diferentes fins. Rial, professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Santa Catarina, elaborou seu texto a partir de uma pesquisa no junto aos descendentes açorianos naquele estado.

Os estudiosos envolvidos na sedimentação de uma "antropologia em imagens" tem nesta coletânea farto manancial de informações, fruto de vivências empíricas e reflexões teóricas com e sobre a imagem, de pesquisadores inquietos sobretudo com o uso da fotografia no seu campo de saber. Inquietação exposta nas crescentes iniciativas dos grupos de trabalho ligados à imagem. A exemplo do Núcleo de Antropologia Visual do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; do Núcleo de Antropologia e Imagem da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; e o Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Imagem do PPGS da Universidade Federal da Paraíba. Com tanto empenho e tamanha produção ficará difícil ignorar a Antropologia Visual enquanto campo emergente do saber e em franca (e visível) consolidação.

Bertrand Lira

Fotógrafo

Mestre em Sociologia pelo
PPGS/UFPb

Bibliografia:

- COLLIER Jr., John (1973). *Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- RAMOS, Fernão Pessoa (1994). *Falácias e deslumbre face à imagem digital*. *Revista Imagens*, 3: 28-40.



IDENTIDADE E POLÍTICA CULTURAL EM JOÃO PESSOA

LEAL, Durval et alli; *PARA' IWA* - vídeo, VHS, 11'45" - João Pessoa, 1994.

Integrava-se trabalho e memória, homens e monumentos, passado e presente para que o futuro tenha notícias vivas dos nossos primeiros dias. Para' iwa

Esta resenha tem como objeto o vídeo *Para' iwa*, produzido em 1994 por Durval Leal, direção e roteiro de Durval Leal, Marcus Vilar e Torquato Joel, com 11': 45" de duração, *Para' iwa* constitui uma chamada de alerta contra a descaracterização do centro histórico de João Pessoa. Quando exibido atingiu em cheio olhos e corações da cidade, e mereceu referências e deferências diversas de críticos e articulistas da imprensa local, que o compreenderam como porta-voz do sofrido desfalque a que vem sendo acometido o patrimônio artístico e de modo particular arquitetônico de João Pessoa, erigido principalmente ao tempo do Brasil-Colônia. O centro antigo da cidade é o mais autêntico contador da sua história.

de significados, relacionando ainda "a construção dos lugares com a construção de algum sentido delimitado e limitador de identidade no turbilhão de uma colagem de espacialidades implosivas" (: 270).

A cidade constituída pelos lugares que traduzem para o observador reminiscências significativas, cujas expressões remetem a um passado re-experenciado. Identidade que se configura na concepção de que "ser significa comunicar (...) ser significa ser para o outro e, através do outro, para si próprio. O homem não tem um território soberano, mas está sempre e inteiramente nos seus limites e, olhando para dentro de si, olha nos olhos do outro e com os olhos do outro" (Bachtin, citado por Canevacchi, 1993:26), onde esse outro é a própria cidade como continuação de si mesmo, enquanto receptáculo de acontecimentos acumulados no tempo, e proporcionador de identidade.

Nesse sentido, é fundamental destacar dois pontos essenciais a essa análise - a cidade de que fala o homem (o produtor), e os elementos em que nela se reconhece, destacando os conceitos de cidade e identidade que aqui se estruturam.

Cidade na sua acepção mais vulgar, constituindo o lugar onde se concentram todos os meios de vida, trabalho e lazer e o agrupamento populacional caracterizadores da urbanidade. O reino da complexidade configura o lugar da cidade em que fato e imaginação se fundem, embora vitimado por um sistema crescentemente racionalizado e automatizado de produção,

fundamentalmente de signos e imagens através do qual se conferem as marcas de distinção social em longa medida pelas posses e pela aparência e mais fortemente por essas últimas (Raban, citado por Harvey, 1993:15).

Decorrente do conflito simbólico posto pela diferença de classes é que a cidade também se coloca como "um lugar em que as pessoas têm relativa liberdade para agir como queriam e para se tornar o que queriam". A identidade pessoal tendo se tornado fluida, interminavelmente "ao exercício da vontade e da imaginação" (Harvey citando Raban, 1993:17).

Embora Raban não achasse que tudo corresse bem na vida urbana, afirmava: a cidade "para o bem e para o mal, o convida a refazê-la, a consolidá-la numa forma em que possa viver nela. Você também. Decida quem você é, a cidade mais uma vez vai assumir uma forma fixa ao seu redor. Decida o que ela é, e a sua própria identidade será revelada, como um mapa fixado por triangulação. As cidades, ao contrário, dos povoados e pequenos municípios, são plásticas por natureza. Moldamo-las à nossa imagem: elas, por sua vez, nos moldam por meio da resistência que oferecem quando tentamos impor-lhes nossa própria forma pessoal. Nesse sentido, parece-me que viver numa cidade é uma arte, e precisamos do vocabulário da arte, do estilo, para descrever a relação peculiar entre o homem e material que existe na contínua interação criativa da vida urbana. A cidade tal como a imaginação, a

suave cidade da ilusão, do mito, da aspiração, do pesadelo, é tão real, e talvez mais real, quanto a cidade dura que podemos localizar nos mapas e estatísticas, nas monografias de sociologia urbana, da demografia e da arquitetura" (Citado por Harvey:17).

Por isso compreendia a cidade semelhante "a um teatro, uma série de palcos onde os indivíduos podiam operar sua própria magia distintiva enquanto representavam uma multiplicidade de papéis" (:15).

Entendia que os "sinais, estímulos, sistemas de comunicação rápida altamente convencionalizados são o sangue vital da cidade grande (...) A cidade, nossa grande forma moderna, é suave, acessível à estonteante e libidinosa variedade de vidas, de sonhos, de interpretações. Mas as próprias qualidades plásticas que fazem da grande cidade o liberador da identidade humana também a tornam especialmente vulnerável à psicose e ao pesadelo totalitário" (Raban, citado por Harvey:18).

Perdida em uma trajetória de 400 anos de vida, a cidade de João Pessoa fala a cada ano que passa da ausência de investimentos que viabilizem a manutenção de sua memória. Testemunha um presente em conflito com o passado, seduzido por modismos fugazes copiados de outras paisagens. Um presente que cede seu espaço a paisagens estereis e deprecia paisagens densas de história e identidade. Que garante paulatinamente a uniformização e se desfaz da peculiaridade - onde o indistinto vai se assen-

tando na negação absoluta da história, descortinando uma cultura urbanística que deseja transformar seus lugares "com uma velocidade maior do que o suceder das gerações (...) será mais fácil jogar o edifício fora, quando envelhece, como se fosse apenas um par de calças jeans gasto, e 'vestir' um outro edifício, novo em folha" (Canevacci, 1993: 73).

Empenhado em combater esse pensamento que cada vez mais se alastra nas cidades brasileiras, Para'íwa chama a atenção para lugares de João Pessoa que estão no cotidiano do percurso desatento de seus cidadãos. Fala do centro histórico que por sua vez ainda é o principal núcleo comercial da cidade e mostra como através dele, ignorando a riqueza patrimonial de seus edifícios centenários, percorre a maioria de seus habitantes.

Embora sob encomenda, Para'íwa parece ter caído como luva nas mãos de seu idealizadores. Aos que o assistem, a deferência ao passado é evidente. O amor à cidade transmite a idéia de zelo e respeito a história contada pelo legado arquitetônico protagonista de seu enredo. Da conquista do desconhecido se descortina a sua primeira imagem, imagem do mar, mar das grandes navegações, presença tão marcante na cidade: a reverência ao marco geográfico, extremo-oriental das Américas, é o seu ponto de partida

Já não apenas a cidade a contar a história. A arte oferecendo o braço ao recurso tecnológico conquistada também esse ofício. O vídeo detém-se no seu objetivo. Conta dos

primeiros lugares e enfatiza a sua reserva de verde natural. O apelo natural de seus verdes ares não se compraz apenas no discurso do idealizador no valor de uma classificação estrangeira que a intitula segunda cidade mais verde do mundo.

Através de valores que lhe são muito peculiares mergulha na imensidão da história, no desenvolvimento parcimonioso e no des-caso a que estão sendo relegados hoje vários de seus principais monumentos.

O rico patrimônio colonial, testemunha do cruzamento das influências européias - holandesa, francesa, espanhola e portuguesa, expresso em pedra (como fala o vídeo), não é suficiente para chamar a atenção do Estado que abriga a história. Para'íwa deixa ver que é o capital espanhol que num passo a frente revigora a nossa história que se funde com a sua própria. Resgate que se faz a partir de uma perspectiva de revitalização dos ambientes degradados que clamam por uma função a mais que somente falar do passado - predispondo-se ao presente, põem-se em conflito com o pensamento de planejadores 'modernos' para os quais a revitalização de edifícios históricos é uma marcha-a-ré na condução do progresso. Noção de progresso expressa no caos das grandes cidades adornadas pelas vivas cores das torres de concreto e o translúcido dos vidros e espelhos a esconder

A posição velho-novo desenhada no vídeo, entretanto, arrisca-se na incerteza de uma interpretação: *A cidade deu as costas ao*

rio que lhe serviu de nascedouro. Encantou-se com o canto das ondas.

Nele o rio é o berço, o mar a negação da origem. Entretanto, lá estava há 400 anos o mar da conquista, imagem primeira do vídeo para lembrar esse fato nele mesmo não ignorado. A ênfase a essa oposição configura o prato cheio de que precisam os "progressistas". Essa bipolaridade impõe-se inoportuna. O resgate do passado constitui a referência ativa à história do hoje e à construção do futuro. Um futuro que expande-se para além dos limites do passado, cuja prova concreta de seus equívocos incita a reflexão do porvir, para além de uma estratégia puramente saudocista.

João Pessoa do rio ao mar. João Pessoa do Varadouro, João Pessoa de praias belíssimas, muitas inexploradas e próprias a servir a seus habitantes.

O natural crescimento demográfico da cidade requer a conquista de espaços ainda inexplorados pelo homem. A cara do novo se marcará em pedra tanto quanto o passado, caracterizada por expressões próprias do seu tempo. Embora desde 1585 o mar já compusesse a realidade dos limites de João Pessoa e já se pusesse a falar de um futuro longínquo.

Para'íwa e idealizador falam de uma mesma João Pessoa. Até porque foi mesmo a realização do vídeo que serviu a este último de exercício de observação da cidade antes só parcialmente percebida.

A cidade tão conhecida re-presenta-se ao olhar agora atento de um presente preocupado com o

futuro. A cidade de João Pessoa antes e depois de Paraíwa guarda apenas essa dessemelhança. A atenção desperta pela feitura do vídeo evoca ao produtor a importância do testemunho que é o espaço para a sua própria história.

Esse centro histórico passa a ser a célula base para onde converge o pensamento cuidadoso com os seus desdobramentos. É a partir dele que o produtor, e porque não dizer morador, apresenta a cidade ao estrangeiro, dentro de um viés comandado pela cronologia de seus 400 anos. É a história contada nos recantos da cidade, nos detalhes e adornos de edifícios. História e propriedades naturais contribuem para o regozijo e o prazer pela cidade do pessoense expresso no produtor de cultura.

Contemplada também por representantes que professam uma cidade para o progresso, nem sempre balizado com a garantia de vida de qualidade para seus habitantes, João Pessoa tem conseguido manter-se num crescimento ainda moderado, embora o perfil urbano recaracterize-se radicalmente em relação ao da cidade velha. O edifício em altura se consolida à medida do crescimento da cidade empunhado antes pelo lucro imobiliário desmedido do que pela democratização do acesso a terra, embora seja esse argumento retoricamente utilizado por empreendedores locais que barganham, até agora sem sucesso, a liberação do gabarito das construções na primeira via das praias, defendendo a necessidade de a cidade se abrir ao turismo de massa. Embora se saiba que o tu-

rista ainda em busca do diferente, do exótico, de paisagens incomuns, e é o que confirma o crescente fluxo ano a ano em João Pessoa, com sua reserva de verde natural e sem aranha-céus. Espigões como a imprensa local se refere que não está no desejo de cidade do produtor:

Em Paraíwa o ideal é o passado que fundou as razões sentimentais da cidade e do seu viver no presente. Nelê, a retomada do passado situa moralmente o presente, como descomprometimento com as raízes históricas de fundação e construção da cidade (Koury,1995:3).

Embora fragmentando a realidade da cidade através da perspectiva das raízes fundadoras, parece reconstruir "o real a partir dos detalhes focados, tomando-se a própria realidade como passado a ser evocado pelas asas da saudade" (:3). Como espaço nostálgico, a realidade que a Paraíwa transmite é de um passado em conflito permanente com o presente. Os problemas se existiram, se colocam exclusivamente no contraponto velho-novo. Surgem em sucedâneo para reafirmar o destrato do presente, contornáveis apenas pelo esforço público e iniciativas privadas. No vídeo, o progresso reclamado parece ser "sentido e buscado como extensão da tradição" (:8).

Outra questão problematizada em Paraíwa é a vida em público e a natural limitação da ação individual em relação ao uso coletivo. A cidade do produtor considera valores que não são aqueles que parecem predominar. Não exclusivamente por posições antagônicas,

embora estas caracterizem claramente a oposição com o pensamento do poder público, mas antes por uma certa desconsideração coletiva da importância do viver a cidade e do resgate da sua memória.

A vida na cidade já se depara há mais de um século com a crítica à vida na grande cidade. A impessoalidade, uma das propriedades mais marcantes do advento da cidade moderna, constitui um claro confronto com a 'lógica emocional da comunidade' (Arantes, s.d.:2). A cidade moderna é a imagem da desidentificação e da exposição do viver coletivo. Talvez assim se explique a razão da desatenção do público.

A transição do antigo para o moderno também coloca essa oposição território privado e território público com o avanço da insegurança e do viver coletivo. Essa desatenção coletiva, "desresponsabilização" generalizada face ao público se molda justamente no foco da confirmação que se alastra pelo corpo social à medida que o público se transforma na reunião de proprietários. Face a essa polarização, a cada indivíduo cabendo o seu "pedaço", submerge assim o público ao cuidado de ninguém, quando muito ao poder público e cada vez mais articulador de uma política urbana intolerante para com a herança do passado.

Paraíwa, ao realçar a iniciativa de autoridades brasileiras isoladas e de governos estrangeiros, confirma a quem está relegada a preservação da memória da cidade: ações fragmentariamente desenvol-

vidas através de esforços individuais, impulsionados por valores representativos de faixas de grupos sociais, o que, na maioria das vezes, não configura ação de rebatimento de um anseio público.

Denominando "desenraizamento", Arendt explica a ausência de humanidade onde perde-se cada vez mais o espaço cívico, e sua "concentração implica em um certo número de imagens espaciais sugestivas de correspondência entre reflexão sobre a condição humana moderna e a organização social do espaço" (citada por Arantes:5).

Mesmo assim surge como uma das estratégias propostas como alternativa ao vazio e ao caos das nossas cidades: a de reordenação urbana a partir da revitalização de pontos estratégicos do sítio histórico - lugares de forte significado coletivo(:9). A intenção de Paraíwa se reveste aqui de uma função para além de um traço de identidade.

É nesse viés que Giedion, já em 1944, como um dos dissidentes do movimento moderno proclamava a necessidade de uma nova monumentalidade: "A multidão quer que se exprima a sua necessidade de luxo, de alegria, de exaltação interior", embora ele próprio reconhecesse que o sentido de monumentalidade teria sido perdido juntamente com o de uma "vida comunitária ativa" (citado por Arantes (:5).

A antítese entre o mundo moderno e o antigo configura-se sobre essa perda, e é o que também para Canevacci, refletindo o senso do monumental, explica uma nova sensibilidade para com o gosto

leve, com o prático, com o efêmero, com o veloz: "sentimos que não somos mais homens de catedrais, palácios, tribunas, mas sim de grandes hotéis, estações ferroviárias, imensas estradas, portos colossais, mercados cobertos, galerias luminosas, de perspectivas retas, de demolições necessárias (utilizando uma compreensão do arquiteto Sant Elia, 1993: 59).

Por isso, a necessidade de uma reformulação concomitante das cidades e da vida coletiva, e cuja responsabilidade fundamental está sobre as mãos do Estado. "É quando Giedion revela a sua preocupação em a economia pública destinar a criação de lugares de agrupamento em que o homem retomaria a consciência das necessidades enterradas em sua alma e que, em nossos dias, estão atrofiadas" (Arantes, s.d.:9).

As estratégias do poder público quando existentes, não passam de fato de "estratégias asseguradoras" diante da ameaça do desmoronamento das crenças nos grandes valores tradicionais. A evocação do passado sob a ótica do Estado desencadeia uma "lógica que mais funciona como uma anti-memória coletiva: a preservação e restauração de muitos dos monumentos passados, em especial a limpeza dos velhos centros urbanos com seus edifícios públicos, na maior parte das vezes apenas esconde as marcas do tempo e, reprimindo suas metamorfoses, acarreta uma redução ao idêntico, uma espécie de ordem branca da memória" (:10). Entretanto, "se uma gestão da cidade que contemple um

poder regenerativo da cultura pode levar a um sistema de signos petrificados, a uma simulação teatral da vida urbana inexistente, pode também (...) gerar transformações culturais — uma recuperação do passado tendo em vista uma verdadeira ação perspectiva cultural polivalente" (:10).

Por isso, para Arantes, é preciso passar a um outro lado, "evitar a preservação que supervaloriza a monumentalidade, substituindo-a por uma que estabeleça contradições ativas entre conservação e memória, que articule o patrimônio passado ao futuro, que volte ao simbólico como antecena de uma história social, que se atenha tanto ao que há de residual na tradição cultural de um povo quanto à polissemia dos objetos culturais. Ou seja, um processo de 'anamnese' coletiva que revele os traços culturais autênticos, ou mesmo uma identidade cultural passada, mas numa interpretação ativa por parte do próprio grupo social, e que seja portanto prospectiva e transcenda o sentido identitário que congela as diferenças" (:11).

O choque das ideologias do novo e do velho dinamiza a cidade. "A reciclagem de edifícios antigos, a preservação de sítios históricos e a recuperação, por meio de novas construções, de casas abandonadas, constituem algo mais que (...) intervenções culturais. São, no fundo, um reconhecimento dos valores éticos e estéticos de entornos de outros tempos e uma demonstração de indivisibilidade entre pessoa e lugar, de vida e memórias urbanas" (Glüsberg, 1995:90).

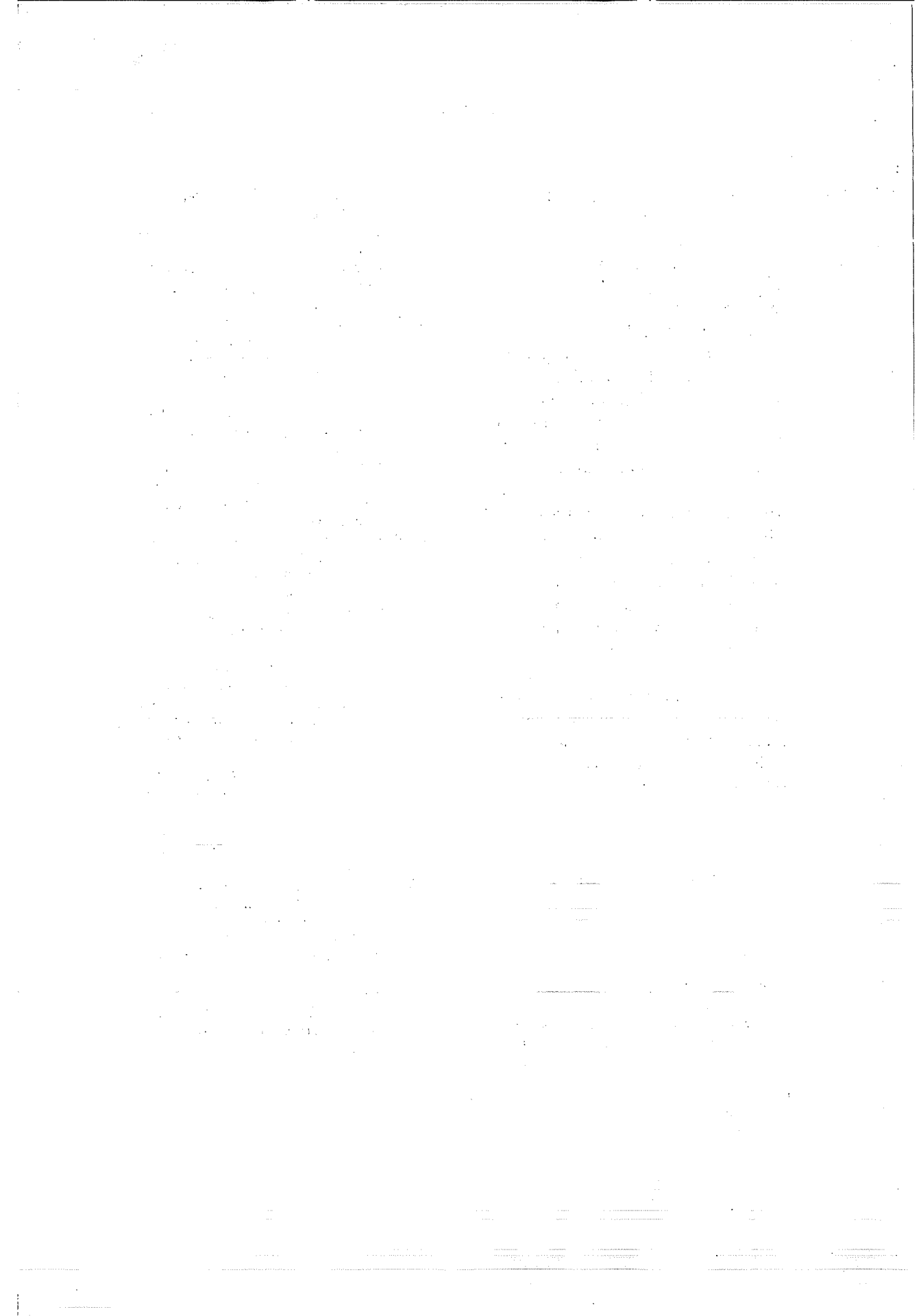
O movimento cultural identificado com valores a preservar, reativa simbolicamente a experiência extraordinária do estado nascente (Alberoni, 1991), justamente para dar um sentido à vida dos indivíduos e da coletividade.

A ausência da mensagem, teorizada na era da acumulação flexível (Harvey, 1993), ainda não encontra abrigo no cotidiano de João Pessoa. Embora de sua parte empreendedores imobiliários imprimam a conquista de espaços cada vez mais amplos, via sedução pública, através da mídia local. "Um conceito vertical de viver" é um dos seus slogans para uma cidade que teima em não perder a sua identidade, legitimando a sua distinção da cultura do progresso de exclusão social, "num ambiente que promete poder, crescimento, transformação para o mundo, e, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos e o que somos" (Harvey, 1993:21).

Rossana Honorato
Aluna do PPGS-UFPB

BIBLIOGRAFIA

- ALBERONI, Francisco. (1991). *Gênese*. Rio de Janeiro: Rocco.
- ARANTES, Otília B. F. (1987). *A ideologia do lugar público na arquitetura contemporânea*. In *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Stúdio Nobel-EDUSP.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel/ Bertrand.
- CALVINO, Italo. (1990). *As Cidades Invisíveis*. Trad. Diogo Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras.
- CANEVACCI, Massimo. (1993). *A Cidade Polifônica - Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. Trad. Cecília Prado. São Paulo: Studio Nobel.
- FREIRE, Carmem C. de M.. (1978). *História da Paraíba*. João Pessoa: A União Cia Editora.
- GLUSBERG, Jorge. (1995). *O Entorno Urbano - Ética e estética para a habitação do século XXI*. *Revista Arquitetura e Urbanismo* 60.
- HARVEY, David. (1993). *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail Ubrajara Sobral e M. Estela Gonçalves. São Paulo: Ed. Loyola.
- HONORATO, Rossana. (1994). *Reabertura da Avenida Olinda*. *O Norte*, 02/10/94 (Caderno 4, Crônicas).
- _____ (1995). *Espaço o Contador de História - breve perspectiva histórica do capitalismo através da percepção da manifestação do espaço*. João Pessoa, MCS, CCHLA UFPB.
- _____ (1995). *Cidade e Comunicação Urbana - o espetáculo da paisagem*. João Pessoa: UFPB: CCHLA: MCS. Projeto de Pesquisa sob a orientação do Prof. Mauro Koury.
- KOURY, Mauro G. P. (1995). *Provar o espaço: fotografia e cidade através das lentes e das crônicas de Walfredo Rodriguez*. Caxambu: Anpocs.
- MIRANDA, Orlando P. de. (1992). *A trajetória do conceito de identidade*. São Paulo: USP.
- NÓBREGA, Humberto. (1974). *Arte Colonial da Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1974.



RESUMOS - ABSTRACTS - RESUMÉES

1.

TRABALHO, CULTURA E SOCIEDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO CONCEITO DE "CULTURA OPERÁRIA" - Nadya Araújo Castro

RESUMO

A autora retoma o tema da relação entre cultura e sociedade refletindo sobre alguns dos pontos de partida disponíveis nas teorizações de maior fôlego analítico; procura, desse modo, relativizar, a partir de balizamentos disciplinares, a centralidade do nexó trabalho, cultura e dinâmica social. Em seguida, retoma especificamente a discussão sobre "cultura operária" salientando como nela se refletem as tensões e impasses presentes na teorização mais geral e conclui refletindo sobre algumas das suas possibilidades e limites em face aos desafios teórico-metodológicos atuais no campo da Sociologia.

RESUMÉ

L'auteur reprend le thème de la relation entre culture et société pour réfléchir sur quelques-uns des points de départ disponibles dans les théorisations de plus grand souffle analytique ; elle cherche à relativiser la centralité de la connexion travail, culture et dynamique sociale. Elle reprend, ensuite, la discussion sur "culture ouvrière", en montrant comment y répercutent les tensions et les impasses présentes dans la théorisation plus générale, pour conclure en réfléchissant sur ses possibilités et ses limites face aux défis théoriques et méthodologiques actuelles dans le champ de la Sociologie.

2.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O RENASCIMENTO DA RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES NOS ANOS 90 - Maria Carmela Buonfiglio

RESUMO

Nos últimos anos 90, assistimos a uma explosão no mundo de muitas greves e movimentos sociais como reação ao desemprego, ao arrocho salarial, aos cortes em programas sociais, à privatização dos serviços públicos e medidas anti-trabalhistas. Muitas categorias de trabalhadores estão envolvidas nesses movimentos, como os metalúrgicos, trabalhadores da indústria automotiva, trabalhadores rurais, trabalhadores em escritórios e bancos, servidores públicos, professores, médicos, policiais, estudantes, desempregados, subempregados, mulheres, aposentados, e muitas outras categorias, incluindo a crescente categoria dos "sem": sem terra, sem teto, sem trabalho, sem justiça, e assim por diante. Este artigo busca apresentar a maioria dessas reações, especialmente em 96/97, em vinte países, e interroga seu sentido e suas possibilidades.

ABSTRACT

In the later 90s, we assisted the explosion in the world countries, of many strikes and social movements as a reaction to unemployment, salary losses, cutbacks in social programs, privatisation of public services and anti-labour measures. Many workers categories are involved in these movements like metalworkers, autoworkers, farm workers, clerical workers, civil servants, teachers, doctors, bank workers, teamsters, policemen, students, unemployed, subcontracted workers, women, retreated people, many other categories and the growing category of the "less" people: the homeless, the landless, the jobless, the justiceless, and so on. This paper presents most of these reactions, specially in the 96-97, in twenty different countries and asks for their meanings and possibilities.

3.

COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO: O caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité, Ceará - Maria Vilma Coelho Moreira

RÉSUMO

Este artigo analisa o estabelecimento e funcionamento de cooperativas de produção de confecções no interior do Estado do Ceará, criadas como parte de uma estratégia do governo de geração de emprego e renda no Estado. Este estudo buscou uma maior compreensão acerca das transformações nas formas de organização do trabalho no Nordeste do Brasil, decorrentes da crescente globalização e reestruturação produtiva, que caracterizam o sistema capitalista neste final de século. As evidências empíricas sugerem que o sistema cooperativista tem sido utilizado com o objetivo principal de garantir uma mão-de-obra de baixo custo para empresas que inovam velhas estratégias de gestão da produção, tal como a terceirização.

RESUMÉ

Cet article analyse le fonctionnement de coopératives de couture dans l'état de Ceará, Brésil, créées dans une stratégie gouvernementale pour la promotion de l'emploi et de revenus. L'étude cherche une plus grande compréhension des transformations dans les formes du travail dans le Nordeste du Brésil, en conséquence de la globalisation et de la restructuration productive caractéristiques du capitalisme de cette fin de siècle. Les évidences empiriques suggèrent que ce système cooperativiste est utilisé avec l'objectif principal de garantir de la main d'oeuvre bon marché pour les entreprises qui renouvellent de vieilles stratégies de gestion de la production.

4.

CIUDAD Y TERRITORIALIDAD: Modos de abordar la cuestión -Alberto Cignoli**RESUMO**

Este artigo analisa diversas contribuições teóricas para a análise da questão da cidade e da territorialidade, passando pela herança do positivismo na análise do espaço territorial, a tradição da escola de Chicago, a "escuela francesa" da sociologia urbana, as formulações da geografia anglosaxônica, a cidade como complexo tecnológico. Aborda as implicações, para o tema da crise dos paradigmas, para concluir que há necessidade de uma teoria crítica para abordar a questão urbano-territorial.

RESUMEN

Este artículo analiza distintas contribuciones teóricas para el análisis de la cuestión de la ciudad y la territorialidad, pasando por la herencia del positivismo en el análisis del espacio territorial, la tradición de la escuela de Chicago, la "escuela francesa" de la sociología urbana, las formulaciones de la geografía anglosajona, la ciudad como complejo tecnológico. Aborda las implicaciones la crisis de los paradigmas para el tema, para concluir que hay necesidad de una teoría crítica para abordar la cuestión urbano-territorial.

5.

PERDAS E DESENRAIZAMENTOS NUM UNIVERSO DE EXCLUSÃO SOCIAL: o cotidiano dos sujeitos em situações de risco - Eliana M. Moreira, M^a. de Fátima S. de Araújo, M^a do Socorro de S. Vieira .**RESUMO**

O objeto deste estudo é a pobreza urbana. Tomamos como referência as zonas na cidade de João Pessoa, Paraíba, Nordeste do Brasil, sujeitas a frequentes enchentes e deslizamentos de barrancos forçando o deslocamento das pessoas que lá residem. Trata-se de população extremamente pobre e, em geral, originária do meio rural. A partir da memória dos sujeitos, através do enfrentamento cotidiano do perigo, do modo como eles compreendem e expressam suas perdas e seu desenraizamento, e do modo como decodificam as políticas de intervenção que lhes são dirigidas, estudamos o universo de suas representações e imagens enquanto expressão da reconquista da cidadania. Essas questões são consideradas em uma perspectiva mais subjetiva neste trabalho.

ABSTRACT

This study is centred in the urban area of João Pessoa, Paraíba, Northeast of Brazil, in the areas where, the constant falls of hillsides, collapses of dwellings and flooding force the population to move out frequently. This is an itinerant population generally originating from rural areas of extreme poverty. This

study attempts to analyse urban poverty, taking as reference the universe of representations and images of the subjects, in their confrontation with risk in everyday life, in their way of learning and expressing losses and rootlessness, and their way of decoding the policies of intervention aimed to them.

RÉSUMÉ

L'objet de cet étude est la question de la pauvreté urbaine, prenant comme référence des zones de la ville de João Pessoa, Paraíba, Nord-est du Brésil, où des glissements de barrières, des écroulements et des inondations provoquent de constants déplacements de la population qui est extrêmement pauvre et qui provient en général du milieu rural. On a comme intérêt plus spécifique d'étudier, à partir de la mémoire des sujets, l'univers de leurs représentations et images en tant qu'expression de la reconquête de la citoyenneté, dans l'affrontement quotidien de situations de risque, comme ils envisagent et expriment leurs pertes et déracinement, la façon dont ils décodent les politiques d'intervention qui leurs sont dirigées. Ces questions sont envisagées dans cet étude dans une perspective plus subjective.

6.

ESPAÇO URBANO E MEDICINA SOCIAL NO NORDESTE DO SÉCULO XIX - Maria de Fátima Santos de Araújo

RESUMO

Este artigo pretende estudar alguns aspectos da Medicina Social no Nordeste do Brasil na segunda metade do século XIX e mostrar a sua importância na reorganização do espaço urbano. Usando uma pesquisa documental, procuramos mostrar as transformações econômicas e sociais que ocorreram neste período, os problemas surgidos nas cidades em decorrência dessas transformações, bem como a função essencial da medicina social neste período.

ABSTRACT

This article wants to study some aspects of Social Medicine in the Northeast of Brazil, in the second half of the 19th century and show its importance in the reorganisation of urban space. Using a documental research we can show the economical and social transformations which occurred in that period, the problems that emerged in the cities and the essential function of the social medicine in the period.

7.

FOTOGRAFIA: O REAL E A ILUSÃO Mauro Guilherme Pinheiro Koury

RESUMO

A fotografia tem sido tradicionalmente compreendida como uma expressão do real. Este artigo tem por objetivo entender o sentido da fotografia como

produtora de memórias e do significado de homem na sociedade atual, através da ilusão de duplicidade entre o real e o real produzido como representação.

ABSTRACT

Photograph has traditionally been understood as expression of a real scene. This article has as objective to understand the meaning of photograph as producer of memories and of the human essence in the actual society, through the illusion of duplicity between the real scene and the produced real as representation.

8.

VESTÍGIOS DO PASSADO: FONTES PARA O ESTUDO DO BARROCO PARAIBANO - Carla Mary S. Oliveira

RESUMO

O Barroco paraibano tem sido pouco mais do que um sussurro breve que nos chega em meio ao tráfego da cidade. É profundamente necessária a retomada dos estudos sobre esse legado, e o primeiro passo nesse sentido é se proceder ao levantamento das fontes de pesquisa disponíveis sobre o tema. Numa análise que pretenda ser interdisciplinar, devemos considerar inúmeras fontes, como os testemunhos de viajantes e cronistas seiscentistas e setecentistas, o discurso cristão que circulava no imaginário colonial, os monumentos que remaneceram na cidade, os documentos eclesiásticos coloniais e a literatura crítica publicada na Paraíba no século XX.

ABSTRACT

The Baroque art in Paraíba has been a little more than a light whisper that comes to us through the cross-town traffic. It is necessary to study this legacy, and a research of the historical sources is the first step in that way. In an interdisciplinary analysis, we must consider a large number of sources, including travellers and chroniclers writing in the XVI and XVII centuries, the christian speech that influenced the colonial imaginary, the remanent baroque monuments in João Pessoa city, the colonial ecclesiastic documentation and the critical literature published in Paraíba during the XX century.

9.

A ANTROPOLOGIA E OS NOVOS DESAFIOS NOS ESTUDOS DE CULTURA E POLÍTICA - Guita Grin Debert

RESUMO

O artigo trata das contribuições da antropologia para a área de estudos de Cultura e Política. Argumenta que essa área trouxe frutos importantes quando analisando nossa própria sociedade privilegamos o estudo dos pobres, dos desprivilegiados e das minorias. Entretanto, estamos menos preparados para compreender as descontinuidades nas instituições e nos processos sociais que

caracterizam a experiência contemporânea. Para dar conta dessas descontinuidades é preciso rever não apenas o modo pelo qual a antropologia define seus objetos de estudo e a pesquisa de campo, mas também os pressupostos éticos que orientam trabalho antropológico de maneira a compreender a diversidade de formas que a dominação assume em diferentes contextos.

ABSTRACT

This article addresses the contributions made by anthropology to the area of Culture and Politics. First, an exploration is made of the important results gained by the analysis of our own society which tends to focus on poor, underprivileged, and minority groups. However it is argued that we are less prepared to understand the discontinuities in the institutions and social processes which characterise Brazilian contemporary experience. In order to take account of these discontinuities it is necessary to challenge not only the way Anthropology traditionally defines its objects of study and the centrality it gives to participant observation in fieldwork, but we must also revise the ethical assumptions which guided anthropological research so as to address the diversity of forms used by groups and institutions in the exercise of domination.

10.

ÉTICA SOCIOLÓGICA NOS TEMPOS DA CÓLERA "NEOLIBERAL"

Rolando Lazarte

RESUMO

Este trabalho se refere à crise pela qual passam idéias, valores e imagens que fundamentam o "modo dominante de conceber e praticar sociologia". Basicamente, aplica a expressão às concepções de realidade, homem e conhecimento que se encontram no interior da prática e do discurso dos sociólogos.

ABSTRACT

This article deals with the crisis in the ideas, values and images that are the basis of "the dominant way of conceiving and practising sociology". Basically, it applies this expression to the conceptions of reality, man and knowledge that are found in the practice and the discourse of sociologists.

11.

PERCURSO POLÍTICO DAS IDÉIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE: de Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996). - Lilian Letelier

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura da trajetória das idéias políticas e sociais do Movimento Feminista Latino - Americano e Caribenho através da compreensão

de quatro categorias compreensivas: o popular, o político, o movimentista, e o feminista. Neste contexto, procura descrever o modo como elas vão sendo historicamente elaboradas nas instâncias legitimadas de produção de conhecimento e saber feminista: os Encontros Feministas Latino - Americanos. Procura colocar os problemas que o movimento teve que enfrentar a partir de diferentes ênfases de posicionamento e quais são os problemas ou o nível de conflitividade que encara hoje frente ao próximo milênio.

RESUMEN

Este artículo propone una lectura de la trayectoria de las ideas políticas y sociales del Movimiento Feminista Latino-americano y Caribeño a través de cuatro categorías analíticas: lo popular, lo político, lo movimientista y lo feminista. En este contexto intenta describir el modo como ellas son tejidas, elaboradas en las instancias legitimadas de producción de conocimiento y saber feminista - a saber - los Encuentros Feministas Latino-americanos. También intenta mostrar a través de su articulación, los problemas que el movimiento tuvo que enfrentar a partir de los diferentes posicionamientos de las feministas como así también, los problemas o niveles de conflicto que enfrenta hoy de cara al próximo milenio.

12.

O DEBATE DA SUSTENTABILIDADE NA SOCIDADE INSUSTENTÁVEL -
Gustavo F. da Costa Lima

RESUMO

O trabalho analisa, criticamente, o debate recente sobre a sustentabilidade de nossa sociedade global. Sistematiza parte da produção que problematiza a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Nesse sentido, explora o contexto de surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, sua história, contribuições e contradições. Analisa, ainda, as principais tendências no pensamento ambientalista atual e os dilemas que se colocam para a efetiva realização do desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This paper analyses, critically, the recent discussion about our global society's sustainability. It presents the recent trends which questions the relation between development and environment. In this way, it explores the context of the emergence of "sustainable development" concept, its history, contributions and contradictions. It also analyses the most significant tendencies of thought concerning our environmental status and the problems that make the sustainable development difficult to be put into practical terms in our world.

RÉSUMÉ

Le travail analyse critiquelement le débat récent sur la possibilité de soutenane de notre société globale. Il systématise une partie de la production qui questionne la relation entre le développement et l'environnement. Dans ce sens, il explore le contexte de l'origine du concept de "développement soutenable", son histoire, ses apports et ses contradictions. Il analyse, aussi, les principales tendances dans la pensée environnementale actuelle et les dilemmes qui se posent à l'égard de la réalisation effective du développement soutenable.

13.

A HISTÓRIA SOMOS NÓS: Reflexões sobre histórias de vida, autobiografia, cultura popular, narradores e pesquisadores. - Andrea Ciacchi.

RESUMO

Este trabalho debate algumas questões teóricas e metodológicas ligadas à pesquisa sobre cultura popular no Brasil. Em particular, são apresentadas as discussões desenvolvidas na Itália a partir das "Observações sobre o folclore" de Antonio Gramsci, para sublinhar-lhes a atualidade e a fecundidade no panorama contemporâneo da cultura subalterna no Nordeste do Brasil.

ABSTRACT

This paper deals with some theoretic and methodological matters concerning with the folklife researches in Brazil. Particularly, the Author sums up and analyses the Italian discussion on Antonio Gramsci's "Osservazioni sul folclore", by laying stress on his up-to-dateness and fruitfulness in the contemporary outline of folk culture in Brazil's *nordeste*.

RIASSUNTO

Questo articolo discute alcune questioni teoriche e metodologiche legate alle ricerche demologiche in Brasile. In particolare, viene qui sunteggiato il dibattito sorto in Italia a partire dalle "Osservazioni sul folclore" di Antonio Gramsci, per sottolinearne l'attualità e la fecondità nel panorama contemporaneo delle culture subalterne nel *nordeste* del Brasile.

Agradecemos a colaboração dos colegas abaixo relacionados que com seus pareceres ajudaram na elaboração deste número da revista Política & Trabalho:

Alder Júlio Calado (UFPb)
Brasília Carlos Ferreira (UFRN)
Cesar Barreira (UFCE)
Cláudia Fonseca (UFRGS)
Eliana Monteiro Moreira (UFPb)
Elisa Cabral (UFPb)
Gilvando de Sá Leitão Rios (UFPb)
Jacob Carlos Lima (UFPb)
José Arlindo Soares (UFPb)
Lilian Letelier (UFPb)
Marconi Pequeno (UFPb)
Maria Antonia Alonso de Andrade (UFPb)
Maria Carmela Buonfiglio (UFPb)
Maristela de Oliveira Andrade (UFPb)
Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPb)
Neide Miele (UFPb)
Paulo de Tarso C. Medeiros (UFPb)
Paulo Henrique Martins (UFPE)
Rubens Pinto Lyra (UFPb)

AOS COLABORADORES

POLÍTICA & TRABALHO aceita propostas de artigos para publicação, mas todas as colaborações não encomendadas são submetidas ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser evitadas ou restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho de todas as afirmações feitas pelo autor. Só serão considerados para possível publicação os artigos entregues digitados em programa plenamente compatível com Word7, em disquetes, acompanhados de duas cópias em papel, e de resumos em português e inglês ou francês.